

ALEXANDRE VIEIRA

(OPERÁRIO GRÁFICO)

*Em volta
da minha
Profissão*

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA
DO MOVIMENTO OPERÁRIO
NO PORTUGAL CONTINENTAL



EDIÇÃO DO AUTOR

LISBOA — 1950

ALEXANDRE VIEIRA

1904-1984

EM VOLTA
DA MINHA
PROFISSÃO

ENSaios para a história
do movimento operário
no Portugal continental

EDICAO DO AUTOD

LISBOA-1984



ALEXANDRE VIEIRA
(Operário Gráfico)

EM VOLTA
DA MINHA
PROFISSÃO

[SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA
DO MOVIMENTO OPERÁRIO
NO PORTUGAL CONTINENTAL]

•
EDIÇÃO DO AUTOR
LISBOA-1950

ALEXANDRE VIEIRA
(Governo de Lisboa)

EM VOLTAS
DA MINHA
PROFISSÃO

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA
DO MOVIMENTO OPERÁRIO
NO PORTUGAL CONTINENTAL

EDICÃO DO ANTELO
LISBOA - 1930

À memória de minha segunda Mulher,
Maria Jorge

É QUASE CERTO QUE O PRESENTE VOLUME NÃO SERIA AGORA DADO À ESTAMPA SE A MINHA SEGUNDA MULHER (MARIA JORGE), FALECIDA EM 1945, QUE FOI, COMO A PRIMEIRA, UMA BOA CAMARADA, NÃO ME HOUVESSE INCESSANTEMENTE EXORTADO, ATÉ MESMO QUANDO JÁ ESTAVA GRAVEMENTE DOENTE, A QUE O PUBLICASSE, PARA O QUE ME AJUDOU A REUNIR PARTE DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS À SUA ELABORAÇÃO.

SE OUTRAS RAZÕES NÃO TIVESSE, ESSAS BASTARIAM PARA DEDICAR, COM TODO O RECONHECIMENTO, O PRESENTE VOLUME À MEMÓRIA DA MULHER QUE FOI, ALÉM DE EXCELENTE COMPANHEIRA, UM ESPÍRITO DESEMPOEIRADO, UM GRANDE CORAÇÃO E UM CARÁCTER RECTILÍNEO.

ALEXANDRE VIEIRA

PROÉMIO

VÁRIOS camaradas meus, do mesmo modo que o viria a fazer, por sua vez, minha segunda Mulher (Maria Jorge), haviam-me exortado a que escrevesse ou, quando não escrevesse expressamente, que seleccionasse parte dos escritos que, durante o período da minha maior actividade como militante sindicalista, dei à estampa nos jornais operários que dirigi ou em que colaborei, e que, à semelhança do que têm feito muitas pessoas em circunstâncias idênticas, publicasse um ou mais volumes com o produto das minhas lucubrações e também da experiência colhida através das lutas sindicalistas em que participei no decurso dum bom número de anos.

Ao manifestarem-me tal desejo tinham especialmente em mira que um militante da «velha guarda» mostrasse aos confrades da actual geração as circunstâncias em que os operários viviam nos tempos da Monarquia, a fim de que os aludidos confrades pudessem inteirar-se das razões que determinaram a esforçada luta levada a efeito pelo proletariado português, após a implantação da República, com o intuito de melhorar as suas incomportáveis condições de trabalho e de vida, luta consideravelmente intensificada depois que os políticos republicanos, pela forma como enfrentaram os problemas de carácter social que então vinham surgindo, capacitaram a nossa gente de que apenas consigo própria deveria contar.

Se bem que se me afigure que o depoimento dum operário nas minhas condições poderá suscitar certo interesse entre as pessoas que se preocupam com as questões de carácter social, e dobradamente nos arraiais da classe trabalhadora — tanto mais que, nestas últimas duas dezenas de anos, pouco se tem escrito, por motivos óbvios, acerca de tais assuntos —, acho que se deve dili-

genciar ir mais além, porquanto não me parece que baste o simples testemunho duma pessoa a dar notícia das questões em referência, mas que, ao contrário, urge forcejar por que se publique a história do Movimento Operário em Portugal, a qual tem aspectos interessantíssimos ⁽¹⁾.

Penso que empresa de tal monta — para dela resultar um trabalho probo — requer a colaboração de pessoas que, embora não formem entre os trabalhadores manuais, reúnam as desejáveis qualidades para o efeito, e algumas das que considero nas precisas condições aliam a essa particularidade a de terem dado uma devotada cooperação à causa do proletariado, quer publicando, em jornais e revistas, estudos sobre os problemas que interessam à classe operária, quer elaborando teses para discussão em congressos, quer escrevendo e traduzindo obras acerca de questões sociais, quer, enfim, realizando conferências em sindicatos e cooperativas, tudo isto feito, em regra, com alto desinteresse. Esses homens nem pela circunstância de não serem propriamente operários deixam de pertencer ao mundo do Trabalho, porquanto, além de realizarem funções utilíssimas, ganham a sua vida como assalariados, significando tal facto que são, por isso e pelo seu passado recto, pessoas idóneas, com espírito de isenção não inferior ao nosso, pois jamais tiveram por móbil o interesse material, o qual a nós, manuais, em geral nos impulsiona — particularidade que aliás nos não diminui. E como viveram uma boa parte dos acontecimentos cujo relato teriam de fazer, acham-se, portanto, em óptimas condições para realizarem aquele trabalho.

A semelhante obra, que creio virá a efectuar-se um dia, tanto mais que sei haver escritores que pensam lançá-la em ocasião oportuna, não me eximirei

⁽¹⁾ Em fins de 1945 um jornalista, o Sr. Costa Júnior, começou a publicar, no extinto semanário Acção — colaborado por gente chegada ao Secretariado Nacional da Informação e Cultura —, uma «História do Movimento Operário em Portugal». Esse trabalho, que parecia ter o propósito de convencer que, se os Governos republicanos, detentores do Poder até 1926, pouco mais fizeram do que ruído em torno do operariado, já o mesmo não sucede com os que se seguiram ao 28 de Maio, deixa muito a desejar. E deixa a desejar por estes três motivos: 1.º, porque é transparente que a pessoa que o elaborou conhece sobretudo de outiva as lutas empreendidas pelo nosso Movimento sindicalista; 2.º, porque passa, intencionalmente, sobre o período em que esse movimento mais animosamente se bateu pela conquista de regalias para o operariado português com uma celeridade e imprecisão enormes, deixando de referir episódios que importa conhecer para que o leitor fique habilitado a fazer um juízo o mais possível claro do que foi aquela época; 3.º, porque é manifesto o parti-pris do autor, o que tira a um tal relato todo o cunho de isenção.

a dar uma pálida contribuição, se porventura pertencer então ao número dos vivos, e desde que, nessa hipótese, me batam, é claro, ao ferrolho.

Por agora, e pelas razões expostas, ocupar-me-ei de coisas que decorreram em torno da corporação dos tipógrafos, a que pertencço, coisas que muitos colegas meus, sobretudo os que não vão além dos 30 anos de idade, não conhecem, e os poucos que as não ignoram inteiramente conhecem-nas dum modo incompleto, não estando, portanto, habilitados a fazer uma ideia exacta dos esforços que os da «velha guarda» tiveram de levar a cabo para que a classe conquistasse condições de trabalho que, não sendo o que deveriam ser, se não confundem, todavia, com as de há quarenta anos ⁽¹⁾.

Trata-se, como os leitores verificarão, dum depoimento, pois quase tudo o que vai ler-se foi vivido pela minha pessoa, na qualidade de profissional das Artes Gráficas, grémio em que — afora um começo de aprendizagem junileiral em Viana do Castelo, episódio a que noutra lugar faço referência — iniciei e findarei, assim o espero, a minha acidentada existência de operário, no que terei não pequena satisfação ⁽²⁾.

⁽¹⁾ Há tempos, em conversa que tive com um colega que já não é positivamente um adolescente, pois anda pelos 35 anos, ao apreciarmos as condições de trabalho dos tipógrafos dos jornais em relação às dos das casas-de-obras, disse-me ele que os colegas dos quadros dos jornais têm tido... sorte! Ficou admiradíssimo quando lhe expus, sumariamente, a situação em que esses confrades trabalhavam noutros tempos, tendo-lhe descrito a «questão dos ajudados», as lutas pela remuneração do tempo de paragens e o pagamento da distribuição e do dia de folga, a breve trecho seguidos da adopção do regime de trabalho a jornal, em substituição da empreitada, etc., para concluir por mostrar-lhe que onde ele supunha haver uma simples questão de sorte se apurava, ao contrário, o resultado das lutas reivindicativas levadas a cabo pela nossa organização sindical livre, com o concurso activo dos colegas dos jornais, tendo eu acrescentado que se não se verificou resultado idêntico pelo que concerne aos colegas das casas-de-obras é porque estes, talvez por serem em muito maior número, não afirmaram tamanha coesão nas lutas empreendidas, que aliás foram sucessivas e algumas delas demoradas, esgotantes.

⁽²⁾ Há numerosas pessoas que me supõem natural de Viana do Castelo, por saberem que lá vivi muito tempo, que ali dirigi um semanário operário (O Lutador) e fui secretário-geral da Federação das Associações Operárias, como delegado da extinta Liga das Artes Gráficas, que também secretariei. Sou, porém, um autêntico tripeiro, pois nasci na cidade do Porto (freguesia de Santo Ildefonso), donde, quando tinha 11 meses, saí, com os meus pro-

Dum depoimento disse que se tratava. Porém, não apenas isso, mas assim como que obra de memórias e bastante também de autobiografia, visto que, ao fazer a presente exposição, não sou tão modesto que me coloque na penumbra, antes surjo, amiúde, como participante activo, e mais vezes do que seria desejável, o que, todavia, não é só culpa minha, mas também uma consequência da força dos acontecimentos. Assim, não gostando de falar na primeira pessoa — o que poucas vezes hei feito, quer quando tenho aparecido como redactor-principal de jornais operários, quer no desempenho de cargos sindicais —, não posso deixar de exprimir-me aqui em tais termos, atendendo a que a minha posição agora é diversa.

Pelos motivos invocados estou habilitado a inteirar os colegas da actual geração de que nos tempos em que dava os primeiros passos na vida operária (há uns cinquenta anos-e-pico) a resistência que a então débil organização sindical dos trabalhadores opunha às medidas atrabiliárias que partiam dos sustentáculos das instituições económicas, políticas e sociais que ao tempo existiam, era uma reacção assaz precária, quase exclusivamente teórica, doutrinária, pois que se efectuava através do livro, do folheto, da revista, do jornal e, de longe em longe, da tribuna, mas sem grande arruído, antes discretamente.

Os congressos socialistas, quase todos com a participação das associações operárias (que em regra se confundiam com o Partido), votavam programas de reivindicações a apresentar ao patronato e aos governantes, de mistura com reclamações tendentes a pôr termo aos males de que sofria o proletariado, males tremendos.

Nos sindicatos, ao tempo designados por «associações de classe», frequentadas por diminuto número de trabalhadores, eram criticados, mas com

genitores, para a linda cidade minhota, na qual nascera meu pai, sendo minha mãe natural da Invicta. Com um interregno de quatro anos na vila de Caminha, onde exerci a minha actividade profissional e comecei a escrevinhar para jornais operários (depois de ter lido, nas longas noites de Inverno, todos os livros e revistas que o meu patrão possuía, o que me foi assaz proveitoso), permaneci em Viana até aos 21 anos, idade com que avancei sobre Lisboa, cujo húmus, possivelmente, me cobrirá os ossos.

circunspecção, os industriais que se salientavam na exploração dos seus assalariados, e descreviam-se os atropelos que aqueles cometiam e bem assim as ciladas que os seus filhos e os mestres das oficinas levavam a cabo, uns e outros no propósito de captarem as raparigas e até, nalguns casos, as mulheres casadas que trabalhavam nas fábricas, cujas más condições de salubridade também eram objecto de justa crítica.

Quando chegava o 1.º de Maio, lá íamos, muitos de nós, tomar lugar no cortejo que o Partido Socialista promovia, invariavelmente, de acordo com a Federação das Associações Operárias (a da Rua do Benfornoso), e no qual figuravam, além dos estandartes dos agrupamentos sindicais e das bandeiras dos centros socialistas, os militantes mais em evidência, seguindo, gravemente, os carros alegóricos e ostentando suas faixas vermelhas. Se, durante o percurso, lobrigávamos algum conhecido industrial, sobretudo dos mais rapaces, soltávamos, todos arrogantes, gritos de «Abaixo a burguesia!» e vivas ao Fontana, aos Mártires de Chicago e aos três 8. Resultado: no dia seguinte estávamos roucos de tanto gritar...

E era tudo.

Entretanto, a situação da classe operária não se modificava em sentido melhor. O patronato continuava a abusar discricionariamente. Responder, por exemplo, com a greve — arma que o proletariado organizado tinha começado a utilizar lá fora, pouco antes, com certa frequência — à exploração dos industriais e às suas reiteradas prepotências, era uma coisa séria, e muitíssimo mais se se tratava de manifestações contra qualquer das pouca-vergonhas perpetradas pelos Governos ou pelas forças em que eles se apoiavam.

Assim, as queixas que se formulavam nas associações de classe não tinham eco cá fora, só se repercutindo nas oficinas, mas em surdina, porque havia o receio de ser-se despedido. E ficar sem trabalho significava o horror da fome no lar, quando não o desterro, com todas as suas daninhas consequências.

Basta recordar o que sucedeu com a gente da minha grei (refiro-me aos tipógrafos) por ocasião do Movimento de Abril de 1904, apesar de se tratar dum lock-out levado a efeito pelos industriais do jornalismo, como resposta às

reclamações de ordem económica que lhes haviam sido presentes pela Associação dos Compositores Tipográficos de Lisboa, conflito que adiante pormenorizo.

Em face da ameaça de ser deportada a comissão de tipógrafos que estivera à frente desse movimento, ameaça feita pelo famoso juiz Veiga, foi logo resolvido aconselhar os colegas a retomarem o trabalho, se bem que os compositores, não o esqueçamos, houvessem sido compelidos a abandonar as oficinas pelas próprias Empresas. E, não obstante terem aquiessido à intimação das autoridades, os militantes que constituíram a supracitada comissão foram despedidos das tipografias, como indesejáveis, e houve até um jornal, aparentemente muito sisudo (o Diário de Notícias), que foi mais longe: proibiu os seus tipógrafos de continuarem inscritos no sindicato profissional, sob pena de ficarem também sem trabalho!

Se outro mérito não tenho, averbo no meu activo a honra de haver formado entre a meia-dúzia de tipógrafos que, pouco depois de ter sido esmagado esse importante movimento, contribuíram, por meio duma contumaz acção exercida entre os confrades (e que se fez sentir na Oficina, no Sindicato, na Imprensa operária e na Rua), para que nos libertássemos um tanto do medo de que andávamos possuídos, pugnando pelo direito de discutirmos directamente, com patrões e com governantes, as questões de trabalho e reivindicando, igualmente, o de, sempre que estivéssemos em desacordo, isto é, todas as vezes que os industriais se mostrassem apostados, como até então, em não considerarem as reclamações dos seus assalariados, não ser coarctada a estes a faculdade de forcejarem por que elas fossem atendidas, recorrendo, inclusivamente, à luta, se isso se tornasse necessário.

Pelejei, enfim, pela maioridade da classe operária. Disso me orgulho.

Dentro desta norma, sem fanfarronadas, mas também sem subserviência, acompanhei, esforçadamente, os que procuravam contribuir para o triunfo do que sabíamos ser uma causa justa, e, assim, falámos, não direi com altivez, mas com dignidade, a patrões e a governantes, e todas as vezes que se tornou manifesta a oposição de critérios lutámos contra uns e outros, embora isso, em mais duma conjuntura, nos tivesse custado sérios acidentes.

É que isto de remar contra a maré, de sustentar, em países como aquele em que vivemos, opiniões opostas às dos que dispõem do Poder, é considerado acção subversiva, que implica, por vezes, situações incómodas para quem não hesita em defender os seus pontos de vista, situações que vão desde a privação

da liberdade à deportação, quando não acontece ser-se varado por uma bala disparada por equívoco...

No que diz respeito à acção sindical, outros, que vieram depois de nós, têm apregoado sacrifícios. Mas a verdade é que alguns dos que fazem tal afirmação não ignoram que esses sacrifícios não se parecem nada com os que, noutros tempos, se realizavam nos agrupamentos sindicais, após longa jornada na oficina, isto é, quando se trabalhava graciosamente e se dava o corpo ao manifesto, na expressão tão usada entre a nossa gente, que também, com não menor ironia, qualifica de terem as costas quentes aqueles que só se mexem quando não se lhes deparam atritos sérios no caminho...

Se outra vantagem não tiver este meu volume, possuirá, pelo menos, a de carrear subsídios para a história de que acima encareço a necessidade, parecendo-me que se nas outras profissões houvesse quem seguisse este meu exemplo — e excelente seria que assim sucedesse —, se facilitaria consideravelmente a missão dos futuros historiadores do Movimento Operário, os quais, ao ocuparem-se de tão interessantes questões, fariam relatos baseados sobretudo em factos, o que daria o desejável cunho de autenticidade a quanto escrevessem, característica que escasseia, quase sempre, em obras de semelhante natureza, exactamente porque não dispõem essas obras de fontes tão fidedignas, porquanto são construídas, em geral, com materiais fornecidos por quem não viveu os acontecimentos.

Insiro neste volume, além da parte propriamente descritiva, alguns dos artigos que publiquei, em jornais e revistas, por ocasião dos acontecimentos que refiro, assim como elementos estatísticos, vários manifestos e uma ou outra carta (apresentados, quase sempre, entre filetes). Tais subsídios traduzem, através de mais dum aspecto, as circunstâncias em que então se trabalhava e vivia na indústria tipográfica, contribuindo assim para os colegas da nova geração fazerem, por um lado, uma ideia aproximada das condições de exis-

tência nas épocas correspondentes e, por outro, ajuizarem da força de razão que assistia aos que pretendiam conquistar um melhor nível de vida.

E se ponderarem bem o espírito com que os tipógrafos da velha guarda foram para muitas das lutas levadas a efeito, não-de concluir que, embora a incomportável situação económica que então tínhamos justificasse amplamente todos e quaisquer esforços que convergissem a melhorá-la, a verdade é que jamais a organização sindical dos Gráficos limitou ao aspecto estritamente material as suas reivindicações, porquanto, ligadas a essas, havia, invariavelmente, outras que respeitavam ao levantamento da indústria (particularidade interessando por igual aos patrões), e ainda uma terceira categoria, que consignava a adesão a princípios morais elevados, como o que tendia ao estabelecimento do regime comendatário nos quotidianos e à adopção do trabalho a jornal, em substituição da empreitada, independentemente da franca adesão que deu às inúmeras paralisações de trabalho promovidas quer pela Central de Sindicatos, quer pela União das Associações de Lisboa, pois nunca recusou a sua solidariedade aos confrades das outras indústrias, o que implicou, nalguns casos, conflitos sérios com os industriais de tipografia e as Empresas Jornalísticas.

Posso até afirmar, com verdade, que nos nossos arraiais se abusou, por vezes, do recurso representado pela greve, a qual só dá os resultados desejados quando não atinge a saturação. E entre nós atingiu-a, há que confessá-lo.

Poderá supor-se que, porque sou operário, defendo sistematicamente tudo quanto parte ou tem partido do sector social ou corporativo em que formo.

É natural que assim suceda na maior parte dos casos, pois creio que nem mesmo os santos conseguem furtar-se inteiramente à influência sobre eles exercida pelo ambiente que promana da confraria a que pertencem.

Mas vivo na ilusão de que não sou tão obcecado que veja somente virtudes na minha grei, o que realmente não sucede, e a prová-lo está o facto de, quer nos jornais que hei dirigido, quer nos cargos de responsabilidade que desempenhei na organização sindical, ter, por mais duma vez — e por forma não ambígua, mas clara —, criticado actos praticados por operários

e por agrupamentos sindicalistas, sempre que se me afigurou estarem tais actos em contradição com os princípios proclamados. Com isto quero dizer que o meu facciosismo não chega ao extremo de me levar a obliterar completamente a ginástica do próprio raciocínio.

Ajuntarei que, se por um lado tenho gasto um bom número de anos da minha actividade em sucessivas batalhas pela melhoria da situação económica e moral da minha classe — do que aliás não estou repeso —, o facto não significa que tais lutas hajam anulado em mim o propósito de procurar contribuir, por outro lado, para que a minha corporação progrida nos domínios da técnica, do mesmo modo que, do ponto de vista pessoal, tenho diligenciado valorizar-me profissionalmente, pois gosto do meu ofício, apesar de só por bambúrrio ter vindo parar às Artes Gráficas, como exponho noutra lugar.

Ao findar este já dilatado exórdio quedo-me convencido de que, em face dos elementos constantes do presente volume, ficarão os meus jovens confrades não só aptos a ajuizar do clima que nos ominosos tempos dominava, como também poderão inteirar-se da justeza com que se foi para as lutas determinadas pelo propósito de melhorar a situação em que viviam os tipógrafos e todos os outros operários.

Resta acrescentar que se os tempos eram maus, mesmo péssimos, ofereciam-nos, todavia, certos aspectos consoladores, e um deles consistia no facto de os homens não se limitarem às choradeiras em família, como sucede agora, mas procurarem reagir, confiando mais no seu esforço do que em proteccionismos bifrontes.

E, quanto aos rapazes, viamos então, com frequência, um regular número deles nos sindicatos, rapazes que, à hora do almoço, liam livros e revistas onde predominavam as questões de carácter social, preocupação que ao presente é substituída pela leitura de jornais que tratam de coisas da bola, quando os jovens de hoje não aproveitam os momentos livres para, às portas das oficinas, pontapearem desesperadamente esféricos de trapos.

Nos tempos que decorrem cuida-se, enfim, quase exclusivamente, da ginástica dos pés, ginástica que se me afigura — seguramente porque sou

um pobre tipo, um bota-de-elástico —, menos proveitosa, muito menos proveitosa, do que a convergente ao aperfeiçoamento da cabeça, sobretudo se atendermos à forma doentivamente unilateral como a primeira é praticada entre nós.

Acrescentarei que, se não me apaixona o futebol — não obstante ter em muita conta a cultura física, e a prová-lo está o facto de fazer cinco minutos de ginástica diariamente, com o que me tenho dado muito bem —, não sou, contudo, sistematicamente, contra ele, por me parecer mais defensável do que o boxe, por exemplo.

O que condeno é que haja, entre a nossa grei, muitas centenas de pessoas que vivem quase exclusivamente para as emoções do futebol, deixando-se absorver tão inteiramente por esse desporto que esquecem tudo o mais, sem se aperceberem de que as gentes que estão do lado de lá da barricada gostam, manifestamente, que os operários não revelem outras preocupações, por motivos que não é difícil descortinar...

ALEXANDRE VIEIRA

I

RESULTADOS DA ACCÇÃO LEGAL

[DE 1904 A 1910]

TENTATIVA DE IMPLANTAÇÃO DUMA «ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO»

REPORTANDO-ME, pois, à minha profissão ⁽¹⁾, começarei por dizer que, sem ser tão velho como Matusalém, sou, todavia, do tempo em que nas oficinas tipográficas, conhecidas sob a designação de «casas-de-obras», se trabalhava dez e onze horas, e nalgumas doze, e na indústria da construção civil, como nos trabalhos do campo, de sol a sol, o que, sobretudo no Verão, representava uma bem longa e penosa jornada.

(¹) Refiro-me, é claro, à de tipógrafo. Faço esta advertência por se dar a circunstância de nem sempre ter sido exclusivamente compositor-tipográfico, que é, aliás, a profissão-madre, fundamental. É que possuo mais duas, se bem que uma delas accessória: a de corrector-tipográfico, que desempenho na ocasião em que escrevo estas linhas, e a de «vendedor ambulante de jornais, cautelas e lotarias autorizadas», como provo com a respectiva licença e a correspondente chapa, que registam o número 1.762.

Eu explico: em 1908, quando se publicou o diário operário *A Greve*, fui forçado (e o mesmo sucedeu a um grupo de camaradas de diversas profissões e a alguns estudantes) a tirar a referida licença, para, munido dela, e ostentando a chapa, poder apregoar a gazeta, e intimado, para o efeito, a ser... vacinado. Dispensado, por fim, da última exigência, não o fui de ostentar a chapa, do mesmo modo que os aludidos camaradas.

... ..

Sucede ainda hoje com quase todos os rapazes — refiro-me, é óbvio, aos filhos de proletários — o que sucedeu comigo. Ao deixarem a escola primária (e escuso de dizer que são em grande número os que nunca a puderam frequentar), são lançados em profissões para as quais, em regra, não mostraram qualquer inclinação natural.

Eu conto, rapidamente, como fui parar à primeira oficina, que o mesmo é contar, com uma ou outra variante, a história de muitos jovens.

Tinha 11 anos. Vivendo numa cidade do Minho, com meus avós, que eram dois excelentes velhotes, mal garatujava uma carta quando fui arremessado para uma oficina de latoeiro. Por que fui parar a essa profissão e não a qualquer outra? Porque a latoaria ficava ao pé da porta e o dono dela era amigo de meus avós.

Isto bastou para a escolha, por parte destes, é claro, da minha profissão. E, assim, em certo dia, depois de ter procedido, com dois outros aprendizes, a uma sumária limpeza da oficina, foi-me distribuído o primeiro trabalho: a execução duns cravozitos, em folha de Flandres, para a fixação das asas nas painelas.

Mas, decididamente, não tinha vocação para o mister, e, além disso, o primeiro oficial da casa, que era surdo-mudo, embirrava comigo, sobretudo quando me apanhava em risota com os colegas, o que era frequente.

Decorreram alguns meses, até que um dia — e nessa altura já ia fazendo a minha candeiazita para a loja — o surdo-mudo, sempre muito desconfiado, me apanhou, novamente, em galhofa com os outros rapazes, e, como supusesse que nos ríamos dele, deu-me dois formidáveis bofetões.

Fugi para casa de meus avós, aos quais pedi, insistentemente, que não me mandassem mais para aquela nem para outra latoaria, porque não gostava do ofício. Fui atendido.

A meu avô, que era chefe duma banda de música — e que músico me fez também, tendo eu tocado trompa, trombone e cornetim —, ocorreu então a ideia de pedir a um seu amigo, tocador de órgão na igreja matriz algumas vezes e proprietário de uma tipografia, que me admitisse na sua oficina.

E mais não foi preciso para eu passar de aprendiz de latoeiro a aprendiz de tipógrafo.

Concluindo: sou hoje operário tipógrafo apenas por bambúrrio, isto é, pela mesma razão por que poderia ser... fogueteiro, por exemplo.

Isto no que concerne à escolha de profissão.

Sob o que respeita à educação profissional, devo dizer que foi mimo que não recebi, pois, decididamente, não pode considerar-se como tal o acto de colocar

um rapaz em face de uma caixa cheia de caracteres móveis, e explicar-lhe, rapidamente, onde se encontram o *a*, o *s*, o *z*, etc. Ainda me recordo dos apuros em que me vi para aprender, sózinho, a alinhar no componedor os primeiros caracteres tipográficos.

E foi com esta bagagem que marchei pela vida fora. E é em condições semelhantes que marcham, geralmente, os adolescentes de hoje, assim se explicando que muitos deles se encontrem deslocados nas profissões para onde são lançados pelos pais, forçados estes, em vários casos, por virtude da sua péssima condição económica, a retirar, prematuramente, os filhos das escolas, e a destiná-los, não à carreira para que são naturalmente atraídos, mas àquela em que mais rapidamente têm probabilidades de vencer um salário.

Também há pais — não o ignoro — que procedem assim, não levados, exclusivamente, pelas imperiosas necessidades da existência, mas porque, maus orientadores, não ligam a merecida atenção à escolha da carreira dos filhos, sem se lembrarem de que, desse modo, contribuem para que o trabalho represente para estes, não um exercício agradável e útil, mas uma autêntica escravidão. É isso produto da sua ignorância, isto é, uma consequência da deficiente educação que, por sua vez, receberam, pois, se não sucedesse assim, saberiam que o problema envolve, como sustenta um escritor francês, não só aspectos de natureza económica, mas também de natureza moral, chegando esse mesmo escritor a afirmar que «o exercício duma profissão racionalmente escolhida conduz o operário à independência e constitui um dos melhores meios de aperfeiçoamento da personalidade».

(Da Educação Social).

XX

Nos quotidianos o horário não era menor que o das casas-de-obras, antes pelo contrário, se tivermos em conta, como é necessário ter, o espaço de tempo que nessa recuada época da empreitada era consagrado à *distribuição*.

Trabalhava-se muito, como se vê, e levantavam-se salários misérrimos.

Existira em Lisboa, até 1902, uma Associação mista dos operários da grafia — a Liga das Artes Gráficas — mas a sua acção, como aliás a de

quase todos os restantes agrupamentos sindicais, era nula ⁽¹⁾. Começava, porém, a compreender-se que, sem fortes organismos de classe, não haveria possibilidade de arrancar ao patronato algumas das regalias que o operariado de outros países estava reivindicando, e tanto os impressores como os compositores entenderam que convinha organizarem-se em sindicatos autónomos ou de ofício, pelo que, primeiro os impressores e depois os compositores, constituíram, respectivamente, as Associações de Classe dos Impressores e dos Compositores Tipográficos de Lisboa.

Os segundos, porém, que, na sua maioria, estavam desorganizados, entenderam por bem ingressar previamente na Liga das Artes Gráficas, o que fizeram quase em massa, e, uma vez lá, em assembleia geral muito agitada, deliberaram transformar o agrupamento misto num sindicato de ofício, o qual foi fundado em 1902 e teve a sua primeira sede na então Rua do Grémio Lusitano, 19, 1.º (hoje Travessa do Guarda-Mor).

Iniciou a nova Associação, em 29 de Novembro do mesmo ano, os preparativos para a elaboração dum regulamento das condições de trabalho, que se propunha apresentar aos industriais, tendo-se posto em contacto, para esse efeito, com o núcleo mais importante de proprietários de tipografia de Lisboa.

Foi constituída uma comissão mista (assalariados e patrões), que, depois de reuniões várias, elaborou um conjunto de regras, que passou a denominar-se «Organização de Trabalho», apresentada pelo Sindicato dos Compositores ⁽²⁾

⁽¹⁾ Não obstante, estavam filiados na Liga elementos socialistas de valia, como Azedo Gneco, profissional gravador, da Casa da Moeda, homem muito culto, um dos maiores conferencistas que têm passado pelo Movimento Operário e que foi, durante largos anos, o chefe do Partido Socialista Português; Ernesto da Silva, tipógrafo e depois revisor da Imprensa Nacional de Lisboa, também distinto conferencista e escritor teatral, o qual, tendo-se destacado como militante do Partido Socialista, ao lado de Gneco, mais tarde, em consequência de desinteligências que teve com este, se fez anarquista e, por último, colaborou assiduamente na imprensa republicana, cuja organização política o empolgou; Manuel Luís de Figueiredo, tipógrafo, que viria a ser o mais talentoso jornalista operário, como o demonstrou em *O Trabalho*, de Setúbal, e em muitos outros jornais e revistas avançados; José Fernandes Alves e Teodoro Ribeiro, o primeiro fogaço jornalista, que escreveu em muitíssimas publicações operárias, e o segundo activo militante e bom orador, que foi amigo dedicado de Ernesto da Silva e tinha jeito especial para presidir às grandes assembleias; e ainda alguns outros propagandistas.

⁽²⁾ A comissão era constituída por Libânio da Silva, Tibério de Carvalho e Adolfo de Mendonça, industriais; e Domingos Rodrigues Castelo, Augusto César dos Santos e José Fernandes Alves, operários.

1

POLICIA CIVIL DE LISBOA
 Secção de INSPECÇÃO ADMINISTRATIVA
 BILHETE DE IDENTIDADE
 N.º 1762

Nome *Alexandre Vieira*
 Residência *Rua do Grémio Lusitano, 19, 1.º*
Gneco
 vendedor ambulante de bilhetes e cautelas de loterias autorizadas, jornais, etc.

Devo apresentar este bilhete sempre que lhe for exigido.
 Lisboa 15 de Abril de 1908

O Sub-Inspector,
Fernando de Almeida

Variz: _____
 Signat. par.: _____
 Olhos: _____
 Atura: _____
 Cabellos: _____
 Boca: _____
 Estade: _____
 Cuidares: _____
 Assinatura do portador: _____

Fac-símile do bilhete-de-identidade do autor, como vendedor ambulante de jornais, cautelas e lotarias autorizadas



Reprodução da chapa a ostentar quando da venda de jornais, etc.

numa assembleia magna, efectuada no antigo salão nobre do Teatro da Trindade, no dia 31 de Fevereiro de 1904, documento em que se estabelecia: o preço do custo da mão-de-obra, tendo por base a unificação dum mínimo de salário, cuja média era então de 700 réis; o horário de trabalho (que se pedia fosse fixado em nove horas) e a regulamentação da aprendizagem. O número de tipografias em Lisboa era, naquela data, de 115 (actualmente 350), o de oficiais de 850 e o de aprendizes de 230 (hoje, respectivamente, 1.700 e 616).



O «LOCK-OUT» DAS EMPRESAS JORNALÍSTICAS

Fixou-se o dia 18 de Abril de 1904 para a entrada em vigor da Organização de Trabalho, a qual, duma maneira geral, foi adoptada nas casas-de-obras. Porém, as Empresas Jornalísticas, que haviam declarado aceitar, em princípio, o conjunto de regras que viesse a ser estabelecido, negaram-se, por fim, a pôr em execução o regulamento elaborado, sob dois pretextos: o de que os tipógrafos dos jornais ganhavam muito bem ⁽¹⁾ e estoutro: que as condições de trabalho nos jornais diferiam das das casas-de-obras, o que só parcialmente era assim, porquanto, no que respeitava ao pagamento do preço da linha, em regime de empreitada, que era o que vigorava, a base era a mesma.

Relativamente aos restantes aspectos, jamais o sindicato dos tipógrafos pensara impor normas que colidissem com as que existiam nos jornais, pelo que os colegas que nestes exerciam a sua actividade fizeram saber às Empresas que, solidários com os seus confrades das casas-de-obras, reivindicavam as regalias consignadas no documento em referênciã, na parte em que por ele eram abrangidos.

Foi o bastante para que as Empresas proprietárias dos jornais respondessem com o *lock-out*, tendo os tipógrafos encontrado as oficinas encerradas quando, no dia supracitado, se encaminhavam para elas ⁽²⁾.

⁽¹⁾ Para darem aos seus leitores a impressão de que os tipógrafos ganhavam como nababos, publicaram uma tabela em que apresentavam números correspondentes a um período de trabalho anormal e rendoso nas oficinas do *Diário de Notícias*, com «comanditas» excepcionais, tabela em que figuravam o chefe, subchefe e dois ajudantes, pretendendo-se demonstrar assim que tais quantitativos representavam a retribuição geral dos operários.

⁽²⁾ Como a sede da Associação dos Compositores, ao tempo instalada na Rua do Norte, fosse acanhadíssima para a realização das assembleias, que eram muito concorridas,

Os nossos colegas dos jornais, aceitando a situação que lhes fora criada, mantiveram-se firmes, e como as Empresas, volvidos poucos dias, se mostrassem desejosas de retomar o contacto com o público e verificassem que os tipógrafos não estavam resolvidos a regressar às oficinas nas mesmas condições em que haviam sido compelidos a abandoná-las, mandaram uma delegação ao Governo, com o encargo de pedir-lhe que intervisse. Tão fraternal foi o conciliábulo que o presidente do Ministério (Hintze Ribeiro) deu ordem ao chefe dos serviços de investigação criminal (o famoso juiz Veiga) para intimar os operários a retomarem o trabalho até ao dia 25 de Abril, «sob pena do emprego dos meios ainda os mais violentos», com o que queria dizer que seria aplicada à comissão dirigente e a outros colegas de espírito não menos combativo a lei de 13 de Fevereiro, que prescrevia a deportação para Timor ⁽¹⁾.

Não obstante, tratava-se dum *lock-out*, que o mesmo é dizer haverem sido os patrões os fazedores da «parede», pelo que, se houvesse lógica no procedimento das autoridades, a temerosa intimativa deveria ter sido cominada não aos operários, mas aos orientadores das Empresas.

Greve, pròpriamente, houve-a apenas num diminuto número de casas-de-obras, aquelas cujos proprietários não puseram em vigor a tabela organizada pela comissão mista, tipografias de importância secundária, porque as mais importantes haviam-na adoptado.

Não foi necessário levar por diante a ameaça da autoridade. O trabalho foi retomado nas condições anteriores, pura e simplesmente ⁽²⁾.

pediu a sua direcção ao antigo tipógrafo Afonso Taveira, então distinto actor e empresário do Teatro da Trindade, a cedência do salão que ao mesmo teatro pertencia, para nele efectuar as reuniões magnas. Aquiesceu Taveira, mas valeu-lhe tal anuência a *excomunhão* por parte das Empresas Jornalísticas, que, como vindicta, deixaram de publicar os anúncios e reclamos das peças representadas no teatro de que o referido actor era arrendatário! Em contraposição, a classe tipográfica manteve por Afonso Taveira o maior reconhecimento, até ao fim da vida desse homem bom. Entre os testemunhos de simpatia que lhe prestou conta-se o de haver-lhe promovido, anos depois, por intermédio dos tipógrafos sindicados do Rio de Janeiro, uma grande manifestação de apreço, quando Taveira foi àquela cidade brasileira com a sua companhia, o que sensibilizou deveras o antigo operário gráfico e grande carácter.

⁽¹⁾ Uma folhita que a Associação dos Compositores havia publicado (*Boletim Oficial*), que, entre várias notas acerca do conflito, inseria a «Organização do Trabalho», foi proibida de circular, tendo sido ainda o Sindicato intimado a não publicar quaisquer outras folhas informativas.

⁽²⁾ Mais tarde, numa polémica travada nas colunas do diário republicano *O Mundo*, entre o seu director, o livre-pensador França Borges (que não hesitara em marchar contra os operários, de braço dado com os seus *soi-disant* adversários da imprensa monárquica e

Por sua vez, a maioria dos proprietários das casas-de-obras que haviam adoptado a Organização de Trabalho — em que representantes seus, não o esqueçamos, tinham colaborado — deram o dito por não dito, voltando ao regime anterior, tendo até algumas dessas casas, como sucedeu na Tipografia Eduardo Rosa, reimplantado a jornada de dez horas, contra o que se ergueram, ostensivamente, dois dos meus colegas ali empregados, os quais imediatamente se despediram da casa.

Muito coerentes tais industriais...

Os proprietários dos jornais puseram à margem os elementos mais activos dos seus quadros, no que se salientou o *Diário de Notícias*, cuja gerência foi ainda mais longe: obrigou, sob pena de despedimento, os tipógrafos a assinar um papel em que se comprometiam a não se manterem filiados no seu sindicato profissional!

Se tanto os industriais das casas-de-obras como os dos jornais procederam de modo condenável, por terem contrariado um princípio de equidade, como era o de promover a adopção dum processo racional para o pagamento do trabalho de *cheio*, a verdade é que os segundos se salientaram tristemente, pelo mesquinho espírito de revindicta que exteriorizaram na fase final do conflito, além de terem provado que os hinos que entoavam ao Progresso eram... música celestial.

Há que recordar que, até 1904, nos jornais e nas casas-de-obras onde se compunha *cheio*, não existia uma tarifa uniforme para a retribuição desse trabalho, visto que os respectivos industriais, por exemplo, tanto pagavam (em pleno regime de empreitada, que era o que vigorava, repetimos) por uma linha de 18 quadratins que metia 30 letras, como pela de igual medida que comportava 32 letras, incongruência inadmissível.

clerical), e o meu falecido colega Teixeira Severino, este, como delegado da Associação dos Compositores Tipográficos, de que foi um dos mais brilhantes militantes, demonstrou, com grande elevação e copiosos argumentos, que se a administração de *O Mundo* tivesse aceite a proposta do organismo sindical não despenderia mais dinheiro do que estava pagando à data do *lock-out*, demonstração que deixou embatucado o director do órgão republicano.

Sabendo-se que há tipos mais compactos do que outros (o corpo 10-3, por exemplo, mete, na referida medida, mais duas letras que o 10-6), é evidente que o tipógrafo, quando compunha o corpo mais compacto, ficava prejudicado, porquanto aquelas duas letras não lhe eram pagas, atendendo a que o preço da linha se fazia em relação ao tipo mais espesso. Ora, computando a produção dum braço médio em 300 linhas de corpo 10 (no espaço de seis horas de trabalho, visto que duas eram para a distribuição) e, feita uma simples operação de multiplicar, apura-se a soma de 600 letras = esforço não remunerado.

Que pretendia o Sindicato? Esta coisa comezinha, que ninguém de são critério pode achar desrazoável: que, à semelhança do que sucedia em França, na Bélgica e na Itália, países igualmente de língua latina, a composição executada de empreitada fosse paga por milheiro de letras, operação elementar de matemática que anularia aquela irregularidade.

Nesse sentido se pronunciara, aliás, a comissão mista de operários e industriais (todos técnicos, e dos mais aptos, não o olvidemos), o que, além de representar uma solução de ordem moral, traduzia uma manifestação de carácter progressivo.

Pois as Empresas Jornalísticas ergueram-se contra tal preceito, com o que, além do mais, patentearam espírito retrógrado, avesso aos dictames da Civilização, de que só faziam uso externo.

As Empresas Jornalísticas venceram os tipógrafos em 1904, bem se sabe que com a ajuda do juiz Veiga. Mas não anularam, senão transitória-mente, o princípio essencial por que aqueles operários se bateram, visto que, volvidos meses, as mesmas empresas adoptavam o método do pagamento da produção, feita em regime de empreitada, por milheiro de letras, regime que se generalizou e manteve até que, volvidos uns vinte anos, foi substituído pelo sistema de trabalho a jornal — graças também à acção desenvolvida pela organização sindical livre dos operários gráficos e que, por sua vez, foi igualmente hostilizada pelo industrialismo, sem exclusão, é claro, das Empresas Jornalísticas, muito amigas do Progresso, mas muito mais dos seus respeitabilíssimos interesses comerciais ⁽¹⁾.

(1) O meu velho camarada e amigo Dr. João de Campos Lima, numa brochura escrita em 1904, mas só publicada em 1910, ocupando-se do *lock-out* das Empresas Jornalísticas, faz, a propósito do conflito, considerações com as quais estou quase inteiramente em desacordo, pois combate ali as greves corporativas, só achando defensáveis as de carácter

Nalgumas das mais importantes oficinas dos industriais do Livro foi, a partir de então, melhorada um tanto a situação dos respectivos operários, como consequência do movimento de Abril, melhoria que se traduziu em aumento de salário, diminuição de horário e num pouco de retraimento quanto à admissão de aprendizes, se bem que, sob este último aspecto, o benefício não tivesse perdurado.

O *lock-out* de 1904 teve a virtude de capacitar a maioria dos meus colegas da necessidade de criar uma organização sindical forte, que pudesse reivindicar regalias que o patronato não estava na disposição de conceder espontaneamente, e para tal impunha-se a realização duma propaganda intensa e extensa entre os operários gráficos, visto que os obstáculos que se lhes antepunham eram enormes, não sendo dos menores os provenientes da falta de audácia dos tipógrafos, conforme se verificara por ocasião do *lock-out*.

O I CONGRESSO NACIONAL GRÁFICO

Fez-se, de facto, a partir de então, uma nutrida propaganda, havendo servido o movimento de Abril para despertar energias.

A Associação dos Compositores Tipográficos de Lisboa e a Liga das Artes Gráficas do Porto agitaram o operariado da indústria, não só nas duas primeiras cidades portuguesas ⁽¹⁾, mas em todo o País, fortalecendo as associações existentes e promovendo a organização de outras nos principais centros industriais.

Mercê de aturada propaganda — na qual se salientou *O Gráfico*, mensário lançado pela Associação dos Compositores Tipográficos de Lisboa, pouco depois do movimento de Abril —, e da consequente organização sindical, realizava-se, em Junho de 1905, no Porto, o «I Congresso Nacional Gráfico», a mais importante reunião que o operariado do Livro e do Jornal tem efectuado até hoje e que se ocupou de assuntos do maior interesse ⁽²⁾.

Eis o enunciado da ordem de trabalhos que no mesmo Congresso foi discutida: *Organização federal, Preços da mão-de-obra, Higiene, A Apre-*

⁽¹⁾ Como ao tempo não houvesse, nas restantes cidades, número de Gráficos suficiente para se constituírem associações de cada ramo, formaram-se agrupamentos mistos, que se designavam por «Ligas das Artes Gráficas», o que possibilitava também a sindicalização de encadernadores, litógrafos, etc.

⁽²⁾ Foi no amplo Salão Euterpe, que hoje já não existe e que era situado na Rua das Portas do Sol, que se efectuou a magna assembleia dos operários gráficos organizados.

Estive nesse Congresso, como delegado da Liga das Artes Gráficas de Viana do Castelo, havendo tido então ensejo de conhecer pessoalmente os colegas que representaram os organismos sindicais de Lisboa, com alguns dos quais me mantinha em contacto, como correspondente de *O Gráfico*.

geral. O meu desacordo provém, seguramente, da circunstância de eu ter uma *concepção sindicalista* do movimento operário, e não *anarquista*, como sucede com aquele confrade.

Não é aqui o lugar próprio para discorrer sobre o assunto, tanto mais que tenho razões para supor que o meu velho camarada não sustentará hoje algumas das opiniões expendidas na aludida brochura. E a corroborar esta minha convicção está o facto de haver participado activamente da greve dos profissionais de imprensa de 1921.

Própriamente em relação ao movimento de Abril de 1904, não posso deixar de sublinhar que Campos Lima viu o conflito apenas pela periferia, pois começa por chamar *greve* ao que foi um *lock-out*, e a diferença que o facto comporta é tão importante que a maior parte da argumentação do meu camarada redundou, por isso mesmo, insubsistente.

dizagem, *A Mulher na Indústria*, *Expansão mecânica*, *Os impressos do Estado*, *Horário de trabalho*, *A questão pautal*, *A convenção literária com a França* (1886), *Imposto do selo nos cartazes e calendários* e *Introdução sofismada de trabalhos litográficos*.

Nesse Congresso — que representou, além do mais, uma entusiástica manifestação de solidariedade dos trabalhadores da grafia — foi criado o primeiro organismo federal dos mesmos trabalhadores: a União das Artes Gráficas, cuja sede foi fixada em Lisboa.

Sobressaíram na discussão, que foi elevada, dentre os delegados da capital: Teixeira Severino, Augusto César dos Santos, Fernandes Alves e José Maria Gonçalves, da Associação dos Compositores; António Francisco Pereira, da Associação dos Impressores, todos mortos; e Aires de Sá, da Associação dos Litógrafos; e dentre os do Porto: Emílio de Campos Lima, Tomás Gasparinho, Sousa Salgado e Teixeira Pinto, da Liga das Artes Gráficas, também todos mortos.

A GREVE NO ANUÁRIO COMERCIAL

Poucos meses após o Congresso, isto é, em Dezembro, declaravam-se em greve os compositores do Anuário Comercial, ao tempo e ainda hoje uma das mais importantes tipografias de Lisboa, tendo sido esses colegas secundados, a breve trecho, pelos confrades impressores.

Deu origem ao movimento um incidente provocado pelo chefe da secção de composição, que excluira, sem razão plausível, um tipógrafo da participação comum dum trabalho extraordinário. Como o operário reclamasse, embora serenamente, a revogação de tal ordem, queixou-se o subchefe ao proprietário (o falecido comerciante Manuel José da Silva, homem ríspido), o qual declarou, de modo desabrido, que dispensaria os serviços daquele tipógrafo se ele não acatasse a ordem dada, o que irritou um outro colega, que invectivou violentamente o patrão, pelo que foi logo despedido e bem assim mais três compositores, estes por se mostrarem dispostos a abandonar a oficina, como protesto.

O pessoal da composição, em face da atitude insolente do industrial, resolveu suspender o trabalho e reclamou a intervenção da Associação dos Compositores, secundada, depois, pela dos Impressores.

Alguns dias volvidos o industrial anuiu à reclamação dos Sindicatos, readmitindo o pessoal, inclusive os três operários cuja exclusão determinara a greve, ficando de fora o compositor que ofendera o patrão e tendo sido destituído do seu lugar o subchefe, autor do conflito.

CATORZE HORAS DIÁRIAS DE TRABALHO!

Eram más as condições de trabalho dos tipógrafos que exerciam a sua actividade profissional nas casas-de-obras, mas, se exceptuarmos os quadros efectivos de *O Século*, do *Diário de Notícias* e de *O Mundo*, pouco melhores eram, no que respeitava a proventos, as dos colegas dos jornais, apesar dos mentores das respectivas empresas, em 1904, terem pretendido dar a impressão de que não sucedia assim. Poderiam ter usado de igual expediente em 1906, pois naqueles dois primeiros jornais havia, nessa época, quem levantasse férias avantajadas. Simplesmente tais férias, pelo que correspondia ao quadro suplementar de *O Século*, eram produto duma mortificante jornada de trabalho, impossível de aguentar por muito tempo.

A esse regime de produção intensa estive sujeito, de 1906 a 1907, na oficina de *O Século*, período em que começava, como os meus colegas, a encher componedores (em regime de empreitada, é bom não esquecer) às 8 da noite, para terminar, com frequência, pelas 7 horas da manhã, depois de composto parte do original destinado ao número seguinte. E, não obstante o longo horário, eu e os colegas na minha situação éramos forçados a volver à oficina antes das 14 horas, para proceder à *distribuição*, pois no caso contrário arriscávamo-nos a ficar sem letra, que o mesmo é dizer na iminência de não trabalhar à noite ⁽¹⁾.

Ora onze horas de trabalho nocturno e, pelo menos, três para a distri-

buição (pois havia que encher uma caixa de corpo 7, uma meia-caixa de 6 e distribuir ainda algumas *tomadas* de corpo 5) faziam umas dilatadas catorze horas, que tantas eram as que em geral passávamos na oficina! Em situação normal, porém, isto é, quando o número de páginas oscilava entre seis e oito, a jornada de trabalho era dumas dez horas: oito de noite e duas de dia, estas para a distribuição.

Os componentes do quadro efectivo gozavam a sua folga semanal, mas os do quadro suplementar ou *ajudas* ⁽¹⁾ só de quinze em quinze dias tinham direito a descansar um dia, direito aliás teórico nas épocas de grande aperto de trabalho, pois não raro sucedia o chefe da oficina vir, de madrugada, pedir-nos que folgássemos em dia posterior, sob a alegação de que o número imediato teria muitas páginas e carecia, por isso, de todos os componentes do quadro suplementar.

Passava-se isto num tempo em que os dois mais importantes matutinos de Lisboa, na ânsia de captarem as boas graças do público, cuja preferência disputavam, e também *pour épater* o honradíssimo comerciante, junto de quem fervilhavam os angariadores de anúncios, se serviam de todos os pretextos para publicar 12, 16 e 24 páginas, e à compita levavam a efeito concursos de todas as espécies, um dos quais, o «dos bichos» — promovido pelo *Século* e cozinhado pelo Sr. Mimon Anahory, especialista na organização desses certames de publicidade —, fez grande ruído na cidade basbaque.

Mas, como era de prever, esse período de trabalho intensivo não podia manter-se indefinidamente, e, assim, sucedeu o que era natural: voltou-se, a certa altura, ao regime das 6 e 8 páginas, o que determinou um considerável afrouxamento na produção, passando os *ajudas* (no *Século* éramos trinta) a trabalhar, alternadamente, apenas nas noites em que fosse necessário substituir os colegas efectivos que faltassem por motivo de doença ou por qualquer outra razão justificada.

Os *ajudas*, não obstante, eram forçados a comparecer diáriamente nas oficinas, à hora do começo do trabalho, assim à laia de moços-de-esquina, que,

⁽¹⁾ Nesses ominosos tempos ainda os grandes jornais de Lisboa não possuíam máquinas de compor, que dali a pouco começariam a dar entrada em Portugal e que, como todos os maquinismos que anulam o trabalho de muitos braços — em proveito do industrial, é claro —, foram, por isso mesmo, recebidas ferozmente pela nossa gente, apesar das maganas serem bem sedutoras. E hoje ainda o são mais, pois estão aperfeiçoadíssimas.

⁽¹⁾ *Ajudas* ou *supras* eram as designações que se davam aos compositores tipográficos que constituíam ao tempo, em quase todos os quotidianos de Lisboa, os quadros suplementares, compositores que apenas trabalhavam em substituição dos colegas do quadro efectivo ou então desde que o número de páginas, como sucedia na época a que me estou reportando, fosse superior ao normal. Colegas houve que se mantiveram longos anos na situação de *ajudas*, antes que conseguissem passar ao quadro efectivo.

para não serem desapossados do canto que ordinariamente guardam, têm de dar sempre sinal de presença. Sujeitavam-se a isso no propósito de fugirem à somítica jorna dos oito tostões das casas-de-obras e também na esperança de um dia passarem à situação de efectivos, embora, entretanto, não contassem com a garantia duma única noite de trabalho na semana, o que quer dizer que parte desses homens, os que não acumulavam, isto é, os que não trabalhavam de dia — e era o maior número —, estavam sujeitos, a despeito de caminharem diariamente para a oficina, a não encher um só componedor durante uma semana inteira, limitando-se a levantar, parte deles, apenas o produto de algumas distribuições mandadas fazer por colegas efectivos, distribuições pagas à razão duma quarta parte do que um homem produzia à caixa durante uma noite.

Entretanto, os efectivos não só tinham garantida a semana de trabalho, mas viam ainda as suas férias acrescidas do produto da *comandita* semanal, que, sobretudo aos sábados, era geralmente bem rendosa ⁽¹⁾.

E como se isto não fosse suficiente, sempre que se tornava necessário ocupar o lugar de algum *comanditário* que faltasse por motivo de doença ou de qualquer outra natureza impeditiva, eram ainda os colegas do quadro efectivo quem, por meio duma escala de rotação que só a eles estava circumscrita, preenchia tais vagas, o que quer dizer que, por vezes, faziam duas *comanditas* na mesma semana, enquanto os colegas do quadro suplementar, aliás tão competentes profissionais como eles, nem sequer gozavam do direito de ser chamados para essas substituições, tendo, invariavelmente, que fazer férias esburgando apenas o osso ⁽²⁾. Daí estas duas reivindicações por parte dos *ajudas*: 1.^a — que os não obrigassem a ir todas as noites à oficina, desde que lhes não garantissem certo número de dias de trabalho, pelo que deveriam revezar-se; 2.^a — que, nas noites em que os grupos comanditários se achassem incompletos, deles participassem, alternadamente, os colegas que constituíam o quadro suplementar.

⁽¹⁾ *Comandita* era a designação que se dava às equipas constituídas por cinco tipógrafos, diariamente escalados para executar todo o trabalho *calhançoso*, isto é, os longos títulos, os reclamos, os anúncios, e rubricar a *Bolsa*, trabalho quase todo marcado pela regreta de corpo 6, o que, atendendo à grande quantidade de anúncios, que os jornais então publicavam, proporcionava a essas equipas, num só dia, proventos que correspondiam, por vezes, ao montante de duas ou três semanas de trabalho esforçado dos *ajudas*.

⁽²⁾ Composição de *cheio*, desprovida de títulos que fossem além da largura de uma coluna, isto é, trabalho não-*calhançoso*.

A QUESTÃO DOS «AJUDAS»

Não tendo sido considerada semelhante reclamação, desencadearam «os ajudas» de *O Século*, secundados pela Associação dos Compositores Tipográficos, um movimento de protesto contra tão indefensável regime de trabalho e ao mesmo tempo de reivindicação das supramencionadas regalias, movimento em que tomei parte activa, acompanhando um pequeno grupo de colegas de *O Século*, não exclusivamente constituído por *ajudas*, mas também por alguns camaradas que pertenciam ao quadro efectivo ⁽¹⁾, campanha que, dentro de pouco, me forçaria a abandonar aquele jornal, na companhia duma parte dos aludidos colegas, todos, como eu, estreitamente ligados à Associação dos Compositores Tipográficos, tendo ingressado no quadro de *O Mundo*, então consideravelmente ampliado por motivo de haver mudado a sua sede da Rua das Gáveas para a actual Rua de S. Roque, no mesmo edifício onde, à data em que traço estas linhas, está instalado o *Diário da Manhã*. Tornou-se aquele movimento conhecido pela designação de *A Questão dos Ajudas* ⁽²⁾.

⁽¹⁾ Três colegas de *O Século*, na situação de efectivos, que se colocaram ao lado dos *ajudas*, mostrando assim rara isenção, foram: António Antunes da Conceição Agostinho, Julião de Andrade e Fausto Fernandes Graça (todos mortos), acompanhados pelo belo espírito — um inteligentíssimo colega, dos maiores batalhadores e também o homem mais desprezado do nosso grémio — que foi José Antunes da Conceição Agostinho, o qual, embora não fosse ainda do quadro efectivo, estava, por ser *ajuda n.º 1*, adido àquele, participando, portanto, de todas as *calhanças*. Era irmão do primeiro, também muito inteligente, que mais tarde ingressou, após concurso, na Imprensa Nacional e que foi um dos componentes do extinto «Conselho de Delegados» desse estabelecimento.

⁽²⁾ *A Questão dos Ajudas!* Que tremenda agitação, que discussões, que incidentes e lutas provocou entre a nossa gente! Um episódio: certa madrugada, encontrando-me de

A Associação dos Compositores Tipográficos, entrando em cheio na acção, depois de ter convidado o quadro efectivo de *O Século*, cuja maioria era associada, a reunir na sua sede, como este houvesse declinado o convite, sob a peregrina alegação de que o director do jornal seria «o árbitro superior naquela questão de trabalho», entrevistou o falecido jornalista Sr. Silva Graça, ao tempo director de *O Século*, que, havendo tido embora frases amáveis para com o Sindicato operário, cobriu, como era de esperar, a retirada do quadro tipográfico do seu jornal.

Veio o Sindicato a público com um opúsculo (*Pão para todos*), de carácter doutrinário⁽¹⁾, e quatro manifestos combativos, em que se justificava

folga e estando a cear, sôzinho, no «Café dos Anarquistas» (*), tive, a certa altura, que suspender a refeição, provocado por um colega que era ajuda de *O Século* (Frutuoso Firmino Júnior), que ostensivamente se havia colocado, com mais alguns, contra o nosso comum Sindicato, por causa da campanha em que este andava empenhado. Em atitude agressiva, convidou-me a que saísse para a rua, a fim de que se visse então qual de nós era capaz de defender mais enérgicamente a respectiva posição. E, uma vez em plena rua, esgrimindo o meu opositor uma longa navalha, cuja comprida lâmina cintilava na sombra da noite, e empunhando eu um nodoso bengalão, de que nesses tempos andava habitualmente munido, saltitou o Frutuoso, por largo tempo, na minha frente, enquanto, por minha banda, mais sereno do que o fogoso adversário (que para mais estava um tanto bebido), me limitava, de cajado em riste, a manter o saltador a distância, num torneio que não teve consequências. Voltas que os homens dão! Quatro anos mais tarde, sendo ele ainda ajuda de *O Século* e eu efectivo de *O Mundo*, havia de encontrar-se preso, comigo, a bordo da canhoneira *Pero de Alenquer*, quando do cerco à «Casa Sindical», da Rua do Século, prisões que tiveram origem na greve geral de 31 de Janeiro de 1912, de solidariedade para com os trabalhadores rurais de Évora, greve em que ambos tomámos parte, o que nos acarretou o despedimento das oficinas em que trabalhávamos. Publicou então esse colega uma brochura condenando vivamente o referido cerco, traiçoeiramente levado a cabo pelos governantes republicanos, e na qual usava duma linguagem em que se enalteciam os princípios de solidariedade operária. Frutuoso Firmino Júnior, que era do Porto, onde mais tarde se estabeleceu com tipografia, na Rua do Almada, suicidou-se, em 1931, atirando-se dum 3.º andar à rua, segundo me inteirou um colega da mesma cidade.

⁽¹⁾ Escrito por Teixeira Severino, uma das melhores mentalidades que têm honrado a classe tipográfica e que, no Congresso Gráfico do Porto, subira a alto nível com a apresentação da tese *Higiene*. Foi ele também quem escreveu os vários manifestos em resposta ao quadro de *O Século*.

(*) Assim se tornara conhecido o restaurante que ainda hoje existe no Largo da Trindade, n.º 14, restaurante que era o cenáculo de alguns dos mais conhecidos elementos libertários daqueles tempos, dentre os quais recorde: o operário estereotipador de *O Mundo*, Adão Duarte; o empregado camarário Martins Vaqueiro e o contabilista José Altavila; o fotógrafo Virgílio de Sá, que foi director de *O Agitador*, os três primeiros mortos e o quarto suponho que por terras brasileiras; o inconfundível Constantino Mendes, *O Norte*, e os jornalistas José do Vale, Bourbon e Meneses e Pinto Quartim, todos grandes admiradores do velho anarquista e belo carácter que foi António José de Avila, o qual também ali parava por vezes.

amplamente a intervenção do organismo sindical numa campanha de móveis tão dignificantes como aquela, enquanto o supramencionado quadro publicava, por sua vez, uma *Carta aberta à classe tipográfica*, bem escrita, não há dúvida, se bem que não redigida por qualquer dos compositores, mas por um jornalista de *O Século*, o qual, arvorando-se em defensor dos referidos tipógrafos, pretendeu, em nome destes, justificar a falsa posição em que se haviam colocado, tentando dar foros de legítimas às alegações sobre «direitos adquiridos» e «interesses criados», para o que usavam de uma linguagem que parecia partir de patrões e não de operários.

Voltou o Sindicato à estacada, com novo manifesto, no qual era pulverizada a insubsistente argumentação dos operários bem nutridos, que, por desfrutarem uma situação privilegiada, achavam defensável a existência de duas categorias de assalariados na mesma profissão e até na mesma oficina, «uma exercendo a sua actividade diariamente e gozando do mais absoluto direito de posse do trabalho *calhançoso*, à outra apenas sendo dados os restos, ignorando sempre quantos dias de labor lhe seriam concedidos, entregue às contingências do acaso, à sorte», como se fosse legítimo que trabalhadores reputassem razoável que colegas seus estivessem sujeitos a semelhante sistema de produção.

No *Diário de Notícias* a situação dos colegas que se encontravam trabalhando como *ajudas* era perfeitamente a mesma: nem uma «comandita», nem uma pequena «calhança», nem a garantia de quaisquer dias de trabalho! Em relação a esses tipógrafos não era menor o egoísmo dos colegas que constituíam o quadro efectivo⁽¹⁾.

Mas o que toca as raias do inverosímil é que operários que se encon-

⁽¹⁾ Decorrido algum tempo, andando o Sindicato dos Compositores Tipográficos a diligenciar melhorar a situação dos colegas dos jornais, avistou-se, para o efeito, uma delegação do Sindicato com o director do *Diário de Notícias*, Dr. Augusto de Castro. Tendo-lhe dito a comissão operária que era inadmissível que os *ajudas* não desfrutassem a menor regalia, porquanto nem sequer tinham assegurado um dia de trabalho, mostrou-se aquele senhor surpreendido com semelhante revelação, pois ignorava que no *Notícias* houvesse compositores que estivessem em tais circunstâncias. Mandou logo chamar ao seu gabinete o chefe da tipografia (Brasão), a quem ordenou que pusesse termo, imediatamente, a semelhante anomalia, o que na verdade sucedeu, apesar duma parte dos componentes do quadro efectivo ter diligenciado ainda que se mantivessem, em relação aos *ajudas*, as condições anteriores.

Apraz-me tornar pública esta atitude do Dr. Augusto de Castro, tanto mais que já o tenho criticado por falsas posições que tem assumido como director do mesmo jornal.

travam submetidos a tão ingrato regime de trabalho se houvessem colocado contra confrades seus que pleiteavam por melhores condições de vida para eles próprios, como já mostrámos.

Uma segunda anomalia se verificava nos jornais, esta atingindo os jovens colegas considerados como meios-oficiais: a do seu trabalho lhes ser pago por uma terça parte, revertendo a outra a favor dos chefes das oficinas, nalguns dos quotidianos, e, noutros, em benefício das Empresas.

Em contraposição, o quadro tipográfico de *O Mundo*, muito unido à Associação dos Compositores Tipográficos, numa acção exemplificativa que mais tarde seria secundada por outros quadros, pôs termo não só à exploração de que eram objecto os meios-oficiais, mas passou também a garantir aos ajudas 5 dias de trabalho e o direito de substituírem os efectivos sempre que qualquer destes faltasse, participando de todas as *calhanças*, para o que foi estabelecida uma «escala de rotação» entre os segundos.

A GREVE

(Diário Operário da Manhã)

A SAIRIR EM 18 DE MARÇO

O DIÁRIO OPERÁRIO «A GREVE»

Em 1908, isto é, há 42 anos, encontrava-se à testa do Governo o então chefe do «Partido Regenerador-Liberal», João Franco, que, conforme ele próprio dizia, «caçava no terreno dos republicanos», os quais ao tempo realizavam, através do País, uma propaganda intensíssima.

No propósito de atrair às suas fileiras a classe operária — a qual, em grande parte, estacionava nas hostes do partido político que se opunha à Monarquia —, prometia João Franco aos trabalhadores uma legislação protectora, promessa que estes, todavia, recebiam com cepticismo, porque não se tinham ainda esquecido de que, quando «ministro do reino» dum dos governos presididos por Hintze, fora ele o autor da «Lei de 13 de Fevereiro», a qual permitia a deportação para Timor, lei que visava especialmente os elementos avançados, pelo que foi ruidosamente combatida.

Como os republicanos, por sua vez, fizessem aliciantes promessas ao operariado, este, em elevado número, deixara quase desertas as Associações de Classe, da maioria das quais era mentor o Partido Socialista, partido hostilizado pelos agrupamentos republicanos e também por numerosos propagandistas libertários, muitos dos quais, alegando não quererem estar subordinados aos socialistas, se abstinham de frequentar regularmente aquelas Associações, se bem que a maioria deles, na sua qualidade de operários, pudessem fazê-lo perfeitamente.

A Associação dos Compositores Tipográficos, cuja sede era então na Rua de S. Bento, agrupamento onde predominavam também colegas filiados no Partido Socialista ou que com ele simpatizavam ⁽¹⁾, era uma das poucas

(1) César dos Santos, Fernandes Alves, Eduardo Abreu, Teixeira Severino, Teodoro Ribeiro, José Antunes da Conceição Agostinho, André Martins Fidalgo, Manuel Duarte, etc.

A GRÉVE

(Diario operario da manhã)

A SAHIR EM 18 DE MARÇO

1908

Redacção, administração e typographia

RUA LUZ SORIANO, 112, 1.º — LISBOA

Está exuberantemente demonstrado que o proletariado portuguez, se bem que dispõe de elementos necessarios para poder fazer valer os seus direitos, continuamente menosprezados pelo Capital, ainda hoje não possui uma poderosa arma de combate que se torna por demais necessaria: — uma folha diaria, inteiramente sua, onde possa erguer bem alto a sua voz sedenta de Justiça.

E' para preencher essa grande lacuna que acaba de constituir-se em Lisboa o Grupo de Propaganda Social, formado exclusivamente por trabalhadores, o qual encetará em 18 de março, anniversario da Communa de Paris, a publicação d'um diario, onde serão altivamente defendidos os interesses e os direitos dos que trabalham, ao mesmo tempo que fará a maxima propaganda do principio syndicalista.

A Grève — assim se intitulará o novo jornal — será a tribuna onde todos os que luctam por um ideal mais bello, poderão fazer a diffusão dos seus principios, e o baluarte onde os que soffrem dirão da sua justiça.

A Grève, que conta com a collaboração dos mais distinctos publicistas operarios, inserirá secções de alto interesse, passando diariamente em revista os acontecimentos mais importantes dos centros operarios do paiz e do estrangeiro e dando circunstanciada informação de todos os movimentos levados a effeito pelo proletariado. Além d'isso terá tambem: a collaboração de delegados dos diferentes centros e associações operarias; uma secção de annuncios gratuitos, destinada aos operarios sem trabalho; uma outra secção na qual serão noticiados diversos casos da rua, devidamente apreciados e commentados; larga informação do paiz e do estrangeiro; e um folhetim assás instructivo.

A Grève reunirá, enfim, as condições d'um jornal moderno, o que de modo algum implicará com a missão para que foi creada.

O Grupo de Propaganda Social, espera, portanto, que **A Grève** será auxiliada pelo operariado em geral, sem cujo concurso não poderá exercer a sua acção, que se nos affigura de optimos resultados para a grande familia operaria.

A sahir em 18 de Março

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO — Rua Luz Soriano, 48

onde ao lado daqueles militantes formavam vários elementos anarquistas ⁽¹⁾ e outros que, embora da vanguarda, se situavam à margem dessas duas tendências, isto é, que se batiam pela acção sindical ⁽²⁾, sendo talvez devido à circunstância de estarem ali representados elementos de todas essas correntes que os primeiros não faziam proselitismo no agrupamento de resistência, embora nos respectivos centros políticos agitassem as suas ideias particulares, como era aliás legítimo.

Dentre os elementos da terceira categoria surgiu um grupo de quatro tipógrafos ⁽³⁾ que, no desejo de contribuir para a organização duma força sindical autónoma, encetou trabalhos tendentes à fundação dum jornal operário diário, de orientação sindicalista.

César dos Santos, que permanecera durante alguns anos em França e fora, em 1904, um dos componentes da comissão dirigente do movimento tipográfico dos jornais, nos discursos que fazia na Associação dos Compositores (de que era um dos militantes mais cultos), falava-nos, com frequência, de Sindicalismo. O seu Sindicalismo, porém, era de tendência reformista, o mesmo preconizado por Keuffer, ao tempo secretário-geral da Federação dos Trabalhadores do Livro de França, tendência que não tinha a nossa predilecção, a qual ia, inteirinha, para o sindicalismo de Griffuelhes e de Pelloutier, ou melhor: o da Carta de Amiens.

Promoveu, pois, o nosso Grupo (que passou a denominar-se de Propaganda Social) uma reunião na casa onde viriam a instalar-se a redacção e a tipografia de *A Grève* (Rua Luz Soriano, n.º 112, 1.º), reunião para que foram publicamente convidados os militantes de todas as tendências socialistas, que compareceram em número elevado. Efectuou-se essa sessão em Fevereiro de 1908.

Depois de expostos, por Evaristo Judicibus, os propósitos que animavam os componentes do Grupo de Propaganda Social, foi pedida a cooperação dos elementos de todas aquelas correntes, sem o que a iniciativa não prosseguiria.

⁽¹⁾ Francisco Cristo, José Benedy, Apto Oliveira Lima da Costa, Joaquim Rodrigues Castelo, etc.

⁽²⁾ José Maria Gonçalves (que viera, depois do *lock-out* de 1904, dos centros republicanos), Perfeito de Carvalho, Raul Ernesto Dias, Evaristo Judicibus, Alfredo Freitas, Fausto Fernandes Graça, o autor destas linhas, etc.

⁽³⁾ Evaristo Judicibus, Fausto Fernandes Graça, Alfredo Freitas e o autor destas linhas, grupo a que se ligou Francisco Judicibus, ao tempo empregado na administração de *O Século* e que mais tarde foi um actor distinto.

Tomado em apreço o apelo dos organizadores da reunião, de todos os lados lhes foi assegurado apoio leal, mercê do que, a 18 de Março, aniversário da Comuna de Paris, saía o primeiro número de *A Greve*, com tipografia própria.

Propunha-se o novo diário, como já dissemos, divulgar os princípios sindicalistas, mas há que confessar que medíocre foi a propaganda que realizou nesse sentido, porque Fernandes Alves, que era o chefe da redacção, não tinha o menor empenho em que se fizesse a divulgação dos métodos da acção directa, contrários às suas conhecidas concepções ideológicas, e, apesar de se encontrar ladeado pelo velho camarada anarquista António José de Avila e por outros elementos que não formavam nas fileiras do Partido Socialista (os quais não podiam, contudo, dar longa assistência ao jornal), lá ia orientando a gazeta à sua feição, aliás sem o menor constrangimento, tanto mais que se dava o caso de eu, que figurava como redactor-principal⁽¹⁾, me achar absorvido pela tipografia, na minha qualidade de compositor, o mesmo sucedendo com os três restantes colegas do Grupo⁽²⁾. Assim, só no ano seguinte se faria uma eficaz

(1) Não tinha a minha pessoa, para o efeito, mais méritos do que qualquer dos confrades do grupo editor, os quais entenderam, todavia, que deveria ser eu o escolhido, por haver dirigido, em Viana do Castelo, o semanário operário *O Lutador* e... por ter redigido com certo *elan* o cartaz anunciador do periódico.

(2) Dentre os redactores de *A Greve*, um dos que lhe deu maior assistência, e graciosamente, há que ajuntar, foi José Benedy (que, na data em que estou escrevendo, caminha para os 85 anos, e a quem, não há muito, tive o gosto de abraçar na sua casa da Calçada do Tojal, 93, 1.º, Dt.º, a Benfica), antigo operário tipógrafo, profissão que trocou pela de fotógrafo, em que era exímio, tendo sido também marinheiro da Armada, moço-de-esquina (só por espaço de três horas), pedaço, inventor, jornalista, revisor-tipográfico, conferencista, poeta (mantendo ainda hoje o antigo lirismo) e, para fechar este longo *curriculum vitae*, um rebelde funcionário público. Estava o nosso Benedy tão absorvido pelo jornal que, no propósito de não perder tempo a ir tomar as refeições a casa, apesar de ter mulher e filhos, e entendendo que os do grupo editor deveriam fazer o mesmo, propôs que comêssemos todos na redacção, prontificando-se ele a ser o cozinheiro. Fez-se a experiência um belo dia. O jantar constou duma bifalhada de caldeirada, aliás excelentemente cozinhada por José Benedy. O pior é que foi tal o apetite revelado pelos comensais, o que perfeitamente se justificava pela enorme soma de energia que todos despendíamos naquela casa, que, uma vez devorados os deliciosos bifés, fui o primeiro a sair, à socapa, para me dirigir à Pensão onde habitualmente comia, fazendo frente, com o desembaraço de sempre, ao jantar que me apresentaram. Os restantes companheiros procederam de modo idêntico, à excepção do inconfundível Benedy, que, péssimo gastrónomo, ficou positivamente pasmado com o descomunal apetite dos parceiros.

divulgação do Sindicalismo, graças às brochuras publicadas pela Livraria Aillaud e admiravelmente traduzidas por Emilio Costa, seguidas, no fim do mesmo ano, pela realização do «Congresso Sindical e Cooperativista», efectuado na Caixa Económica Operária, e, em 1911, do aparecimento do semanário *O Sindicalista*, cuja redacção era na sede da Associação dos Compositores Tipográficos, jornal a princípio dirigido por António Evaristo e depois pelo autor destas linhas.

Ao cabo de quatro agitadíssimos meses, em consequência da boicotagem que lhe foi movida pelos chefes de venda das empresas jornalísticas — especialmente pelos das gazetas republicanas, que temiam que o novo concorrente não só contribuísse para desviar muitos operários dos centros republicanos, encaminhando-os para as associações de classe, conforme era realmente sua intenção, mas que também lhes escamoteasse numerosos compradores —, ao cabo de quatro meses, ia eu dizendo, capacitaram-se os fundadores de *A Greve* de que não poderiam prosseguir com a publicação regular do jornal, esgotados como estavam os parques fundos que, num esforço penoso, haviam conseguido reunir. Assim, ofereceram, nessa altura, a propriedade de *A Greve* à Associação dos Compositores Tipográficos, a qual, reunida em assembleia, se bem que se tivesse mostrado penhorada pela oferta, declarou, contudo, não estar apta a aceitá-la, atendendo a que não dispunha dos meios necessários para manter com regularidade a publicação do órgão operário⁽¹⁾. Como piorasse de dia para dia a situação, passou o periódico,

(1) Entre os numerosos percalços registados, figurou este. Certa madrugada (eram 3 horas) o Teodoro Ribeiro, que fizera parte do quadro tipográfico que nessa noite compusera o jornal, embateu, com as suas imponentes carnes, numa porta que, estendida sobre dois bancos, à laia de *mármore*, continha os *granéis* correspondentes a duas páginas que estavam a ser formadas, desfazendo-se estrondosamente toda aquela composição. Isto representava uma noite de trabalho perdido e o não-aparecimento de *A Greve* naquele dia. Os poucos que assistimos à terrível derrocada — pois dos compositores do quadro daquela noite só estava o Teodoro e, dos fundadores do jornal, apenas o Evaristo e eu —, ficámos sem pinga de sangue. O Teodoro, que ia tendo um ataque apopléctico, levou, desesperadamente, as mãos à luzidia calva e exclamou, com a maior aflicção:

— Ai, que grande desgraça!

Assim que retomou alento, o Evaristo Judicibus disse-nos que esperássemos uns momentos, pois ia pedinchar a composição que faltava. Dirigiu-se, com o dinamismo habitual, à tipografia do diário republicano *A Vanguarda*, que ficava na mesma rua, e de cujo quadro faziam parte colegas dos mais dedicados (e ele era um deles), e ali arrebanhou toda a matéria linotipada que se lhe deparou, a qual tratava dum julgamento importante que se efectuara na

entre dificuldades bravias, a sair duas vezes por semana, depois de o grupo editor, com o objectivo de reunir novas boas vontades, ter ampliado, inútilmente, o número dos seus componentes e de se haverem feito, simultaneamente, desesperados apelos à débil organização operária em favor de *A Greve*. Como bissemanário, publicou-se durante três meses, tendo então a sua sede na Rua Marechal Saldanha, vindo a acabar por sair, de longe em longe, um ou outro número, em formato menor, quando o Grupo de Propaganda Social se instalou num quarto da Rua do Norte.

Houve em volta do nosso jornal, sobretudo no decurso dos quatro meses em que saiu diàriamente, dedicações admiráveis, comoventes. Não me eximo a salientar três das notas mais expressivas.

A primeira deram-na vários confrades de diferentes corporações operárias, especialmente da do Sindicato do Pessoal dos Arsenalistas do Exército (com o nobre e infatigável João Pedro dos Santos à frente), que, aos domingos, efectuavam a venda do nosso diário através das ruas da cidade, venda que, nos dias úteis, era feita por grupos de estudantes das escolas superiores, auxiliados por alguns dos fundadores do jornal e por vários redactores e colaboradores (1).

véspera: o dos supostos autores do memorável incêndio da Rua da Madalena, composição que entrou nas páginas de *A Greve* tal como apareceria nas de *A Vanguarda*.

O nosso jornal não deixou de sair, realmente. O pior é que, nas suas proletárias colunas, um dos advogados, o republicano Alexandre Braga, era tratado por «nosso ilustre correligionário», o que provocou um remoque dum jornal monárquico, remoque que o Benedy se viu embaraçadíssimo para ladear no número seguinte, tão certoira fora.

(1) O Evaristo Judicibus e eu éramos dos que iam vender *A Greve* quase todas as manhãs, depois de passarmos as noites a compor freneticamente. Local preferido: imediações das fábricas de tabaco, em Xabregas, onde eu tinha larga clientela entre as camaradas tabaqueiras, que simpatizavam comigo, talvez por ser, além de confrade, um desempenado moço de 25 anos... Ambos fazíamos a pé o longo percurso que vai do Bairro Alto a Xabregas — a pé e gritando por essas ruas o nome da gazeta, munidos, para o efeito, da licença de vendedores e ostentando a competente chapa, é claro.

Recordo-me que, numa dessas manhãs, quando regressávamos os dois de Xabregas,

A segunda foi patenteada por um núcleo de amigos de *A Greve*, que não formavam na classe operária, antes pertenciam aos meios intelectuais e artísticos, tendo sido deveras eloquente a atitude de alguns estudantes dos dois sexos (entre eles um grupo de senhoras que em breve conquistariam o seu diploma de professoras, como D. Deolinda Lopes Vieira, D. Rosalina Ferreira e D. Lucinda Tavares), que do jornal faziam viva propaganda. Pormenor impressionante: era tanta a simpatia que o distinto pintor Cervantes de Haro tinha pela *Greve*, que, além de haver feito excelentes desenhos para ela, se dispôs a aprender a caixa tipográfica, a fim de trabalhar ao lado dos compositores, e, assim, mantinha-se diàriamente, horas e horas, no seu bucólico aspecto de novo Messias, em frente da caixa, de compondor em punho, longe, porém, de competir com o azougado Quartim, que, no ano anterior, na qualidade de *caloiro*, participara da ruidosa greve dos estudantes de Coimbra, e que, apostado, por sua vez, em compor a secção *A minha carteira*, cuja autoria lhe pertencia, se alcandorava, durante algumas horas, em frente da caixa.

O terceiro testemunho de alta e nobre devoção deram-na 130 tipógrafos das casas-de-obras e dos jornais da manhã (incluídos diversos confrades da Imprensa Nacional), os quais formaram, alternadamente, durante mais de três meses consecutivos, os quadros de composição e de distribuição, quadros que, revezando-se dia a dia, manufacturavam graciosamente, com o auxílio de alguns dos seus colegas do grupo editor, as páginas de *A Greve*.

Esses valentes submetiam-se voluntariamente à rude prova, após uma dura jornada de 9 horas de trabalho, dada nas oficinas onde exerciam a sua actividade, esforço que só pode ser compreendido na justa medida pelos

extenuadíssimos e cheios de fome, entrámos numa taberna de galegos da Rua dos Bacalhoeiros. Mandámos vir polvo com batatas — uma dose para os dois, porque mingua o dinheiro. Depois de comer com sofreguidão a minha meia-dose, deu-me o comer na fraqueza, pelo que adormeci de bruços sobre a mesa, num sono irresistível, enquanto o Evaristo, mais moroso, esvaziava com delícia o seu prato. Volvidos uns minutos, acordava-me o companheiro, dizendo que urgia que nos fôssemos embora, para dormirmos umas horas e voltarmos à tarde para a tipografia, a fim de fazermos a «distribuição». Arrelampado, olhei o prato onde comera, e fiquei surpreendido por o ver tão limpinho que dava a impressão de ter sido lavado. Fora o Evaristo, que, depois de devorar a sua ração, como não tivesse saciado a fome, viera comer uns restos de cebola que eu deixara e sorvera o molho com bocados de pão!...

da profissão, sobretudo tendo-se em conta que os «compositores de cheio», tanto os das casas-de-obras como os dos jornais, labutavam então em regime de empreitada, visto o trabalho a jornal, hoje generalizado na indústria tipográfica, ser uma ténue aspiração nesses recuados tempos (1).

Seria hoje possível tamanho sacrifício?

(1) Recordo este facto admirável. Certa noite, já quando *A Greve* estava na agonia, depois de me ter desempenhado de qualquer missão que ao jornal dizia respeito, regresssei à tipografia cerca das 3 horas da madrugada. Verifiquei que havia apenas composição para duas páginas, e estava somente um homem na tipografia, pois os restantes membros do quadro, como fossem em número insuficiente nessa noite, e considerando impossível comporem sózinhos o jornal, haviam-se retirado. Fiquei desanimadíssimo, e muito mais o colega Alfredo Freitas, que me acompanhava. Reagindo, porém, escrevi, nervosamente, um bilhete, que pedi ao Freitas levasse à Rua de S. Roque, pois acabara de dirigir um S. O. S. — nanja o primeiro — aos colegas de *O Mundo*. Abatidíssimo, lá partiu o emissário para o diário republicano (de cujo quadro estava licenciado, como eu) e, uma vez na sala de composição, disse, angustiadíssimo: — «Rapazes: *A Greve* não sai hoje! O Vieira manda-vos esse bilhete».

Meia hora volvida, entravam na acanhada sala de composição do nosso jornal todos os colegas que constituíam o quadro tipográfico de *O Mundo*, inclusive o chefe (Julião de Andrade) e o aprendiz (Joaquim Marinho), ambos mortos. Todos se lançaram ao trabalho, com alma, os caixistas a compor cheio e a fazer anúncios, o Julião a emendar, o Marinho a tirar provas.

As 5 da manhã *A Greve* entrava na máquina de impressão!

Tempos ominosos, mas, por outro lado, tempos heróicos!

Actos destes é que têm contribuído para eu — que, à semelhança de tantos outros, poderia ser hoje um respeitável manga-de-alpaca — me orgulhar de continuar na posição de operário gráfico, bem ligado à grei com a qual me confundo.



Fotografia tirada por José Benedito aquando duma festa realizada na Caixa Econômica Operária em favor d'A Greve

No primeiro plano, sentados para a esquerda para a direita: Alexandre Vieira, Alfredo Freitas, Evaristo Judicibus, Fausto Fernandes Graça e Alfredo Duarte Laurcano, os quatro primeiros do Grupo editor do diário e o último, também tipógrafo, seu administrador. — Entre os restantes, onde predominam elementos das classes gráficas, encontram-se alguns dos mais conhecidos militantes da Associação dos Compositores, como Teodoro Ribeiro, Francisco Cristo, Teixeira Severino, Eduardo Abreu, Raul Neves Dias, etc., ao tempo operário impressor e elemento activo do respectivo sindicato.

ORGANIZAÇÃO FEDERAL

Nos dias 29, 30, 31 de Outubro e 1 de Novembro de 1908 realizou-se em Lisboa, na sede da Associação dos Compositores Tipográficos, o II Congresso Gráfico, o qual — depois de ter verificado que a União das Artes Gráficas, votada no Congresso do Porto, não pudera levar a efeito a tarefa de organização sindical que lhe fora demarcada, por desinteresse das associações aderentes, pois só corresponderam algumas das que agremiavam compositores e impressores — deliberou substituir aquela União por um segundo organismo federal, que reuniria apenas os tipógrafos.

Foi, assim, votada a Federação Tipográfica Portuguesa, cuja gestão ficou confiada a dois conselhos: um, central, com sede em Lisboa; outro, interfederal, a estabelecer na segunda cidade do País, para o que as associações tipográficas do Norte se corresponderiam com o Porto e as do Sul com Lisboa.

Foi também deliberado que *O Gráfico*, órgão da União, fosse substituído pelo mensário *A Tipografia*, cujo primeiro número saiu em Janeiro de 1909, sob a direcção de César dos Santos, a breve trecho substituído por Teixeira Severino, que esteve à frente dessa revista até ao último número publicado.

É correntio supor-se, e não só supor-se, mas afirmar-se, que o trabalhador manual, na sua função de produzir, não vibra, isto é, não experimenta emoção ou excitação provocada pelos grandes impulsos de beleza, acreditando-se geralmente que outra preocupação o não anima, no exercício da profissão, que não seja a de fazer jus ao salário.

Já o mesmo conceito se não faz em relação aos trabalhadores intelectuais, incluídos nesta designação os que pertencem ao domínio das belas-artistas, a quem, em regra, se atribuem qualidades que, certamente por sistema, são negadas ao ope-

rário do músculo, parecendo até haver o propósito de persuadir que aqueles são feitos de outra massa, embora seja certo que num e noutro lado, e porventura por motivos idênticos, há quem sinta e quem aos frios métodos vá buscar o que lhe falta em sensibilidade.

É preciso que se possua um conhecimento muito ligeiro do operariado manual para que se ignore que existem indivíduos nesse meio que, no exercício dos seus misteres, põem nos actos que realizam muito sentimento, muita beleza, muita alma. Encontramo-los em todas ou em quase todas as profissões, desde a de jardineiro à de cinzelador, sem esquecer a de sapateiro, que, apesar do sentido depreciativo em que entre nós é tida, possui profissionais de requintado gosto.

Através da minha vida de tipógrafo — ofício que naturalmente conheço mais de perto — tenho encontrado colegas que, pelos trabalhos efectuados, pelo engenho que revelam e sobretudo pelo sentimento que põem nas produções que saem das suas mãos, são por mim considerados estetas requintados, visto a profissão ser, para eles, alguma coisa mais que um simples modo-de-vida: um verdadeiro sacerdócio.

Observar esses homens em certos momentos em que se entregam ao exercício da sua actividade é ter a prova de que estão penetrados do sentimento do belo, é adquirir a certeza de que não há materialidade no acto que estão realizando, mas consciência, paixão, movimento de alma.

Eles não limitam a sua acção à tarefa de copiar, à simples reprodução de modelos, mas criam, idealizam, concebem, o que quer dizer que nas obras que executam há pedaços do seu espirito. E, todavia, o público, ao passarem-lhe sob a vista esses trabalhos, está longe de calcular os esforços que eles representam, ignorando que nos ornatos que vê há centenas de microscópicas peças, assim como na linha de uma página de livro se empregaram dezenas de caracteres móveis.

Coisa parecida sucede em relação a muitíssimas outras profissões, como as de ourives, alfaiate, decorador, entalhador, etc., motivo por que reputo forte injustiça considerar que somente há estética no que se convencionou chamar belas-artes.

O que infelizmente sucede é que nem todos os operários dotados de senso estético são devidamente apreciados pelos industriais, visto que a maioria destes tem em maior apreço a quantidade que a qualidade do trabalho, apontando-se a dedo os que, aos mais aptos dos seus assalariados, proporcionam ensejo de produzir com esmero e também de aperfeiçoarem as suas aptidões.

As pessoas que asseveram, pois, que entre os trabalhadores manuais não há quem tenha o culto do belo produzem uma afirmação que não só não corresponde à verdade, mas que igualmente revela um precário conhecimento das qualidades psíquicas de homens que passam o melhor da existência em oficinas que, na generalidade, convidam à deserção, pelas péssimas condições de salubridade que oferecem, quando é certo que, sob este aspecto, o meio ambiente é, para os que trabalham, factor tão importante como o é a ciência para o progresso.

(Da Educação Social).

XX

TRABALHO EM «COMANDITA»

Na época a que me estou reportando, isto é, em 1909, os tipógrafos que exerciam a actividade nos jornais, se bem que o seu trabalho fosse melhor remunerado que o dos colegas das casas-de-obras, viam-se forçados, sobretudo nos diários de menor expansão, a realizar um penoso esforço para conseguirem fêria sofrível.

Assim, como componente do quadro efectivo de *O Mundo* (aonde regresssei após o parêntese aberto pela publicação de *A Greve*, precedido pelos colegas Fausto Graça e Alfredo Freitas, todos nós exaustos de forças e endividados), tive, muitas vezes, que fazer fêria, não em ritmo de produção regular, isto é, no decurso do período normal, mas apenas no curto espaço de três horas de esforçado labor, pois após a época de trabalho farto que o jornal proporcionara aos tipógrafos por virtude de, com a mudança para o novo edificio, ter coincido o melhoramento da sua factura, caíra-se num ramerrão modorrento, em que as *paragens* ⁽¹⁾ se sucediam, paragens duma hora e mais. Durante esses intervalos, eu e os restantes colegas consumíamos a maior parte do tempo em inactividade forçada, muitas vezes a dormir, de cotovelos fincados sobre os caixotins, aguardando assim, num ambiente de pesadíssimo aborrecimento, que chegasse a altura de receber a *vezada* correspondente à nossa ordem de inscrição, a qual *vezada*, como se calcula, era composta num frenesi.

Tão molesta modorra era quebrada alta noite, com a irrupção, na oficina, dum zarolho que na Praça de Camões vendia, nesses recuados tempos,

(¹) Mais tarde logrou a Associação dos Compositores, em acção reivindicativa fortemente secundada pela Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, conseguir que o tempo de paragem fosse pago — uma grande conquista dos tempos da empreitada.

o café de lépes e que, às tantas da madrugada, de lampião na tripeça (e por isso lhe chamavam o *Pirilampo*), ia de longada às tipografias dos quotidianos que demoravam no Bairro Alto, para nos espreitar os nervos com a negra droga que nos impingia por café, mas que só dava essa impressão quando se lhe adicionava um cálice de rija *bagaceira*.

Eu, que pertencia ao número dos *trepadores* ou *braços fortes*, novo e vigoroso como era, lá me ia defendendo o melhor que podia, e o mesmo faziam alguns colegas em circunstâncias idênticas. Mas os já fatigados, cujas necessidades eram aliás mais prementes do que as minhas — pois eu não tinha, a essa data, encargos de família, e eles, em geral, possuíam mulher e filhos —, viam-se, como é intuitivo, em sérias dificuldades para levantar salário que lhes permitisse uma vida digna.

Foi essa uma das razões por que a breve trecho surgia a ideia de implantar o regime comanditário⁽¹⁾ na tipografia de *O Mundo*, sistema de trabalho que, se houvesse sido adoptado pela unanimidade do quadro, permitiria que todos os componentes deste levantassem salário igual. Não sucedeu, porém, assim.

O «quadro modelo» — assim o haviam classificado por haver garantido cinco dias de trabalho aos *ajudas* e de ter também realizado a *comandita* das *calhanças* —, o «quadro modelo», ia eu dizendo, fraccionou-se em dois grupos, constituído cada um destes por número aproximado de colegas, pois uma parte não concordou com a implantação do novo sistema de trabalho, o que não

(1) «Regime comanditário» se chama ao sistema da produção em que o trabalho, embora seja dado de empreitada pela empresa, venha a ser executado colectivamente pelos operários, de forma que se aproveite a capacidade profissional de todos e a totalidade da fêria passe a ser dividida em horas de trabalho, recebendo cada comanditário, ao fim da semana, o quantitativo correspondente ao tempo de permanência na oficina.

É um sistema que, valorizando as aptidões profissionais de cada operário, as aproveita convenientemente, convergindo assim todos os esforços para uma boa execução do trabalho, ao contrário do que acontece no regime de empreitada individual, em que a preocupação máxima de cada um é produzir muito, sem olhar à qualidade, como sucede aliás em todas as profissões. Sabido que, entre os tipógrafos, há uns que são aptos para compor *cheio*, outros mais ágeis na confecção de anúncios e ainda outros com maior tendência para o trabalho de rubricas e de emendas, é evidente que, aproveitadas as aptidões, não só a produção será mais rendosa, mas também mais perfeita. Consequentemente, mais suavidade na vida da oficina e mais equidade, virtudes que o regime da empreitada individual anula impiedosamente.

Tal sistema de trabalho foi praticado com êxito em Paris, sobretudo na Imprensa Nacional, nos tempos da empreitada, tendo sido um dos seus mais entusiastas propugnadores o tipógrafo francês Boudet e, entre nós, Teixeira Severino.

obstou a que os restantes tipógrafos pusessem em prática a decisão que haviam proposto em agitada reunião comum.

Trabalhei em *comandita* durante nove meses, ao fim dos quais soçobrou a tentativa, em virtude de os anticomanditários terem passado a pôr em prática, para combater o grupo contrário, um dos processos fundamentais do sistema: a ajuda mútua no trabalho de composição, nanja o que lhe anda conexo, ou, melhor, o essencial: a distribuição equitativa dos proventos. Isto não obstante se terem contado entre os anticomanditários colegas que, anteriormente, haviam preconizado tal regime de trabalho, tendo até um deles, quando membro da Direcção do Sindicato, proposto à empresa dum jornal diário, como melhor meio de pôr termo a desinteligências entre o respectivo pessoal tipográfico, a adopção da *comandita*! Essa opposição organizada⁽¹⁾ contribuiu para fazer baquear a *comandita*; não, porém, apenas tal opposição, mas também — e isto é mais triste — a circunstância de alguns dos comanditários terem passado, volvidas poucas semanas sobre a implantação do novo regime de trabalho, a realizar esforço sensivelmente menor do que o despendido quando trabalhavam individualmente! E muito curioso é que uma parte dos comanditários que com o seu exemplo deveras concorreu para a anulação de tal tentativa pertencia precisamente ao número dos braços fracos, exactamente os que mais empenhados deveriam mostrar-se, no seu próprio interesse, em que a *comandita* subsistisse.

(1) Chegou-se, por vezes, a vias de facto entre colegas dos dois grupos, pelo que tive que munir-me de novo do nodoso bengalão, que não foi afinal mister utilizar.

INQUÉRITO À INDÚSTRIA NACIONAL

Com a subida do «Franquismo» ao Poder, em 1908, não conheceu o País mais prosperidade do que até então, pois, por efeito dos acontecimentos políticos, agravou-se a crise económica e, conseqüentemente, pioraram as condições de vida, não só dos tipógrafos como de toda a classe operária, à qual João Franco, conforme atrás dizemos, prometeu legislação protectora.

Em resultado das lutas que travou contra o Partido Republicano e os «dissidentes», de tendência liberal, de alguns dos agrupamentos políticos monárquicos, contribuiu o fogoso político para a implantação da República, cujo terreno preparou com as suas perseguições.

Ao operariado o que deu de concreto, nesta segunda fase de governante — da primeira ficou a famigerada lei de 13 de Fevereiro —, foi a incumbência de pronunciar-se, por intermédio das associações de classe, sobre um inquérito às condições da indústria, determinado por portaria de 26 de Novembro de 1909, inquérito a que a Associação dos Compositores Tipográficos respondeu com um trabalho que corre impresso em brochura, do qual foi relator o competentíssimo colega Teixeira Severino, que teve como seus colaboradores mais directos os confrades André Martins Fidalgo e Manuel Duarte.

Com Raul Ernesto Dias e Francisco de Paula Ramos (ambos mortos, como os três primeiros), fiz parte duma comissão auxiliar que calcorreou as oficinas de Lisboa, na recolha de elementos para a elaboração do supramencionado trabalho.

Apresentámos à assembleia geral o nosso relatório, que Teixeira Severino, que era todo delicadezas, entendia que deveria ficar em família, isto é, não desejava que fosse publicado, por nele se dizerem verdades amargas, mas aquela assembleia — que não estava habituada a que lhe falassem a lin-

guagem rude de que nós usáramos — manifestou-se pela publicação do trabalho, de que fui relator, no qual, pela primeira vez, se fazia, sem circunlóquios (dentro da Associação dos Compositores Tipográficos de Lisboa), a apologia do Sindicalismo.

Terminávamos assim as nossas considerações :

A simples narração de factos que aí fica, e cuja autenticidade é incontroversa, elucidar-vos-á, ainda que pàlidamente, das condições humilhantes em que se encontra a classe tipográfica.

É provável que haja colegas a quem o nosso desprezioso relatório não agrade, pela circunstância de nele serem visados, embora o sejam lealmente. Outros haverá, talvez, que discordarão da forma rude, mas verdadeira, que imprimimos a este relato, por serem de opinião que nem todas as coisas se devem dizer deste modo. Os signatários, porém, reconhecem que é preferível falar a linguagem da verdade, que, se por vezes magoa, tem, contudo, na maior parte dos casos, o condão de criar uma atmosfera sã e límpida, com a qual todos se sentem bem. Afigura-se-nos até não estarmos em erro quando supomos que um dos factores que bastante têm concorrido para o estado de indiferentismo em que permanece a nossa classe é o de nem sempre se lhe ter dito abertamente que ela é uma daquelas que mais atrasadas se encontra — em tudo! — se bem que tantas razões tivesse para caminhar, se não na vanguarda, pelo menos a par de todas as outras.

É necessário dizer à classe tipográfica que a sua desorganização se torna evidente, e que dela, que tão numerosa é, apenas uma terça parte está associada, contando-se ainda neste número muitos colegas que julgam cumprir o seu dever de sindicatos limitando-se a pagar a sua quota. Não! Decididamente, a missão do operário sindicalizado é mais vasta. A ele compete, na oficina, velar pela manutenção dos seus direitos, sem os quais não pode haver deveres; no sindicato, contribuir com o seu esforço e com a sua solidariedade para a consecução de regalias a que legitimamente aspiramos; em toda a parte, enfim, fazer, como puder e souber, mas com consciência, a propaganda do princípio sindicalista como base única do conseguimento dum estado social justo e humano.

Impõe-se um grande trabalho de educação para fazermos do nosso Sindicato um reduto sólido e valoroso a opor às arremetidas do inimigo de todos



os dias e de todos os tempos — o capitalismo. E essa educação, quando se não faz na escola ou no lar, faz-se no sindicato de resistência.

Camaradas há, entre nós, que acreditam que o Estado algo faça em prol das classes laboriosas, ao conhecer, pelo resultado do inquérito a que mandou proceder, a situação, nada invejável, dessas mesmas classes. Uma outra corrente se formou, todavia — e esta é talvez a predominante —, que nada espera da acção dos poderes públicos.

Igual opinião é a dos signatários, que apenas confiam no esforço do proletariado, na sua organização económica.

Mas quer isto dizer que consideramos estéril, por esse facto, o trabalho neste momento levado a efeito pelo nosso Sindicato? De nenhum modo, pois, ainda que outros resultados dele se não apurassem, perduraria, pelo menos, o acurado estudo da comissão relatora, cometimento que, em nosso entender, representa muito de valioso.

DOIS CONGRESSOS :

O «NACIONAL OPERÁRIO» E O «SINDICAL E COOPERATIVISTA»

A Federação das Associações Operárias de Lisboa, que era orientada por elementos preponderantes do Partido Socialista — a cuja frente se encontrava Azedo Gneco —, promoveu, em 1909, um «Congresso Nacional Operário», desdobrado em duas reuniões, uma realizada em Lisboa e a outra no Porto.

A reunião de Lisboa teve o seu início na Sala Algarve, da Sociedade de Geografia, a 4 de Julho, com representantes de 28 associações de classe, algumas cooperativas e 4 centros socialistas.

A Associação dos Compositores Tipográficos, que fora convidada a nomear delegados, entendeu, em assembleia geral convocada para deliberar, que não deveria fazer-se representar nesse Congresso, por não ser constituído exclusivamente por organismos de carácter sindical.

Houve, no Congresso, uma cisão, em consequência de a respectiva comissão revisora de mandatos, de que fora relator José do Vale, antigo elemento anarquista, se ter pronunciado pela não-admissão dos representantes dos centros políticos, parecer que foi rejeitado pela maioria.

Em resultado da aludida cisão, os elementos que abandonaram o Congresso (entre os quais se encontravam alguns militantes socialistas), promoveram um outro, este inaugurado, em 5 de Setembro, no salão da Caixa Económica Operária, e que se designou: «Congresso Sindical e Cooperativista», com a representação de 31 associações de classe e algumas cooperativas.

Foi igualmente convidada a Associação dos Compositores Tipográficos a mandar delegados, mas, pela mesma razão por que se negara a fazer-se

representar no Congresso Nacional Operário, isto é, por não se tratar exclusivamente duma assembleia de organismos sindicais, absteve-se de aderir a essoutro Congresso.

Nessa magna reunião discutiram-se quatro teses sobre organização sindicalista, devendo anotar-se que, mercê da propaganda então feita, o Movimento Operário assumiu, a partir dessa data, um carácter mais avançado do que o registado anteriormente.

A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

Em 5 de Outubro de 1910 era proclamada a República, que, como os próprios republicanos históricos confessam, só foi possível mercê da contribuição activa que uma grande parte do operariado deu não só à preparação do movimento, mas também à luta armada desencadeada contra as reduzidas tropas que se bateram pela Monarquia, parecendo-me não haver dúvidas de que, se não se tivesse registado a intervenção do elemento popular (e a maioria dos civis que entraram na revolução não pertenciam à burguesia, mas ao proletariado), a República não haveria triunfado, visto que o principal chefe do movimento, supondo a revolução malograda, se suicidara, e o maior número dos outros elementos militares que tinham vindo para a rua, sobretudo os de alta patente, ao contrário do que fizeram uns seis sargentos decididos — sem olvidar Machado Santos, é claro —, persuadidos, ao cabo de algumas horas, de que o movimento seria esmagado, acharam prudente recolher a penates.

Vitoriosa a República, e como a situação económica do operariado continuasse sendo insuportável, começou este a compreender que as promessas que lhe haviam sido feitas não só não eram cumpridas, como, pelo contrário, se estava verificando que quando qualquer corporação operária paralisava o trabalho, forcejando por conseguir algumas melhorias, as autoridades mandavam as tropas carregar sobre os grevistas, da mesma forma que acontecia em plena Monarquia.

Capacitada, pois, pela dura experiência, de que só consigo teria que contar, decidiu-se a parte mais combativa da classe trabalhadora a robustecer os correspondentes órgãos sindicais e a fazer a máxima propaganda entre os seus confrades.

Quanto aos primeiros, cuidou-se de dar o maior incremento à Comissão

Executiva do Congresso Sindicalista, saída da magna reunião sindical que se efectuara na Caixa Económica Operária, ao mesmo tempo que se constituíam em Lisboa, no Porto e na Província novas associações de classe; e, relativamente à segunda, foi lançado, logo em Novembro, o semanário *O Sindicalista* (1), um dos jornais operários que maior divulgação hão tido em Portugal.

A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

Em 5 de Outubro de 1910 em proclamação a República, que como os

Capacidade para, pela sua experiência de que se consegue fazer, que

(1) A sua redacção e administração foram instaladas na sede da Associação dos Compositores Tipográficos, à Rua de S. Bento, em cuja tipografia era composto. Foi seu primeiro redactor-principal o então operário fabricante de calçado António Evaristo (hoje funcionário público, já aposentado), alguns meses depois substituído pelo autor deste volume, que exerceu o lugar até ao último número publicado.

II

RESULTADOS DA ACÇÃO DIRECTA

A GREVE TIPOGRÁFICA NAS CASAS-DE-OBRAS

SIMULTÂNEAMENTE, declaravam-se em greve operários de todas as classes, e a esses movimentos, caracterizados pela apresentação de reivindicações de carácter económico, não foram estranhos os tipógrafos das casas-de-obras, que em 1911 se puseram em greve, por sua vez, depois de terem apresentado, em vão, um caderno de reclamações aos industriais.

Tendiam tais reclamações não apenas à conquista de aumento de salário — que a exiguidade deste aliás justificava amplamente, pois o desequilíbrio entre a receita e a despesa era apavorante —, mas também à adopção dum horário igual para todas as oficinas, atendendo a que o tipógrafo que trabalhava nove horas (1) numa casa, estava sujeito a trabalhar nove e meia e até dez, se se deslocasse, e ainda fazia parte do caderno de reclamações uma outra tendente à regulamentação da aprendizagem, porque era gritante o que ocorria nesse domínio. Enfim, pretendiam os tipógrafos que fosse adoptada (actualizada, é claro) a «Organização de Trabalho» apresentada à indústria em 1904, a qual, como oportunamente mostrámos, fora elaborada por representantes de operários e de industriais.

A argumentação do patronato consistia em sustentar que as condições

(1) Se bem que não fosse inteiramente respeitado o regime das nove horas de trabalho, era esse o adoptado então na maioria das tipografias de Lisboa.

da indústria não permitiam um aumento de encargos, esquecendo-se de que o principal responsável da situação era ele próprio, que se entrechocava numa concorrência espantosa, como o patenteava a incrível variedade de orçamentos que eram apresentados aos clientes; e na desumana exploração da aprendizagem tinha o mesmo patronato a fonte que alimentava essa daninha concorrência.

Facto curioso: desde 1904 que os sindicatos gráficos, sempre que apresentavam reivindicações de carácter colectivo aos industriais, colocavam à cabeça, invariavelmente, a que tendia ao estabelecimento duma «Organização de Trabalho», particularidade de que não deixariam de beneficiar os patrões, atendendo a que um novo regime de produção poria um pouco de ordem onde predominava o desregramento. A primeira tarifa, elaborada em 1904, fora, a breve trecho, renegada pelo patronato, como já o mostrei; as apresentadas posteriormente, jamais foram consideradas.

E, todavia, os industriais de tipografia, sempre que nos dois arraiais se estabelecia luta, pretendiam dar a impressão de que o móbil que agitava os operários era exclusivamente o do interesse próprio, imediato, o que seria, aliás, legítimo. Porém, tal alegação não correspondia inteiramente à verdade, visto que não era tão intenso o egoísmo dos trabalhadores do Livro que não cuidassem sempre de acautelar, embora indirectamente (e o contrário seria absurdo), os interesses do patronato, conforme se conclui daquela sua preocupação.

A greve de 1911, em que os operários gráficos lutaram com decisão durante cerca de duas semanas, foi perdida, embora por parte dum bom número de tipógrafos tivessem sido feitos penosos sacrifícios, no propósito de verem atendidas as suas reclamações, a que não escasseava fundamento ⁽¹⁾.

Fomos vencidos, mas depois de luta acesa, sem temor das ameaças de patrões e de governantes, com o que quero dizer que a nossa gente dera a sensação de ter perdido o medo.

Para que o leitor ajuíze da razão que assistia aos tipógrafos, reproduzo — tão expressivo ele é — este eloquente trecho da *Resposta ao inquérito na indústria tipográfica*, pouco antes publicada pela Associação dos Compositores Tipográficos:

(¹) Embora então trabalhasse nos jornais, acompanhei de perto a greve, como representante do Sindicato, tendo sido testemunha dos esforços feitos pelos grevistas.

«Gasta o tipógrafo, em média, 5\$600 réis semanais e é retribuído, em média, com o salário de 4\$500 réis. Há, portanto, um *deficit* de 1\$100 semanais, que é coberto, nalguns casos, pela Mulher, à custa do abandono dos serviços domésticos, ou por um dos filhos, às vezes antes da idade própria de exercer qualquer ofício, com prejuízo da sua instrução e do seu desenvolvimento físico, e, noutros casos, na impossibilidade de assim se fazer dinheiro, à custa da independência caseira da família e do agravo das condições anti-higiênicas da habitação, alugando-se-lhe os compartimentos que rendam aquela quantia, os que estejam em melhores condições.»

INTENSIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

A 7 de Maio de 1911 realizava-se em Lisboa, na sede da Associação dos Compositores, à Rua de S. Bento, o II Congresso Sindicalista, com a representação de 91 sindicatos e a população associativa de 35.000 operários. Além do relatório e contas da Comissão Executiva do I Congresso, discutiram-se três teses: 1.^a *Princípios gerais de organização: Sindicatos, Federações de ofício ou indústria, Uniões locais ou Bolsas de Trabalho, Confederação Geral — aspirações, missão transitória, funcionamento*; 2.^a *Greves e arbitragem*; 3.^a *Legislação operária; Lei das Associações de Classe; Instituto de Trabalho, Contrato Colectivo*.

Neste segundo Congresso fez-se representar o nosso Sindicato profissional.

Foram nove as sessões que teve o II Congresso Sindicalista, realizadas aos domingos, terças e quintas-feiras, tendo estado também representada a União Geral dos Trabalhadores do Porto, agrupamento que então reunia cerca de 25 associações do Norte, se bem que ao tempo ainda ali existisse, com não menor número de sindicatos aderentes, a Federação das Associações Operárias, que só mais tarde desapareceria, como aquela, para darem lugar à criação dum organismo federal comum: a União Geral dos Trabalhadores da Região do Norte.

A «CASA SINDICAL»

Estava a Associação dos Compositores Tipográficos regularmente instalada na Rua de S. Bento, n.º 458 (casa onde nasceu Alexandre Herculano), pois as dependências, se bem que não fossem muitas, eram as indispensáveis para o movimento do Sindicato, não sendo, porém, suficientemente amplo o rés-do-chão, onde havia sido montada a tipografia (1).

Como a União dos Sindicatos de Lisboa (2) se mostrasse empenhada em alugar um grande edifício, para sua instalação e da dos sindicatos que quisessem fixar-se no mesmo local, e que desejava fosse o maior número, convidou, insistentemente, a nossa Associação a ir coabitar com ela, tanto mais que a instalação da tipografia sindical seria deveras útil no edifício comum.

Deixou, por isso, a Associação dos Compositores a casa onde estivera durante um bom número de anos, e que tão vivas recordações merecia à Classe, indo instalar-se, com muitas das suas congéneres, num amplo prédio que fora residência do Marquês de Pombal (Rua do Século, n.º 85, onde, à data em que escrevo as presentes linhas, tem a sua sede a Casa da Madeira), edifício

(1) Esta, que no começo era apenas destinada à composição do mensário *O Gráfico* e à factura dos programas para as festas promovidas pela Associação e doutros impressos para uso desta, foi, mais tarde, ampliada, tendo chegado mesmo a adquirir uma máquina grande, mercê do que pôde desempenhar uma parte dos trabalhos que João Franco, em virtude dos assaltos aos jornais, efectuados no princípio do seu consulado, mandou dar à Associação dos Compositores, para serem manufacturados pelos tipógrafos desempregados por aquele motivo. Funcionou, mais tarde, como cooperativa, mas os resultados deixaram a desejar.

(2) Foi seu primeiro secretário-geral o falecido colega José Maria Gonçalves, operário tipógrafo muito inteligente e de grande vivacidade, que terminaria os seus dias como bibliotecário da Imprensa Nacional, cuja biblioteca ele reorganizou.

que desde então passou a designar-se por «Casa Sindical» e cuja inauguração se efectuou em 31 de Dezembro de 1911 (1).

Foi intensíssima a acção de propaganda e de organização exercida nesse período pela Comissão Executiva do Congresso Sindicalista, assim como pela União dos Sindicatos, acção animosamente secundada pel'O *Sindicalista*.

GREVE GERAL DE SOLIDARIEDADE NO SUL DO PAÍS

Não nos deteríamos, porém, por muito tempo na Rua do Século, porquanto na madrugada de 31 de Janeiro de 1912 era o edifício encerrado pelas autoridades. O pretexto para tal violência fora a declaração duma greve geral de solidariedade do operariado de Lisboa para com os trabalhadores rurais de Évora.

Deu motivo a tal movimento — o maior que até hoje se tem efectuado em Lisboa — a atitude parcialíssima revelada pelas autoridades de Évora, sem excluir o governador civil, que, em face duma reclamação dos trabalhadores rurais no sentido de que fosse respeitada uma tabela de salários três meses antes estabelecida de acordo com os lavradores, se colocaram ostensivamente ao lado destes, pelo que o sindicato rural declarou a greve.

A primeira medida das autoridades foi encerrar o sindicato, o que levou os rurais a reunir-se em pleno campo. Seguiu-se a prisão dos elementos mais activos, pelo que os restantes sindicatos de Évora deliberaram proclamar a greve geral, que abrangeu 20.000 trabalhadores da região. Redobraram, por tal motivo, as violências da polícia e da tropa, a qual matou um trabalhador rural e feriu outros, factos que indignaram de tal modo o operariado do País que em Lisboa, Setúbal, Aldeia Galega, Moita e outras localidades do Sul foi proclamada a greve geral pela Comissão Executiva do Congresso Sindicalista, tendo sido morto, na última daquelas localidades, pelos populares, que estavam excitadíssimos, o administrador do concelho, quando duma manifestação feita nas ruas a favor dos rurais de Évora.

O Governo de então, presidido pelo médico-parteiro Dr. Augusto de Vasconcelos, vendo o caso mal parado, veio à fala com uma comissão de ferroviários da C. P., ante os quais se comprometeu a facilitar a ida a Évora duma

(1) Nesse edifício se fixou também o semanário *O Sindicalista*, já então dirigido por mim, e que, depois de montar tipografia, estivera na Travessa dos Remolares, n.º 30, 2.º, onde igualmente tivera a sua sede a União dos Sindicatos Operários, mais conhecida por «União Local».

Era tamanha a expansão do órgão operário que teve de ampliar o formato, e passou a ser impresso numa máquina de maior rendimento.

delegação do comité dirigente da greve de Lisboa, a fim de a mesma delegação verificar se, efectivamente, tinham sido reabertas as associações operárias daquela cidade e postos em liberdade os grevistas ali presos, conforme declarava ter determinado, o que, a confirmar-se, significaria o termo da paralisação.

A delegação operária seguiu, efectivamente, para Évora. Presenciou-se, porém, esta coisa ignóbil: aproveitando-se da espécie de armistício, o Governo, faltando à palavra dada, depois de suspender as garantias, mandou cercar a Casa Sindical por forças de infantaria, artilharia, Guarda Republicana, policia, etc., as quais se preparavam para assaltar o edificio.

Tendo uma delegação do comandante das tropas — que se instalara no edificio de *O Século* — intimado os sitiados, de madrugada, a abandonar a Casa Sindical, sob a ameaça de esta ser bombardeada, deliberaram as 520 pessoas que ali se encontravam (entre elas 21 mulheres), depois de prèviamente terem sido convidadas a pronunciar-se sobre o caminho a seguir, submeter-se à imposição da tropa. E, assim, à medida que homens e mulheres iam saindo do edificio, eram metidos no meio de filas de soldados e conduzidos para bordo dalguns navios de guerra surtos no Tejo ⁽¹⁾, não sem gritarem, durante o percurso, o seu indignado protesto.

Volvidas algumas semanas, como o senhorio do edificio da Rua do Século, de conúbio com as autoridades, tivesse anulado o arrendamento, foram os organismos sindicais que ali tinham a sua sede instalar-se num prédio da Rua dos Prazeres, n.º 39, prédio menos vistoso que o anterior, se bem que amplo, acompanhando a Associação dos Compositores aqueles organismos, com a sua oficina sindical, e bem assim *O Sindicalista*, também com a correspondente tipografia.

(1) Tive então o meu «baptismo de fogo», marchando para bordo da *Pero d'Alenquer*, com a maioria dos detidos, estando então o velho navio sob o comando do oficial de marinha Leote do Reço, que, publicamente, fez lisonjeiras referências à conduta das centenas de homens de que, sem o seu menor apazamento, o haviam feito carcereiro.

O director de *O Mundo*, o democrata França Borges, comemorando duma maneira bizarra a tentativa revolucionária do 31 de Janeiro, do Porto, aproveitou o ensejo para pôr à margem uma parte dos tipógrafos do seu jornal, que haviam participado da greve, figurando eu entre os despedidos. Serviu-lhe o pretexto para ver-se livre dum homem que, por vezes, em *O Sindicalista*, anotava vivamente algumas das suas contradições.

A BOMBA SOBRE O CORTEJO CAMONIANO

Porém, em 1913, quando do lançamento duma bomba sobre o cortejo camoniano, na Rua do Carmo — facto indefensável, que nenhuma vantagem traria para o operariado, mas que a policia logo atribuiu aos elementos mais salientes das suas fileiras —, foi encerrada a segunda Casa Sindical. O estúpido acto serviu à maravilha para que o Governo, a que presidia Afonso Costa, fizesse meter no Limoeiro algumas dezenas de militantes avançados ⁽¹⁾, do mesmo passo que mandava apreender sistemáticamente *O Sindicalista*, com o qual embirrava sèriamente, e tanto que, a seguir, proibia as tipografias de Lisboa de o imprimirem, a despeito de existir uma lei de Imprensa e não se acharem suspensas as garantias.

Como estivesse prestes a abrir, em Lisboa, um Congresso Internacional, e amigos nossos houvessem escrito, em francês, um manifesto que as Mulheres dos presos se propunham distribuir em plena sala de sessões, desconfiaram as autoridades que os congressistas estrangeiros nos visitassem na cadeia e nós os informássemos das condições em que neste país se mantinham em clausura, sem culpa formada, homens cujo delicto era o de não pensarem como os governantes.

(1) Fui um dos atingidos, por desempenhar o lugar de redactor-principal de *O Sindicalista*, e só por isso. E como a policia tivesse também capturado os principais colaboradores do semanário e até o seu administrador (o meu inesquecível camarada Francisco Cristo), num dos números que fizemos compor em Évora dávamos a redacção e a administração da rebelde gazeta como tendo a sua sede na cadeia do Limoeiro! Se bem que isto correspondesse à verdade, a estranha rubrica fez danar o chefe do Governo, que, num officio que dirigiu ao director da cadeia, e que tive ocasião de ler, não ocultou a sua irritação.

Retirados, alta noite ⁽¹⁾, da cadeia do Limoeiro e metidos entre duas filas de soldados da Guarda Republicana, levaram-nos para os lados de Santa Apolónia.

Supusemos que nos fossem meter nalgum barco prestes a largar para a África, mas conduziram-nos afinal para um comboio, expressamente formado para nós na estação do caminho de ferro, comboio onde, sempre ladeados por soldados, de arma carregada, íamos seguir para lugar ignorado.

(Reprodução dalgumas notas, escritas em cartões de visita, no decurso duma viagem, feita em comboio, para um forte)

As 3,45 da madrugada de 12-X-913 (domingo).

Sónia :

As 2 horas da madrugada fizeram-nos levantar, após o que seguimos para a estação do caminho de ferro de Santa Apolónia, no meio duma grande força — dois soldados da Guarda Republicana para cada preso —. Escrevo-te com o comboio em andamento, e confesso-te que não sei para onde seguimos. Talvez para o forte de Sacavém. Veremos. Seja para aonde for, o que é necessário é que não te deixes sucumbir moralmente.

⁽¹⁾ Estivéramos numa sala relativamente limpa do Limoeiro até ao dia em que, pretendendo o chefe dos guardas meter no segredo um dos camaradas que se encontrava na nossa companhia, aliás pessoa cordata, que tivera uma discussão mais viva com um dos guardas, declarámos que se ele fosse para o segredo também nós iríamos, o que nos valeu sermos mudados para uma outra sala que até ali servira de enxovia e em cujas paredes deram uma ligeira demão de cal, para fazerem jus ao recebimento do nosso dinheirinho, visto que pagávamos como se estivéssemos nos quartos.

Ora, como éramos muitos — e mesmo que poucos fôssemos bastaria a circunstância de termos entre nós uns cinco excelentes confrades algarvios para a gritaria ser enorme —, aproveitava eu as horas mortas da noite a fim de arranjar original para *O Sindicalista*. Assim, na noite de 11 de Outubro de 1913, estive até depois da 1 hora da madrugada a escrever — e a matar percevejos, desesperadamente, pois os daninhos parasitas, que me perseguiram com sanha enorme, eram em tão elevado número que, em dia anterior, o Rates enchera um frasco com parte deles, que mostrou aos visitantes, do mesmo passo que a estranha caçada lhe deu assunto para humorística versalhada.

Como a perseguição não cessasse, tomei a resolução de deitar-me. O pior é que, uma hora volvida, o Rates, que dormia a meu lado, acordava-me em sobressalto. Quando, arrelampadíssimo, abri os olhos, deparou-se-me a prisão cheia de soldados da Guarda Republicana, que nos vinham buscar para levar-nos não sabíamos para aonde.

As 5 horas.

Acabamos de passar a estação de Azambuja. Ainda não sabemos para aonde nos levam. Para Santarém, para Coimbra, ou para o forte de Elvas? Mistério! Supomos que seja para a Penitenciária de Coimbra, o que seria preferível a irmos para qualquer forte. A rapaziada não se mostra desanimada. Pelo contrário. O comboio — um canastrão — não me deixa escrever direito. Mas tu talvez percebas.

As 5 1/2 horas.

Acabamos de transpor a estação de Santarém, o que quer dizer que estamos livres do respectivo presidio militar, que me dizem ser dos piores. Calculamos que nos levem para a Penitenciária de Coimbra ou para o forte de Elvas. Preferível seria a Penitenciária de Coimbra. Afirmam-me que o forte de Elvas não é pior do que o presidio de Santarém, mas fica longe. A rapaziada não está esmorecida. O camarada P., que tem boa voz, acabou de cantar uma canção antimilitarista nas bochechas dos soldados da Guarda Republicana.

As 6 1/2 horas.

Passámos a Barquinha, o que significa que seguimos para o Forte da Graça, em Elvas, que me dizem ser suportável. A rapaziada não se mostra abatida. Mas as famílias é que nos dão sérias preocupações, pelo golpe que vão receber daqui a pouco. O José Maria Gonçalves — muito doente, como sabes —, aparenta sofrível disposição.

As 8 horas.

É positivo que somos levados para o Forte da Graça, em Elvas. Não sei se ficaremos sob o regime militar ou civil. De qualquer das formas suportaremos o que vier. Os soldados da Guarda Republicana que nos ladeiam foram chamados ao quartel às 10 horas da noite. Eram 2 1/2 quando saímos do Limoeiro. Somos mais de 100 homens. À hora a que escrevo este bilhete já deves ter recebido a notícia da nossa saída do Limoeiro. Coragem!

As 9 horas.

O comboio vai parar. Com certeza não compreendes algumas das palavras que te tenho escrito nos cartões de visita, por o ter feito com o comboio em andamento e aos solavancos. — O comício que hoje se deve realizar em Lisboa creio que dará que falar. Com certeza usará da palavra algum camarada para protestar contra a

cilada que contra nós fizeram os governantes, a qual atinge especialmente as nossas famílias.

Se aí for qualquer camarada para saber notícias, diga-lhe que estamos de ânimo ao alto. Se aparecer algum com notícias terroristas, põe-no na rua!

Às 12 horas.

Apeámo-nos do comboio, sempre ladeados por dois soldados, pelas 10 horas. Sem nos ser dada qualquer refeição e sob um sol escaldante, subimos o monte, no cume do qual se encontra o Forte da Graça. Como sou bem dotado de perna e o coração não está avariado, não me custou a ascensão, mas já o mesmo não sucedeu com o Gonçalves e com outros companheiros, entre eles um de idade avançada. Chegámos ao forte pelas 11 horas e, com os olhos cheios de sol, a brusca transição do espaço livre para a sombria casamata, foi caso sério. A fim de animar o Gonçalves, disse-lhe duas baboseiras acerca da fresquidão da caserna, escondendo-lhe a indignação que me roía. E instalámo-nos no subterrâneo, a que chamam «sala 9», cujas paredes, ao fim das quais se abrem umas seteiras, têm uns três metros de espessura, sendo mister que todo o dia esteja aceso um candeeiro de petróleo. Tudo isto por não dizer: Amém...

O destino seria o Forte da Graça, em Elvas.

Por virtude do encerramento da Casa Sindical, na Rua dos Prazeres, foi a Associação dos Compositores fixar-se numa sobreloja da Calçada do Combro, n.º 38-A, em cujo piso superior mais tarde haviam de instalar-se outros organismos sindicais e, por fim, *A Batalha*.

UMA TENTATIVA QUE FALHA

Em Abril de 1913, um grupo de industriais de tipografia, filiados na Secção de Artes Gráficas da Associação Industrial Portuguesa, pôs-se em contacto com elementos da Associação dos Compositores Tipográficos, no propósito, ao que asseveravam, de realizarem, de acordo com os operários, uma série de trabalhos conducentes à organização da indústria, que continuava em situação acabrunhada.

Foi a iniciativa recebida alvoroçadamente pelas Associações dos Compositores e Impressores, que logo se dispuseram a cooperar activamente em tal empreendimento, tendo sido constituída uma comissão mista de nove representantes dos três agrupamentos, isto é, de industriais, compositores e impressores, que principiou por publicar as seguintes «Bases para a organização da Indústria Tipográfica de Lisboa»:

- 1.ª — Fazer o inquérito à indústria de Lisboa, para se poder apreciar com rigorosa verdade a sua situação actual;
- 2.ª — Estabelecimento da caderneta profissional operária, reconhecida e aceite pelas respectivas associações;
- 3.ª — Estabelecimento do horário normal de nove horas de trabalho para toda a indústria;
- 4.ª — Regulamentação da aprendizagem e estabelecimento da escola profissional;
- 5.ª — Organização da tarifa mínima industrial e mercantil, e respectivas tabelas;
- 6.ª — Organização da tabela de mão-de-obra, respectivas tabelas e regulamento;

7.^a — Estabelecimento de acordos para a organização da indústria entre o Sul e o Norte do País por intermédio das respectivas associações de classe e pela nomeação de comissões especiais.

8.^a — Eleição de uma comissão mista de carácter permanente, que terá a seu cargo, ouvidas as associações de classe :

- a) Servir de tribunal arbitral ;
- b) Estudar todos os assuntos que importem a melhoria das condições das classes das artes gráficas ;
- c) Procurar manter a organização, de forma a que os seus resultados possam traduzir-se em benefícios reais, para a indústria e para o país ;
- d) Procurar estabelecer instituições de previdência para os operários.»

Foi efectuada uma série de conferências numa das salas da Associação Industrial, a primeira por Teixeira Severino, delegado dos Compositores, sob o tema : *A Indústria Tipográfica* ; a segunda por Arménio Monteiro, representante dos Industriais : *Aspectos da Indústria Tipográfica em Portugal* ; a terceira por Augusto César dos Santos, dos Compositores : *A Indústria Tipográfica*.

O pior é que o entusiasmo, por parte dos patrões, passou depressa, como o demonstrou, posteriormente, um dos mais circunspectos militantes operários, Teixeira Severino, representante da Associação dos Compositores na mesma comissão, que se exprimiu nos seguintes termos:

«Os patrões, medrosos dos resultados do nosso trabalho, coligaram-se para o isolar e fazer o vácuo à roda da comissão. E conseguiram-no pela resistência passiva. O ardor da comissão patronal esfriou. A pouco e pouco os comisionados patrões foram desaparecendo, até que ficou só um, e esse fora eleito em substituição do primeiro seu colega, que desertou. Até que, por falta de combustível para alimentar o fogo sagrado, a comissão dissolveu-se.»

Não obstante, os industriais de tipografia, que sempre têm acusado os operários de porem acima de todas as coisas as questões de salário — o que, mesmo que fosse assim, não lhes ficaria mal, pois a remuneração que recebem da maioria dos patrões não lhes possibilita uma vida digna —, continuaram a lastimar-se da concorrência que lhes era feita pelos colegas.

Apenas palavras, porque, no domínio dos factos, nada de efectivo faziam para obviar à desorganização em que viviam, e a prová-lo está a circunstância de contactarem no seu grémio — e ainda hoje sucede o mesmo — com industriais que sistematicamente rebaixam os orçamentos. Quem tiver dúvidas passe pela Rua Augusto Rosa, 68-70 (à Sé) e na fachada do edificio, em caracteres gordos, encontrará este letreiro: «Trabalhos 10 e 20 % mais baixos do que noutras casas».

Nada mais concludente.

O CONGRESSO OPERÁRIO DE TOMAR

A Federação das Associações Operárias de Lisboa, em que predominavam elementos do Partido Socialista, lançou, nos últimos meses de 1913, a ideia da realização de um Congresso Operário Nacional, que deveria efectuar-se na cidade de Tomar, no mês de Janeiro de 1914, mas que foi adiado para Março, em virtude dos ferroviários da C. P. se terem declarado em greve na data primitivamente fixada.

Como os promotores do Congresso (o mais dinâmico dos quais era Mário Nogueira) houvessem convidado a fazerem-se representar todos os sindicatos operários, fossem quais fossem as suas tendências ideológicas, destacou-se, dentre os elementos sindicalistas-revolucionários, um grupo de militantes, que defendeu, na Imprensa operária, a ideia de que participassem da mesma reunião os organismos aderentes à Comissão Executiva do Congresso Sindicalista, no intuito de contribuirem para a criação de uma central de sindicatos unitária, no interesse dos trabalhadores, então muito divididos.

Fui um dos que se bateram por essa ideia, numa série de artigos ⁽¹⁾ que

⁽¹⁾ Escritos numa das casamatas do Forte da Graça, de Elvas, onde, havia cinco meses, me encontrava preso, depois de ter passado três no Limoeiro, juntamente com umas dezenas de camaradas, conforme conto noutro lugar, eu por ser o redactor-principal de *O Sindicalista* (embora jamais me fosse declarado que nisso consistia o meu delito), aqueles por serem considerados, como a minha pessoa, elementos indesejáveis. Um dos militantes operários (igualmente preso na mesma casamata) que secundou, com brilho, a minha campanha, foi Carlos Rates — que mais tarde havia de passar-se, tristemente, para as hostes que até então combatera com vivacidade —, o qual, como eu, de madrugada se erguia da tarimba, apesar do frio intenso que fazia (estávamos no pino do Inverno), para escrever os seus artigos, aproveitando ambos o silêncio dessas horas mortas para dizermos das nossas razões.

publiquei em jornais operários de Lisboa e da Província, nos quais expus as razões por que entendia que todos os sindicatos deveriam participar do Congresso, razões com as quais vários camaradas com quem tinha afinidades ideológicas se mostraram em desacordo, alguns deles até no próprio semanário onde figurava o meu nome como redactor-principal, o que achei legítimo, só se me tendo afigurado pouco elegantes umas arrevesadas expressões com que ali fui mimoseado por um dos meus opositores, ao tempo puritano dos quatro costados.

Publicado, por fim, em *O Sindicalista*, um questionário em que se pedia aos sindicatos que se pronunciassem sobre o alvitre da ida de representantes seus ao Congresso, a maioria manifestou-se em sentido afirmativo, pelo que quase todos os militantes da organização sindicalista foram a Tomar como delegados dos respectivos agrupamentos profissionais, lá tendo estado também eu e o Rates, que pouco antes fôramos restituídos à liberdade.

Em Tomar, como relator da comissão revisora de mandatos, propus que aos delegados não-operários, nem assalariados, que ali se encontravam representando vários sindicatos (uns sete, entre os quais alguns bacharéis), fosse dado apenas voto consultivo, proposição que produziu, logo no início dos trabalhos, vivíssimo debate, vencendo, porém, o critério, perfeitamente justificado, defendido pela comissão revisora de mandatos, onde estavam aliás representados elementos de tendência socialista, entre eles o próprio secretário-geral do Congresso, Mário Nogueira. Só por deferência para com os sindicatos que os haviam nomeado permaneceram no Congresso os atingidos.

Estiveram representados nesse Congresso — o mais importante, pelo número e pelos objectivos, que o operariado português realizara até então — 103 sindicatos, 3 federações corporativas e 4 de ofícios vários, com uma população associativa de 90.000 sindicados.

Da ordem-do-dia constavam as seguintes teses: *Projecto das bases de organização da União Operária Nacional; Elementos para a reforma da lei de 9 de Maio de 1891; Bases para a fundação do Instituto de Trabalho Nacional; Reforma dos tribunais de árbitros avindores; Carestia da vida.*

A deliberação mais transcendente adoptada pelo Congresso consistiu no estabelecimento do organismo preparatório da Confederação do Trabalho, que se denominaria: «União Operária Nacional», cujo estatuto estabelecia, no seu artigo 2.º, a disposição seguinte:

«A União Operária Nacional não pertence a nenhuma escola política ou doutrina religiosa, não podendo tomar parte, colectivamente, em eleições, manifestações partidárias ou religiosas».

Para secretário-geral da União Operária Nacional foi eleito o delegado da Associação dos Compositores Tipográficos, Francisco Perfeito de Carvalho, que não chegou, porém, a ocupar o lugar, tendo também ficado na comissão administrativa, entre outros elementos sindicalistas-revolucionários, Carlos Rattes, que igualmente desempenhou o cargo de redactor-principal d'A *União Operária*, quinzenário de que apenas saíram dois números.

PELO LEVANTAMENTO DAS ARTES GRÁFICAS

Em Março de 1915 foi constituída, por iniciativa da direcção da Associação dos Compositores Tipográficos, uma comissão com o intuito de levar a efeito tarefa assaz delicada: a de procurar contribuir para a educação e elevação do nível moral, social, económico e artístico dos profissionais que exerciam a sua actividade nas Artes Gráficas, comissão que ficou composta pelos operários Perfeito de Carvalho, André Martins Fidalgo, Carlos Paiva, Raul Neves Dias, Manuel Roque da Silva, Tomás Fernandes, José Maria Gonçalves, Artur Pereira Mendes e Norberto de Araújo, os quatro últimos da Imprensa Nacional, e Teixeira Severino e Alexandre Vieira, estes como representantes da Federação Tipográfica Portuguesa. Tal comissão foi ampliada, mais tarde, com três delegados da Associação dos Impressores: Alfredo da Fonseca, Ramos e Melo e António Dias.

Promoveu a mesma comissão uma série de conferências na sede da Associação dos Compositores, ao tempo instalada na sobreloja da Calçada do Combro, 38-A. Realizaram-nas:

Tomás Fernandes, que desenvolveu o tema: *As Artes Gráficas e a Exposição de Leipzig*, tendo apresentado vários trabalhos de apreço, entre eles fototipias, tricromias, quadricromias, postais de várias nacionalidades, trabalhos em fundo *Maser* e grande profusão de livros, que adquirira em Leipzig, onde fora em visita de estudo, no ano anterior;

Educação profissional e oficial, por Manuel Roque da Silva, tendo o conferente afirmado, em síntese, que a máquina hã-de avassalar todo o trabalho de feição simplesmente material, pelo que o tipógrafo deve evolucionar para o campo artístico, a fim de que a introdução da mecânica se não faça sentir bruscamente, atirando para uma crise pavorosa grande avalanche de braços;

Da *Iluminura à Tricromia*, por Norberto de Araújo, conferência a que presidiu o antigo tipógrafo José António Moniz, ao tempo primeiro-conservador da Biblioteca Nacional, tendo o conferente sustentado a opinião de que a gravura em madeira e em talhe-doce veio, através dos tempos, definindo costumes, marcando épocas e caracterizando escolas, para concluir que, com a descoberta da fotografia, da fototipia e da fotolitogravura, reviveram as cores eternas, e assim como a tricromia representa a mais bela expressão gráfica, a fototipia representa a mais exacta e pura;

A *aprendizagem na indústria tipográfica*, por Raul Neves Dias, o qual, condenando a exploração a que estavam sujeitos os menores, por parte de quase todos os industriais de tipografia, aconselhou uma forte organização sindical, a criação de escolas profissionais, bem como a regulamentação da aprendizagem, sem o que não teríamos a profissão servida por operários perfeitamente aptos a exercê-la;

O *problema da aprendizagem e sua insolubilidade na sociedade actual*, por Perfeito de Carvalho, o qual salientou que, do ponto de vista artístico, é manifesta a impossibilidade de o tipógrafo português criar trabalho próprio, pois tudo entre nós é estrangeiro, a começar nos caracteres tipográficos e a acabar nos catálogos. Mas mesmo que assim não fosse, nada poderíamos criar, porque sempre que o profissional tipográfico leva mais algum tempo com um trabalho em que põe um pouco de gosto, logo o patrão começa a girar em volta dele, para que «despachemos»;

A *capa do Livro*, por Pereira Mendes, que defendeu o critério de que a capa do livro deve ser a expressão nítida da tese da obra, quer por meio dos tipos, quer por meio dos ornatos e desenhos empregados. Em sua opinião a grafia deve ser comparada à arquitectura, em cuja arte toda a ideia encontra expressão. Assim, a capa deve ser — a fachada do Livro.

Duas destas conferências, a de Norberto de Araújo (que mais tarde passaria a ser um distinto jornalista profissional) e a de Raul Neves Dias, foram publicadas.

A CONFERÊNCIA TIPOGRÁFICA DE 1915

A Federação Tipográfica Portuguesa, que fora criada no II Congresso Nacional, realizado em Lisboa no ano de 1908, não fez melhor trabalho de organização que a sua antecessora: a União das Artes Gráficas. Dos agrupamentos profissionais de Lisboa, a Associação dos Compositores Tipográficos não se eximiu a cumprir os encargos a que ficara sujeita, mas a Associação dos Impressores não acatou a resolução máxima que os seus delegados haviam votado no Congresso, pois, com manifesto desgosto de um destes (António Pereira), não ingressou no organismo federal que ajudara a criar! Assim, ficaram apenas na F. T. P. o sindicato dos Compositores de Lisboa e a Liga das Artes Gráficas do Porto. Esta, todavia, ao cabo de 16 meses, abandonava a Federação, pelo que se verificou a anomalia de haver um *soi-disant* organismo federal com um único sindicato! Tão irregular situação implicou a suspensão de *A Tipografia*, o mensário que na Imprensa traduzia o sentir do organismo em referência.

Várias tentativas foram realizadas no propósito de sair-se deste irregular estado de coisas, mas só ao cabo de alguns anos é que se conseguiu que a Associação dos Impressores desse a desejada adesão, o que fez nomeando seu delegado o colega Homero Ramalhal, mercê do que cessou a anomalia até então registada (1).

(1) Por virtude da vida claudicante da Federação ocorreu, dentro do Conselho Federal (comissão executiva), a partir da data em que do organismo em referência saiu a Liga das Artes Gráficas do Porto, uma situação deveras curiosa entre Teixeira Severino, que era o secretário-geral, e o autor deste volume, tesoureiro. Entendíamos ambos que, tal como funcionava, era irregularíssima a existência da Federação. Simplesmente, enquanto Severino achava que bastaria introduzir leves modificações nos objectivos da F. T. P., que

Reorganizado assim o Conselho Federal, deliberou este, desde logo, promover uma Conferência de representantes dos organismos aderentes à Federação e ainda da Liga das Artes Gráficas do Porto, que, como digo acima, nela igualmente estivera uma temporada, reunião que não se limitaria à apreciação das contas, mas que também deliberaria sobre a reorganização do organismo federativo, conferência preparatória do III Congresso, ao qual seria presente uma proposta que elaborei, segundo o critério que até ali defendera, documento que Severino assinou, vencido.

Essa proposta foi apreciada pela Conferência Tipográfica, que se realizou nos dias 28 e 29 de Março, na sede da Associação dos Compositores, com delegações desta, da Associação dos Impressores e da Liga das Artes Gráficas de Viana, esta última a título consultivo. A do Porto não se fez representar.

Aprovada a aludida proposta pela Conferência, depois de uma discussão realizada com a mais perfeita correcção, em que os três componentes do Conselho expuseram, libèrrimamente, as suas opiniões, foi a Conferência ainda mais longe do que propúnhamos, porquanto ampliou as conclusões da minha proposta a ponto de a tornar extensiva à admissão dos trabalhadores dos jornais.

A Conferência Tipográfica elegeu, por fim, para o novo Conselho Federal, por proposta do que saía, os seguintes colegas: Francisco Perfeito de Carvalho, secretário-geral; Raul Neves Dias, secretário-adjunto; António Pereira, tesoureiro. Mais deliberou que o III Congresso Nacional Gráfico se efectuasse em Coimbra, nos dias 12 e 13 de Setembro do mesmo ano.

Não chegou Perfeito de Carvalho a ser empossado no lugar para que fora eleito, por ter ido trabalhar para a Ilha da Madeira, motivo por que o substituiu Raul Neves Dias.

prosequiria, por isso, com o mesmo titulo e os mesmíssimos quadros orgânicos, defendia eu o critério de que se impunha transformá-la num organismo mais amplo, isto é, numa federação em que pudessem ingressar todos os sindicatos gráficos e não apenas os dos tipógrafos. A concepção de Severino estava de harmonia com os métodos da organização reformista do P. S., enquanto a minha reflectia a orientação sindicalista-revolucionária.

Discutimos longos meses o assunto, sem que tivéssemos firmado um acordo, e como não havia possibilidade de desempate, pois éramos apenas dois, só se chegou a uma solução com a entrada dos Impressores, cujo delegado perfilhou o ponto de vista que eu defendia

A LUTA PELAS OITO HORAS — O PORTO À FRENTE

Aprovada, em 22 de Janeiro de 1915, pelo parlamento, uma lei sobre o horário de trabalho, em que, de uma maneira geral, eram fixadas as dez horas, salvo para os operários das indústrias tóxicas — que teriam o horário de oito — iniciou a Liga das Artes Gráficas do Porto um movimento tendente a que os operários do Livro e do Jornal passassem a usufruir as oito horas, a mais agitada reivindicação dos trabalhadores manuais até então formulada em todo o Mundo.

Os industriais gráficos do Norte, porém, secundados pelo inspector de trabalho da região, sustentavam que os tipógrafos não eram abrangidos pelas disposições da lei, cujo cumprimento os segundos reivindicaram animosamente — lei confusa, como quase todas —, pelo que, apoiada pela então ainda Federação Tipográfica, a Liga do Porto se pôs em campo, no propósito de que o parlamento aclarasse o que legislara.

Apresentado em S. Bento um projecto nesse sentido pelo deputado socialista Dr. Costa Júnior, foram, finalmente, promulgadas as oito horas para os gráficos.

Restava, todavia, fazer cumprir o novo horário, e, para esse efeito, teria que substituir-se a acção directa do operariado à simples deliberação parlamentar, pelo que, primeiro os Gráficos e depois as restantes corporações operárias, tiveram que mobilizar todas as suas energias, visto que os industriais continuavam procedendo como se nada de novo houvesse ocorrido.

Assim, quando os sindicatos gráficos, orientados pela Federação Tipográfica — que desempenhou um importantíssimo papel em tal conjuntura —, reclamaram a adopção do novo horário, afirmaram os patrões que só o respei-

De estranhar não é que os elementos das *forças vivas* forcejem por que o regime das oito horas normais de trabalho seja abolido, uma vez que os anima uma tão grande dose de egoísmo que só ficariam plenamente satisfeitos se os operários estivessem para com eles como estavam em tempos recuados os escravos para com os seus senhores.

Também não deve surpreender que indivíduos que defendem com contumácia ideias arcaicas combatam aquela conquista operária, porque para gente como essa (fora do seu tempo) tudo quanto denote tendências progressivas merece-lhe repulsa igual à que o morcego tem pela luz.

Já há que tomar, porém, como menos congruentes criaturas que, dizendo-se dotadas de espírito desempoadado e apregoando humanismo, fazem, por vezes, coro com semelhante gente, pretendendo demonstrar, como o fazia há dias o *Diário de Lisboa* — que incluo na terceira categoria — que o regime das oito horas de trabalho não é justo, e para fundamentar tal critério argumentava que há burgueses que trabalham mais horas, supondo assim apresentar um argumento esmagador.

Não me repugna acreditar que esta afirmativa do jornal em referência corresponda à verdade, podendo ajuntar, por minha vez, que há também bastantes operários que trabalham dezasseis horas e mais por dia, figurando entre estes os que, depois de darem oito horas de actividade ao patrão, vão acabar de esgotar suas forças — e fazem-no graciosamente — dentro das instituições sindicalistas a que pertencem.

Há todavia, que distinguir entre o trabalho que o homem é levado a realizar por sua própria necessidade, mas que também é vantajoso para a grei, trabalho dado em troca de determinada remuneração — e este é o caso do trabalhador assalariado —, e o que é exercido no exclusivo interesse do individuo que o executa, sendo este, em regra, o caso do burguês.

Se se fizesse tal distinção, é evidente que ficaria aquele argumento sem consistência.

Não me deterei a confrontar a utilidade, do ponto de vista social, das funções realizadas pelo burguês e pelo operário. É que, se enveredasse por esse caminho, chegaria à conclusão que se apura invariavelmente: que a actividade que redunde em proveito individual fica a perder de vista ante a actividade que vai beneficiar a colectividade.

Tão-pouco me cingirei ao que os homens de ciência têm escrito em favor das oito horas normais de trabalho. *A Batalha* arquiva nas suas colunas muitos e valiosos depoimentos dessa origem, depoimentos que aliás me parecem ter um valor relativo para os críticos que provocaram estas linhas, apesar de os seus autores não poderem ser tidos, com justiça, como elementos suspeitos de sindicalistas.

Diremos apenas que desejaríamos que os referidos críticos visitassem as oficinas e fábricas que existem através de Lisboa, onde, como sucede em todas

as capitais, as condições de salubridade merecem, em regra, cuidados superiores aos que se notam nas terras da provincia.

Se empreendessem semelhante visita, verificariam que o maior número de lugares de trabalho não reúne nenhuma das necessárias condições higiênicas, o que não obsta a que nesses locais se acumulem homens, mulheres e crianças, que, privados de luz, de ar sadio, de tudo, enfim, que é mister para o regular exercício da produção, vão dando, lentamente, cabo da existência, não só por virtude das péssimas circunstâncias de salubridade, mas também, em muitos casos, pelas das matérias tóxicas que manuseiam, o que significa que o trabalho assim é uma tortura, não propriamente pela função, mas pelas condições em que essa função é exercida.

Como poderá o operário desejar permanecer na oficina, se esta, em vez de ser branca de alegria, é negra como um túmulo; se em vez de o atrair, o repele?

O burguês trabalha mais de oito horas, afirma-se. Mas o burguês, quando efectivamente trabalha, fá-lo não nas pocilgas que em geral destina aos seus assalariados, mas em gabinetes confortáveis, providos de todas as comodidades, e sabe-se que o conforto dispõe bem o espírito.

Esta outra distinção, aliás para considerar, também a não fazem os referidos críticos, o que quer dizer que, tratando superficialmente um assunto como o do dia de oito horas de trabalho, não admira que cheguem a conclusões que não primam pela sua justeza.

(De *A Batalha*).

W

tariam desde que fossem proporcionalmente reduzidos os salários! Muito altruístas os patrões indígenas...

Em face de tais propósitos, de início no Porto e depois em Lisboa, foi-se para a paralisação do trabalho, com o carácter geral na primeira das supracitadas cidades (incluídos os jornais), por meio de greves parciais em Lisboa, critério igualmente adoptado pela Federação relativamente às restantes cidades do país, exceptuando Setúbal, Braga (onde os industriais levaram a cabo um *lock-out*) e Coimbra.

Em Lisboa haviam sido recolhidas, de início, 44 adesões de industriais ao novo horário (sem redução de salário, é claro), entre as quais figuravam as das oficinas mais importantes, pelo que só foi mister declarar a greve numas 10 das 59 restantes tipografias⁽¹⁾, pois o número das que então existiam na capital não ia além de 103.

(1) Ao tempo secretário da Direcção da Associação dos Compositores, trabalhando então na oficina do Anuário, o pior «bico-de-obra» que tive, naquela qualidade, foi o da

Se a Federação Tipográfica, que pouco antes fora reconstituída ⁽¹⁾, exerceu o importante papel de orientadora e coordenadora do movimento pró-oito horas de uma maneira efectiva, movimento que abrangeu todo o país, temos que salientar que a extinta Liga das Artes Gráficas do Porto lhe imprimiu forte impulso, pois foi ela a primeira organização sindical a lutar pela obtenção das oito horas, tendo conduzido essa luta com o maior entusiasmo e espírito de sacrifício.

Deram-se então as mãos, no Porto, os militantes de todas as tendências,

Uma carta que a Direcção do nosso comum Sindicato acaba de enviar-me — na qual me recorda que passa a 28 de Outubro o aniversário desta fortaleza sindicalista, ao mesmo tempo que me lembra, é bem de ver, que rabisque algumas linhas para o presente número de *O Tipógrafo* — fez com que eu passasse mentalmente em revista certas lutas que o meu mais próximo agrupamento de classe tem levado a efeito, uma parte delas coroadas de êxito, outras vencidas, como sucede muitas vezes nas rudes batalhas corporativas, sem que por isso se haja perdido tudo, pois em muitos casos as derrotas, pelos ensinamentos que nos proporcionam, longe de serem ponto final nos conflitos, são um estímulo à preparação de embates decisivos, em que por fim se consegue fazer adoptar a reclamação anteriormente repelida pela parte contrária.

demorada greve que o Sindicato manteve na «Casa Progresso», do Largo da Sé. O industrial, indivíduo de quem os seus colegas diziam e ainda dizem mal — mas com o qual acamaram sempre que se trata de ir contra os operários —, lograra que alguns tipógrafos que trabalhavam na sua oficina atraíssem os confrades, para o que lhes mandava fornecer comida e lhes dava até dormida, quando as comissões de vigilância rondavam as imediações, o que por vezes faziam até hora adiantada da noite.

Consegui uma dessas comissões, de que eu fazia parte, abeirar-se, certa tarde, mercê dum estratagem, dum dos *amarelos*, que era, aliás, bom profissional. Houve que convencê-lo... rijamente. Foi-lhe útil o correctivo, pois passou a ser, daí em diante, um excelente camarada. Ocorreu, por ocasião dessa greve, que se arrastava havia longo tempo, o grotesco episódio que noutro lugar se conta.

⁽¹⁾ Tinha sido nomeado, havia pouco tempo, seu secretário-geral o então nosso confrade Raul Neves Dias, que é, ao tempo em que escrevo, administrador da Imprensa Nacional de Lourenço Marques. Graças à actividade desse homem, que, aos dotes de inteligência, aliava excepcionais faculdades de trabalho, o organismo federal saiu-se airoso do empreendimento em que fora compelido a participar precisamente quando se procedia à sua reorganização. Outros serviços importantes ficou a nossa classe devendo a Neves Dias, que foi um dos mais tenazes militantes operários. Seu irmão, Alfredo Neves Dias, excelente artista tipógrafo, se bem que pessoa menos dinâmica, foi, por sua vez, um probo militante. Deu não só muita actividade à corporação a que pertencia, mas também à central de sindicatos, tendo desempenhado durante bastante tempo o cargo de tesoureiro da Confederação Geral do Trabalho.

Rememorando, pois, algumas dessas batalhas, como as que se levaram a efeito por motivo da «questão dos ajudas», do pagamento da distribuição e bem assim das horas de paragem, e ainda da obtenção do trabalho a jornal, no que concerne às oficinas dos quotidianos, e, no que interessa à corporação em geral, dos sucessivos movimentos pró-aumento de vencimentos, do estabelecimento do salário-mínimo, da conquista das oito horas e das greves de solidariedade para com outras corporações operárias; feito um balanço à acção desenvolvida, apura-se a conclusão de que se muito há ainda a fazer no sentido de melhorar as condições morais e materiais dos compositores tipográficos de Lisboa, algo se tem realizado, embora por vezes à custa de esforços desesperados.

Não ignoro que algumas das conquistas que o nosso sindicato regista no seu activo estão actualmente em perigo, devido a factores de ordem diversa, entre os quais sobressaem dois: um representado pelo desmarcado egoísmo de uma parte da nossa gente, que não vê senão os seus interesses imediatos; o outro pelo comodismo da maioria, que dá a ideia de que vive no melhor dos mundos, o que aliás está longe de corresponder à realidade. Os primeiros não se queixam, evidentemente, ao contrário do que sucede com os segundos, que, em família, erguem os seus clamores, sem que contudo se decidam a empregar esforços sérios no sentido de contribuirem para que se modifique o actual estado de coisas, isto apesar de ser axiomático que não é lamuriando que se consegue melhorar as condições de vida, mas actuando sempre. E actuar é ir além das palavras...

Assim como em várias lutas ficam pelo caminho alguns dos combatentes, ficam também, por vezes, episódios ocorridos no fragor dessas batalhas, episódios que só mais tarde são devidamente apreciados. Uma vez que o Sindicato está em festa, não é inoportuno recordar um. Aí vai:

Andava a nossa corporação empenhada no movimento pró-oito horas de trabalho, movimento que, graças à efectiva solidariedade então manifestada pela nossa gente, estava quase coroado de êxito, embora para esse efeito tivesse sido necessário declarar a greve nas oficinas de alguns industriais mais renitentes, que por fim cederam. Restava, todavia, arrumar as coisas numa «catraia» que ficava nas proximidades da Sé, cujo proprietário — o tipo mais cínico que tenho encontrado no meu caminho — declarara aos delegados da Associação que em sua casa marchava tudo bem, vindo, porém, a saber-se que sucedia exactamente o contrário, no que respeitava à nossa banda, é claro.

Depois de algumas conversas inúteis, chegou-se à conclusão de que não havia remédio senão arrancar dali o pessoal, e assim se fez. O caso é que, a despeito de toda a vigilância das competentes comissões, conseguira o sujeito introduzir no antro, bem guardado pela polícia e, por vezes, pela Guarda Republicana, alguns «amarelos», a parte dos quais foi mister convencer com argumentos decisivos... Eu, que ao

tempo fazia parte da Direcção do Sindicato, perdi, juntamente com um punhado de camaradas de boa-vontade, nas imediações da «catraia», muitas das horas que me ficavam livres do trabalho e igualmente uma boa parte das noites, no propósito, é óbvio, de chegarmos à fala com dois «amarelos» contumazes, que haviam passado a comer e a dormir na oficina.

Enervado, cheio de fadiga, desesperado, pois havia já semanas que andávamos nisto, certa tarde, em plena oficina, ruminei um plano, persuadido de que, uma vez levado a cabo, lograríamos pregar um susto ao industrial e também aos «amarelos», plano que foi posto em execução poucas horas depois, apenas o tempo necessário para fazer circular um apelo pelas oficinas da Baixa, convidando os colegas ágeis a um encontro nas imediações da Sé.

Reunidos uns cinquenta ou sessenta camaradas «fixes», munuiu-se cada um de nós das únicas armas de que na conjuntura era possível lançar mão: dois calhaus por cabeça — um como projectil de guerra, o outro... para o que desse-e- viesse.

Assim apetrechada, encaminhou-se a brava falange em direcção à «catraia», que estava iluminada interiormente e exhibia duas largas portas envidraçadas, tendo nós surgido tão inopinadamente que os polícias que ali se encontravam de guarda ficaram perplexos. Como fosse à frente, coube-me a vez de lançar o primeiro projectil, escusado sendo dizer que o alvo foi uma das portas, manobra imediatamente repetida pela maioria dos guerrilheiros, os quais também seguiram outro exemplo que eu lhes dera: o de imprimir a máxima velocidade às gâmbias, tomando para esse efeito a rua que ficava mais próxima. Iamos já longe quando ouvimos o último estrondo: tinha sido a derradeira descarga de metralha — um calhau monumental, este projectado por um combatente que mais tarde havia de ficar pelo caminho.

Em reunião que instantes após realizávamos em local previamente fixado, verificávamos, com contentamento, que toda a «tropicanga» se havia saído bem da aventura, pois não se registava nenhuma baixa, pelo que cada um de nós tomou o caminho de casa, satisfeitos todos por havermos jogado uns bons pedregulhos à «catraia». O pior...

... O pior é que no dia seguinte viemos a saber que todos nós, aqueles cinquenta ou sessenta homens, tínhamos feito pontaria para a mesmíssima porta. Uma decepção!

(De *O Tipógrafo*).

W

isto é, socialistas, anarquistas e sindicalistas, numa frente unida que encorajou a classe a bater-se denodadamente pelo triunfo da sua cara reivindicação.

Foi esse um belo movimento, podendo dizer-se, com propriedade, que os gráficos do Porto, com o esforço que fizeram, honraram-se e honraram a memória dos homens que em todo o Mundo se haviam batido por essa conquista.

CONSOLIDANDO A ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS GRÁFICOS

O III CONGRESSO, EM COIMBRA

Como digo noutra lugar, resolvera a Conferência Tipográfica de Lisboa que o III Congresso Gráfico se efectuasse em Coimbra, em Setembro de 1915, mas teve que ser adiado para Novembro, por motivo das lutas que houve que levar a efeito, através do país, com o fim de promover a adopção do dia normal de oito horas de trabalho.

Naquele Congresso, cujas sessões se efectuaram na sede da Sociedade Artística, nos dias 28, 29 e 30 do referido mês, estiveram representados 16 organismos gráficos (não incluída neste número a Federação Tipográfica Portuguesa), por 22 delegados directos.

Foram votados: a Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, em substituição da Federação Tipográfica Portuguesa; a reaparição de *O Gráfico* (2.^a série), como seu órgão na Imprensa, em lugar de *A Tipografia*, que se publicara até então; a elaboração, no prazo de quatro meses (por cada localidade), de uma tarifa de salários, estipulando o mínimo: a adesão à União Operária Nacional (central de sindicatos) e aos Secretariados Internacionais Gráficos. Foi dado ainda o encargo ao novo organismo federal de forcejar: pela instituição de Escolas Profissionais; regulamentação da aprendizagem; higiene das oficinas; inclusão da indústria gráfica, como tóxica, na lei dos acidentes de trabalho; combate ao regime da empreitada; a instituição da cadereta profissional, a criar pela F. T. L. J.; transformação dos tribunais de árbitros-avindores em câmaras sindicais, e realização do IV Congresso Gráfico na cidade de Évora, em 1916.

O IV CONGRESSO, EM ÉVORA

Na cidade de Évora efectuou-se, nos dias 24, 25 e 26 de Setembro de 1916 (sala principal da Sociedade Mocidade Eborense), o IV Congresso Gráfico (1.º da Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal). Estiveram representados 15 organismos gráficos, por 21 delegados.

Os trabalhos mais importantes apresentados e discutidos nesse Congresso foram: um projecto de lei instituindo Escolas Profissionais Gráficas em Lisboa, Porto e Coimbra e proibindo aos industriais a admissão, insuficiente ensino e exploração da aprendizagem, projecto que o falecido director da Imprensa Nacional, Luís Derouet, se propusera apresentar e defender no Parlamento, na sua qualidade de deputado; a aprovação, em princípio, da «Base Múltipla Federativa», que suscitou acalorada discussão no Congresso; a incumbência de a F. T. L. J. elaborar um projecto de instituição de uma «Caixa de Auxílio no Desemprego», anexa à Federação, mas de carácter facultativo, e, como aspiração urgente, a tarifa de salários, tendo sido também agitada a questão da excessiva carestia do papel de impressão.

Foi, por fim, deliberado que o V Congresso Gráfico (2.º da Federação do Livro e do Jornal) se efectuasse na cidade de Viseu, em Setembro do ano seguinte.

Entre as muitas anomalias que se verificam no movimento sindicalista português uma há que hoje vai merecer-nos rápida análise e cujas consequências pomos à consideração dos camaradas que com esforço e sinceridade trabalham nas associações de classe e dos que, como representantes destas, são enviados aos outros organismos, como federações corporativas, uniões locais e U. O. N. (central de sindicatos).

É correntio depararem-se-nos companheiros de trabalho que, por virtude da associação a que pertencem haver tomado qualquer resolução — boa ou má — que os não satisfaz, entendem que o melhor caminho que têm a seguir é abandonarem o sindicato, demitindo-se de sócios e dizendo geralmente o pior possível dos que lá ficam.

Quem estas linhas escreve, como salariado e sindicado que é, tem discordado muitíssimas vezes de coisas que se fazem no seu sindicato profissional, e se fosse a demitir-se de sócio tantas vezes quantas as que tem estado em discordância, estas somariam mais que os anos que conta, que já são uns trinta e tantos.

O que sucede connosco sucede com muitíssimos outros operários sindicados, os quais, tendo ideias e opiniões formadas sobre determinados assuntos, terão visto sancionadas outras que, em seu critério, são menos úteis à corporação.

Mas isso não é motivo que os leve a abandonar a luta, e ainda bem, porque, no caso contrário, é quase certo que não haveria sindicatos. E, se os houvesse, estes teriam a breve trecho que dissolver-se, uma vez que é difícil encontrar dentro deles duas dezenas de homens — número indispensável para a sua manutenção — que estejam sempre inteiramente de acordo, facto que já se não verifica nos grupos de ideias, visto que estes são formados por indivíduos ligados por estreitas afinidades ideológicas e não apenas por interesses de classe.

Ora como sem sindicatos não há organização, que fazem, pois, os operários conscientes para que aqueles, no terreno económico — sua razão de existência — trabalhem para todos e a todos sejam úteis? Expõem as suas ideias, as ideias que reputam mais vantajosas para a classe, e defendem-nas como sabem e podem. Se as vêem aprovadas, ficam naturalmente satisfeitos e lutam por que elas, na prática, correspondam às suas aspirações. Se, pelo contrário, as vêem rejeitadas, se são vencidos, aguardam que a experiência convença os que as combateram do seu erro, que oportunamente põem em foco. O que nunca fazem é afastar-se do sindicato, porque assim, na melhor das hipóteses, não só este ficaria privado de excelentes homens de acção, mas também isso daria lugar a que os erros continuassem.

O que se daria nas associações de classe dar-se-ia, e por motivos idênticos, nos agregados por estas formados.

Toda a gente sabe que se discutiu recentemente, na U. O. N., com muito calor e com não menor intolerância pelas opiniões alheias, se se devia ou não declarar a greve geral. Formaram-se duas correntes: uma que queria a greve à *outrance* e a outra que só para ela ia em determinadas condições. Foi vencida a primeira dessas correntes. E que sucede agora? Sucede que alguns dos delegados que desejavam a greve a todo o transe parece estarem na disposição de não continuar cooperando nos trabalhos da U. O. N., só porque não triunfou a sua opinião!

Procedem como operários perfeitamente conscientes? Afigura-se-nos que não. O seu lugar devia continuar sendo ali, para lutarem e para convencerem, se para isso têm sólidos argumentos. Desertar simplesmente por que não foram perfilhadas as suas ideias, é um capricho de dama agastada, é um erro.

Esses camaradas, afastando-se da instituição, dão-nos a impressão daqueles companheiros de trabalho de quem falámos, no princípio deste artigo, e aos quais, sem dúvida, têm criticado, e praticam, como eles, uma incongruência, com a agravante de se tratar agora não de simples sindicatos, mas de representantes de associações e de federações, isto é, de propagandistas, cujas responsabilidades são, por isso, muito maiores.

(De O Sindicalista).

W

CONFERÊNCIAS DA U. O. N. NO SUL E NORTE DO PAÍS

Como já disse, criara-se no Congresso Operário Nacional, realizado em Tomar em 1914, a central de sindicatos, que passou a denominar-se «União Operária Nacional», à qual, pelo mesmo congresso, fora dado o encargo de procurar congregar no seu seio os organismos sindicais existentes no país, cuja maioria se federava então segundo as tendências dos seus orientadores, pelo que uns sindicatos eram aderentes às organizações dirigidas pelos socialistas e outros àquelas em que predominavam os anarquistas ou os sindicalistas-revolucionários.

A desejada fusão, porém, como já anotámos, só se fez parcialmente, visto que um bom número de militantes, sobretudo os dos sectores mais avançados, não se mostrara disposto a dar a sua actividade à U. O. N.

Assim se viveu cerca de três anos, com uma central de sindicatos débil, não obstante a situação económica dos trabalhadores portugueses, por motivo da guerra, se ter tornado incomportável.

Em fins de 1916, um pequeno núcleo de delegados dos organismos aderentes à U. O. N., compreendendo que urgia imprimir à central de sindicatos uma vitalidade que lhe permitisse transformá-la num autêntico organismo coordenador de esforços, quebrando a pesada indiferença do meio-ambiente, propôs, numa das reuniões do conselho central, a realização de duas Conferências Regionais, uma no Sul, outra no Norte, proposta que foi aprovada.

Efectuou-se a primeira dessas reuniões nos dias 29 e 30 de Abril e 1 de Maio, em Lisboa, no «Teatro Estrela», uma velha sala de espectáculos que ao tempo existia na Calçada do mesmo nome, e a segunda na sala Apolo Terrasse, do Porto, em 6 e 7 de Junho.

Em ambas as Conferências foram discutidas as seguintes teses: «Organização operária» e «Carestia da vida», da autoria, respectivamente, do autor deste volume e de Pinto Quartim, delegado do Sindicato dos Profissionais de Imprensa; e ainda uma terceira, subordinada ao título «A organização operária perante as condições da paz», esta defendida por Manuel da Conceição Afonso e que foi objecto de vivíssima discussão tanto na reunião de Lisboa como na do Porto.

Também à Conferência de Lisboa apresentou o secretário-geral da Federação do Livro e do Jornal (Raul Neves Dias) uma proposta sobre a necessidade da publicação de um jornal diário, que fosse, na Imprensa, o porta-voz da U. O. N., e em cujas conclusões se propunha que a futura Comissão Administrativa da central procedesse à cobrança, por uma só vez, de 2 centavos, por associado, saídos dos cofres sindicais, como fundo inicial.

Esta proposta, aprovada em princípio, foi, mais tarde, renovada, pelo seu autor, em reunião do conselho central da U. O. N., havendo sido mercê dela que se iniciaram, dentro de pouco tempo, os trabalhos para o aparecimento do diário *A Batalha*, trabalhos que tiveram que ser interrompidos por virtude das sucessivas lutas determinadas pela insuportável situação económica criada pela guerra.

Graças àquelas Conferências, conseguiu-se, enfim, o que não fora exequível ao sair-se do Congresso de Tomar: estabelecer a unidade sindical, isto é, atrair os militantes de todas as tendências à central de sindicatos e, com eles, as associações em que predominavam, mercê do que a U. O. N. se veio a tornar uma autêntica força.

Tanto na Conferência do Sul como na do Norte estiveram largamente representados os organismos gráficos do país, tendo a correspondente Federação efectuada a maior propaganda das duas reuniões ⁽¹⁾.

(1) Para a nova Comissão Administrativa da União Operária Nacional foram eleitos dois elementos da organização sindical gráfica: o autor do presente volume, para secretário-geral, e Manuel da Conceição Afonso, para secretário-adjunto.

LUTAS DETERMINADAS PELA CARESTIA DA VIDA

Dos anos em que Portugal participou da primeira grande guerra foi o de 1917 um dos que maior número de lutas registaram entre operários e patrões.

Sucedeu assim porque as condições em que viviam os primeiros eram insustentáveis, de dia para dia agravadas, em consequência do conflito europeu, que estava então no auge.

É que não escasseavam apenas os géneros essenciais à existência, porquanto os que apareciam à venda atingiam preços a que só com penosos sacrifícios faziam face os trabalhadores, os quais levantavam salários insuficientíssimos. Daí, por um lado, as sucessivas greves (mercê do que, quando vitoriosas, eram atenuadas, se bem que só transitórias), as dificuldades por que passavam os componentes das corporações operárias que tinham possibilidade de conseguir aumento de vencimentos, constituindo, aliás, uma minoria), e, por outro lado, os assaltos às mercearias, padarias, sapatarias, etc., assaltos determinados pelo desespero.

Os trabalhadores do livro e do jornal não puderam eximir-se ao primeiro dos referidos recursos e, assim, múltiplos foram os movimentos de reclamação de aumento de salário em que se lançaram, uns surgidos espontaneamente, produto do mal-estar geral, outros promovidos pela organização sindical gráfica, portanto com certa preparação.

O mais importante dos da última categoria foi aconselhado pela Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, a qual, na impossibilidade de sugerir, conforme era seu propósito, um movimento nacional por uma tarifa mínima, em consequência de as condições de trabalho da zona Norte não serem

então propícias, defendeu o critério, em Março de 1917, de a organização sindical do Sul reclamar, autônomoamente, aumento de salário.

Assim, os sindicatos dos compositores, impressores e encadernadores de Lisboa deliberaram levar a cabo um movimento comum, tendo-se reunido, na noite de 19 de Abril, comissões delegadas dos mesmos sindicatos, às quais foi lida, pelos representantes dos compositores, a base de reclamação que haviam elaborado, segundo a qual, considerando-se que a carestia da vida é que levava as três corporações a movimentar-se, se propunha maior percentagem de aumento para os operários que ganhavam menos, visto serem estes os que em pior situação viviam, base que foi secundada pelos impressores, mas de que discordaram os encadernadores, sob a alegação de que havia na respectiva classe múltiplas categorias, pelo que seria difícil, no momento, nivelar os salários.

O caderno de reclamações (extensivo aos tipógrafos dos jornais) foi entregue aos industriais, pela comissão executiva dos Gráficos, em 16 de Maio, tendo-lhes sido pedida uma resposta até ao dia 23.

Esta veio, efectivamente, mas em nome de 63 industriais, que se haviam reunido em assembleia. Declaravam eles que, em vista dos aumentos sucessivos dos preços do papel, da força-motriz e das matérias-primas, não podiam aquiescer ao pedido que se lhes fazia, mas que, atendendo às dificuldades da vida, concederiam um aumento de 10 % sobre os salários, aumento provisório, isto é, até ao fim da guerra.

Dos dezoito jornais que então existiam obteve-se resposta favorável apenas de dois, não se tendo pronunciado os restantes.

Tinham, então, quase todos os sindicatos gráficos a sua sede na Travessa da Água da Flor, n.º 35.

Reunida aí a assembleia dos compositores e impressores (reunião que se prolongou por quatro noites, sempre com grande concorrência, e durante cujas sessões a discussão foi muito viva), deliberou-se manter a proposta inicial, votando-se, simultaneamente, a quotização sindical extraordinária de 2 % sobre as férias, na previsão de que tivesse de ir-se para a paralisação de trabalho, e a de 50 % a cobrar nas férias dos colegas que fossem obtendo o aumento.

Como os industriais se mostrassem intransigentes, a comissão executiva dos operários, depois de ter chegado a um acordo provisório com o proprietário

das oficinas do Anuário Comercial, que oferecera 16 %, declarou greves parciais em cinco tipografias, ao que os industriais coligados responderam com o *lock-out*.

Sucedeu, porém, que não houve unanimidade de acção nos arraiais do patronato, porquanto, tendo sido encerradas 60 oficinas, ficaram a laborar as restantes, isto é, umas 50, e, entre estas, algumas das mais importantes.

Perdida a cartada pelo núcleo dos industriais transitòriamente unidos, dirigiu a comissão delegada destes um novo officio à comissão executiva dos sindicatos operários, manifestando-se então na disposição de negociar um acordo, o que realmente sucedeu.

Foram mútuas as transigências, tendo obtido os compositores e impressores 10 a 40 % de aumento nos seus salários, os encadernadores 10 a 25 % e os litógrafos 15, 20 e 30 centavos diários, respectivamente.

Parte dos restantes industriais adoptou o acordo, mas houve uma minoria que se opôs, pelo que nas oficinas dessa minoria foram declaradas greves, alternadamente, tendo havido algumas tipografias que estiveram encerradas durante várias semanas e cujos operários, no seu máximo número, demonstraram muita energia (1).

Em Setúbal, Santarém, Évora, Leiria, Braga, Coimbra, Guimarães, Póvoa de Varzim, Vila do Conde e nalgumas outras localidades obtiveram também os operários gráficos aumentos variáveis.

No Porto, a Liga das Artes Gráficas formulava, dentro de pouco tempo, reclamação idêntica aos industriais de Tipografia, os quais, sob o pretexto de que se encontravam «melindrados» por a Liga os ter tratado com menos gentileza quando do movimento pró-oito horas, não se dispuseram a negociar com o organismo gráfico. Reunidos os nossos confrades, deliberaram promover greves parciais nas oficinas cujos proprietários não atendessem a reclamação, greves que se sucederam, tendo-se levado a primeira a efeito na Empresa

(1) Desta vez não levaram os industriais de vencida os operários gráficos, como aliás já não os haviam levado em 1915, quando do movimento pró-oito horas de trabalho, ao contrário do que sucedera em 1904 e 1911.

Literária e Tipográfica, cujo pessoal resistiu durante quase um mês. Tentou-se, a seguir, a paralisação geral, mas sem resultado apreciável.

Os litógrafos do Porto, por sua vez, reclamaram aumento de salário equivalente ao que os seus colegas de Lisboa haviam conquistado, mas nem todos os industriais aquiesceram, pelo que se tornou necessário declarar a greve nalgumas litografias. Em geral aqueles confrades obtiveram satisfação.

Enfim, em toda a parte onde os operários gráficos se encontravam sindicalmente organizados se lutou pela melhoria da sua situação económica, movimento a que a Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal deu o melhor da sua cooperação, como já anteriormente a havia dado à reivindicação das oito horas de trabalho. Sòmente em Viana do Castelo, Viseu e no Funchal não conseguiram os nossos colegas secundar o esforço levado a cabo no resto do país, por estarem desorganizados.

Terminado o movimento pró-aumento de salário nas casas-de-obras de Lisboa, mister se tornava efectivar a reivindicação nos jornais.

Com esse intuito convidou a comissão de aumento de salário os respectivos quadros para uma reunião, em que não só seria objecto de estudo a pendente reclamação relativa aos vencimentos, mas também um decreto que o Governo acabara de publicar acerca da redução do número de páginas dos quotidianos, medida determinada pela escassez de papel bobinado, cuja importação se tornava difícil, em consequência da guerra, então no apogeu.

Baixaram as propostas apresentadas nessa reunião à comissão de aumento de salário, à qual foram agregados elementos daqueles quadros, e, numa nova reunião, que a mesma comissão teve em 23 de Setembro, foi aprovado um parecer que terminava por propor se passasse a reclamar do Governo a derrogação do supracitado decreto e que fizesse a aquisição, no estrangeiro, de matérias-primas, as quais seriam facultadas às Empresas Jornalísticas. Resolveu-se, também, que a estas se apresentasse, simultaneamente, o caderno de reclamações relativamente a melhorias, elaborado pela supramencionada comissão.

Entregues essas reclamações às Empresas Jornalísticas no fim de Setembro de 1917, como as administrações de *O Século* e do *Diário de Notícias*

já estivessem pagando uma subvenção de carestia da vida, resolveu a comissão avistar-se, para início do movimento, com a empresa de *O Mundo*. O seu representante (Carlos Trilho) declarou não poder satisfazer nenhuma das reivindicações, pelo que imeditamente ali foi declarada a greve pela Associação dos Compositores Tipográficos.

Primeiro com soldados da Guarda Republicana, que o Governo lhe facultou, colocando assim, ostensivamente, a força pública ao lado dum dos pleiteantes (o que aliás não fora caso esporádico, pois muitas vezes se havia verificado atitude semelhante), depois tendo conseguido que um correligionário

Ao colega Manuel de Jesus de Sousa Rocha :

O signatário é aquele indivíduo que conheceu em Viana do Castelo, quando secretário da Liga das Artes Gráficas e, ao mesmo tempo, secretário da Federação das Associações Operárias, e que, nessa qualidade, trocou muita correspondência consigo, pois que também o colega era então da direcção da Liga das Artes Gráficas de Braga e membro da Federação das Associações da mesma cidade.

Sou o antigo director do semanário *O Lutador*, de que o colega era agente e correspondente em Braga e no qual fez bastante propaganda associativa, condenando àesperamente os inimigos do proletariado organizado e condenando também aqueles operários que, quebrando os laços de solidariedade que para sempre deviam uni-los aos camaradas, traíam, às vezes inconscientemente, os seus irmãos de trabalho nas ocasiões em que se lutava pela consecução duma regalia, de um pouco mais de bem-estar.

Sou ainda aquele indivíduo que, já em Lisboa, o recebeu de braços abertos em sua casa, dando-lhe uma hospitalidade de camarada dedicado e procurando com interesse arranjar-lhe colocação numa tipografia da capital, o que não foi possível conseguir-se com a rapidez desejada porque a época era então de crise para a nossa classe.

Eu estou onde estive sempre : ao lado do meu sindicato profissional e, portanto, ao lado de todos os colegas que pugnam por causas justas, coerente com os princípios que, através duma vida inteira, tenho defendido à custa de sacrificios e perseguições que certamente se não assemelham aos sacrificios e perseguições por que o colega terá passado na sua vida de militante operário.

Precisamente nessa casa onde o colega está traindo um movimento dos mais justos que a classe tipográfica de Lisboa tem levado a efeito, fui eu vítima duma perseguição por virtude da minha acção no movimento operário. Daí fui despedido, com mais doze colegas, por nos havermos solidarizado com um movimento geral de protesto levado a cabo em 1912 : a grande greve de Janeiro.

Tenho, porém, a consolação de não ter que corar de vergonha perante patrões ou operários, e esta consolação, esta tranquilidade de consciência, indemniza-me largamente de todas as violências de que hei sido alvo.

Poderá o colega falar presentemente com igual desassombro ? Pode o seu passado ter sido exemplar, mas o seu procedimento de hoje emporcalhá-lo-á para toda a vida, se não quiser ter ainda um gesto — o gesto de um homem que deseja afastar-se de um abismo iminente.

A alegação de que se encontra aí contrariado não a podem tomar a sério homens de bem. Ainda quando mesmo assim fosse, uma criatura de carácter preferiria tudo — tudo ! — a ser traidor dos seus colegas, dos seus amigos de ontem.

Não lhe peço nada : convido-o apenas a que cumpra o seu dever, e já, porque amanhã será tarde.

Aguardo-o amanhã, sábado, em minha casa, na Praça das Flores, 10, 2.º (na mesma casa onde foi meu hóspede), das 18 às 20 horas. Espero-o sozinho, o que seria desnecessário dizer-lhe, porque ainda sou um homem leal.

Se preferir encontrar-se comigo noutro sítio, das 8 às 17 estou na tipografia do Anuário Comercial, Calçada da Glória, 5.

Se não sair daí, de amanhã em diante conhecer-me-á como adversário.

Lisboa, 2 de Novembro de 1917.

ALEXANDRE VIEIRA

engajasse cinco *amarelos* ⁽¹⁾ em Braga, logrou o democrático industrial publicar a gazeta durante uns cinco dias, embora com gritantes deficiências, pois, se bem que carregada de anúncios (que estavam compostos), só aparecia com duas páginas.

(1) Entre os cinco *amarelos* que de Braga vieram para *O Mundo* figurava um antigo militante da extinta Liga das Artes Gráficas daquela cidade, que, na época em que dirigi *O Lutador*, de Viana, ali fora o correspondente do semanário.

Achando-me a ares, na minha terra adoptiva, por ocasião do conflito, e prevenido, por telegrama que recebera de Lisboa, de que constava que iam seguir para a capital alguns tipógrafos bracarenses, a fim de traírem a greve, meti-me no primeiro comboio e, uma vez no Porto, com alguns colegas da Liga das Artes Gráficas desta última cidade, ganhámos, em correria desesperada, a estação do caminho de ferro de Campanhã, revistando, sem resultado, o comboio que estava prestes a partir. Informados de que os *amarelos* tinham seguido havia pouco, avisámos Lisboa, para que lhes fosse feita condigna recepção.

Por minha vez, já não voltei a Viana, tendo marchado, sem detença, sobre a capital, para dar a minha ajuda à greve.

Terminada esta, e excluídos os traidores de Braga do quadro de *O Mundo*, receberam estes, no regresso, por parte dos colegas daquela cidade, que ostensivamente se colocaram contra eles, o correctivo merecido. O mais responsável, isto é, o desgraçado Rocha, teve mau fim : morria, alguns anos mais tarde, quase inteiramente demente.

A situação tornou-se-lhe, porém, em breve, incomportável, mercê da enérgica resistência do antigo quadro (todo solidário, excepto o chefe), do franco apoio da organização sindical gráfica, assim como da recusa da maior parte dos vendedores a levantarem o jornal, pelo que a empresa de *O Mundo*, que a princípio se recusara a discutir com os representantes da Associação dos Compositores, chegava, ao cabo de 24 dias de luta tenaz, a acordo com uma comissão delegada daquela.

Obteve-se a seguir a adesão de quase todos os diários da tarde; mas como na administração de dois dos quotidianos não fossem os anúncios pagos pela regreta de corpo 6, por não possuírem esse corpo, e como a comissão de aumento de salário houvesse ponderado que não era legítimo impor aos jornais que não tinham aquele carácter que as respectivas administrações cobrassem do anunciante a matéria paga por um tipo que não possuíam, transigiu nessa parte, vindo, pois, a ficar nos seguintes termos a redacção definitiva das referidas reivindicações, as quais passaram a ser o prelúdio da «Organização de Trabalho» que viria a ser estabelecida dois anos mais tarde:

1.º O tempo de trabalho nos jornais diários de Lisboa, quer diurno, quer nocturno, será de oito horas, período máximo, esperando-se ocasião mais oportuna para limitar a seis horas, segundo o espírito da lei do horário, o trabalho nocturno.

2.º O horário de trabalho distribuir-se-á, segundo o estudo e conclusões racionais da execução do trabalho de composição, em duas horas de distribuição e seis de composição, recaindo sobre todo o trabalho produzido fora do horário normal o excesso, prescrito por lei, de 33 por cento.

3.º Os preços de linha serão os constantes da tabela de 1911, acrescidos de 10 por cento.

a) Nas casas que paguem por tabelas inferiores à de 1911 será o preço de linha elevado a esta tabela e acrescido de 10 por cento;

b) Nas casas que paguem por tabelas superiores à de 1911, mas não atinjam os 10 por cento que se reclamam sobre ela, reclamar-se-á a diferença de preço de linha da mesma tabela para os 10 por cento reclamados.

4.º O trabalho de emendas (alterações) será pago aos empreiteiros a \$20 por cada hora, ou marcadas como novas as linhas recorridas.

5.º O tempo de paragem involuntária, por parte do tipógrafo, será pago a este à razão também de \$20 por hora (1).

(1) Durante o período da primeira grande guerra foi estabelecido, do mesmo modo que na segunda, o serviço de censura à Imprensa, que ainda vigora à data em que escrevo. Os jornais enviavam à comissão de censura as provas de página, e as palavras ou períodos cortados apareciam com os respectivos espaços em branco. Porém, algumas empresas jorna-

a) Na situação actual, de carácter transitório, de redução de páginas, considerar-se-ão, nos dias de redução, da mesma forma, como horário normal, duas horas de distribuição e seis de composição. As horas de paragem ou as que faltem, acabado o jornal, para completar as seis horas de composição, serão pagas ao tipógrafo a \$20 cada hora e equivalentemente a fracção, não devendo reduzir-se o número de braços nos dias dos números de duas páginas;

b) Considerar-se-á paragem o tempo decorrido entre a hora marcada para começar e aquela em que se inicie o trabalho.

6.º Todo o trabalho diário de composição, quer de texto, quer de anúncios, será feito pelos operários caixistas ou por eles marcado segundo a tabela ora reclamada, dentro do horário de composição.

7.º O salário mínimo, a jornal, dentro dos jornais diários, será de 1\$20.

8.º O pagamento do anúncio não poderá ser feito em corpo superior ao corpo 8.

Os jornais que pagavam, à data da apresentação da nova tarifa, o anúncio em corpo 8 ou em corpo 9, passarão a pagá-lo igualmente em corpo 8, dando nos anúncios com arcos, traínéis, ou que sejam reconhecidos trabalhosos pelo chefe da tipografia e pelos tipógrafos, 50 por cento como compensação.

Os jornais que pagavam, à data da apresentação da mesma tarifa, os anúncios em corpos 6 e 7, passarão a pagá-los simplesmente em corpo 6, sem compensação de maior ou menor trabalho.

Fica ressalvado que os jornais que tiverem corpo 5 pagarão o anúncio nesse corpo, e serão mantidas as medidas de anúncios anteriormente existentes.

Para os jornais que saírem de futuro adoptar-se-á a seguinte fórmula: se tiverem corpos 6 ou 7, pagarão em 6; se não, em corpo 8.

9.º Não poderá exigir-se do tipógrafo trabalho estranho ao texto do jornal.

10.º Persistem em vigor as formas de pagamento e trabalho propositadamente excluídas desta Organização.

No fim de 1917 estava esta tarifa generalizada a todos os jornais de Lisboa, se bem que em *O Século* e no *Diário de Notícias*, que, em conjunto, davam garantias mais favoráveis ao seu pessoal gráfico, não tivesse sido desde logo rigorosamente adoptada, por isso mesmo.

lísticas, quando lhes faltava composição para preencher parte das colunas, usavam do estratagem de mandar meter anúncios cujos contratos já estavam rescindidos, o que, como é óbvio, acarretava baixa de produção para os tipógrafos e, consequentemente, féria diminuída. Foi essa uma das razões por que a organização sindical dos tipógrafos se movimentou no sentido de acautelar os interesses daqueles, tendo-o feito nos termos que constam das presentes bases.

GREVES DE SOLIDARIEDADE OPERÁRIA

O operariado da indústria da construção civil, cuja sede sindical era na Calçada do Combro, n.º 38 — depois de ter reclamado, em vão, do respectivo patronato (e nesta qualidade figurava também o Governo, pelo Ministério das Obras Públicas), aumento de salário, por motivo da carestia da vida —, declarou-se em greve, no mês de Julho. Com o intuito de exercer pressão no sentido de que fossem satisfeitas as mesmas reclamações, realizou, na tarde de 12, um cortejo, que se dirigiu ao Terreiro do Paço, onde estava localizado o citado ministério, cortejo que desfilou através das ruas da Baixa, sem um grito, sem uma objurgatória, mas nem por isso de expressão menos eloquente, no qual participaram muitas centenas de grevistas.

No regresso à Calçada do Combro, ao reentrarem os operários no edifício, tinha-se juntado grande multidão. Enquanto forças de cavalaria e de infantaria da Guarda Republicana e da polícia, enviadas pelas autoridades «para manter a ordem», cercavam o mesmo edifício, mão invisível lançava um petardo de clorato de potássio sobre parte da tropa. Esta, sem um aviso, fez fogo sobre as pessoas que fugiam, visando, a esmo, homens, mulheres e crianças, como que tomada essa tropa da vertigem de matar ⁽¹⁾.

O facto, pela sua brutalidade, revoltou não só o operariado, mas toda a gente. A organização sindical proclamou, no dia seguinte, uma paralisação de trabalho, como protesto. A essa paralisação se associaram as classes gráficas,

⁽¹⁾ Um arauto governamental declarava, *ingenuamente*, no Parlamento, no dia seguinte, que aquelas forças tinham sido mandadas à Calçada do Combro «simplesmente para comunicar aos grevistas que não podiam voltar a sair daquela forma». Querem maior candura?

sendo talvez mercê do impulso dado por motivo do não-aparecimento dos jornais que a greve geral teve, em Lisboa, grande retumbância. Tanta que os governantes e os industriais da construção civil satisfizeram não só as reclamações de ordem económica daqueles grevistas, mas foram também restituídos à liberdade operários que, em elevado número, haviam sido detidos no decurso do movimento.

Uma outra greve geral de solidariedade operária se verificou em Setembro de 1917 — ano que, como o de 1918, trouxe na maior efervescência a classe trabalhadora —, na qual igualmente os elementos gráficos deram boa conta de si, movimento de reforço às reclamações de ordem económica apresentadas ao Governo de então por intermédio das associações do pessoal maior e menor dos correios e telégrafos, que ao tempo existiam.

Não tendo sido deferidas aquelas reclamações, produziu tal atitude grande descontentamento entre o supramencionado pessoal, pelo que, esgotadas todas as tentativas de persuasão realizadas pelos seus representantes e ante a pretensão manifestada pelo Governo de fazer vergar ao seu capricho o funcionalismo dos correios, foi proclamada a greve geral pelos respectivos organismos sindicais, decisão a que o pessoal correspondeu num *elan* admirável.

Supondo que assustaria os nossos camaradas e que os forçaria a retomar e trabalho, mobilizou o Governo homens e mulheres, e como este lance não desse o resultado ambicionado, pois a paralisação manteve-se e a indignação avolumou-se, mandou capturar 1.000 grevistas dos dois sexos, a maior parte dos quais foi mandada para um navio.

Estas medidas de força contribuíram não só para estreitar os laços que uniam o pessoal dos correios e telégrafos, mas provocaram também o protesto dos trabalhadores das outras corporações que, a convite da União Operária Nacional — à qual os grevistas haviam pedido a intervenção — abandonaram, por sua vez, o trabalho. Esta greve geral de solidariedade foi bem secundada em Lisboa, sobretudo a partir do segundo dia — manteve-se durante três —, e, dum modo geral, nos principais centros industriais do Sul, especialmente em Setúbal, onde paralisou toda a vida fabril.

Na minha qualidade de secretário-geral da U. O. N., fiz parte duma comissão que, depois de pedida a intervenção da central de sindicatos pelos grevistas, se avistou com o presidente do ministério (Afonso Costa), no intuito de tentar um acordo honroso entre as duas partes em litígio. À medida que eram introduzidos no gabinete do ministério das finanças, cuja pasta sobraçava também, tomava Afonso Costa nota dos nomes dos delegados, num *block-notes*, facto que, por inusitado, deixou sobremaneira surpreendida a comissão operária.

Durou a entrevista cerca duma hora, entrevista inútil, aliás, visto que o presidente do ministério, ao cabo de longa e viva discussão, declarava que só seriam consideradas as reclamações dos grevistas depois de estes retomarem o trabalho, condição inaceitável, como se compreende.

Na manhã seguinte, antes mesmo de o operariado iniciar a greve de solidariedade, eram procurados os componentes, todos os componentes, da comissão que na véspera se avistara com o presidente do ministério! (1).

(1) Fui acordado, de madrugada, por minha Mulher, que, indignada, como sempre que recebia tais visitantes (e então com dobrado motivo), me informou de que estavam em nossa casa dois polícias para me levarem preso. Quando dei de cara com um deles, fiquei cheio de nojo. Tratava-se dum antigo ferroviário, que, demitido, poucos anos antes, do Sul e Sueste, fora colocado, por intervenção minha (correspondendo a um pedido que me fizera o querido confrade Miguel Correia), como escriturário da Associação dos Marítimos de Olhão, de que era presidente Francisco Lopes de Sousa, um grande carácter, um bom amigo e um homem espadado que conhecera num dos meus estágios no Limoeiro e que, alguns anos volvidos, viria a morrer, na Ilha da Armona, onde o visitei mais duma vez, duma tuberculose óssea. Além desse serviço, devia-me o ingrato um outro: o de tê-lo hospedado, na casa onde ia prender-me, quando, com Lopes de Sousa, viera, a pé, de Olhão a Lisboa, para porem à prova os seus órgãos locomotores. Conduziu-me o sujeito para a esquadra de Santa Marta, e a fim de desculpar-se, foi-me dizendo, pelo caminho, que recebera ordem para prender-me, na véspera, pelas 23 horas, mas que não pudera prevenir-me (apesar de residir perto do meu sítio e de ter ido dormir a casa). Uma vez na esquadra, pediu-me lhe entregasse os papéis que tinha nos bolsos, entre os quais estavam dois manifestos da greve, e, como eu ficava incomunicável, prontificou-se a fazer chegar aviso a minha Mulher. O velhaco, porém (que já não é deste mundo), não só não mandou aviso algum, como apresentou diligentemente os meus papéis ao seu chefe!

Contraste eloquente: enquanto o antigo camarada procedia com tamanha vileza, o chefe da esquadra de Santa Marta, de nome Santos, que dava lições de francês aos polícias (homem de coração, que só então conheci), para que eu não estalasse de frio, pois aquele Setembro ia agreste e eu não tinha manta para me cobrir quando me estendia na dura tarimba, emprestou-me dois cobertores, e, visto que a verba que o comando destinava à alimentação dos presos não dava sequer para o frugal almoço, obsequiava-me com uvas e maçãs. O homem bom emprestou-me ainda a *Madame Sans-Gêne*, para eu ler nas longas horas de incomunicabilidade, revelações que eu não faria aqui se não estivesse convencido de que, se vive ainda — e oxalá que sim —, deverá estar aposentado, livre, portanto, de qualquer represália.

Por fim, o Governo atendeu a maior parte das reclamações do pessoal dos correios e telégrafos, o qual regressou ao trabalho com a simpatia não só do operariado, mas contando inclusivamente com a de alguns sectores da população não-operária, simpatia conquistada mercê da dignidade, da coesão e do espírito de sacrifício de que aquele pessoal deu provas durante o movimentado prélio. Em contraposição, o ambiente público contra os governantes era de franca hostilidade.

A REVOLUÇÃO DE SIDÓNIO PAIS

O ano terminaria com mais uma revolução política, que triunfou, esta levada a efeito em 5 de Dezembro e capitaneada por Sidónio Pais, que soube aproveitar-se da indignação que lavrava no país contra os «democráticos» (os políticos que então detinham o Poder, chefiados por Afonso Costa), e provocada, simultaneamente, pela péssima situação económica a que o povo estava sujeito, por motivo da guerra.

Teve Sidónio a auxiliá-lo um considerável número de elementos da classe operária, que empenhados, por um lado, em verem melhoradas as difíceis condições de existência e, por outro, em que fossem restituídos à liberdade muitos companheiros seus que se encontravam nas prisões, contribuíram, de armas na mão, para a queda do Governo democrático ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Na madrugada de 5 de Dezembro, pouco depois de terem sido dados os primeiros tiros de canhão, e quando ignorava ainda quem fosse o chefe da revolta, pois somente estava inteirado de que esta era contra o Governo, e tendo por arma uma simples pistola, consegui avançar, sozinho, com certa dificuldade, até ao quartel de artilharia 1, onde se situava o foco dos revoltosos, levado pela curiosidade de saber quem comandava a *bernarda*, nanja para participar dela. Ali se me juntou o meu velho amigo Dr. Aurélio Quintanilha, ao tempo estudante, que não sabia mais do que eu. Viemos a ser informados, dentro em pouco, de que o chefe da revolta era Sidónio Pais (que havia sido professor de Quintanilha), e à sua presença fomos conduzidos por um revolucionário que nos reconheceu. Sidónio mostrava-se ansioso por saber se a revolta tinha a simpatia da população e, satisfeita a sua curiosidade com a informação de que o ambiente popular era contra os «democráticos», lá o deixámos no cacifo donde dirigia as manobras, ostentando a sua farda de major, muito pálido, de aspecto mesmo doentio, contrastando singularmente a sua figura com a que, poucos meses volvidos, nos surgiria no Palácio de Belém, onde me recebeu, e a outros delegados da U. O. N. que comigo lá foram em comissão, numa atitude majestosa, olimpica.

Quintanilha, a quem, nas trincheiras da Rotunda, se lhe depararam antigos condiscípulos da Politécnica, que guarneciam algumas das peças, quedou-se ao lado deles. No dia

A central de sindicatos, que se mantivera alheia ao movimento, realizou, logo que cessaram os tiros, um comício público em plena Praça dos Restauradores, onde foram votadas as mais instantes reclamações dos trabalhadores da cidade e dos campos, logo a seguir apresentadas à «Junta Revolucionária».

Por sua vez, a Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, depois de ter assegurado o seu apoio à U. O. N., entregou à mesma Junta um caderno de reclamações dizendo respeito à indústria gráfica, entre as quais figuravam as seguintes: Fiscalização, pelos inspectores de trabalho, da lei do horário; revogação de determinada medida que excluía os operários encadernadores da lei das 8 horas de trabalho, sob o pretexto de que não eram gráficos, uma destas descobertas de estarrecer; a aclaração da mesma lei, visto consignar que o período máximo de trabalho diurno nas indústrias em geral era de 10 horas, de 8 o nocturno e de 6 horas o trabalho nocturno nas indústrias insalubres e tóxicas; inclusão das indústrias gráficas na lei dos accidentes de trabalho quanto ao aspecto da intoxicação, e cumprimento da legislação regulamentadora do trabalho dos menores e das mulheres na indústria.

Como tivessem sido assaltados, em plena revolução, dois jornais republicanos (*O Mundo e O Portugal*), dirigiu-se uma comissão da Associação dos Compositores Tipográficos ao novo Ministro do Interior, para que fosse dado trabalho pelo Governo aos tipógrafos que constituíam os quadros daqueles periódicos e que, como é óbvio, exerciam a sua profissão ali, como a poderiam exercer em quaisquer outros jornais.

Depois de reiteradas diligências, conseguiu-se que os 25 tipógrafos atingidos em resultado dos assaltos fossem fazer três dias de trabalho, por semana, na Imprensa Nacional, alternadamente, até que obtivessem colocação na indústria particular.

Conforme sucedera quando dos movimentos insurreccionais anteriores e

seguinte, lobriqueei-o metido num capote de alferes, que pouco depois atirava às ortigas, para fazer um dos seus vibrantes discursos no comício operário efectuado na Praça dos Restauradores, comício a que presidi, como delegado da U. O. N.

se verificaria igualmente nos que haviam de seguir-se, o único benefício que a organização sindicalista conseguiu foi o de terem sido então restituídos à liberdade os operários que estavam na prisão, muitos dos quais, aliás, voltariam a ser capturados a breve trecho.

Quanto ao mais, a situação, se se modificou, foi em sentido pior, pois as condições de vida agravaram-se, pelo que os trabalhadores prosseguiram nas suas reclamações, tendo quase todas conduzido à greve. Sempre que usavam deste recurso, intervinha violentamente, contra os reclamantes, a força armada, visto que os processos usados pelos novos governantes eram idênticos aos dos da «república velha».

NOVAS RECLAMAÇÕES DE AUMENTO DE SALÁRIO

Atendendo a que, conforme já disse, as condições de vida, com a prossecução da guerra, se tinham agravado consideravelmente depois que, na indústria gráfica, se conseguira o último aumento de salário (1917), os operários compositores, impressores e encadernadores das casas-de-obras, reunidos a convite dos seus sindicatos profissionais, em Fevereiro de 1918, nomearam uma comissão mista, que procedeu à elaboração duma proposta reivindicando dos industriais de tipografia um novo aumento de salário: 50 % sobre a tabela de 1911.

Apresentada a reclamação ao patronato, responderam os seus delegados não lhes ser possível conceder um aumento que fosse além de 20 %, pelo que, esgotadas todas as tentativas conciliatórias, foram declaradas greves parciais em várias oficinas, ofensiva a que os industriais, mais uma vez, responderam com o *lock-out*, que, como no ano anterior, resultou parcial.

Ao cabo de uns 20 dias de luta, na qual participou activamente talvez metade da população gráfica das casas-de-obras, conseguiram os sindicatos operários obter um aumento de 35 % para compositores e impressores e um pouco menos para os encadernadores, os quais, todavia, lograram, mercê de uma acção persistente, reivindicar, finalmente, a regalia de serem incluídos na lei das oito horas.

Os colegas dos jornais auxiliaram consideravelmente os seus confrades das casas-de-obras, durante a renhida luta sustentada por estes e à qual a Federação do Livro e do Jornal prestou também a maior assistência.

Terminada esta batalha, foram ouvidos, em Maio, a convite da Associação dos Compositores Tipográficos, os colegas dos quadros dos jornais, que,

ANTE A CARESTIA DA VIDA—MUDANÇA DE TÁCTICA

Mercê dos efeitos da acção reivindicativa realizada por meio de greves sucessivas, lá ia conseguindo uma parte do operariado atenuar as suas dificuldades económicas, tornadas cada vez mais ingentes em consequência da guerra. Havia, porém, uma outra parte — a mais numerosa, aliás — que não tinha igual possibilidade, porque atrás de si não possuía organização sindical, ou, se a possuía, não era ela suficientemente potente. Para esta última categoria de trabalhadores a situação tornava-se dobradamente aflitiva, verdadeiramente dramática, porque, tendo eles de adquirir os géneros indispensáveis à vida por preços comuns para todos os consumidores, forçados eram a privar-se de certas subsistências essenciais, sujeitando-se, e sujeitando as famílias, a um regime de subalimentação suicida.

Compreenderam-no assim, a breve trecho, os orientadores da central de sindicatos, que, colocados ante esse círculo vicioso, à decisão que na Conferência de 1917 fora adoptada — a da luta incessante por salários mais altos — contrapuseram, um ano volvido, e depois de a experiência os ter capacitado, exuberantemente, de «que os movimentos tendentes à elevação dos salários, sendo aliás determinados por um espírito da mais justa defesa, só transitóriamente proporcionavam, às corporações que os efectivavam, um passageiro equilíbrio com as suas necessidades de ordem material», contrapuseram, dizíamos, um *mot d'ordre* contrário, em exortação que a União Operária Nacional fez chegar a todos os centros industriais e agrícolas do país, e de que a imprensa reproduziu os principais trechos.

A síntese dessa exortação era esta: «Que urgia levar a efeito um movimento, não duma corporação, mas das corporações operárias, de todo o proletariado, enfim, que consome e não ganha o necessário para adquirir o indis-

pensável. Seria um movimento ao mesmo tempo de reclamação de aumento de salários para todos os produtores e de opposição tenaz à alta injustificada dos artigos de primeira necessidade».

A Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, que caprichou sempre em ser das primeiras organizações a procurar efectivar as deliberações da central de sindicatos, à qual estava estreitamente ligada, logo que a U. O. N. fez a sua exortação, aconselhou todos os organismos aderentes a suspenderem os seus movimentos reivindicativos, a fim de comparticiparem animosamente na preconizada acção unânime de todas as corporações operárias.

Assim, arrumado o caso dos jornais, a actuação da F. T. L. J. passou a ser essencialmente no sentido de secundar os trabalhos preparatórios do movimento da U. O. N., tendente a atenuar os duros efeitos da guerra, trabalhos que exigiam um esforço enorme.

Porém, o Governo da «República nova», apesar de alardear que viera para pôr cobro às perseguições dos políticos que anteriormente haviam estado no Poder, usou para com a classe operária de processos perfeitamente idênticos, pelo que avolumou o descontentamento popular.

Consequentemente, em vez de cuidar de estudar as sugestões que lhe propusera a União Operária Nacional — tanto mais que, por sua vez, não apresentara plano algum —, começou por não as tomar em consideração, e quando, em Setembro de 1918, a central pretendeu realizar comícios em todo o país, para que o povo apreciasse o seu caderno de reclamações, foram esses comícios proibidos pelas autoridades, tendo sido substituídos por sessões nos sindicatos, as quais, como é óbvio, não podiam ter a desejada amplitude, sessões em que foram votadas moções reforçando o pensamento da U. O. N.

Pedida, depois, por esta, uma audiência a Sidónio Pais, não lhe foi sequer dada resposta, indelicadeza que só conduziria a exacerbar os ânimos.

Como os arautos governamentais propalassem que a acção da central de sindicatos não reflectia o pensamento do proletariado, resolveu a U. O. N. promover uma manifestação popular, a qual se dirigiria ao palácio da presidência⁽¹⁾, em Belém, a fim de Sidónio Pais poder verificar qual das partes interpretava o sentir dos trabalhadores.

(1) O falecido doutor Reis Santos, que era pessoa de espirito desempoeirado, progressivo, e conhecia de perto a gente da U. O. N., conversando certo dia com alguns poten-

Foi proibida, é claro.

E como se tornasse bem manifesto o propósito do Governo contrariar sistematicamente a acção da U. O. N., chegou-se ao que era já inevitável: a greve geral nacional, que tinha por objectivo forçar os detentores do Poder a tomar em atenção as medidas que aquela organização havia tornado públicas.

Não teve a paralisação de 18 de Novembro o êxito que muitos esperavam, a despeito de em Portugal jamais se haver preparado tão intensa e extensamente um movimento de tamanha envergadura, insucesso que não representou, aliás, uma surpresa para uma parte dos mais activos delegados da U. O. N. (1).

E não se surpreenderam eles, por estas comezinhas razões: 1.^a Porque a greve surgia precisamente no momento em que se firmara o armistício, isto é, quando o consumidor se capacitara de que, só por essa circunstância, a situação económica iria melhorar, o que implicava, portanto, grave irreflexão dos partidários à outrance da greve; 2.^a Porque, aliado a essa particularidade, um

tados da finança, os quais tinham um sagrado horror pelos homens da Calçada do Combro, fez-lhes ver que éramos criaturas tratáveis, capazes de discutir correctamente com eles assuntos de interesse público. Como não acreditassem, prontificou-se o nosso amigo a pedir-nos recebêssemos uma delegação sua na nossa sede, para conversarmos acerca das reclamações que a central de sindicatos apresentara ao Governo.

Certa noite, vieram, efectivamente, alguns dos homens das «forças vivas», acompanhando-os o doutor Reis Santos. Ao defrontarem-se com um Manuel Joaquim de Sousa, com sua cara mussolinésca; um António Peixe, com seu sorriso zombeteiro; um Eduardo Freitas, com seu ar de espirra-canivetes, e comigo, que só não tenho cara-de-poucos-amigos quando mostro os dentes, a sua primeira impressão foi de receio. Porém, depois de termos palestrado umas horas, os Ulrichs, os Mendonças, os Oliveiras Belo e outros magnates cujos nomes não recordo, quando desciam a ampla escadaria do edifício do Correio Velho não ocultaram ao doutor Reis Santos a sua impressão de pasmo por terem, afinal, tratado com pessoas que, conversadas, não eram tão rebarbativas como se dizia.

(1) No número destes estavam três militantes gráficos com sérias responsabilidades: o autor deste volume (secretário-geral da U. O. N.), Manuel da Conceição Afonso (secretário-adjunto) e Raul Neves Dias, secretário-geral da Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, que, todavia, se submeteram à decisão da maioria, depois de terem lutado, em vão, por que fosse adiado o movimento.

outro facto ocorria, não menos de ponderar: o de estar então grassando, de Norte a Sul do país, a epidemia conhecida pela «gripe espanhola», a qual dizimava milhares de pessoas, circunstância que forçosamente arrefeceria os ímpetus de luta de muitos proletários, pelo que aquela teimosia representava, consequentemente, um erro não menos funesto.

É claro que em resultado da perda do movimento foram exercidas violências revoltantes sobre os militantes operários que não lograram pôr-se a bom recato (1).

Tais violências não se limitaram à detenção de operários e às agressões corporais, que estavam na ordem-do-dia, pois chegaram à deportação de vários grevistas, entre estes algumas dezenas de trabalhadores rurais de Odemira, os quais, metidos, como irracionais, nos porões dum navio, assim foram destruidos, sem julgamento, para terras africanas.

Essas arbitrariedades, juntas a outras violências com que foram alvo indivíduos pertencentes aos partidos republicanos, nomeadamente a agressão a presos políticos que enchiam as cadeias de Lisboa e do Porto, contribuíram para a efervescência que então galvanizou muitos elementos esquerdistas dos principais centros do país e que deu em resultado o assassinio do presidente da República.

Vieram depois, por motivo da morte de Sidónio Pais, novas violências e, por fim, como os principais esteios do regime — os monárquicos — verificassem que, se perdessem o ensejo que então se lhes deparara, lhes fugiria o terreno, seguiu-se a implantação da Monarquia, no Norte, e, em Lisboa, a tentativa de Monsanto, pelo que os republicanos se levantaram em armas contra as hostes reaccionárias, os quais novamente tiveram a seu lado grande número de elementos operários, desta vez, como das anteriores, empenhados em que

(1) Terminada a greve, estava eu na iminência, bem como os restantes componentes do comité que a dirigira, de ir parar, mais uma vez, à cadeia, senão à África ou ao cemitério. Não me tendo sido fácil *deslizar* então de Lisboa, mudei de bairro, transitariamente, havendo-me aboletado entre gente amiga, próximo da sede dum Sindicato onde contava camaradas dos melhores que tenho encontrado no meu caminho. Da máquina-de-escrever desse Sindicato me utilizei para teclar freneticamente muitos officios dirigidos aos organismos aderentes à U. O. N. e notas para a imprensa, pois os jornais da situação, especialmente o que se publicava com este nome, mais uma vez usaram da calúnia vil para atacarem adversários que sabiam não poderem então defender-se, por andarem a monte.

fossem restituídos à liberdade os confrades detidos, o que realmente se conseguiu (1).

Derrubados os monárquicos, foi chamado a governar o Dr. Domingos Pereira, político republicano que ainda não estava *queimado*, o qual, dando a impressão de que o preocupavam as questões de carácter social (2), confiou a pasta do Trabalho a Augusto Dias da Silva, um dos mais novos e dos mais activos elementos do Partido Socialista. Tentou Dias da Silva, que era um bem intencionado, fazer algo, mas a *engrenagem* capitalista ilaqueou-lhe de tal modo os movimentos que da sua acção, como ministro, exceptuados os Bairros Sociais — onde penetrou a verminose político-arranjista — pouco mais quedou que o seu propósito de alguma coisa fazer com carácter realmente social.

(1) Miguel Correia, o saudoso militante ferroviário e grande amigo, que durante a recente greve estivera encafuado comigo, e com outros membros do *comité*, num horrível cacifo, lá para as bandas da Graça, e que, ao tentar ganhar, a nado, terras de Espanha, fora preso e recambiado para Lisboa, figurou entre os libertados do forte de Monsanto.

Na mesma ocasião contribuí — e não vá supor-se que pretendo fazer jus a qualquer penduricalho — para que fosse salva a vida ao falecido coronel França, ao tempo director das cadeias civis, surpreendido pelos republicanos quando se encontrava, parece que no exercício do seu cargo, naquela cadeia, isto não obstante ter sido meu carcereiro, por mais de uma vez, mas carcereiro correcto. Já não posso dizer o mesmo em relação a um outro coronel que, posteriormente, seria, por sua vez, meu carcereiro em Monsanto, o qual, à minha entrada ali, me recebeu malcriadamente, embora mais tarde me apresentasse desculpas.

(2) Por essa época, como o social andasse na berra, houve um diário do Porto que deu à estampa, enviada pelo seu correspondente de Lisboa, uma lista dum provável «governo da vanguarda», onde, ao lado dos nomes de várias figuras das esquerdas republicanas e do Partido Socialista, aparecia o do prezado camarada Prof. Emilio Costa, como ministro da Instrução, e o meu para a pasta do Trabalho, o que talvez tivesse sido invenção do aludido correspondente, pois ninguém me falara do caso, ao contrário do que sucedera noutra ocasião, em que me pediram, mas debalde, a aquiescência para que fosse proposto deputado.

O APARECIMENTO DO DIÁRIO «A BATALHA»

Conforme digo noutro lugar, Raul Neves Dias, o dinâmico secretário-geral da Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, havia apresentado à Conferência Operária de 1917, na sua reunião do Sul, uma proposta tendente à fundação dum jornal sindicalista diário, a qual, tendo sido aprovada em princípio, foi, mais tarde, renovada em reunião do conselho central da U. O. N. por aquele delegado da F. T. L. J. e bem assim pelos colegas Carlos José de Sousa e Manuel da Conceição Afonso, tendo então sido resolvido efectivá-la.

Mercê do afinco com que trabalhou a comissão que fora nomeada, surgiu, em 23 de Fevereiro de 1919, o diário operário *A Batalha*, um dos empreendimentos de maior monta que a organização sindicalista portuguesa levou a cabo (1).

Exceptuando o chefe da redacção (Pinto Quartim, experimentado jornalista profissional), todos os outros redactores, no início da gazeta, eram operários tipógrafos, tendo transitado de oficinas onde compunham prosa alheia para uma outra em que iam passar a escrever *pro domo sua*. Melhor: desta

(1) Não obstante haver tentado esquivar-me a ocupar o lugar de redactor-principal de *A Batalha*, para que fora indicado, em consequência de ser então o secretário-geral da U. O. N. (cargo absorvente, tanto mais que era desempenhado nas horas que me ficavam livres do exercício da profissão, pois nesse tempo não havia «permanentes»), não logrei furtar-me, tendo sido deveras contrariado que assumi a direcção do quotidiano. Uma das razões por que não queria o lugar residia na circunstância de não me haver ainda esquecido dos aborrecimentos que sofrera quando desempenhara idêntico cargo no diário *A Greve*. Além disso, apesar de não ser criatura de índole pessimista, não tinha fé no êxito da arriscada empresa. Enganei-me, e ainda bem.

última oficina eram simultâneamente patrões e assalariados — um hibridismo desconcertante, por motivos óbvios.

Nas condições expostas se encontravam, além do autor deste volume: Francisco Perfeito de Carvalho, Luís Consiglieri Sá Pereira ⁽¹⁾ e António Inês (*Antero Lima*), este como crítico teatral, irmão do jornalista e actual chefe da redacção da *República*, Artur Inês, ao tempo operário impressor tipográfico e, nessa qualidade, militante no respectivo sindicato profissional, que, por sua vez, colaborou também em *A Batalha*. Um sexto tipógrafo viria a ser, mais tarde, redactor do diário operário: Francisco Rodrigues de Sousa, que voltou, ao cabo dalguns anos, a pôr em pé letras de chumbo — um excelente colega, que desde Viana do Castelo, onde foi como que meu discípulo, acamaradou comigo nas lutas sindicalistas e que faleceu em 1949, sendo então funcionário da Imprensa Nacional de Lisboa.

Ainda um outro operário tipógrafo, hoje do quadro do *Diário do Governo*, isto é, da Imprensa Nacional (Carlos José de Sousa), viria a escrever em *A Batalha*, da qual foi também redactor-principal, tendo transitado da chefia da tipografia para a da redacção, não por muito tempo, pois a breve trecho voltava a assumir a direcção daquela oficina, cargo que desempenhou durante largo período.

Com o aparecimento de *A Batalha* assiste hoje a organização operária nacional, mercê dum rasgo de audácia dum grupo de trabalhadores, eficazmente auxiliados, no seu arrojado empreendimento, pela Central de Sindicatos portuguesa, à realização duma das suas mais queridas aspirações, aspiração que vem de longa data.

Por outro lado, a classe oposta verificará que os seus rudes ataques à ideia em marcha têm dado, como aliás era lógico, resultados contraproducentes, porque, a despeito de essa classe haver usado de processos nem sempre legítimos para combater as instituições proletárias, estas não só têm resistido a tais ataques, mas até deles têm saído mais robustecidas.

O observador imparcial que de há uma dezena de anos a esta parte haja acompanhado de perto os acontecimentos terá verificado que, a cada golpe vibrado na organização operária, esta, em vez de succumbir, ganha maior alento, e, enchendo-se

⁽¹⁾ De todos os tipógrafos supramencionados, foram este e Artur Inês os únicos que adoptaram a profissão de jornalistas, devendo acrescentar que ambos subiram mesmo mais um furo no domínio das letras, pois têm escrito também livros.

duma fé mais viva, cria novas instituições e lança mão dos mais eficazes meios de propaganda e de acção, para provar à sociedade que é já hoje uma força indestrutível, porque nela reside de facto a substância que alimenta essa mesma sociedade. E assim como o organismo humano não pode viver uma vida regular desde que todas as moléculas que o constituem não funcionem normalmente, assim o organismo social não poderia existir se estivesse privado da acção da massa produtora — a sua molécula máxima.

Bem sabemos nós que *A Batalha*, que será na imprensa o porta-voz da organização operária nacional, e, portanto, o intérprete das generosas aspirações da legião trabalhadora, dessa legião que ao mesmo tempo que, em luta afanosa, arranca à natureza ubérrima tudo quanto é mister à existência, anda empenhada numa outra luta não menos ingente, qual é a de marchar em demanda dum porvir não de bem-estar apenas para alguns, mas de conforto para todos; bem sabemos nós, iamoz dizendo, que *A Batalha* será um jornal assaz difícil de fazer, não só porque é a vez primeira que em Portugal aparece um diário lançado pela Central de Sindicatos e, portanto, com um carácter inédito, mas também porque neste momento o mundo operário se convulsiona na ânsia, bem legítima, de diminuir o predomínio da classe rica, conquistando-lhe uma parcela das regalias até agora usurpadas.

E para que o proletariado acompanhe, sob esse aspecto, a acção que lá fora se está desenvolvendo, não basta fazer propaganda: é necessário que essa propaganda seja realizada com a maior acuidade.

Só assim os trabalhadores lograrão materializar, a pouco e pouco, as suas aspirações mais caras; só assim aquela propaganda poderá produzir os almejados efeitos.

Temos a pretensão de fazer de *A Batalha* um jornal onde os espeznhados, a cujo número pertencemos, encontrem um defensor apaixonado e a classe poderosa um adversário contumaz das prerrogativas de que goza ilegitimamente, mas adversário leal, que deseja impor-se, não pelo exercício do insulto degradante ou da calúnia arvorada em acicate, mas pela crítica correcta e justiceira aos seus actos, crítica de que não isentaremos também as próprias instituições operárias, sempre que a atitude destas se nos não afigure regular.

Outra pretensão nos anima ainda: a de fazermos de *A Batalha* um jornal moderno na sua contextura, e a explicação deste desejo encontra-se talvez no facto de sentirmos um horror instintivo por tudo quanto tresanda a arcaísmo, sentimento próprio de criaturas que, como nós, têm o maior culto por todas as manifestações progressivas do espírito humano, pois que ambicionamos o Futuro e não o Passado.

Que gente é esta que vem agora à liça? — perguntarão muitos dos que nos lêem e que não pertencem aos nossos arraiais.

Conhece-nos de perto o proletariado organizado, em cujas fileiras todos os que aqui trabalham formam há longos anos, muitos de nós tendo recebido, como recompensa do esforço despendido em favor do mesmo proletariado: por banda deste, a mais reconfortante simpatia; duma parte da corporação industrial, a *boi-cotagem* ao nosso braço produtor, e, finalmente, da parte dos homens que têm governado, as calúnias mais aviltantes, a longa prisão em masmorras imundas, o desterro.

Pertencemos à grande falange trabalhadora, desdenhosamente classificada, pelos poderosos, de subgente.

Mas esta subgente, que tem alma, que tem aspirações e que pretende viver uma vida livre; esta subgente, que em face dos rudes ataques dos nossos encarniçados adversários tem caído por vezes, mas que tem caído de pé; esta subgente levanta-se, num novo esforço, para vir agitar ideias, sabendo de antemão que batalhar por essas ideias é embrenhar-se em lutas gigantescas, rudes, ingentes.

(Do número 1 de *A Batalha*)

XX

Vários jornalistas profissionais se fizeram no alfobre da Calçada do Cambro, nomeadamente: Mário Domingues, Cristiano Lima, Sá Pereira, David de Carvalho, Eduardo Frias, Artur Portela e Alfredo Marques. E não só no diário, mas também no *Suplemento de «A Batalha»* e na revista *Renovação* (por igual editados pelo órgão da central de sindicatos, e dos quais foi padremestre o remexido Pinto Quartim), colaboraram distintos escritores, jornalistas e publicistas, entre eles: Augustin Hamon, o eminente sociólogo francês, que em *A Batalha* publicou uma série de belos artigos; Neno Vasco, Dr. Adolfo Lima, Dr. César Porto, Emílio Costa, José Carlos de Sousa, Manuel Ribeiro, Dr. Aurélio Quintanilha, Dr. Vitorino Nemésio, Bento Faria, Bernardo de Sá, José Bedy, Bento Mântua, Ferreira de Castro, Jaime Brasil, Julião Quintinha, Roberto Nobre, Nogueira de Brito, Coriolano Leite, Jesus Peixoto, Adriano Botelho, Álvaro Abreu, etc., e, dentre os militantes operários, além dos supra-mencionados: Manuel Joaquim de Sousa, Manuel da Silva Campos, Joaquim de Sousa, Santos Arranha, Alberto Dias e Mário Castelhana (que também exerceram, alternadamente, o cargo de redactor-principal do diário); Clemente Vieira dos Santos, Carlos Rates, Miguel Correia, Manuel Gonçalves Vidal, Augusto Machado, Manuel Canhão, José Maria Gonçalves, Manuel Afonso, António Costa Júnior, António Peixe, Joaquim Gonçalves Piçarra, Gil Gonçalves, Raul Neves Dias, António Alves Pereira, Gonçalves Correia, José Horta, José de Sousa e Joaquim Cardoso, que foi editor de *A Batalha*.

No que respeita às Belas-Artes sobressaíram, entre outros: Cristiano de Carvalho, Guilherme Filipe, Stuart Carvahais e Rocha Vieira.

Na administração — sector menos vistoso, mas da máxima importância em qualquer diário e muito mais quando esse diário é da índole de *A Batalha* — trabalharam, devotadamente, além dos saudosos camaradas Hilário Marques, Francisco Cristo e Gil Gonçalves: Eduardo Freitas, Eduardo Jorge, Jorge Campelo e Manuel de Figueiredo, o qual se manteve no seu difícil posto até ao derradeiro número (1).

As oficinas desta subversiva gazeta foram ontem de tarde visitadas por três ilustres representantes do Militarismo. Infelizmente, na ocasião em que suas excelências vieram, os redactores de *A Batalha* não se encontravam presentes. Estavam assistindo, com muito agrado seu, à leitura dum interessante trabalho que o nosso camarada Manuel Joaquim de Sousa vai em breve lançar a público — e não vem isto à laia de reclamo — por intermédio da secção editorial de *A Batalha*.

Não estávamos, portanto, presentes, e foi pena. Foi pena porque gostaríamos de ter fixado a marcial figura dos três ilustres visitantes, um dos quais, por seus feitos, tem sido algo falado nestas colunas.

Como não estivéssemos, conversaram, em pleno corredor — falta de que aqui nos penitenciamos — com um nosso camarada da administração, que atentamente os ouviu.

Disseram vir, em nome da oficialidade do batalhão dos sapadores dos caminhos de ferro, protestar contra o que acerca do mesmo batalhão nestas colunas se tem dito, tendo nós ficado altamente intrigados quanto ao fundamento do protesto, porque não nos recordamos de ter dito bem ou mal do supracitado batalhão, a não se dar o caso de suas excelências encarnarem o batalhão na pessoa do seu comandante, Sr. Raul Esteves, de cuja acção, como homem público, nos temos ocupado muitas vezes, e continuaremos certamente a ocupar-nos, sempre que para tal haja motivo, discutindo os seus actos, sobretudo os seus actos violentos, que se registam às dezenas.

(1) Duas notas de ternura: José Sanchez, animador, ao tempo, do Sindicato dos Empregados de Hotéis e Restaurantes e *maitre d'hôtel* no antigo e luxuoso Restaurante Garrett — no qual nos quis oferecer um almoço —, camarada duma delicadeza e dum aprumo cativantes, que iria morrer em Marrocos, sabendo que gostávamos de flores, quase todos os dias ia enfeitar as jarras das secretárias da redacção com odoríferos exemplares.

Por seu turno, Eduardo Freitas (da administração) tinha não só o cuidado de conservar limpa a salinha onde trabalhávamos, mas também, quando Sanchez não podia comparecer, era ele quem enfeitava as jarras, coisa de que não o suporiam capaz as pessoas que, nos comícios, lhe ouviam os inflamados discursos contra os capitalistas.

Falaram também na carta que *A Batalha* ontem inseriu, de um grupo de cabos e soldados do batalhão, pretendendo, apenas por curiosidade, saber quem eram os seus autores, os quais, em seu critério, a deviam ter assinado, como se nós pudéssemos acreditar que suas excelências, postos no lugar dos referidos cabos e soldados, o houvessem feito.

E mais disseram que *A Batalha* tem atribuído ao batalhão — deveriam querer dizer ao Sr. Raul Esteves — factos menos verdadeiros, motivo por que, se continuássemos, para a outra vez viriam... noutros termos.

Aos marciais cavalheiros obtemperou o nosso camarada de oficina que não lhe parece que a gazeta se tenha ocupado do batalhão, mas do seu comandante, o que é diferente. Quanto à carta dos soldados e cabos, era assunto sobre o qual só o redactor-principal estava habilitado a responder. E, finalmente, que, se *A Batalha* tem feito acusações menos verdadeiras, não deviam ignorar que há uma lei de Imprensa que pune esses delitos, achando natural que os queixosos recorram a essa ou a quaisquer outras leis, porque há muitas. Por último convidou os ilustres visitantes a declinarem seus nomes, o que suas excelências fizeram, pedindo, por seu turno, o do nosso camarada, que lhes foi dado, como mandava a boa educação.

Após o que as marciais figuras se retiraram, pela mesma porta por onde haviam entrado...

Eram elas: o Sr. capitão Abranches e tenentes Barradas e Ferreira Mendes, o primeiro celebrizado aqui, por ocasião da greve dos ferroviários do Estado, por virtude duma façanha que praticou na pessoa do ferroviário, amigo nosso, João Cebola, e que outras façanhas cometeu, aqui igualmente narradas, em relação a vários vendedores de *A Batalha*, quando fazia serviço na estação do Barreiro.

Não estranhemos nós — hoje já nada nos surpreende nesta abençoada terra — que os ilustres e marciais oficiais houvessem vindo de longada, nos termos expostos, até estas oficinas. Se já por aqui têm passado autênticos ministros!...

O que se nos afigura curioso — e daí talvez não seja — é que criaturas que, como os militares em referência, têm por missão, segundo rezam os catrapácios por que se regulam, cumprir e fazer cumprir as leis, que os do soberano decretam em nome deste, assim fujam à letra dos códigos, pondo-se em condição igual à nossa, que aos códigos votamos, por princípio, uma aversão respeitável. Pelo que se vê, sob este aspecto, o sindicalismo vai-se infiltrando entre os da tropa, o que, quanto a nós, é ótimo...

Se suas excelências, como lhes foi observado, com justeza, pelo nosso camarada de trabalho, quisessem ser o que dizem — legalistas —, desde que entendem que somos menos razoáveis nas nossas expressões, embrulhar-nos-iam em meia folha de papel selado e mandar-nos-iam para a Boa-Hora. Se perante os da Boa-Hora, que são amigos dos bons costumes, não justificássemos as nossas palavras e não provás-

semos as asserções que hemos feito, seríamos mandados certamente para o Limoeiro, se não preferissem mandar-nos para Timor...

Mas não lhes agrada a solução. Preferem vir fazer-nos veladas ameaças, como se, realizado um segundo assalto a esta casa, ou assassinado qualquer de nós, ou todos nós, *A Batalha* deixasse de ser *A Batalha*...

Nós, ilustres senhores, sabemos que havemos de morrer um dia. E morrer de morte natural ou de morte violenta é — morrer. Para morrer estamos, pois que para pouco mais do que isso viemos ao Mundo.

Mas como se dá a circunstância de esta tribuna não ser só dos que nela trabalham, mas duma classe que é legião — a classe operária organizada —, se fôssemos postos de lado violentamente, outros viriam tomar-nos os lugares, porque o mundo não pararia por tão pouco...

É talvez por isso que, não estando embora na graça de deus — com quem andamos zangados —, temos dormido e continuamos dormindo tranquilamente.

É que isto de produzir qualquer coisa de útil dispõe bem os nervos...

Experimentem os ilustres oficiais e hão-de concordar connosco.

(De *A Batalha*)

XX

Contar uma só parte dos episódios de que fui actor e testemunha seria tornar interminável este capítulo. Não esmiuçarei casos de tentativas de suborno, de que fui objecto, como orientador do jornal (aos quais, aliás, fiz referência oportunamente), limitando-me a anotar que, empenhados, como estávamos, em fazer do diário dos trabalhadores um jornal de processos limpos, sempre que sucedia sermos ludibriados na nossa boa-fé — o que acontecia com uma frequência desconcertante, sobretudo em relação às sucessivas queixas que à redacção chegavam —, se, uma vez publicado o queixume, a entidade atingida negava os factos que lhe eram imputados, chamávamos as duas partes à nossa presença e, arvorado em juiz (sem beca), inquiríamos, em plena redacção, de que lado estava a verdade, em pleitos quase sempre complicadíssimos, sem que se tornasse mister que junto de nós fosse invocada a lei de Imprensa.

Se adregava apurarmos que o queixoso não tinha razão, além da sara-banda que imediatamente lhe aplicávamos, dávamos, no número seguinte, no mesmo local onde fora feita a acusação, nota da intrujice. E se o embusteiro formava nas fileiras operárias, mais forte e feio lhe chegávamos.

Não obstante o cuidado que tanto eu como os orientadores do jornal que vieram depois de mim, pusemos em distanciar-nos, no que respeitava a processos, dos dos restantes quotidianos, cometeu, por vezes, *A Batalha* erros, e alguns deles bem crassos, cabendo a sua responsabilidade não sòmente aos timoneiros que me sucederam, mas também a mim próprio, pois não tenho a pretensão de passar por «tio virtudes». Procurámos todos acertar, mas nem sempre o conseguimos.

Sem embargo, pelo que me concerne, diligencieei — e nisso fui secundado por quase todos os que comigo trabalharam — não tornar o diário operário uma tribuna fechada, intolerante, se bem que nela defendêssemos com entusiasmo as nossas ideias.

E não nos mereceram apenas desvelo as questões corporativas, porquanto jamais *A Batalha* se alheou das cousas que pertencem ao domínio da Pedagogia, da Literatura, da Ciência, da Técnica, das Artes, etc. Enfim, preocupou-se com tudo que representava Progresso.

Foram tantas as demonstrações de solidariedade pró-*Batalha* que impossível seria anotá-las todas ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Certa madrugada, quando na redacção trabalhavam uns quatro redactores, entre eles eu, foi a pequena sala inopinadamente invadida por alguns facínoras, armados de pistola, que fizeram fogo em várias direcções, visando especialmente um dos redactores que trabalhava com óculos, na suposição de que se tratava da minha pessoa, pois ignoravam que, quando escrevo, não uso lentes. Felizmente, o meu camarada teve apenas perfurada a lapela do casaco em dois sítios, que o mesmo é dizer com dois projecteis.

Era a *revanche* por *A Batalha* (pela minha pena) haver zurzido, indignadamente, na véspera, uns malandrins, ao serviço da polícia, que, ao conduzirem, alta madrugada, um operário marceneiro, sob prisão, dos calabouços do Governo Civil para a esquadra do Caminho Novo, ao aproximarem-se do quartel dos Paulistas, alvejaram o preso a tiro, pelas costas, tentando liquidá-lo, para depois fazerem constar, como era costume, que haviam atirado quando pretendia fugir.

O traçoieiro assalto provocou uma espontânea greve geral do operariado de Lisboa, das mais significativas, pela coesão e extensão que teve e também pelo cunho de protesto de que foi revestida. Os estragos causados pelos meliantes foram largamente cobertos pelo operariado, naquele dia, o que traduziu também uma veemente repulsa.

RECOMEÇO DAS LUTAS CORPORATIVAS

Perdido o esforço representado pela greve que em Novembro de 1918 fora levada a efeito pela União Operária Nacional, como subsistisse o gravame de natureza económica que havia determinado aquele protesto popular, voltou-se às lutas corporativas pelo aumento de salário, lutas que, na indústria gráfica, haviam sido suspensas a conselho da Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, no intuito de os organismos que lhe eram aderentes reforçarem a ofensiva empreendida pela central de sindicatos em sentido comum.

Assim, em 30 de Janeiro de 1919 reunia o conselho de delegados da Federação do Livro e do Jornal, para apreciar uma proposta do seu secretário-geral, que tinha por fim a realização, através do país, de movimentos tendentes à adopção de tarifas de salário compatíveis com o momento, bem como a regulamentação da aprendizagem, a apresentar oportunamente pelos sindicatos gráficos ao patronato. Simultaneamente, diligenciar-se-ia obviar a qualquer tentativa de derrogação dos aumentos de salário conquistados em 1917 e 1918, pois se a guerra acabara, não se haviam, apesar disso, modificado em sentido melhor as condições de vida.

Para levar à prática tal reivindicação através do país deliberou-se realizar movimentos alternados, isto é, por localidade, e, nessa conformidade, seriam iniciados em Lisboa pelo conjunto das corporações gráficas, sob a orientação da F. L. J.

Dentro deste critério, em 19 de Maio era submetido à apreciação dos industriais de tipografia, e também das Empresas Jornalísticas de Lisboa, um caderno de reclamações, que foi denominado «Convênio de Trabalho», movimento desdobrado em duas etapas, a primeira relativa aos tipógrafos das casas-de-obras, a segunda aos dos jornais, tendo sido encarregada de dirigir

a acção em Lisboa uma comissão executiva nomeada pelos sindicatos gráficos, sob o patrocínio da Federação.

Os proprietários das casas-de-obras, conforme neles era tradicional, não aquiesceram às reclamações dos organismos operários, pelo que estes declararam, de início, 33 greves parciais. Respondeu o patronato com o *lock-out*, aliás limitado a uma parte das tipografias, em face do que novas greves se sucederam.

Ao cabo de 47 dias de luta tenaz conseguiram os sindicatos o aumento de 50 % nos salários, cuja média fora até então de 1\$20, e bem assim uma percentagem proporcional para a remuneração do trabalho de empreitada, tendo-se também estabelecido por essa ocasião um acordo entre a secção gráfica da Associação Industrial e a Federação dos Trabalhadores do Livro para a constituição duma comissão mista, que, no prazo de seis meses, elaboraria um Convénio de Trabalho, do qual constaria o «estabelecimento do salário mínimo e medidas atinentes ao levantamento da indústria».

«LOCK-OUT» DAS EMPRESAS JORNALÍSTICAS

Entretanto, a comissão executiva dos Gráficos punha-se em contacto com as Empresas Jornalísticas, para efeito idêntico. Mas quando as duas partes estavam negociando foi declarada, pela União dos Sindicatos Operários de Lisboa, por espaço de 48 horas, uma greve geral de solidariedade para com os trabalhadores das fábricas da União Fabril, em luta com a respectiva empresa havia já muitos dias, greve de solidariedade que foi animosamente secundada pelos Gráficos. Assim, não saíram os jornais diários, à excepção de *O Século*, composto pelo seu quadro, com o qual a Associação dos Compositores estava em conflito.

No dia em que terminara a greve de solidariedade (17 de Junho), quando os colegas que constituíam os quadros dos jornais se preparavam para retomar o trabalho, ao local onde se achavam reunidos os representantes das Empresas Jornalísticas, a fim de apreciarem as supramencionadas reclamações dos tipógrafos, chegou a notícia de que a autoridade policial mandara encerrar e selar a sede da U. O. N. e as oficinas de *A Batalha*, instaladas no mesmo edifício, pelo que o jornal operário estava inibido de publicar-se. O representante da administração de *A Batalha* (o órgão operário fora convidado a mandar um delegado à reunião) informou que, em face de tal arbitrariedade da polícia, os quadros dos jornais estavam na disposição de não retomar o trabalho, que era o mesmo que dizer que não sairiam os outros quotidianos. E assim sucedeu.

Levantados, no dia seguinte, os selos das portas das oficinas de composição e da redacção de *A Batalha*, convidou então a F. T. L. J. os quadros a regressarem às oficinas.

Não puderam, porém, retomar o trabalho, porque as empresas, como *revanche*, haviam declarado o *lock-out*. Limitaram-se elas a fazer sair, ao cabo

de dois dias, um órgão comum (*Boletim da Imprensa*), composto pelo quadro «amarelo» de *O Século*, seguido, dias depois, dum outro diário, *A Imprensa*, este composto nas oficinas da *Vitória* por tipógrafos arrebanhados na polícia e na guarda republicana, com o mais cordial assentimento dos governantes.

A Batalha, que suspendera a sua publicação durante a referida greve de solidariedade, a fim de que se não supusesse que ela se aproveitava da falta dos outros jornais para realizar grandes tiragens, voltou a sair regularmente, mas em geral apenas com duas páginas, porque as companhias papeleiras, mais próximas, conforme é compreensível, das Empresas Jornalísticas do que dos operários, dificultavam sistematicamente, como é natural, a venda de papel ao órgão dos trabalhadores, que, escusado seria dizê-lo, não possuía *stocks*.

Ao cabo de um mês, mercê da intervenção amigável da Associação dos Trabalhadores da Imprensa junto das Empresas Jornalísticas e da F. L. J., cessava o *lock-out*, depois de haver sido firmado um acordo, segundo o qual a federação gráfica não imporá de futuro às primeiras a suspensão dos jornais, quando qualquer destes fosse impedido de circular, e as Empresas, por sua vez, reconheciam à F. L. J. o seu direito de defender os interesses morais e económicos da classe gráfica, direito de que usaria de modo a não prejudicar as empresas que fossem alheias ao conflito, às quais previamente se dirigiria e que se pronunciariam livremente sobre o assunto que fosse submetido à sua consideração.

Por virtude dum acordo firmado ontem por representantes da Federação do Livro e do Jornal, das Empresas Jornalísticas e da Associação dos Trabalhadores da Imprensa, que serviu de medianeira entre as duas partes em litígio, devem reaparecer hoje os jornais de Lisboa, que há dias estavam suspensos em consequência do *lock-out* parcialmente mantido pelos industriais do jornalismo.

As bases desse acordo vão publicadas noutra lugar de *A Batalha*. À face delas se verifica que a solução do conflito não deixa mal colocada qualquer das partes, visto que, tendo ambas transigido, nenhuma delas levou a sua transigência ao ponto de poder considerar-se que haja, quer para os Gráficos, quer para os industriais do jornalismo, uma quebra de dignidade.

Ao contrário do que pretendiam os últimos, os Gráficos não repudiaram o belo gesto que tiveram para com *A Batalha*, nem, pelo acordo que os representantes da sua federação corporativa vêm de firmar, se negam a repetir esse gesto, desde

que contra este ou outro qualquer jornal que mereça a sua solidariedade seja praticada uma violência pelos detentores do Poder.

É certo que, segundo o acordo firmado, qualquer movimento com aquele intuito não deverá realizar-se sem que previamente a Federação do Livro e do Jornal se entenda com as Empresas, mas se as duas partes não chegarem a acordo, nada impedirá que os operários, com a sua própria força, que é assaz importante, como acaba de verificar-se, levem à prática o acto de solidariedade moral ou material que achem oportuno.

Assim sendo, afigura-se-nos que os nossos camaradas gráficos regressam às oficinas, como era necessário que regressassem, de cabeça erguida, não como homens que tenham de envergonhar-se do acto que praticaram, mas como operários que podem orgulhar-se de haver realizado uma das mais belas demonstrações de solidariedade até hoje levadas a efeito por trabalhadores portugueses.

Mas se o acto dos camaradas gráficos para com este órgão proletário é de molde a impô-los à consideração da classe operária, e até dos nossos comuns adversários, há a encarar um outro aspecto da sua atitude, que de per si seria bastante a dignificar uma corporação.

Ninguém ignora que os industriais do jornalismo, no desejo de desmoralizar os nossos camaradas e também no propósito de não deixar o campo livre à imprensa operária, que após a declaração do *lock-out* multiplicou as suas edições — o que foi uma desagradável surpresa para os referidos industriais, e tão inesperada que os levou a modificar a sua primitiva resolução —, fizeram os maiores esforços para substituir por outros os tipógrafos que constituíam os seus quadros, mas, a despeito das suas sedutoras promessas, não conseguiram encontrar o único tipógrafo — um único! — que se prestasse a trair os seus camaradas.

E, todavia, estavam inactivas, em Lisboa, umas seis centenas de tipógrafos, por virtude do movimento das casas-de-obras, também orientado pela Federação do Livro e do Jornal, muitos desses homens há quase duas semanas sem levar féria para casa. E inactivos se conservam todos ainda neste momento.

Não houve solicitações, não houve promessas, não houve propostas que levassem qualquer desses operários a ir ocupar o lugar dos seus colegas. Se alguns jornais saíram — e bem se sabe as condições grotescas em que vários deles aí apareceram — é porque os industriais do jornalismo conseguiram que governantes facciosos mandassem soldados e polícias trabalhar para as suas oficinas, excepção de *O Século*, cujo quadro tipográfico está fora de toda a discussão, pelos motivos já aqui apontados.

Houve um ministro da guerra que, no intuito de favorecer as Empresas Jornalísticas, prejudicando, por consequência, os tipógrafos, não hesitou em dirigir uma circular aos distritos de reserva — a circular n.º 2.143 — a qual lhes foi enviada pela

secretaria da guerra, intimando a apresentação imediata de todas as praças do activo e da reserva que tivessem averbada nas respectivas folhas de matrícula a profissão de tipógrafo. Apesar disto, os gráficos mantiveram-se firmes no seu posto de combate.

Ora uma corporação que tais exemplos dá é uma corporação que honra o proletariado português. Honrou-o primeiro com o seu gesto em apoio de *A Batalha* e honrou-o depois com a sua resistência na luta.



Havendo a F. L. J. reclamado o pagamento, para os tipógrafos, dos dias que durara o *lock-out*, como não se chegasse a acordo, foi resolvido submeter o assunto à decisão dum árbitro (um juiz de direito). Este pronunciou-se de forma ambígua. As empresas, porém, a exemplo do que espontaneamente fizera a do *Diário de Notícias*, pagaram aqueles dias ao seu pessoal.

Depois de solucionado o conflito provocado por virtude da greve de solidariedade para com *A Batalha*, foram reatadas as negociações com os representantes das Empresas Jornalísticas, às quais a comissão sindical reclamou as percentagens de 150 e 170 por cento sobre a tabela de salários então em vigor, respectivamente para os tipógrafos que trabalhavam nos jornais da tarde e da manhã.

Volvidos cinco dias, pediam os representantes das referidas empresas que lhes fosse alongado o prazo por mais dez dias, a fim de darem então uma resposta precisa, a qual resposta, ao cabo desse período, viera, efectivamente. Consistia, porém, na oferta de «uma ajuda de custo de vida de 60 %, percentagem única».

Não se conformaram os tipógrafos com tal proposta, atendendo a que uma aquiescência da sua parte os colocaria em situação de manifesta inferioridade, no que respeitava a proventos, relativamente aos colegas das casas-de-obras, porquanto estes estavam prestes a conseguir o salário de 5\$00 (superior ao de alguns tipógrafos dos jornais), com a agravante de o trabalho dos últimos ser mais exaustivo, principalmente nos quotidianos que são compostos de noite, pelo que, em face da intransigência dos patrões, foi proclamada a greve nos diários vespertinos.

NOVO «LOCK-OUT» DAS EMPRESAS JORNALÍSTICAS

Responderam as empresas com o *lock-out* nos diários da manhã, mas *lock-out* parcial, visto que nem todos os jornais se solidarizaram, figurando entre estes *O Século* e o *Diário de Notícias* — os que melhor pagavam —, pelo que, em relação a esses, foi aceita, a título provisório, a percentagem de 60 por cento.

As empresas dos diários da tarde deliberaram lançar um jornal comum (*A Imprensa da Noite*), mas como não dispusessem de pessoal para a sua manufactura, pediram ao Governo que lhes fornecesse tipógrafos militares, pedido a que os *imparcialíssimos* ministros da República aquiesceram, é claro ⁽¹⁾, tendo-se verificado, mais uma vez, o facto de os governantes se colocarem ostensivamente ao lado dum dos contendores, em prélio determinado por razões de ordem económica. Graças a tal apoio, conseguiram as empresas do *lock-out* lançar, pouco depois, uma segunda edição (*A Imprensa da Manhã*).

Ao termo de cerca de dois meses chegaram as duas partes a um

⁽¹⁾ Um funcionário do Ministério da Guerra a quem o respectivo titular mandara percorrer as redacções dos jornais com um papel em que oferecia tipógrafos militares às Empresas Jornalísticas com o mesmo empenho com que os carvoeiros ofereciam, noutros tempos, carvão à clientela, equivocando-se, foi também fazer a oferta à *Batalha*, onde, encontrando-me na redacção, me pediu mencionasse no dito papel quantos compositores desejávamos. Respondi, por escrito, que a missão do ministro não era a de meter-se em tais negócios, isto é, oferecer operários fardados para atraíçoarem os tipógrafos.

O facto dá a justa ideia da parcialidade com que os Governos (aquele como os que o precederam e os que lhe sucederam), se colocam em face do operariado e dos industriais, o que de resto não surpreende, porque a sua preocupação é servirem a classe de que dimanam. O que no caso há de revoltante é a afirmação que aquele Governo fazia de que se mantinha alheio às pugnas entre operários e patrões. Mostraria um pouco de pudor se se conservasse em silêncio.

acordo, com a aceitação, por banda dos operários, da percentagem de 60 %, isto é, generalizou-se a que fora provisoriamente adoptada nos dois principais quotidianos da capital.

Porém, os tipógrafos dos jornais, não se considerando satisfeitos com a situação que tinham, intensificaram os seus esforços no sentido de a melhorarem, tendo-o conseguido a breve trecho. Deveu-se o facto não só à actividade de que deu provas uma minoria desses colegas, mas também ao apoio que lhes foi prestado pelos agrupamentos sindicais.

A «ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO» PARA OS GRÁFICOS DOS DIÁRIOS DE LISBOA

A reivindicação máxima dos tipógrafos dos diários de Lisboa está consubstanciada na sua «Organização de Trabalho», adoptada em 1919, que representa uma das mais importantes conquistas operárias de todos os tempos e cujo espírito e fundamentos ainda hoje perduram, a despeito das reiteradas tentativas que as Empresas Jornalísticas têm posto em prática no intuito de a anularem, uma delas levada a efeito em 1944, por ocasião da assinatura do decreto que estabeleceu o salário mínimo para os Gráficos dos diários (1).

Como não sou tão obcecado que diminua ou ignore sistemáticamente o que de eficaz tem sido realizado pelos homens que estão ou têm estado à frente da organização sindical timonada pelo «Estado Corporativo», nada me custa reconhecer que hão porfiado em que aquela conquista não seja menoscabada. O pior é que, em relação a outros problemas sérios, não dão sinal de... presença.

(1) Contrariadíssimos com o acordo que então haviam sido compelidos a firmar com o Sindicato Nacional dos Tipógrafos, Litógrafos e Ofícios Correlativos do Distrito de Lisboa, tentaram, primeiro, o director de *O Século*, depois o do *Diário de Notícias*, fazer sair os seus periódicos em dias considerados como feriados nacionais, sendo de justiça consignar que a tal intento se opôs vivamente, e com eficácia, a direcção do supramencionado sindicato.

Mais tarde, isto é, em fins de 1949, quando a Federação Nacional dos Tipógrafos negociou com os representantes do Grémio das Empresas Jornalísticas o contrato colectivo de trabalho ora em vigor, novas tentativas de esfrangalhamento da Organização de Trabalho partiram do sector das mesmas empresas, que então pretenderam, primeiro, limitar a 50 % a percentagem de 100 % para as horas extraordinárias (conseguida quando da actualização da tarifa, em 1920), e, depois, diminuir o número de feriados pagos, ao que obsteu o presidente daquela Federação.

ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO E SALÁRIOS MÍNIMOS NAS TIPOGRAFIAS DOS DIÁRIOS DE LISBOA

estabelecidos de acordo com as Empresas Jornalísticas e a Federação Portuguesa dos Trabalhadores do Livro e do Jornal em 2 do mês de Agosto de 1919

HORÁRIO

1.º — O tempo de trabalho nos jornais diários de Lisboa, quer diurno, quer nocturno, será de oito horas, período máximo, aguardando-se, porém, o que em futura lei do Estado se determinar.

2.º — O horário de trabalho dividir-se-á em duas horas de distribuição ou preparação da máquina e seis de composição, salvo nos casos da alínea a) do n.º 12.º e da alínea a) do n.º 15.º.

a) Sobre o trabalho produzido fora do horário normal recairá o excesso, prescrito por lei, de 33 por cento.

EMPREITADA MANUAL

3.º — Os preços de um milheiro de letras serão os seguintes:

Trabalho diurno. — Corpo 5, \$19,2; corpo 6, \$18; corpo 7, \$15,6; corpos 8, 9 e 10, \$14,4.

Trabalho nocturno. — Corpo 5, \$20; corpo 6, \$18,75; corpo 7, \$16,25; corpos 8, 9 e 10, \$15.

4.º — A composição em idiomas estrangeiros sofrerá um acréscimo de 25 %.

5.º — A composição considerada tabela, com ou sem filetes, sofrerá o acréscimo de 100 %.

6.º — O trabalho de emendas (alterações) será pago ao empreiteiro a \$24 por cada hora, trabalho diurno, e \$25, trabalho nocturno, ou marcadas como novas as linhas recorridas.

7.º — O tempo de paragem involuntária por parte do tipógrafo será pago a este à razão de \$24 e \$25 por hora, respectivamente, trabalho diurno e nocturno.

a) Na situação actual, de carácter transitório, da redução de páginas, executar-se-á, nos dias de redução, da mesma forma, o horário normal. As horas de paragem ou as que faltem, acabado o jornal, para completar seis ou oito horas de composição, serão pagas ao tipógrafo a \$24, trabalho diurno, e \$25, trabalho nocturno, por cada hora, e equivalentemente a fracção, não devendo reduzir-se o número de braços nos dias dos números de duas páginas;

b) Considerar-se-á paragem o tempo decorrido entre a hora marcada para começar e aquela em que se inicie o trabalho;

c) As paragens em trabalho, além do horário normal, estão sujeitas ao disposto da alínea a) do n.º 2.º.

8.º — Todo o trabalho de composição, quer do texto, quer de anúncios, será executado pelos caixistas ou por eles marcado, segundo esta tabela, dentro do horário de composição.

9.º — A composição dos anúncios será marcada pelo linómetro de corpo 6.

a) Nos jornais em que a medida de coluna dos anúncios seja igual à do texto será considerada base metade dessa coluna;

b) Nos jornais onde a medida de coluna dos anúncios seja reduzida servirá esta como base para pagamento nos restantes anúncios;

c) Para os jornais que não empreguem corpo 6 servirá como base o corpo 6 n.º 5 (Imprensa Nacional);

d) Fica ressalvado que os jornais que empreguem corpo 5 pagarão os anúncios nesse corpo;

e) Nos jornais onde a medida de coluna de anúncios seja reduzida servirá esta como base para aqueles que tècnicamente são conhecidos como reclamos ou comunicados;

f) De futuro, havendo um sensível número de anúncios clichados, as empresas compensarão, na medida do possível, os empreiteiros do prejuízo que venham a sofrer com a redução do espaço destinado aos outros anúncios;

g) Os anúncios-clichés que empreguem composição, vinheta, tarja ou justificados em qualquer medida, serão marcados por inteiro;

h) As rubricas, quer nos anúncios, quer no texto, serão executadas por caixistas e marcadas como trabalho novo.

EMPREITADA MECÂNICA

10.º — Nos jornais onde existam máquinas de compor, os maquinistas regular-se-ão pelo seguinte:

Trabalho diurno. — \$06,5 por milheiro de matrizes, sem distinção de corpos.

Trabalho nocturno. — \$06,9 por milheiro de matrizes, sem distinção de corpos.

a) Os idiomas estrangeiros terão o acréscimo de 50 por cento;

b) Normandos e outros tipos empregados na máquina, fora do teclado, serão pagos como composição manual.

11.º — Para as horas de paragem observar-se-á o disposto no n.º 7.º.

12.º — Para o efeito de preparação das máquinas perceberão os maquinistas, respectivamente, o equivalente a duas horas de paragem.

a) Quando qualquer jornal tiver um encarregado especial para a limpeza das máquinas, deverão os maquinistas completar o horário de oito horas.

13.º — Os títulos para a composição mecânica serão marcados como trabalho manual, desde que sejam executados pelos maquinistas.

14.º — Toda a composição será marcada à regreta, inclusive o entrelinha-

mento, recaindo sobre as medidas que comportem menos de 36 matrizes a percentagem de 20 por cento.

DISTRIBUIÇÃO

15.º — A distribuição da composição será paga a cada caixista pelo equivalente a duas horas de trabalho, quer diurno, quer nocturno.

a) Os caixistas dos jornais da manhã deverão compor durante oito horas, desde que possuam quadros especiais para distribuição.

CHEFES, PAGINADORES E JORNALEIROS

16.º — Os vencimentos de chefes e paginadores serão estabelecidos de comum acordo entre aqueles e as respectivas empresas, tendo em atenção, para os efeitos de melhoria, os benefícios concedidos aos respectivos quadros gráficos, para efeito desta Organização.

17.º — O salário mínimo a jornal será de 2\$40 e 2\$60, respectivamente, trabalho diurno e nocturno.

APRENDIZES

18.º — Em cada jornal só poderá haver um aprendiz, que trabalhará nas condições que vierem a ser estabelecidas no Convénio de Trabalho das casas-de-obras.

a) Os aprendizes terão preferência à efectividade no quadro sobre os «ajudados», desde que tenham completado o tempo de aprendizagem.

DISPOSIÇÕES GERAIS

19.º — Todos os jornais que saiam de futuro regular-se-ão pela presente Organização de Trabalho.

20.º — Aos tipógrafos reconhecidos como necessários para a manufactura do jornal ser-lhes-á dada a efectividade.

21.º — Não poderá exigir-se do tipógrafo, dentro do horário normal, trabalho estranho ao do texto do jornal.

22.º — Os cinco dias de feriado nacional (1 e 31 de Janeiro, 5 de Outubro, 1 e 25 de Dezembro) e aqueloutros em que qualquer empresa entender não publicar o jornal (excepto domingos em que não se publiquem jornais) serão pagos ao empregado à razão de 1\$60.

23.º — Não serão derogadas quaisquer condições de trabalho mais favoráveis ou regalias adquiridas, persistindo em vigor as formas de pagamento e trabalho não incluídas nesta Organização.

24.º — Dentro do acordo estabelecido não poderão ser dispensados quaisquer operários dos quadros tipográficos por motivo da implantação da presente tarifa.

(Segue-se a demonstração prática dos preços da linha, para o que se tomou por norma a matéria idêntica constante das bases adoptadas em 1917).

Fizeram-se dois exemplares da presente Organização de Trabalho, tendo ficado um em poder da direcção do *Diário de Notícias* e outro no arquivo da Federação do Livro e do Jornal.

Lisboa, 19 de Julho de 1919.

Pelas Empresas Jornalísticas: *Augusto de Castro, Manuel Guimarães e Luís Derouet.*

Pela Federação do Livro e do Jornal: *Alfredo Neves Dias, António da Fonseca Pereira e Raul Navarro de Macedo.*»

OBTENÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

Como, nos começos de 1920, a Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal achasse azado o momento para que as classes gráficas fizessem uma nova reclamação de melhoria ao patronato, pois haviam-se agravado as condições de vida, reuniram em assembleia magna os compositores e impressores tipográficos, encadernadores e anexos e os fotógrafos e litógrafos, que deliberaram dirigir uma circular, para aquele efeito, aos industriais respectivos, começando pelos das casas-de-obras, ao mesmo tempo que davam poderes a uma comissão executiva para enfrentar o movimento e criavam, na previsão de conflito, a quota de resistência de \$30 para os oficiais e \$20 para as mulheres e aprendizes.

Não houve, desta vez, necessidade de recorrer à greve, porque os industriais, no seu máximo número, apresentaram, a breve trecho, uma proposta de acordo, que foi aceite pelos sindicatos.

Após algumas reuniões efectuadas entre uma comissão mista de patrões e operários, foi aprovado um documento, cuja matéria entrou em vigor em 13 de Abril, do qual constavam as seguintes cláusulas:

«1.º Sobre a abolição da empreitada:

Que as comissões, agregando a si os elementos mais interessados no assunto, reunissem a partir de 19 de Abril, para assentarem, até ao fim do mesmo mês, na abolição da empreitada nas casas-de-obras ou na sua continuação com remuneração condigna.

Enquanto esse número não estivesse devidamente regulado, a empreitada teria um aumento de 100 por cento.

2.º O salário-mínimo para todos os oficiais foi fixado em 5\$00, sendo considerados como tais os profissionais que vencessem jorna superior a 2\$10.

3.º Do mesmo modo o salário-mínimo das costureiras do ramo da encadernação foi fixado em 2\$50.

4.º O aumento a incidir nos salários dos aprendizes, com ou sem prática, incluindo, no primeiro caso, as operárias marginadoras, foi de 100 por cento.

5.º Concordou-se em pôr de parte, naquela oportunidade, a discussão do pagamento da folga semanal.»

Relativamente aos operários litógrafos, também estes obtiveram satisfação ao seu pedido, depois da reunião duma comissão mista, pelo que foram aumentados, respectivamente em \$30, \$50, 1\$00 e 1\$50, os salários das «mulheres de mesa» e aprendizes; dos aprendizes com prática, inclusive as marginadoras; dos cortadores e serventes, e bem assim dos desenhadores, gravadores, transportadores e impressores.

Restava tratar da situação dos tipógrafos que exerciam a sua actividade nos quadros dos diários, o que só se conseguiu depois duma luta de certo modo renhida com as respectivas empresas, as quais apenas ofereceram um aumento de 60 por cento sobre os salários então em vigor, o que daria em resultado ficarem aqueles confrades ganhando menos que os das casas-de-obras, que, como vimos, haviam obtido o salário-mínimo de 5\$00.

Após um novo *lock-out*, de que participou apenas uma parte das empresas jornalísticas (excluídos *O Século* e o *Diário de Notícias*, cujo pessoal tipográfico possuía condições melhores que as dos restantes diários), as quais empresas lançaram duas edições de circunstância — a *Imprensa da Noite* e a *Imprensa da Manhã* —, conseguiu chegar-se a um acordo.

Assim, actualizou-se a Organização de Trabalho, que fora adoptada no ano anterior e, por convenção bilateral, firmada em 30 de Abril, além de se ratificar que o tempo de trabalho se dividiria em 2 horas para distribuição ou preparação das máquinas de compor e 6 para composição, consignou-se que, sobre o trabalho produzido fora das horas normais, incidiria a percentagem legal (100%). Os preços por milheiro de letras, no trabalho diurno, seriam de \$34,6, \$32,4, \$28,1 e \$25,9, respectivamente para os corpos 5, 6, 7 e 8, e, no trabalho nocturno, respectivamente de \$36,0, \$33,75, \$29,25 e \$27,0.

a composição em idiomas estrangeiros sofreria o acréscimo de 75 %, passando, pois, para 100 % ; o trabalho de emendas (alterações), o tempo de paragem involuntária e as horas que faltassem para completar o horário normal pagavam-se a \$54 e \$65, respectivamente para trabalho diurno e nocturno ; a composição de anúncios passaria a ser marcada pelo linómetro de corpo 6, recaindo a percentagem de 50 %, como compensação, sobre os que tivessem arcos, trainéis ou fossem considerados como trabalhosos, e os anúncios-clichés, quer empregassem ou não composição, vinhetas, tarjas ou justificados em qualquer medida, seriam marcados por inteiro, passando a distribuição a ser paga aos caixistas a 1\$20.

No que dizia respeito à produção mecânica, o preço, por milheiro de matrizes, foi elevado, sem distinção de corpos, para \$11,7, no trabalho diurno, e \$13,8, no nocturno ; os idiomas estrangeiros passaram a ter o acréscimo de 100 % e os normandos e outros tipos empregados na máquina 50 %, passando os não incluídos no teclado a ser pagos como trabalho manual. A preparação das máquinas ficou estabelecida em 1\$20.

Os salários-mínimos a jornal ficaram assim fixados : para o trabalho diurno, 4\$30 ; para o nocturno, 5\$20.

Vem a propósito recordar que, por ocasião da passagem do dia 1.º de Maio de 1920, tendo a Associação dos Compositores convidado os tipógrafos a não trabalharem nesse dia, Luís Derouet, que era um dos proprietários do extinto diário *A Manhã*, preveniu os seus leitores de que aquele jornal não sairia, mas que considerava o 1.º de Maio como um dia de trabalho, com o que queria dizer que os tipógrafos receberiam os seus vencimentos como se tivessem trabalhado.

A publicação dessa nota levou as restantes Empresas Jornalísticas a fazerem idêntica declaração, pelo que, a partir desse ano, o dia 1.º de Maio passou a ser considerado feriado nos jornais. Não foi, porém, englobado na Organização do Trabalho em condições semelhantes às dos outros, atendendo a que o pagamento desse dia era feito espontaneamente pelas empresas (1).

(1) Já no domínio da actual situação política foi o dia 1.º de Maio incluído no número dos feriados oficiais dos tipógrafos e tornado extensivo aos Gráficos das casas-de-obras, figurando, como tal, nos respectivos contratos colectivos.

A GREVE DOS TRABALHADORES DA IMPRENSA

Até 1917 uma parte considerável dos trabalhadores da imprensa — jornalistas, repórteres, revisores, empregados de administração, etc. —, apesar de possuir, ao tempo, um sindicato misto (a extinta Associação dos Trabalhadores de Imprensa), não havia conseguido as melhorias a que tinha direito, e, assim, não só o que ganhava era insuficiente, pois sofria uma exploração deveras descarável, mas estava também sujeita a longos horários e ainda na contingência de ser despedida arbitrariamente, visto que as Empresas Jornalísticas, comodamente instaladas na vida e sem se arrearem do justo descontentamento dos seus mais directos cooperadores, tratavam-nos com o máximo desdém, discricionariamente.

Não era para surpreender uma situação desta natureza, atendendo a que apenas um diminuto número dos supracitados profissionais se encontrava inscrito no respectivo agrupamento de resistência, motivo por que este não possuía força, não obstante estar bem patente que, se os tipógrafos dos jornais haviam conquistado apreciáveis regalias, era isso devido não somente à existência do seu sindicato de resistência, mas também à coesão que aqueles operários revelavam entre si e ainda à perseverança de que davam provas.

Ora, entre os profissionais de imprensa contavam-se elementos que, além de conhecerem perfeitamente os métodos de organização sindicalista, eram até dos seus mais activos propagandistas na imprensa avançada. Restava que dentre esses homens se destacasse um núcleo que se dispusesse a irradiar a acção aos seus mais próximos confrades.

Isso veio a suceder quando a Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal ampliou e intensificou o seu trabalho de organização, abrangendo nos respectivos quadros sindicais não apenas os operários gráficos, mas

igualmente todos os outros profissionais que exerciam a actividade na imprensa periódica.

Pelo que respeitava aos últimos, forçoso se tornava, porém, remover dois óbices sérios: fazer desaparecer, por um lado, a espécie de barreira que até então havia separado a maior parte dos trabalhadores manuais dos intelectuais, embora uns e outros colaborassem numa obra comum e sofressem de males idênticos, e impedir, por outro lado, que alguns magnates das Empresas que estavam inscritos como sócios da Associação dos Trabalhadores de Imprensa (cuja parceria, por motivos óbvios, era indesejável) pudesse exercer qualquer influência nociva.

Foram anulados, efectivamente, esses dois obstáculos, após o que se seguiu o ingresso da A. T. I. na Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal. Simultaneamente aderiu à central de sindicatos (ao tempo União Operária Nacional) e à União dos Sindicatos Operários de Lisboa, tendo mesmo um delegado da A. T. I. (Pinto Quartim) feito parte da comissão organizadora das duas reuniões dos sindicatos nacionais, realizadas, alternadamente, em Lisboa e Porto, no ano de 1917, reuniões que poderosamente contribuíram para o fortalecimento e coordenação do movimento sindicalista português.

Aperfeiçoado, vitalizado, o instrumento de resistência e, conseqüentemente, confundidos e solidarizados assalariados manuais com assalariados intelectuais, seguiu-se, como não podia deixar de ser — tanto mais que os efeitos do rescaldo da guerra eram insuportáveis, pelo que se atravessava um momento em que a vida era por igual difícil para todos —, a preparação dum caderno de reivindicações a apresentar às Empresas Jornalísticas, reivindicações que abrangeriam todos os trabalhadores da imprensa periódica, desde os mais humildes — os distribuidores — aos mais altamente colocados — os redactores.

Uma vez organizado esse caderno de reclamações, seguiu-se o seu envio ao patronato, envio feito em 17 de Dezembro de 1920 pela Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, acontecimento que, por inusitado, surpreendeu profundamente as Empresas.

Era assim concebida a circular da F. T. L. J.:

«*Ex.^{mas} Srs.* — A Federação do Livro e do Jornal, tendo-lhe sido presentes as reclamações dos Sindicatos dos Trabalhadores da Imprensa, Compositores Tipográficos e Distribuidores de Jornais, respeitantes à ansiosa situação do momento, e sem o mínimo intuito de agravar as Empresas, mas em obediência à estrita necessidade que sobre os associados daqueles organismos impele;

e em concordância com o mandato que dos mesmos sindicatos recebeu, tem a honra de apresentar às Empresas as seguintes reclamações:

Da classe dos Trabalhadores da Imprensa:

a) Que cada empregado tenha direito a um mês de licença por ano, com o vencimento por inteiro, podendo gozar essa licença interpoladamente;

b) Que não sejam descontadas as faltas por doença justificada;

c) Que, de futuro, todos os redactores, repórteres, informadores, revisores e correspondentes vençam mensalmente, devendo os recibos ser passados nessa conformidade, abolindo-se as multas e suspensões;

d) As Empresas Jornalísticas devem obrigar-se a guardar sigilo sobre a proveniência de informações prestadas pelos seus empregados, exigindo responsabilidade ao profissional que as facultou, se se provar a sua falsidade e intenção malévola;

e) Nenhum empregado poderá ser demitido sem justa causa e não poderá servir de pretexto o ser sócio da Associação de Classe ou ter feito parte de qualquer comissão de reclamações. O aviso de despedimento justificável não poderá ser feito com menos de trinta dias de antecedência;

f) O número de revisores nos jornais diários deve ser, no mínimo, na proporção de um por cada página, tendo o jornal páginas de anúncios com brancos, e aumentando o quadro de revisores, na razão de um por cada três páginas, quando as de anúncios sejam compactas de texto. Nos jornais compostos em corpo 8 e outros superiores, os revisores serão admitidos na proporção de um por duas páginas.

Aos supras ser-lhes-ão garantidos dez dias de trabalho, em cada mês, vencendo, por cada dia de trabalho, quantia igual à que vencem os efectivos. Nos jornais onde sejam exigidos piquetes para revisão de provas de páginas, deverá ser abonado ao revisor que fizer esse serviço 25 por cento sobre o seu salário dum dia.

Que seja mantido em cada jornal o actual regime de folgas;

g) Os Trabalhadores da Imprensa reclamam as seguintes percentagens de aumento sobre os ordenados que lhes foram pagos pelas Empresas em 30 de Setembro último:

Nos ordenados até 150\$00, inclusive, 130 por cento.

Nos ordenados superiores àquela quantia e até 200\$00, inclusive, 125 por cento.

Nos ordenados superiores a 200\$00 até 250\$00, inclusive, 120 por cento.

Nos ordenados superiores a 250\$00, 115 por cento.

Para os efeitos de cálculo considera-se *ordenado* a totalidade recebida pelo empregado naquela data, quer ela tenha sido escriturada em globo ou em fracções, que as Empresas classifiquem como *gratificação* ou *subvenção*, etc. Estes aumentos são extensivos a todos os empregados, quer externos, quer internos;

h) Nos jornais da manhã que tenham ou venham a estabelecer edições nocturnas,

será concedido, a todos os que nelas prestem serviço, 50 por cento dos ordenados que vencem pelo seu trabalho na edição matutina;

i) Aos redactores, *repórteres* ou informadores que façam piquetes, estes ser-lhes-ão pagos com 50 por cento dum dia de trabalho, servindo de base para o cálculo o ordenado de contrato.

É considerada *piquete* toda a permanência obrigada nas redacções ou fora delas, por ordem expressa das Empresas, aos empregados daquelas categorias que, não tendo horário de trabalho, dão por concluída a sua obrigação de presença ou de serviço, logo que terminado esteja aquele de que forem incumbidos.

Da classe dos Compositores Tipográficos:

a) O aumento de 100% sobre os actuais preços de trabalho para empreiteiros e jornaleiros.

Da classe dos Distribuidores dos Jornais:

a) Distribuidores, quer dos jornais da manhã ou da tarde: salário mínimo, 2\$00. Fazendo cobrança, percentagem idêntica à do cobrador. Para jornais não diários, salário mínimo, 5\$00, com idênticas regalias dos jornais diários em caso de cobrança;

b) Cintadores e cobradores: salário mínimo, 2\$00.

c) Moços de correio nos jornais diários, 2\$50. Não diários, 3\$00.

d) Que as administrações estabeleçam mensalmente às casas de venda um dia certo para a recolha das sobras do mês anterior e que desse dia em diante estas não sejam consideradas e se lhes passe o respectivo recibo de cobrança, sendo o dia de recolha das sobras considerado para todos os efeitos como um dia de trabalho extraordinário, pago como tal fora do serviço da distribuição;

e) Que as empresas tenham hora certa para a entrada do pessoal na casa da máquina, que deverá começar a funcionar até 15 minutos depois dessa hora. O tempo de espera que for além do taxativamente marcado pelas Empresas, segundo a letra desta reclamação, será considerado como extraordinário e pago como tal.

Lisboa, 17 de Dezembro de 1920. — Pela Classe dos Trabalhadores da Imprensa, *Lútero de Moraes*. Pela Classe dos Compositores Tipográficos, *António Santos*. Pela Classe dos Distribuidores de Jornais, *Manuel Maria Neves*. Pela Federação do Livro e do Jornal, *Perfeito de Carvalho*.»

Ao documento reproduzido responderam as Empresas Jornalísticas com estoutro, sem data, o que dava ideia da perturbação em que se encontravam os seus mentores:

«Ex.^{mas} Srs. *Lútero de Moraes, António Santos, Manuel Maria Neves, Perfeito de Carvalho*. — Em resposta às reclamações que constam de duas folhas impressas, entregues às Empresas Jornalísticas de Lisboa em 17 de Dezembro de 1920, e por incumbência das Direcções dos jornais abaixo mencionados, temos a honra de comunicar a VV. Ex.^{as} que por motivos óbvios não podem essas reclamações ser satisfeitas.

Pelas Direcções da *Vitória, Manhã, Luta, Época, Diário de Notícias* (2 edições), *Novidades, Correio da Manhã, Mundo, República, Século* (2 edições), *Capital, Pátria, Situação, Noite, Opinião e Vanguarda* — A comissão eleita, *Eduardo de Noronha* (presidente), *F. Mira, Hermano Neves*.»

Como se vê, dando tal resposta colocavam-se as Empresas Jornalísticas num pé de absoluta intransigência, sem oferecerem sequer ensejo a que se pudesse, por mútuas concessões, tentar evitar o conflito. Assim o compreendeu a assembleia dos trabalhadores dos jornais, que, reunida em 12 de Janeiro de 1921, com grande assistência, na sede da Associação dos Caixeiros, ao tempo na Rua António Maria Cardoso (onde hoje demora a Polícia Internacional e de Defesa do Estado), ao inteirar-se de tal resposta, cuja incorrecção era manifesta, votou a greve em principio, dando poderes à comissão executiva (constituída por representantes dos sindicatos dos Trabalhadores de Imprensa, Compositores Tipográficos, Distribuidores de Jornais e da Federação do Livro e do Jornal) para a efectivar quando o julgasse conveniente.

Por sua vez, as Empresas, ao conhecerem esta deliberação dos sindicatos, enviaram para as tipografias uma declaração, que terminava assim:

- 1.º Responder negativamente às reclamações agora feitas às Empresas Jornalísticas;
- 2.º Suspender todos os jornais logo que, por motivo da resolução procedente, em qualquer deles se manifeste a greve do seu pessoal;
- 3.º Fazer em tal caso duas edições, uma de manhã e outra de noite, de um jornal colectivo com pessoal não aderente ao movimento dos reclamantes;
- 4.º Que nenhuma das edições desse jornal revista o aspecto material de qualquer actualmente existente em Lisboa;
- 5.º Que em hipótese alguma as Empresas desistam do direito de tratar directamente com o seu pessoal de redacção sobre quaisquer reclamações que individualmente os seus redactores entendam dever fazer;
- 6.º Que esta exposição, assinada com plenos poderes pelos representantes de todos os jornais, seja considerada como um compromisso formal por eles tomado e se publique nas duas edições referidas, não só para esclarecimento dos interessados mas também do público em geral.

Lisboa, 13 de Janeiro de 1921. — (a) Pela *Vitória*, *Hermano Neves*; pela *Manhã*, *Luis Derouet*; pela *Luta*, *F. Mira*; pela *Época*, *J. Fernando de Sousa*; pelo *Diário de Notícias* (2 edições), *Augusto de Castro*; pelo *Mundo*, *Carlos Alves*; pelo *Século* (2 edições), *Manuel Guimarães*; pela *Capital*, *Manuel Guimarães*; pela *Pátria*, *Jorge Santos*; pela *Situação*, *Jorge de Assis*; pela *Noite*, *Alvaro Lima*; pela *Opinião*, *Carlos Faro*; pela *Vanguarda*, *Luis Derouet*, em nome do sr. *Pedro Muralha*.

Esta declaração tem mais a adesão moral dos seguintes jornais, que devem reaparecer em breve :

República, António Granjo ; *Novidades*, Eduardo Noronha ; *Correio da Manhã*, Anibal Soares.

Ao ser conhecido, nas redacções dos jornais da manhã, na madrugada de 14, o documento das Empresas, provocou ele, como é natural, a maior efervescência entre jornalistas e tipógrafos, pelo que o pessoal das várias secções de quase todos os diários mandou, sem detença, emissários seus junto da comissão executiva, a qual aconselhou as classes a abandonarem o trabalho imediatamente nos jornais que pretendessem inserir o supramencionado documento, tendo sido o pessoal da redacção e da revisão de *O Século* o primeiro a pôr-se em greve, logo seguido pelo das outras secções. O mesmo sucedeu nos restantes periódicos da manhã, exceptuados *A Batalha*, *Jornal do Comércio* e *O Tempo*, cujas administrações estabeleceram acordos provisórios com a comissão executiva dos grevistas. Os jornais da tarde deixaram igualmente de publicar-se.

Os Sindicatos que haviam declarado a greve iniciaram, no dia seguinte, a publicação dum diário da manhã, que tomou o título de *A Imprensa de Lisboa*, seguido, a breve trecho, duma outra edição da tarde, escritas, compostas e impressas pelos grevistas, sob a direcção do Dr. Campos Lima. Não tinham má apresentação, mas havia elementos para se fazer trabalho muito melhor.

As Empresas, por seu turno, lançaram, ao cabo de alguns dias, um diário (*O Jornal*), composto por alguns amarelos e por tipógrafos militares, que o Governo mandara para as oficinas de *A Pátria*, onde esse jornal era manufacturado, depois de a empresa do *Diário de Notícias* haver intimado o respectivo quadro a ir trabalhar para ali, injunção a que os nossos colegas objectaram que não podiam de forma nenhuma exercer a sua actividade num jornal a que eram absolutamente estranhos.

É claro que as Empresas Jornalísticas, conforme estava e está nos hábitos dos inconfundíveis patrões indígenas (sem excluir os que se proclamam fiéis

arautos da opinião pública), em vez de discutirem lealmente, embora com comprehensiva acrimónia, as reclamações que haviam sido submetidas ao seu

Usando daquela lealdade que nelas é tão característica, as Empresas Jornalísticas, na ânsia de desvirtuarem o movimento dos trabalhadores dos jornais e também no propósito de atraírem para o seu grémio as simpatias dos poderes do Estado e das pessoas ingênuas, propalam que o decorrente movimento tem por primário objectivo subordinar a imprensa à Confederação Geral do Trabalho, a fim de que esta possa exercer, sobre os escritos de todos quantos nos jornais colaboram, o que elas denominam : a censura vermelha.

É a isto que as Empresas Jornalísticas, que constituem o bloco, chamam o fundo da questão, acrescentando que é sobretudo para defender o princípio da liberdade de expressão de pensamento, que dizem ameaçado por virtude duma pretendida intromissão de quaisquer hostes vermelhas, que elas se uniram contra os seus salarizados.

Quem tenha lido as reclamações que pelos sindicatos dos Trabalhadores da Imprensa, Compositores Tipográficos e Distribuidores de Jornais foram presentes às Empresas, aliás dentro de todas as normas de correcção, reclamações patrocinadas pela Federação do Livro e do Jornal, em cujo seio se encontram os mesmos sindicatos — o que justifica a intervenção do último organismo, que é essencialmente concatenador —, quem tenha lido as reclamações, vamos dizendo, encontrará ali reivindicações de carácter económico e moral, mas não achará uma sequer que envolva intuítos políticos, e só sob o aspecto político podia encarar-se qualquer exigência daquela natureza.

Por que é então que os industriais do jornalismo pretendem convencer que a razão máxima do actual movimento é o estabelecimento da censura vermelha, a despeito de a ninguém ser licito tirar semelhante ilação em face das duas folhas impressas que pela comissão executiva lhes foram presentes?

*Em que fundamentam esse parecer, a que chegaram em sua reunião de 31 de Dezembro, segundo eles próprios confessam na declaração que provocou a greve e que *A Batalha* e o *Jornal do Comércio* e das *Colónias* inseriram em 18 do corrente mês?*

*Dois são os motivos — as Empresas o proclamam — que as levaram a apurar tão forçada dedução : 1.º o facto dos supramencionados sindicatos estarem dentro da F. L. J. e, por intermédio desta, na C. G. T. ; 2.º a circunstância de «na comissão executiva dos trabalhadores dos jornais estar, como delegado da F. L. J., um redactor de *A Batalha*, órgão da C. G. T.»*

Não havia em 31 de Dezembro, data em que os representantes das Empresas votaram a sua aleivosa declaração, nem há neste momento, uma prova ou mesmo um indício de que os reclamantes ou a C. G. T. — que aliás não foi ouvida nem cha-

ma da para o assunto — pretendessem impor qualquer coisa que possa traduzir o propósito de estabelecer a censura vermelha, antes é fácil verificar, em presença do documento que uma delegação da comissão executiva do movimento firmou com o director de O Tempo, que se reconhece a este jornal o direito de publicar o que lhe aprouver.

Não faremos a injustiça de atribuir às Empresas Jornalísticas tanta ignorância sobre a maneira como funciona a engrenagem sindical que pudessem sinceramente supor que seria possível chegar-se ao resultado que anunciam. Há, portanto, que atribuir-se a uma intenção dolosa as duas afirmações que partem dos arraiais dessas Empresas.

Analisando a primeira, devemos dizer que a C. G. T. é, como o foi a extinta União Operária Nacional — onde as duas primeiras associações tiveram representação directa, não a tendo a terceira, porque não existia então —, um organismo essencialmente livre. Trata-se dum agrupamento de todos os salarizados, constituído sob a base federativa autónoma, agrupamento «criado para a defesa dos interesses económicos, sociais e profissionais dos trabalhadores», e que tem ainda por objectivo a «elevação constante da sua condição moral, material e física».

É tal o respeito que a C. G. T. tem pelas opiniões dos confederados que no respectivo estatuto figura o princípio de que o individuo é autónomo no Sindicato, este dentro das Federações e estas, por sua vez, dentro da Confederação.

Assim sendo, e dando-se a circunstância de entre os componentes da Associação dos Trabalhadores da Imprensa haver, precisamente em número mais elevado do que nas duas outras associações, indivíduos das mais opostas tendências políticas e filosóficas, como seria possível que todos esses individuos se unissem agora para realizar um movimento que tivesse por fim levá-los à sujeição de qualquer espécie de censura?

Pois não se verifica que no nosso colega A Imprensa de Lisboa, o órgão dos grevistas, estão trabalhando lado a lado, na defesa duma causa que é comum, porque o seu móbil é económico e não político, monárquicos militantes com elementos avançados?

É tão pueril o argumento trazido a terreno pelas Empresas Jornalísticas que não resiste ele a um exame imparcial. Todavia, é esse argumento agitado com denodo pelo órgão dessas Empresas, as quais neste caso, como em muitos outros, não têm relutância em mentir conscientemente, o que prova que são incapazes de atacar lealmente.

E nós é que somos os sectários...

Há que examinar a segunda alegação dos industriais do jornalismo. Isso faremos num próximo escrito, visto que o presente já excede os justos limites.

(De A Batalha).

W

exame, acharam preferível atribuir aos trabalhadores da imprensa intuítos de subversão social, apresentando-os como pérfidos instrumentos da Confederação Geral do Trabalho e afirmando que a greve tinha não só um carácter ditatorial, mas assumia também aspectos revolucionários.

Nesses recuados tempos ainda o papão do Comunismo estava em incubação...

Batendo essa tecla com os tons mais téticos — e também os mais impudicos, há que ajuntar —, do mesmo passo que pretendiam chamar para os seus arraiais as simpatias do público ingénuo, tinham por objectivo manter

Provado que a primeira dedução apurada, forçadamente, pelas Empresas Jornalísticas é, à face dum critério imparcial, insubsistente, resta-nos examinar a segunda, igualmente sem base, o que todavia não tem obstado a que elas a agitem furiosamente, com o transparente intuito de incitar contra os grevistas a animadversão do público, no que aliás têm obtido um sucesso assaz precário.

Para mascarar o seu manifesto espírito de irredutibilidade, querem elas concluir, como já vimos, que o presente movimento dos trabalhadores dos jornais tem por fim estabelecer a *censura vermelha*, não apenas porque as três associações de classe estão dentro da F. L. J., mas também porque da comissão executiva — asseguram as Empresas — faz parte, como delegado daquele organismo federativo, «um redactor de A Batalha, órgão da C. G. T.» — o espantalho, ajuntaremos nós.

Há equívoco da parte das Empresas — e esse equívoco é-lhes desfavorável —, porque não é apenas um redactor deste jornal que tem lugar na comissão, mas dois: o nosso camarada de oficina Perfeito de Carvalho e o signatário, com a agravante de ambos serem sindicalistas-revolucionários, e que se fossem bolchevistas, que não são, nem por isso tinham menos direito a representar a colectividade que neles delegou, desde que, como salarizados e sindicados, se limitassem a desempenhar, com a probidade que têm posto nos seus actos, as funções económicas e profissionais que lhes foram cometidas pelo agrupamento concatenador que na mesma comissão representam.

Os dois delegados da F. L. J. estão na referida comissão não por serem redactores de A Batalha, mas porque têm a profissão de compositores-tipográficos, que só transitóriamente não exercem, uma vez que a organização operária os foi buscar às oficinas onde trabalhavam para virem dar o seu esforço nesta tribuna, que abandonarão, muito satisfeitos, para regressar à tipografia, logo que a instituição que aqui os colocou os faça substituir. Como não abdicam da sua qualidade de operários tipógrafos, desempenham, na sua federação de indústria, o cargo de delegados da respectiva associação de classe, assim se explicando a sua estada na comissão executiva do presente movimento.

Pois é verdade. São dois os redactores do órgão da C. G. T. que estão na comissão executiva dos trabalhadores dos jornais, e sobre serem redactores desta folha revolucionária, são sindicalistas!...

Mas representam, porventura, a C. G. T., ou melhor, o papão? Por acaso não estão ali nessa qualidade, mas, se estivessem, nem por isso adviria qualquer perigo para os camaradas trabalhadores dos jornais, uma vez que, admitida a inverosímil hipótese de que pretendessem impor quaisquer pontos de vista, os restantes delegados, fortes com a autonomia que possuem, não o consentiriam. E esses delegados são em número de dez, e todos eles com a cabeça no seu lugar.

Não abdicam os delegados da F. L. J. de ser sindicalistas, fora e dentro da comissão executiva do movimento, e esforçam-se invariavelmente por que os seus actos estejam em harmonia com os princípios que defendem. Simplesmente não impõem as suas opiniões, porque são homens de espírito livre e reconhecem idêntico direito aos seus companheiros de trabalho.

E é por que procedem assim que na comissão que está à frente do presente movimento de *carácter económico* — campo em que todos os salarizados se encontram à vontade — trabalham ombro a ombro com profissionais do jornalismo, que, sob o ponto de vista partidário, são republicanos, uns, indiferentes em política, outros.

Os homens que na comissão executiva defendem os interesses das corporações a que pertencem, a despeito de em política ou em filosofia terem opiniões heterogéneas, entendem-se admiravelmente, e parece até que à medida que os comuns adversários — as Empresas Jornalísticas — lançam sobre o campo oposto novos dardos, mais se unificam na defesa, seguros de que os seus ataques são vibrados com lealdade, facto que o observador imparcial não regista do outro lado. A provar esta asserção está a torpe especulação que se tem feito em volta da tal *censura vermelha*.

Por último diremos que entre os trabalhadores dos jornais, unidos para obterem a satisfação de legítimas reclamações de carácter económico e profissional, e entre as Empresas Jornalísticas, congregadas para combaterem justas pretensões do seu pessoal, há ainda a salientar um aspecto que não é dos menos importantes: os primeiros, como salarizados manuais e intelectuais, nunca estiveram divididos por lutas que degradam; as segundas não podem fazer afirmação semelhante, uma vez que toda a população portuguesa recorda ainda as campanhas vergonhosas que muitos dos jornais ora coligados mantiveram entre si, não há muito tempo, o que denota da parte de quem os dirige... ausência de memória, para não dizermos ausência de escrúpulos.

XX

(De *A Batalha*).

ambiente propício a que continuassem a ser ajudadas pelo Governo, o qual não deixara de prestar-lhes assistência devotada, fornecendo-lhes tipógrafos da polícia, da guarda republicana e do exército, embora não tivesse pejo em afirmar que se conservava neutral ante o conflito.

Ao cabo de mais de três meses, e após reiteradas tentativas de mediação, surgidas de vários lados, todas elas frustradas, terminava a greve, tendo as Empresas, tão debilitadas como os seus opositores, feito concessões que, se se houvessem esboçado de início, talvez evitassem o conflito.

A greve dos trabalhadores dos jornais, quer pelo papel preponderante que a Imprensa representa numa sociedade como a portuguesa, quer pela ligação a que deu lugar entre elementos intelectuais e manuais, que dela participaram em elevado número, quer ainda pelo longo tempo que durou, foi um

Há três dias seguidos que o jornal da Rua da Formosa, que hoje é orientado por uma das mais torvas criaturas que têm parasitado no jornalismo —, vem fazendo à *Batalha* e ao seu redactor-principal um reclamo estrondoso, que só pode justificar-se pelo transparente receio que o sinistro sujeito, e os que o acompanham, têm de que o Governo retire os tipógrafos militares, que o Sr. Liberato Pinto, numa manifestação de parcialidade escandalosa, cedeu aos industriais do jornalismo, animando-os assim a protelar a solução da decorrente greve, que certamente já teria terminado se as Empresas dispusessem apenas dos próprios recursos, conforme sucede com os seus opositores.

A maior parte do escarcéu de *O Século* é feita, como não podia deixar de ser, por se dar a circunstância de o redactor-principal de *A Batalha*, conforme nestas colunas se disse já, fazer parte da comissão executiva do referido movimento, como delegado que é, de longa data, à Federação do Livro e do Jornal, na sua qualidade de operário tipógrafo sindicado, embora transitóriamente, como também já aqui se disse, exerça a sua actividade nesta folha como redactor, situação que lhe permitiria, se não preferisse reivindicar a sua categoria de operário tipógrafo, estar sindicado na Associação dos Trabalhadores de Imprensa, podendo, como tal, tomar parte tão activa na greve como a que toma presentemente.

É claro que *O Século*, inspirado pelo pavoroso *meneur*, o qual sabe muito bem que isto é assim, faz todo aquele alarido para chegar à pérfida conclusão de

que a greve dos trabalhadores dos jornais é um movimento com todas estas características, num só pé: bolchevista, sindicalista, anti-social, criminoso, etc.!

E faz tudo isto para reeditar, pela centésima vez, a cediça história da intromissão da C. G. T., o que, se fosse verdade, não tiraria à greve o seu aspecto fundamentalmente económico. Mas não é, porque não houve necessidade, até agora, de chamar a central dos sindicatos a intervir de qualquer modo no conflito, o que não quer dizer que não possa vir a sê-lo, na certeza de que, se tal hipótese se verificar, os grevistas continuarão com os seus movimentos tão livres como até agora, uma vez que, em sindicalismo, a autonomia não é apenas uma palavra. E se o fosse não seríamos nós sindicalistas.

No seu estendal, toca *O Século* teclas várias, com intuítos convergentes ao mesmo fim: indispor a opinião pública, os parlamentares e os governantes com os grevistas, que, embora em luta há mais de dois meses, se têm conduzido com nobreza, correspondendo com vivacidade, mas com lealdade, aos bifrontes ataques dos adversários, sem descerem, como o têm feito os *meneurs* dos industriais do jornalismo, e ainda agora o estão fazendo, ao manejo da calúnia, a despeito de o Governo ter assegurado aos últimos, com o envio, para as respectivas oficinas, dos soldados e policiaes tipógrafos, uma protecção que, sendo iníqua, devia fazê-los côrar de vergonha.

E são essas criaturas quem acusa os grevistas de estarem mancomunados com a C. G. T., como se perante o auxilio que têm recebido dos governantes tivessem autoridade moral para protestar contra uma solidariedade que seria aliás incomparavelmente mais legítima, porque seria dada de trabalhadores para trabalhadores, enquanto que com o facto da cedência dos tipógrafos militares se verifica a anomalia de o Governo estar favorecendo não só indivíduos que exploram uma indústria particular, mas industriais de quem o Estado tem fortes razões de queixa!

Se *O Século* não confundisse sistemáticamente, e quando não confunde inventa, e quando não inventa não deixa de mentir, porque de outro modo não sabe fazer jornalismo; se *O Século* fosse capaz de discutir lealmente, convidá-lo-íamos a provar algumas das coisas que tem dito nos seus três últimos artigos, sobretudo no que ontem publicava.

Sabemos que perderíamos tempo e espaço se nos puséssemos a argumentar de boa-fé com tal jornal, e, como assim sucede, limitar-nos-emos a afirmar-lhe que não há possibilidade de o observador imparcial o tomar a sério enquanto não mudar de processos.

É que o próprio *Século*, tendo ainda há poucos dias engolido vergonhosamente uma afirmação que fizera relativamente a pretendidos entendimentos com

a C. G. T. e a policia — como se alguém pudesse tomar a sério tal dislate! —, novamente esvurmava no seu número de ontem insídia idêntica, que ele mesmo se encarrega de anular lastimavelmente, como vai ver-se.

No seu número de sexta-feira dizia *O Século*, contando a seu modo o que se passara na última assembleia magna dos grevistas, entre o amontoado de falsidades que dava à estampa:

«Presidiu Alexandre Vieira, tipógrafo, ex-secretário geral da Confederação Geral de Trabalho e director de *A Batalha*. Declarou que o Sr. Dr. Bernardino Machado prometeu à comissão de melhoramentos que só deixaria às empresas o número suficiente de militares para fazer só um jornal.

Concluiu desta promessa que o movimento dos grevistas ia em boa marcha e que a vitória será certa. Fala a seguir Júlio de Almeida, 2.º oficial do Ministério do Trabalho com o encargo único de fornecer aos jornais informação gratuita. Afirmou que tudo ia bem, pois que tinham tudo a seu favor, dando-se até o caso muito interessante de a policia, que em geral é contra as greves, ter agora os seus officiaes de alma e coração ao lado dos grevistas.»

Em relação ao que atribui ao redactor-principal de *A Batalha*, há, além do mais, estas duas mentirolas: nem Alexandre Vieira foi, até hoje, secretário-geral da C. G. T., nem declarou na assembleia, ou em qualquer outra parte, que o Sr. Dr. Bernardino Machado fizera tal promessa à comissão.

No que respeita a Júlio de Almeida, é também aldrabão.

Porém, no seu número de ontem, metendo os pés pelas mãos, o mesmíssimo *Século* dizia isto:

«E quem falou na attitude dos superiores da policia, nas simpatias pela greve, feita com a sanção da Confederação Geral do Trabalho, organismo ilegalmente constituído? O director de *A Batalha*, que é o porta-voz dessa organização, o sr. Alexandre Vieira.»

Como o leitor vê, é o próprio *Século* que se encarrega de mostrar por forma tão eloquente que mente com toda a desfaçatez.

Poupa-nos assim um trabalho — o de esclarecimento, embora tudo isto seja sobremaneira repugnante.

W

(De *A Batalha*).

dos movimentos que maior ressonância tiveram entre nós, parecendo hoje inacreditável que tamanho número de pessoas pudesse ter resistido aos propósitos dos patrões, durante tanto tempo.

Fizeram-no, como é compreensível, à custa de sacrifícios tremendos, e se tivermos em conta que o pessoal das redacções e das administrações dos jornais realizara então o seu «baptismo de fogo», isto é, que viera pela primeira vez para a luta contra o patronato, ao contrário do que sucedera com os tipógrafos, que estavam treinados em tais batalhas, há que concluir que se houveram com dignidade e galhardia. Registaram-se, é certo, alguns casos individuais tristes ⁽¹⁾, mas não partiram exclusivamente das suas fileiras, porquanto notas sombrias deram-nas também vários elementos manuais ⁽²⁾, pelo que tiveram de ser chamados à ordem.

A classe operária sindicada soube mostrar-se solidária para com os grevistas, solidária do ponto de vista moral, e, dentro das suas limitadas possibilidades económicas, deu-lhes também um apreciável apoio material.

Mas a ajuda monetária que lhes prestou, junta à que proveio do saldo

⁽¹⁾ Uma madrugada, já próximo do termo da greve, quando fazia o meu «piquete» na redacção de *A Batalha*, fui abordado por um jornalista a quem prezava deveras: Eduardo de Sousa, falecido em terras africanas. Disse-me que entendia do seu dever pôr-me ao corrente dum facto grave, em que estava envolvido o nome dum outro jornalista que eu não prezava menos e que, comigo e com mais dez confrades, fazia parte da comissão executiva da greve. Tratava-se deste caso inacreditável: o alvejado estava negociando, à socapa, com um alto trunfo do Governo, a venda do título da *Imprensa de Lisboa*, que era propriedade dos três sindicatos! Fiquei acabrunhadíssimo com a revelação. Convidei Eduardo de Sousa a comparecer, à tarde, na sede da Associação dos Trabalhadores de Imprensa, à Rua das Gáveas, onde diariamente reunia a comissão executiva. À hora fixada, presentes todos os componentes da aludida comissão, fiz introduzir Sousa, que, a meu convite, firmemente repetiu o que me contara de madrugada. Foi um momento dramático. O atingido, que era dotado de feição altivo, ficou arrasado moralmente, tendo sido imediatamente demitido da comissão.

Com este caso sofri um dos golpes mais brutais que tenho experimentado na minha vida de militante.

⁽²⁾ Também na redacção de *A Batalha* — que, para mim, foi alfofre de emoções fortes — me procuraram, uma tarde, dois delegados da Associação dos Compositores à comissão executiva, os quais me comunicaram que um espevitado colega nosso, que trabalhava na tipografia da *Imprensa de Lisboa*, estava fazendo *chantage*, por sua vez, com o cobiçado título do jornal. Dirigi-me imediatamente àquela oficina, na companhia dos aludidos colegas, e, na frente de todas as pessoas que se encontravam na tipografia, estigmatizei duramente o vil procedimento do traficante, que, a princípio, negou, mas, por fim, ficou confundido.

A impressão que este caso me causou não se assemelhou, porém, à produzida com a primeira revelação, nanja porque não fosse por igual indigno, mas porque o protagonista, criatura de feição desconcertante, tanto era capaz de boas como de más acções.

da exploração da *Imprensa de Lisboa* — saldo semanalmente distribuído pelos grevistas mais necessitados, sobretudo pelos que pertenciam à classe tipográfica —, não foi de modo algum o nervo da resistência. Esta foi possível mercê do brio dos grevistas, para o que decisivamente contribuiu, no que respeita aos profissionais de imprensa, o exemplo nobilíssimo duma minoria desses confrades, muitos deles mortos à data em que são traçadas estas linhas, à frente dos quais é justo colocar o nome dum antigo tipógrafo e que foi também jornalista distinto: Ludgero de Moraes — um nobre carácter.

AUSÊNCIA FORÇADA

Ao terminar a greve, caía, malferido, o autor deste volume, de pulmões dilacerados por daninhos bacilos.

A minha participação activa na comissão executiva do movimento, como delegado da Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, e a simultânea direcção de *A Batalha*, haviam-me arrasado fisicamente.

A doença forçou-me a permanecer afastado de Lisboa cerca de dois anos,

Colegas e camaradas:

Muito singelamente, vem a comissão abaixo assinada expor os motivos que a forçam a dirigir-se-vos.

Alexandre Vieira, antigo colega, há tempo chamado a desempenhar um cargo de defesa da classe trabalhadora em geral, sempre tem dito que continua a considerar-se operário tipógrafo. Em tal qualidade, e como membro da Federação do Livro e do Jornal, fez parte da comissão dirigente do recente movimento dos trabalhadores dos jornais.

Pois Alexandre Vieira, leal e honestíssimo colega — primeiro entre os primeiros — encontra-se a braços com uma caprichosa enfermidade, que, se não foi adquirida em virtude dos desgostos por ele sofridos com várias modalidades do p. p. movimento reclamatório em que tomámos parte, muito contribuíram, entretanto, para a enfermidade mais rapidamente se manifestar.

Alexandre Vieira só com um rigorosíssimo tratamento, e, portanto, pavorosamente caro no momento presente — se curará, tratamento que já está no seu início. Se bem que toda a organização operária tenha o dever de prestar a sua solidariedade material a esse camarada, nós, os tipógrafos dos jornais, devemos ser os primeiros a pronunciar-nos, porque Alexandre Vieira é nosso, porque ele pertence-nos, como gráfico que é, e ainda porque ele, desde que veio para o nosso meio, sempre tem velado pela unidade e pelo bem-estar da nossa classe.

Ousamos, pois, propor-vos, colegas, que a quantia a Alexandre Vieira destinada seja de 10\$00 escudos, pagáveis em 2 prestações semanais. É, no momento presente, um sacrificio material o que vos propomos? Talvez. É quase certo. Mas Alexandre Vieira, através da sua vida de operário, tem feito tantos sacrificios pelos trabalhadores em geral, e pelos gráficos em particular... E sempre de sorriso nos lábios...

Que aqueles dos colegas, que não possam despender, nesta ocasião, a quantia que propomos, não deixem, contudo, de contribuir com a sua quota-parte de máximo esforço material para o resgate rápido de Alexandre Vieira do cativeiro em que se encontra, já desviado do convívio de todos nós.

Decididamente, é um dever de camaradagem que nenhum de vós, assim o esperamos, se eximirá a cumprir!

Lisboa, 21 de Junho de 1921. — A comissão: Alfredo Pinto, Manuel Pinto, Simplicio Viana, da *Batalha*; Alfredo Rodrigues, António Damásio Júnior, Tomás T. Miranda, da Comissão Administrativa da Associação dos Compositores; Alfredo Marques, Carlos Medeiros, Raul Ernesto Dias, do *Correio da Manhã*; Apto José de Oliveira, Basílio das Neves, José Peixoto Branco, da *Democracia*; Xavier Cunha José V. da Silva, Júlio A. Baptista, do *Diário de Lisboa*; António Santos, Jacinto Lobo, José de Melo, do *Diário de Notícias*; G. Espírito Santo, Soares da Costa, Manuel Galrito, do *Diário da Tarde*; Augusto de Sousa Alves, Júlio Martins Fernandes, Luís da Silva, da *Época*; Afonso Correia, Guilherme dos Santos, Raul Peres, do *Jornal do Comércio*; Henrique José de Oliveira, Júlio Costa, Luciano Rosa, da *Luta*; Alberto Fernandes, Evaristo Lisboa, João Carlos de Oliveira, do *Mundo*; Carvalho e Silva, João Baptista, N. N., da *Opinião*; Aurélio de Azevedo, J. Libânio dos Santos, M. Espírito Santo, da *Pátria*; Artur Epifânio, Higino B. da Silva, José de Almeida, da *República*; Joaquim Pedro da Silva, Luciano Belém, Santos Júnior, da *Situação*; Artur Valente, Carlos Pereira, Ernesto Carvalho, do *Tempo*; Raul Silva (de regresso à Guiné, antes do que cumpriu com o proposto nesta circular).

uma parte desse tempo passado no salubre lugar das Covas de Ferro, pertencente à freguesia de Almargem do Bispo⁽¹⁾. O outro período passei-o no Sanatório Sousa Martins, da Guarda, pavilhão n.º 1 (o dos ricos), porque

(1) No dia — um belo dia de Primavera — em que, deveras escanzelado, me dirigi para esse salubre lugar, acompanhado dum grupo de dedicados amigos, montando eu e minha primeira Mulher dois solertes jumentos que nos aguardaram na estação do Sabugo, tive uma surpresa que me emocionou fundamente. Apesar de levar na indispensável bagagem os géneros alimentícios necessários ao começo dum estágio que não podia deixar de ser demorado (e que minha Mulher, com o espírito de previdência que a caracterizava, reunira cuidadosamente), ao entrarmos na casinha que iam habitar depararam-se-nos, em dois

naquela época, ao findar o Verão (e eu arribara no fim de Agosto), fechavam os pavilhões n.ºs 2 e 3, por não possuírem aquecimento, motivo por que, se não houvesse ingressado no supracitado pavilhão, teria de interromper o tratamento no fim de Setembro, tratamento que — há que juntar — logrei levar a cabo graças à solidariedade material que me foi prestada pelo operariado do país.

Em Março de 1922, isto é, ao cabo de seis meses — e numa cura *record*—, saía eu do Sanatório Sousa Martins, pesando 85 quilos (mais 22 do que registara ao dar ali entrada!) (1). Depois duma saltada a Viana do Castelo, onde fora abraçar a minha querida irmã Mariana, que viria a falecer em 1947, avancei sobre Lisboa.

grandes cestos e ainda estendidos pelo poial-do-pote, comestíveis que davam para mais de um mês, e não apenas comestíveis, mas também outras coisas indispensáveis num *ménage*, sem excluir o sabão, as vassouras, o gasómetro de acetilene, etc.

Haviam sido essas coisas ali depositadas, à socapa, por um grupo de camaradas do Arsenal do Exército, homens que no movimento sindicalista têm sido sempre dos primeiros a aparecer (e dos últimos a retirar) quando se torna mister ir em auxílio de confrades em situação difícil, assim como de agrupamentos sindicais ou de jornais operários que carecem de ajuda. Sob este último aspecto, basta lembrar o que fizeram pel'*A Greve*, pel'*O Sindicalista* e pel'*A Batalha*, que acarinham sempre.

Quero também recordar a gentileza que devo a um homem que me não conhecia pessoalmente, meu fogoso adversário em ideias e que, por ser, ao tempo, elemento político marcante (era deputado e fora ministro), *A Batalha*, e eu com ela, atacávamos rudemente quando alguma das suas desconcertantes atitudes a isso dava motivo. Leitor atento de *A Batalha*, ao saber-me combalido, avistou-se, discretamente, com um dos membros da comissão que se ocupava de angariar donativos, tendo-se prontificado, como médico que era, a promover a minha rápida entrada num dos sanatórios. Consegui, efectivamente, que eu seguisse para a Guarda, com guia para o pavilhão 3, guia de que aliás não cheguei a utilizar-me, pela razão adiante exposta. Esse homem foi o Dr. João Camoesas, ora homiziado, no que encontro mais um motivo para aqui lhe render o preito do meu indelével reconhecimento.

(1) O subdirector do Sanatório, Dr. Amândio Paul, que sabia que eu me escanzelara em *A Batalha*, fez-me, pouco antes da minha abalada, a catilinária da praxe, dizendo-me que, entre exercer a profissão de tipógrafo (que é das que maior contingente dão para a tuberculose) e fazer jornalismo de ideias, achava preferível, no interesse da minha saúde, que voltasse a manusear os chumbos, não trabalhando, porém, mais de seis horas nos primeiros tempos.

Tendo eu dado conhecimento de tal parecer a colegas de Lisboa com quem mantinha correspondência regular, deliberaram eles solicitar do Dr. Jaime Cortesão, ao tempo director da Biblioteca Nacional, o meu ingresso na tipografia do estabelecimento, por ali se trabalhar seis horas. Com a amável aquiescência do Dr. Cortesão e o mais penhorante aprazimento dos meus colegas da referida oficina, passei a fazer parte do pessoal assalariado do estabelecimento, longe de supor que, cinco anos volvidos, viria a sair dali ruidosamente, por motivo dum sério incidente, a que adiante aludo.

Queriam muitos dos meus camaradas que eu voltasse a assumir a direcção de *A Batalha* (que até àquela data ostentara o meu nome no cabeçalho),

A Comissão Instaladora do Congresso de Imprensa Luso-Espanhol.

Ex.ºs Srs. :

Acusando a recepção do convite da Comissão Instaladora do Congresso de Imprensa Luso-Espanhol, que certamente me foi dirigido por o meu nome figurar na cabeça de *A Batalha* como seu redactor-principal, cumpre-me informar VV. Ex.ºs de que me escuso de comparecer na reunião de hoje, pelas razões seguintes :

1.º — Porque, por motivos de doença, não exerço a efectividade daquele cargo, que presentemente está sendo desempenhado pelo meu camarada Manuel Joaquim de Sousa ;

2.º — Porque não me considero, nem considere em tempo algum, jornalista profissional, havendo reivindicado sempre a minha qualidade de operário tipógrafo, tendo acedido a tomar a responsabilidade do supramencionado cargo apenas como delegado da Confederação Geral do Trabalho.

Dado, porém, que me considerasse com idoneidade para participar dos trabalhos do projectado Congresso, e isso não sucede, havia ainda um terceiro motivo que me inibiria de cooperar com VV. Ex.ºs na realização do mesmo Congresso. É que, defendendo eu os princípios do sindicalismo, entendo que actos da natureza do que VV. Ex.ºs promovem devem partir das Associações de Imprensa, e afigura-se-me que se não verifica agora este caso.

Dignem-se VV. Ex.ºs receber as minhas respeitadas saudações.

Alexandre Vieira

para o que se mandaria pôr telefone em minha casa e se me dariam outras facilidades. Porém, como lhes tivesse recordado a advertência do subdirector do Sanatório, não insistiram.

Ficou, pois, a dirigir o diário operário o falecido camarada Manuel Joaquim de Sousa, ao tempo secretário-geral da Confederação, que durante a minha ausência me substituíra, a título interino, tendo eu passado a simples colaborador de *A Batalha*.

PROSECUÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES OPERÁRIAS

Durante o período da minha doença houve algumas greves nas classes gráficas, determinadas, como quase todas as anteriores, pela insuficiência de salários, tendo a primeira sido circunscrita aos colegas das casas-de-obras.

Verificou-se essa greve, que revestiu carácter parcial, ainda no ano de 1921, tendo-lhe dado motivo uma reclamação apresentada aos industriais e

Estava longe de supor que as primeiras linhas que deveria escrever em *A Batalha*, após forçado lazer duma boa porção de meses, tivessem que ser de franca condenação a um acto praticado por operários, que eu, como operário que sou, desejaria ter sempre ensejo para louvar e nunca para combater. Mas infelizmente os nossos dardos algumas vezes têm que ir deixar de ferir os burgueses, para atingirem criaturas que formam na classe onde nós formamos e que procedem pior do que burgueses.

Conforme *A Batalha* noticiou, manifestaram os operários da Companhia das Águas ao Sr. Carlos Pereira, director da mesma companhia, a sua gratidão não só por lhes ter aumentado os salários, mas também por haver elevado o preço da água!

Impressionou-me muito mais este desgraçado agradecimento que o velhaco discurso do papagaio que mordeu na C. G. T. O homem não conseguiu magoar, mas o acto torpe que ele e os companheiros levaram a cabo, é de arripiar.

O caso de agradecer um aumento de salário denota só por si mais que inconsciência: sabujismo. E denota sabujismo porque a Companhia, aumentando os salários ao seu pessoal, desde que tal aumento era merecido, não fez um favor, e só os favores se agradecem. Praticou apenas um acto de justiça, embora à custa do consumidor, o que significa que não havia lugar a quaisquer louvaminhas.

Porém, muitíssimo mais condenável é a atitude desse pessoal quando não hesita em manifestar publicamente, em rica mensagem de pergaminho, a sua satisfação para com o director por este haver elevado o preço da água, visto que

semelhante gente, procedendo dessa maneira, é tão curta de vistas que não se apercebe que se coloca contra a população duma cidade, que está pagando a água sensivelmente mais cara não somente para que os operários da Companhia tenham salários mais altos, mas também para que os accionistas — que não são proletários — apurem dividendos excessivamente gordos.

Ia apostar em que os operários que tão tristemente vêm de manifestar-se a favor da direcção duma das companhias que mais mal têm feito à população de Lisboa são dos que maior indignação mostram em casa, junto da família, contra as extorsões dos comerciantes e industriais.

Felizmente que essa gente diz não querer nada com a organização sindicalista. É que sabe que se estivesse do lado de cá se lhe aconselharia hombridade, em vez de subserviência.

(De *A Batalha*).

W

que foi contrariada por estes, que, instigados pela Confederação Patronal⁽¹⁾, responderam com o *lock-out*, o qual resultou parcialíssimo, razão por que, dentro de poucos dias, se esbarrondava a «parede» dos patrões, prossequindo as greves nas oficinas onde antes haviam sido declaradas, seguidas de mais algumas, efectuadas noutras tipografias.

Foi tenaz a luta, mas como os colegas que estavam trabalhando não tivessem mantido a solidariedade material que haviam prestado nos primeiros tempos, ao cabo de três meses de resistência resolvia a assembleia magna das classes suspender aquelas greves, não obstante uma considerável parte dos Gráficos nelas empenhados se ter mostrado disposta a continuar em luta.

A segunda das aludidas paralisações efectuou-se em Agosto de 1922. Não foi propriamente um movimento da iniciativa dos sindicatos gráficos, mas votado pela central de sindicatos, que proclamou a greve geral em Lisboa como protesto contra a péssima qualidade do pão e a arbitrária permanência nas prisões de muitos elementos operários, greve da qual participaram os tipógrafos das casas-de-obras e dos jornais⁽²⁾.

(1) Foi animador da Confederação Patronal Sérgio Príncipe, um ex-empregado ferroviário e, nessa qualidade, militante do antigo Sindicato, que eu vira barafustando contra a C. P. por ocasião da greve de 1911, em reunião efectuada no Largo da Rosa, onde o referido sindicato tinha então a sua sede.

(2) Não se tendo publicado, por tal motivo, os diários nos dias 8 e 9 desse mês. O *Século*, empenhado em dar sinal de presença, utilizou então um processo novo: fez dacti-

Em Outubro do mesmo ano, aproveitando a concentração de delegados, na Covilhã, para o 3.º Congresso Operário Nacional, realizava ali a Federação dos Trabalhadores do Livro uma Conferência Gráfica.

Foi apresentada nessa Conferência, pelo colega Carlos José de Sousa, uma proposta no sentido de ser intensificado o movimento tendente à abolição da empreitada, isto é, para que o regime de trabalho a jornal se generalizasse a todos os diários.

Em Janeiro de 1923 conseguiram os Gráficos das casas-de-obras que os industriais lhes concedessem um aumento de 40 % sobre os salários existentes naquela data.

A breve trecho, porém, em consequência dos sucessivos aumentos dos preços dos géneros, tornavam-se incomportáveis as condições de vida, pelo que os operários compositores, impressores e encadernadores, numa assembleia posterior, deliberaram reclamar o salário mínimo de 15\$00 diários, o mesmo

Havendo-me sido dada a incumbência de exprimir a minha opinião sobre a forma como os operários empregam em geral as horas que lhes ficam livres do trabalho e do repouso, confesso que poucas vezes me tenho sentido menos à vontade do que neste momento para expor o que penso sobre o assunto.

Tendo o prazer de ser operário — sim, leitores, nunca senti realmente tristeza, ao contrário do que acontece com muitos companheiros meus, de ser operário manual, antes tenho muita honra nisso —, sucede que, embora não seja dos que mais desperdiçam as horas de lazer, não as aplico, todavia, com o método, e portanto com o proveito, que seria mister, o que dá em resultado trazer permanentemente desafinadas, fora das ocupações profissionais, que diligencio cumprir o mais regularmente possível, outras que tenho, nestas incluídas algumas do espírito, que me não são das menos agradáveis.

Encontrando-me nas condições expostas, é óbvio que me falta idoneidade para «filosofar» sobre o assunto. Apesar disso, atrevo-me a dizer alguma coisa, visto que,

lograr os originais escritos por alguns dos seus redactores, originais de que mandou tirar zincografias, que eram depois impressas em papel de formato reduzido, folhas que davam o aspecto de circular comercial. Como a 10 do mesmo mês se tivesse renovado o movimento, saíram, durante mais três dias, números daquela espécie de boletim, com toda a sua gritante insuficiência.

se é verdade que me não acho habilitado a falar de cátedra, por virtude daquelas razões e de outras não menos importantes, mas essas de ordem mental, todavia, pelo conhecimento que possuo do meio operário, encontro-me de certo modo apto a fazer um depoimento.

Em regra, os trabalhadores manuais empregam muito mal o seu tempo. Dadas as horas de trabalho, geralmente oito, às ocupações profissionais, e outras oito ao repouso, poucos são os que procuram aplicar as restantes em coisas que contribuam para o levantamento do seu nível técnico, intelectual, físico e moral.

Em relação ao primeiro daqueles aspectos, não ignoro que, se a percentagem dos que procuram valorizar-se aumentasse de modo sensível, sucederia que as instituições da especialidade, assaz deficientes, como é sabido, em muito piores condições passariam a ficar para atender às necessidades.

É claro que a circunstância de o que existe ser pouco, e sobre ser pouco não ser do melhor, não significa que ache defensável que os que têm conveniência em adquirir conhecimentos técnicos não procurem as escolas que possuímos, o que seria absurdo. Sustento, pelo contrário, a opinião oposta, e acrescentarei que estou convencido de que, se a população operária que frequenta as escolas industriais e técnicas crescesse de número, bem possível seria que isso contribuísse eficazmente não só para alargar o raio de acção de tais institutos, mas também para que estes fossem progressivamente melhorando os correspondentes métodos pedagógicos.

É por pensar assim que tenho, em mais de uma circunstância, aconselhado jovens operários a frequentar as citadas escolas, do mesmo passo que lhes apresento exemplos observados na minha vida profissional, visto ter trabalhado com colegas que, por em devido tempo haverem passado por aqueles estabelecimentos de ensino, são, por isso mesmo, os técnicos mais aptos.

Relativamente à valorização intelectual do trabalhador, se é verdade que presentemente não é difícil encontrar, em todas as corporações operárias das cidades, até nas que se entregam aos misteres mais rudes, alguns elementos que possuem uma cultura geral apreciável, apreciável sobretudo por ter sido adquirida à custa de graúdes esforços, reveladores de vontade forte — e neste sentido é de justiça reconhecer que se registam progressos animadores em relação a antigos tempos —, é, porém, incontestável que a maior parte dos operários não tem como sua preocupação primária a de enriquecer o espírito, a despeito de poder hoje fazê-lo com muito maior facilidade do que em tempos idos, não só porque depois da adopção do regime das oito horas de trabalho tem, para esse efeito, mais tempo ao seu dispor, mas também porque há presentemente instituições que, sem sacrificios incomportáveis, e algumas até sem encargos de ordem material⁽¹⁾, lhe possibilitam a

⁽¹⁾ Era assim na época ominosa em que escrevi o artigo. Ao presente, não há tais facilidades. Basta atentar no que importam as matrículas nas escolas comerciais e industriais.

aquisição de conhecimentos que muito poderiam contribuir para afinar-lhe a mentalidade.

E se todos os operários, para serem homens, na lata acepção do termo, têm necessidade de valorizar-se intelectualmente, é evidente que muito mais imperiosa é essa condição nos que pelejam por uma sociedade que antevêem mais humana, visto que, se relegassem aquela necessidade a um plano secundário, bem poderia suceder que, feita a transformação social por que lutam, tivessem que socorrer-se de elementos estranhos para dirigirem a nova ordem de coisas, o que, na melhor das hipóteses, desmentiria a capacidade que apregoam.

Quanto à cultura física, há que reconhecer que é seguramente no domínio do futebol que se afirmam as predilecções do operariado, e não só nas mais importantes cidades do País, como nas vilas e até em muitas aldeias.

Admito, com alguns dos partidários conscientes do desporto em referência, que o seu exercício regrado seja útil à espécie humana. Afigura-se-me, porém, que o povo português é dos menos indicados para a prática de tal desporto, talvez porque o nosso temperamento e a nossa educação de meridionais não o podem assimilar na justa medida.

Efectivamente, estão por registar os benefícios do futebol entre nós, parecendo-me que se contam em maior número os seus malefícios. Ao entusiasmo que o futebol tem provocado na população portuguesa, nomeadamente na classe operária, não têm correspondido resultados apreciáveis, quer do ponto de vista moral e social, quer do ponto de vista físico. Se exceptuarmos Setúbal, onde me dizem que há um clube que tem feito coisas interessantes no sentido de retirar os seus componentes da taberna e de incutir-lhes no espírito noções úteis e humanas, o que é de louvar, o que em geral se apura da propaganda e do exercício do futebol é de efeitos negativos. Apesar disso...

... Apesar disso, o entusiasmo dos rapazes pelo exercício a que venho fazendo referência mantém-se vivo, dele participando igualmente um bom número de adultos, entre os quais se contam antigos militantes operários.

Confio, porém, em que a febre há-de passar. E quando esse facto vier a verificar-se e aquele desporto passe a ser olhado sob um aspecto bilateral, e não apenas unilateral, como em geral sucede na ocasião presente, bem possível é que muitos dos seus actuais partidários venham a reconhecer que, se o futebol é exercício de aconselhar, quando praticado com método, não basta que os entusiasmos da gente moça se dirijam exclusivamente a esse desporto, mas que atinjam por igual outras manifestações úteis da actividade humana, exactamente para que todas as faculdades da espécie se desenvolvam, gradual, harmónica e simultaneamente.

W

(De *Educação Social* — 1925).

quantitativo que venciam os tipógrafos que trabalhavam, sob o regime de jornal, nas publicações periódicas diurnas, criando simultaneamente a quotização semanal de 50 centavos, por cada colega, fundo que se destinava às despesas com o movimento.

Por seu turno, os confrades dos jornais, reunidos em 1 de Março, impedidos igualmente pelo mesmo aguilhão — a carestia da vida —, pediram a intervenção do seu sindicato e da respectiva Federação, no sentido de ser actualizada a Organização de Trabalho, que fora posta em vigor em 30 de Abril de 1920, o que se conseguiu depois de diversas reuniões entre delegados dos operários e das Empresas Jornalísticas.

Em consequência, foi elevado o preço do milheiro de letras e o das matrizes, assim como o pagamento das emendas (alterações), o tempo de paragem, o da preparação das máquinas e o da distribuição. O salário mínimo para os operários que trabalhavam a jornal foi fixado em 19\$50, para os caixistas, e 24\$70, para os linotipistas (trabalho diurno) e 22\$10 e 27\$30, respectivamente, para os colegas que trabalhavam de noite.

Ficou também estabelecido o pagamento do trabalho a jornal nos diários de Lisboa, excepto em *O Século* e no *Diário de Notícias*, onde apenas uma parte dos linotipistas e alguns compositores manuais desfrutavam essa regalia ⁽¹⁾, pois só mais tarde era generalizada a todos os tipógrafos dos dois referidos quotidianos, como já antes o havia sido às casas-de-obras onde se compunha «cheio».

⁽¹⁾ Além destes, também os chefes das tipografias, paginadores e aprendizes, a exemplo do que sucedia relativamente ao pessoal das outras secções dos diários de Lisboa, venciam o dia de folga, regalia que só ao cabo de reiterados esforços foi tornada extensiva a todos os tipógrafos, tanto mecânicos como manuais.

O «Diário de Lisboa», fundado em 1921, desde início que estabeleceu o regime de jornal para o seu pessoal gráfico, inclusive o pagamento da folga.

CONFERÊNCIA INTERSINDICAL GRÁFICA

Foi menos fértil em greves o ano de 1924, se bem que a capacidade de compra dos trabalhadores não tivesse melhorado, antes foram agravadas as condições de vida por ter entrado em cena um novo flagelo: o desemprego, que atingiu sobretudo colegas que exerciam a sua actividade em diários que haviam sido suspensos.

Assumi tão graves proporções a crise de trabalho que a Associação dos Compositores Tipográficos, para atenuar um tanto a incomportável situação dos colegas em forçada inactividade, e bem assim para diligenciar evitar que os industriais das casas-de-obras aproveitassem o ensejo para tentarem reduzir o salário mínimo (que era então de 20\$00), promoveu a colocação duma parte daqueles, por meio de rotação, nos quadros dos jornais, o que, se teve o mérito de pôr à prova o espírito de solidariedade dos componentes de quase todos esses quadros, lhes agravou sensivelmente a situação económica.

Por essa data, a Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, empenhada em procurar dar à população gráfica quadros orgânicos que a habilitassem a defender-se eficientemente dos males que a atingiam, promoveu uma «Conferência Intersindical Gráfica», desdobrada em três reuniões,

Tem-se feito por vezes confusão, nos meios operários, quanto à denominação de certas manifestações que o movimento sindicalista leva a efeito, embora seja verdade que sucede coisa idêntica nos outros meios da sociedade portuguesa, até naqueles que têm obrigação de ser mais cultos, o que, não servindo evidentemente a justificar os equívocos em que caímos, de algum modo atenua a gravidade dos

nossos erros, porque, dada a nossa condição de operários, somos os mais desprovidos de conhecimentos filológicos, por motivos que seria ocioso detalhar neste instante.

Entendemos, porém, que mal nos iria se, tendo-nos apercebido dum desses equívocos, não diligenciássemos que fosse esclarecido, procurando dar de futuro às coisas os seus verdadeiros nomes, com o que tudo há a ganhar, suponho eu.

Vêm estes meus dizeres a propósito da reunião dos trabalhadores do Livro e do Jornal de Lisboa, que a respectiva Federação promoveu, e que à hora em que estas linhas são publicadas já terá, possivelmente, concluído os seus trabalhos.

Chamou-se a essa assembleia «Conferência Intersindical», mas parece-me que falta propriedade à expressão, visto que, a meu ver, duma conferência sindical se não trata, mas duma assembleia que, sendo simultaneamente inter- e extra-sindical, poderia designar-se, por exemplo: Conferência dos Trabalhadores do Livro e do Jornal de Lisboa, ou qualquer outra coisa que, precisando melhor o significado da reunião, não induzisse em erro. Seria menos complicado e mais exacto.

Que é uma conferência intersindical?

Suponho — e se erro queiram outros mais esclarecidos dizer o que se lhes oferecer sobre o assunto, porque sempre tive a ambição de aprender — que é a reunião que para determinado fim se realiza *entre* elementos sindicados ou, então, *entre* Sindicatos.

Porque considero a referida assembleia ao mesmo tempo *inter-* e *extra-sindical*?

Porque para ela foram indistintamente convidados, e nela tomaram lugar, trabalhadores organizados e dissociados, isto é, trabalhadores que são pela acção sindicalista e outros que, pelo menos, em certos momentos, são contra ou indiferentes a essa acção.

Bem sei que a Conferência foi promovida por agrupamentos sindicais e que constituída por elementos sindicados era a sua comissão organizadora. Mas sei também que o papel executivo dos Sindicatos, da Federação e da comissão organizadora terminou ao ser aprovado o regulamento da Conferência, passando aqueles a figurar daí em diante como órgãos consultivos, visto que quem deliberava então eram os delegados das oficinas, isto é, elementos em que havia uma parte associada e dissociada outra.

Eu não contesto — é necessário proclamá-lo bem alto, para evitar equívocos nesta hora em que as intenções são facilmente deturpadas —, eu não contesto, ia dizendo, a utilidade da Conferência, desta e das que com iguais intuitos vão efectuar-se noutras regiões do país, e só desejarei que os seus resultados correspondam aos excelentes propósitos da Federação do Livro e do Jornal.

O que quero dizer é que se me afigura que há toda a utilidade, para evitar confusões, em procurar designar os actos da vida sindicalista com os termos próprios.

A menor vantagem que poderá apurar-se, desde que se dêem às coisas as correspondentes expressões, é suceder que, em lugar de ser mister gastar mil

palavras nas discussões, bastará gastar cem, com o que, como concordarão certamente o leitores, se fará uma apreciável economia de tempo, além disso traduzir, por outro lado, um sensível benefício para quem não tem a dita de possuir pulmões vigorosos.

(De *A Batalha*).

W

a realizar em Lisboa, Porto e Coimbra, não se tendo, porém, efectuado esta última.

As sessões da de Lisboa levaram-se a efeito na Rua António Maria Cardoso, n.º 20, 1.º, onde, ao tempo, era a sede da Associação dos Compositores Tipográficos.

A ordem dos trabalhos era constituída pelas teses: «Sindicatos de indústria», «Conselhos Técnicos», «Crise de trabalho», «Abolição do regime de empreitada» e «A frente única do proletariado».

Em nome do meu Sindicato profissional, que representava com mais dois colegas, apresentei uma «Questão prévia» na primeira sessão, documento em que transparece um critério de discordância com o sustentado numa parte do regulamento da Conferência, elaborado pelo secretário-geral da Federação, lugar então desempenhado pelo falecido colega encadernador António Monteiro.

Era assim redigido o aludido documento:

«Louvamos o pensamento que conduziu à convocação da presente Conferência, porque semelhante iniciativa revela da parte da instituição que a levou a efeito — a Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal — o intuito de provocar, nas corporações chamadas a participar nos trabalhos que neste momento têm o seu início, uma maior atenção pela defesa das regalias esforçadamente conquistadas e também o propósito deliberado de levar os mesmos trabalhadores a prepararem-se convenientemente para a consecução de melhores condições de existência no futuro.

Entendemos, porém, que a presente Conferência, devendo trazer ótimos subsídios para a materialização de problemas que os agrupamentos sindicais das corporações do Livro e do Jornal têm que encarar, não pode sobrepor-se a esses mesmos organismos, absorvendo funções que só a estes cabem, a não se dar o caso, que seria inédito, de se haver chegado ao convencimento de que os nossos Sindicatos, a Federação e os Congressos sejam coisas inúteis, hipótese que, por absurda, é vivamente repelida pelo nosso espírito.

Na suposição de que os camaradas presentes continuem dispostos a dar toda a força aos nossos agrupamentos sindicais — e parece-nos até que é esse objectivo máximo

da instituição que promoveu esta assembleia —, entendemos que a presente Conferência só poderá ter capacidade para se ocupar de assuntos de carácter económico, profissional ou corporativo que digam respeito às classes representadas e às que, não tendo aqui delegados, estejam ou possam vir a estar directamente ligadas à nossa Federação, escasseando-lhe, porém, por virtude da sua constituição heterogénea, idoneidade para pronunciar-se sobre questões de ordem ideológica. E só podendo os pareceres que daqui saiam ser materializados pelos agrupamentos sindicais, visto que estes é que são órgãos de acção, implicitamente tais pareceres terão que ser submetidos ao exame e sanção desses mesmos órgãos, o que quer dizer que a Conferência não tem poderes executivos.

Dar-lhe faculdades mais latas seria colocá-la acima dos Sindicatos e dos Congressos, o que significaria uma inconsequência, além de que, desde que se adoptasse semelhante critério, poderíamos chegar a verificar esta anomalia: serem possivelmente, de futuro, os trabalhadores dissociados a ditar a sua vontade aos organizados! É óbvio que, se um dia viesse a dar-se esse estranho caso, a conclusão que legitimamente se apuraria era a de que a acção dos Sindicatos teria sido pura e simplesmente anulada, intenção que, seguramente, não está no ânimo da Federação do Livro e do Jornal e da própria Conferência, cuja maioria de delegados supomos seja, felizmente, associada, embora o não seja a maioria da população trabalhadora representada, como acabamos de verificar.

Ao expormos estes raciocínios poderá haver quem conclua que é nosso propósito diligenciar evitar sistematicamente que se aborde a apreciação da tese intitulada *A frente única do proletariado*, que está incluída na ordem dos trabalhos.

Não tem a Associação dos Compositores a intenção de fugir à discussão desse assunto ou de quaisquer outros que a sua Federação Corporativa entenda dever submeter à apreciação dos organismos aderentes. Simplesmente observa que semelhante discussão deverá ser feita nos lugares próprios, que é nos Congressos ou nos Sindicatos, e aí se não eximirá ela a expor os seus pontos de vista e a acatar as resoluções que sejam regularmente tomadas.

Reivindicando esse direito, fá-lo ao abrigo de disposições fundamentais dos próprios estatutos da Federação, que só em Congresso podem ser alterados, e fá-lo também no propósito de não se subordinar a deliberações que, se pudessem vir a ser adoptadas por esta Conferência, teriam que ser consideradas arbitrárias, visto que o Sindicato que aqui representamos, à semelhança do que sucede com todos os outros, está como entidade consultiva, tendo a faculdade de expor, mas não a de votar.

Acha o Secretariado que o assunto em referência é de ordem tão urgente que não deva protelar-se a sua discussão? Pois que convoque o Congresso Nacional, não para daqui a seis meses, mas para daqui a três, que, embora não seja próspero o estado financeiro do Sindicato que representamos, este se não escusará a fazer os sacrifícios que for mister para que os representantes dos tipógrafos organizados não deixem de transmitir e defender o pensamento da classe acerca desse e dos outros assuntos que constem da respectiva ordem de trabalhos. Simplesmente o que a Associação dos Compositores sustenta é que a referida tese e quaisquer outras de aspecto ideológico estão fora da competência da presente Conferência e igualmente das que a Federação prepara noutras regiões do país, cabendo, sim, e muito bem, aos Congressos.

E as razões que servem a justificar este critério são idênticas às anteriormente expostas: que não pode nem deve a massa inorganizada poder vir a indicar o caminho a seguir aos Sindicatos, pois nesse caso não teria o movimento sindicalista razão de existência. E nós não temos o direito de supor sequer que seja isso o que pretende a nossa Federação, antes temos fortes razões para estar convencidos que o seu maior empenho é precisamente — e ela aliás o proclama com toda a clareza — promover o robustecimento dos nossos agrupamentos de combate à sociedade capitalista, isto é, habilitar os Sindicatos a desempenharem com mais eficiência do que até agora o têm feito o seu papel de órgãos de luta e de transformação social.

Pelas razões expostas, propomos que à Conferência sejam fixados os seguintes poderes:

1.º Estudar os assuntos de ordem corporativa, profissional ou industrial que sejam submetidos ao seu exame, no intuito de melhorar as actuais condições de vida dos trabalhadores do livro e do jornal, salvaguardando os interesses materiais e morais de produtores.

2.º As conclusões a que chegar deverão ser submetidas, por intermédio das comissões que forem nomeadas, sempre com representação do Sindicato, à Federação do Livro e do Jornal, que, por sua vez, e depois da indispensável publicidade no órgão federativo, as levará ao Congresso Nacional, para que os organismos aderentes lhes dêem execução.

3.º Exceptuam-se das disposições do número anterior as medidas de carácter urgente e que não envolvam modificação da estrutura da organização gráfica, como as que ataquem o problema da crise de trabalho, as quais serão, por intermédio da F. L. J., presentes aos Sindicatos nela interessados, que, por sua vez, ouvidas as respectivas assembleias, promoverão a sua rápida adopção.»

Este documento, depois de vivíssima discussão, foi aprovado pela Conferência.

Segundo o relatório apresentado pela Comissão organizadora, existiam então em Lisboa 368 oficinas gráficas, com os seguintes efectivos sindicais: compositores tipográficos, 452; impressores tipográficos, 113; encadernadores e anexos, 105; litógrafos e anexos, 115, o que perfazia um total de 785 Gráficos sindicados. Haviam dado a adesão à Conferência 56 oficinas, com um efectivo de 844 Gráficos, dos quais 388 sindicados.

UM CONFLITO NA BIBLIOTECA NACIONAL

Como em 1926 os vencimentos do pessoal assalariado da Biblioteca Nacional, em cuja tipografia eu trabalhava, fossem insuficientes para fazer face às exigências da vida, nomeara esse pessoal uma comissão para procurar obter melhorias, tanto mais que o director do estabelecimento, Dr. Jaime Cortesão — que dava todo o apoio nesse sentido àqueles seus cooperadores —, não conseguira ver coroados de êxito os esforços que realizara com o mesmo intuito junto do Ministério da Instrução, como então se chamava.

Era eu um dos representantes do pessoal tipográfico na referida comissão, tendo, nessa qualidade, sobretudo com o distintíssimo funcionário da Repartição do Depósito Legal (hoje 1.º conservador da Torre do Tombo, Sr. Gaspar de Almeida), entrevistado várias entidades oficiais para o mesmo efeito.

Uma manhã em que os representantes do pessoal assalariado da Biblioteca Nacional se encontravam na antecâmara do referido Ministério, para serem recebidos pelo titular da pasta (Dr. Alfredo de Magalhães), surgiu o seu chefe de gabinete (Dr. Fidelino de Figueiredo), o qual, avistando, junto dos comissionados, um oficial do exército que se oferecera para os conduzir perante o Ministro, passando-lhe um dos braços pelos ombros, o levou para o seu gabinete. Decorridos uns quinze minutos, voltou o aludido militar, o qual me confidenciou que não só não seríamos recebidos pelo Ministro, mas que a nossa pretensão estava sendo boicotada, visto que tínhamos contra nós o Dr. Fidelino de Figueiredo, que lhe asseverara duas coisas que sabia não serem exactas: que os tipógrafos da Biblioteca não só haviam composto, no edifício, manifestos contra a Situação, mas que também tinham executado os *Panfletos* pouco antes publicados por Raul Proença!

Tratava-se duma calúnia miserável, tanto mais que, em relação aos

Panfletos, o tipógrafo que os compusera (Miguel Cruz), numa das páginas desses opúsculos fizera a espontânea e nobre declaração de que fora ele que os executara.

Pois era precisamente o homem que produzira tal aleivosia que, poucos dias volvidos, surgia como director da Biblioteca Nacional!

Assim, tornava-se evidente que o pessoal assalariado do estabelecimento, e especialmente os Gráficos, teriam no seu novo director um inimigo irreductível. É certo que contavam com a viva simpatia de ilustres clientes da tipografia da Biblioteca, altas figuras nas Letras, no Professorado, nas Artes e na Ciência, e que com eles estavam em contacto, nomeadamente os Drs. Afonso Lopes Vieira e António Sérgio de Sousa, Professores Drs. Faria de Vasconcelos, Ferreira de Macedo e Reinaldo dos Santos, Dr. José de Figueiredo, Prof. Egas Monis, Dr. Almeida Dias, etc.; mas a par dessa simpatia havia contra eles a animadversão implacável do Dr. Fidelino de Figueiredo, que eu nem sequer conhecia pessoalmente.

São estes os antecedentes do ruidoso conflito que tive com o então director da Biblioteca, conflito que não provoquei, porque não sou nem nunca fui um zaragateiro. E a prová-lo está, além do mais, o facto de haver feito parte de numerosíssimas comissões que se defrontaram com industriais, de-

Em volta do conflito há pouco ocorrido na Biblioteca Nacional de Lisboa têm sido feitas afirmações que não correspondem à verdade, pelo que os signatários entendem que lhes corre o dever de elucidar, por sua vez, o público. Fazem-no serenamente e seguros de que não poderá ser contestada, com justeza, a exposição de factos que segue.

O Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo tomou posse do seu lugar de director da Biblioteca Nacional de Lisboa em 16 de Fevereiro de 1927. Logo no dia seguinte tornava conhecida uma ordem-de-serviço em que retirava a todo o pessoal assalariado (cerca de setenta individuos de ambos os sexos) duas regalias de que vinha gozando havia alguns anos: um mês de licença, por ano, com vencimentos, e o pagamento dos honorários na doença, sempre que fosse comprovada por atestado médico, esta última não extensiva a todos os assalariados, sob a alegação

de que alguns destes tinham abusado, por vezes, mas invariavelmente respeitada em relação aos Gráficos, que em poucos casos se utilizaram da concessão.

O pessoal operário, ao ser inteirado de tal acontecimento — que aliás o não surpreendeu, pois tinha especiais razões para acreditar que o novo director não vinha animado do propósito de actuar com justiça, mas ostensivamente disposto a vexar —, reconheceu desde logo a necessidade de reclamar contra essa medida, e mostrou-se decidido a fazer-se representar numa comissão que a S. Ex.^a fosse significar, em nome de todos os atingidos, a sua estranheza. Como, porém, os restantes assalariados, consultados para o efeito por um funcionário que sobre o assunto trocara impressões com os operários, tivessem emitido a opinião de que era prudente aguardar novas e previstas medidas, para então se formular uma reclamação em globo, deliberou o mesmo pessoal, embora contrariado, permanecer na expectativa, e fê-lo exactamente para que não pudessem atribuir-se-lhe quaisquer intuítos subversivos.

A breve trecho, porém, um novo e insólito acontecimento vinha forçar os operários tipógrafos e encadernadores a sair de tal posição. Sucedeu isso em 25 de Fevereiro, dia em que o novo director enviara às oficinas uma segunda ordem-de-serviço, na qual anunciava que, a partir de 1 de Março, o pessoal operário (tipógrafos, encadernadores, costureiras e o carpinteiro do estabelecimento) passaria a trabalhar oito horas por dia e a vencer à semana, e isto significava que, além de lhe serem fixadas mais duas horas de actividade em cada dia útil — o que, por razões que adiante exporemos, não encerrava um motivo para fortes protestos —, deixariam de lhe ser pagos, ao contrário do que sucedera até essa data, os domingos e dias feriados, visto que, à semelhança do que acontecia com todos os restantes assalariados, os seus vencimentos eram mensais, de harmonia com o regulamento do próprio estabelecimento.

Em face desta injusta medida, deliberaram os operários gráficos encarregar uma comissão de entrevistar o director, comissão que, por sua vez, incumbiu o chefe das oficinas de solicitar daquele senhor a competente audiência, que foi imediatamente concedida.

Os delegados do pessoal (quatro pelos tipógrafos, entre estes um do quadro vitalício, e o quinto pela secção de encadernação) significaram ao Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo a sua estranheza e a dos seus camaradas por lhes estarem sendo cerceadas todas as regalias, umas concedidas espontaneamente pelas anteriores direcções, outras conquistadas à custa de muito esforço, ao que S. Ex.^a objectou que o estado em que fora encontrar o estabelecimento impunha providências de severa economia, embora fosse certo, como declarou à comissão, que a tipografia não havia sido até ali um organismo deficitário.

Acrescentou que era indefensável que os operários gráficos da Biblioteca tivessem o dia normal de seis horas, quando os seus colegas da Imprensa Nacional tinham o de oito, ao que, por sua vez, os delegados operários opuseram que o horário de trabalho a que estavam sujeitos era exactamente igual ao de todo o pessoal

menor da Biblioteca, ajuntando não ser apenas naquele estabelecimento que isto sucedia, tendo a-propósito citado a Caixa Geral de Depósitos e a Santa Casa da Misericórdia, cujos tipógrafos têm horário idêntico ao do restante funcionalismo. Desde logo, porém, acentuou a comissão que não era a circunstância de o pessoal operário passar a trabalhar oito horas que determinara a necessidade da entrevista, visto que todos os tipógrafos, à excepção de um, faziam, de facto, e já há longos meses, oito horas, por virtude da abundância de trabalho. A razão fundamental da ida da comissão junto do Sr. director da Biblioteca — esclareceram — residia no facto de ao mesmo tempo que ao pessoal operário vinha de ser fixado um novo regime de horário, não lhe haver sido simultaneamente estabelecido, como seria curial, o correspondente salário.

Respondeu o Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo que, no que respeitava a vencimentos, podia o pessoal ficar tranquilo, porquanto lhe garantiria salários compensadores do seu esforço, não inferiores aos que vinha percebendo, tanto mais que não desconhecia que na tipografia da Biblioteca se trabalhava bem, não ignorando igualmente que a mesma oficina dera até então lucros, o que esperava continuasse sucedendo, pois no caso contrário fechá-la-ia, tanto mais que não concordava que na Biblioteca Nacional se fizesse «exploração fabril».

Aproveitou a comissão o ensejo para informar o novo director da Biblioteca — e fê-lo por um elemento de correcção — de que tinha pendente do Ministério da Instrução Pública uma reclamação de aumento de vencimentos, com a informação favorável do Ministro, como igualmente os restantes assalariados tinham no mesmo Ministério uma outra reclamação para idêntico fim.

A exposição lida, cópia da que fora entregue às instâncias oficiais, estava apenas uma tabela comparativa dos vencimentos dos Gráficos da Biblioteca com os dos seus colegas da Imprensa Nacional, e, a despeito de a anterior direcção do estabelecimento ter defendido o critério, como se mostrava com a transcrição do trecho dum officio pela mesma direcção remetido ao Sr. inspector das Bibliotecas e Arquivos, de que os tipógrafos da Biblioteca não deveriam ter vencimentos inferiores aos dos seus colegas da Imprensa, não solicitavam os reclamantes a sua equiparação aos últimos, exactamente por o horário de trabalho não ser igual.

Ficou o Sr. director da Biblioteca com a referida tabela, que prometeu ir estudar, e, tendo dito à comissão que, se tivesse mais elementos, lhos enviasse, despediu-a algo bruscamente, terminando por dizer, com uma incorrecção a que se não estava habituado, que já tinha ouvido «quatro discursos», pois não encontrara outra expressão para classificar as brevíssimas palavras pronunciadas por quatro dos cinco delegados que à sua presença tinham ido.

Retiraram-se os operários, após o pouco delicado acolhimento do seu director, e, quando se encontravam já próximo da porta do gabinete, foi a sua atenção chamada por aquele senhor, que lhes gritou, em tom autoritário: «Ficam vocês sabendo que não revogo qualquer ordem que uma vez haja dado. Podem, além disso, fazer constar isto que acabo de lhes dizer».

Ouviram os delegados. Ouviram e pasmaram. Pasmaram pela razão simples de

estarem persuadidos de que errar é próprio dos homens e que emendar um erro é acto nobilitante, ao contrário do que parecia entender o novo director da Biblioteca, que, pelo visto, se julga infalível.

No dia imediato, era enviada, pelo pessoal das oficinas gráficas, ao Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo uma brevíssima exposição, em que se lhe apresentava uma nota dos vencimentos que o mesmo pessoal levantava quando trabalhava, respectivamente, seis e oito horas.

Decorreram alguns dias. E no lapso de tempo que foi de 25 de Fevereiro a 3 de Março não cessou o novo director da Biblioteca Nacional de fazer constar ao pessoal gráfico que este não seria prejudicado nos seus vencimentos. Disse-o não só ao chefe das oficinas, mas também — precisamente na véspera do conflito — a cinco tipógrafos que trabalhavam na «secção dos verbetes», junto do terraço. Passando então S. Ex.^o por ali, acompanhando outro indivíduo, abriu a porta da oficina e, verificando que os operários estavam entregues às suas ocupações, falou-lhes nos seguintes termos:

— Vocês, afinal, ficam ganhando mais nos 26 dias úteis do que tinham anteriormente.

Como um dos operários respondesse que estavam aguardando a prometida comunicação, S. Ex.^o redarguiu, nestes termos pitorescos:

— Aguardando para guardar na algibeira, não é assim?

E, fechando a porta, seguiu ao seu destino, sorridente da sua graça.

No dia seguinte, isto é, a 8 do corrente mês, quando o pessoal operário já levava quase dois dias de trabalho sem conhecer as condições de salário em que se encontrava, o que era uma anomalia, surgia, finalmente, a ordem-de-serviço há tantos dias em vão aguardada. Foi ela conhecida cerca das 15 horas. Tendo os interessados sido convidados, pelo chefe das oficinas gráficas, a reunir numa das dependências das mesmas oficinas, foi-lhes lida por aquele colega a referida ordem-de-serviço, onde, com surpresa geral, eram fixados os seguintes salários:

Chefe das oficinas	30\$00
Impressor-chefe	25\$00
Compositores, impressores e encadernadores	22\$60
Marginaes	18\$00
Costureiras	12\$00
Aprendiza da encadernação	6\$50

Para que o leitor possa fazer um juízo seguro acerca do modo como o director da Biblioteca cumpria a promessa feita aos operários e ratificada por mais de uma vez, como já salientámos, reproduz-se a tabela enviada pelos interessados àquele senhor, em 26 de Fevereiro, como anteriormente dizemos, onde se consignam os

vencimentos que o pessoal em referência percebia, destacando dessa tabela os compositores e impressores, que tinham, respectivamente, em 6 e 8 horas :

Vencimento mensal fixo	586\$91	
Gratificação mensal saída do cofre da Biblioteca	41\$50	628\$41
Horas extraordinárias (2 em cada dia útil, portanto, 52 por mês)		182\$00
Quantitativo por mês, em oito horas		810\$41

Cotejadas as duas tabelas atrás insertas, verifica-se que entre os vencimentos estabelecidos pelo novo director da Biblioteca Nacional para o pessoal da composição e impressão e os que anteriormente auferia (desde que fizesse, como geralmente fazia, as oito horas), apura-se uma diferença para menos de 222\$81 ! Mais : confrontando os novos vencimentos com os que os compositores e impressores tinham anteriormente, trabalhando apenas as seis horas, encontra-se ainda uma diferença para menos, de 40\$81 por mês ! As costureiras da encadernação, essas passavam a receber muitíssimo menos em oito horas do que no regime das seis. Eram simplesmente desfalcados os seus salários na bagatela de 124\$00 por mês !

Em presença de tão extraordinárias condições de salário, houve doze operários tipógrafos e um encadernador que imediatamente declararam ao chefe das oficinas que não se sujeitavam a semelhante extorsão, recusando-se, por isso, a assinar a ordem-de-serviço, pois nem mais uma hora estavam dispostos a trabalhar sob tão vexatório regime. Apenas com cinco tipógrafos assalariados poderia contar dali em diante a Biblioteca, e eram em número de dezassete os que vinham exercendo a sua actividade no estabelecimento, alguns destes com sete, seis e cinco anos de casa, o mais moderno (um operário marginador) com dois e figurando entre os que saíam quase todos os que haviam sido louvados em ordem-de-serviço pela sua «assiduidade, zelo e competência».

Como se tratava dum considerável número de trabalhadores, chegaram estes a alimentar a esperança de que, se fossem junto do director comunicar-lhe as disposições em que se encontravam, bem possível seria que ele modificasse a referida ordem-de-serviço no sentido de que se lhes mantivessem os salários que levantavam anteriormente dentro das oito horas.

Com esse intuito, e só com esse intuito, deliberaram os signatários expor pessoalmente as razões da sua atitude ao Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo, conforme pode ser atestado, não só pelo chefe das oficinas gráficas, mas também pelos outros colegas, que só por circunstâncias muito especiais não nos acompanharam. E exactamente para que o director da Biblioteca pudesse ter a certeza de que não havia entre aquele grupo de trabalhadores quaisquer *meneurs* ou agitadores, assentaram em ir todos perante S. Ex.^o. Pediram, por isso, ao chefe das oficinas gráficas que, em seu nome, solicitasse uma audiência ao director da Biblioteca.

Dirigiu-se o referido colega ao gabinete do Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo, mas voltava, volvidos alguns instantes, comunicando que no momento não pudera avistar-se com S. Ex.^o, por estar atendendo várias pessoas. Decorrida uma hora, participava, finalmente, o encarregado ao pessoal que o Sr. director da Biblioteca recebia os operários que por seu intermédio haviam pedido audiência.

Encaminharam-se serenamente os signatários para o gabinete da direcção, tendo-se feito anunciar ao Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo pelo respectivo contínuo, que poucos instantes decorridos franqueava a porta do gabinete, por ordem daquele senhor.

Uma vez perante o director da Biblioteca Nacional, tomou a palavra o primeiro dos signatários, que declarou que ele e os seus colegas, todos os colegas presentes, haviam ficado extraordinariamente surpreendidos com as condições de salários constantes da ordem-de-serviço que pouco antes lhes fora lida, e a explicação dessa surpresa residia nos dois motivos seguintes : 1.^o, porque o Sr. director não cumprira a promessa, feita naquele mesmo gabinete à comissão delegada do pessoal, de que este não sofreria quaisquer prejuízos nos seus vencimentos, promessa aliás ratificada por mais de uma vez por S. Ex.^o ; 2.^o, porque, tendo o Sr. director manifestado o critério de que o pessoal gráfico da Biblioteca devia estar equiparado, quanto ao horário, aos colegas da Imprensa Nacional, mostrava que só no que respeitava a deveres tinha tal preocupação, não a tendo, todavia, em relação a direitos.

O Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo, interrompendo, disse que nunca fora sua intenção fazer uma equiparação dos tipógrafos da Biblioteca aos da Imprensa Nacional, que declarou considerar um estabelecimento «pessimamente administrado», mas sim aos das tipografias particulares, e que nesse sentido organizara a tabela de vencimentos constante da sua ordem-de-serviço.

Estranhando o seu interlocutor que o Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo equiparasse os gráficos dum estabelecimento do Estado aos das tipografias particulares, acrescentou que ainda assim S. Ex.^o procurara igualá-los aos que menores salários auferem, porquanto havia, felizmente, muitos tipógrafos que venciam mais de 22\$60, e poderia ajuntar que, no próprio órgão da actual situação política, os compositores têm o salário diário de 27\$00.

Como o Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo se mostrasse irreductível em seus propósitos, disse-lhe, por fim, o mesmo operário que, em face da atitude daquele senhor, tinha o direito de concluir que S. Ex.^o estava animado do intuito de prejudicar sistematicamente o pessoal operário da Biblioteca, que aliás não podia, com justeza, ser acusado de não cumprir os seus deveres.

Quando tais palavras foram pronunciadas (palavras que encerram, seguramente, uma verdade dura, mas que em todo o caso não traduzem propriamente um insulto), o Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo, que nos deu a ideia de supor-se uma divindade invulnerável, dirigiu-se violentamente ao referido operário e, juntando o gesto à palavra, intimou-lhe ordem de expulsão imediata do edificio, sob o pretexto de que insultara o director da Biblioteca no seu próprio gabinete !

Ficou aquele perplexo, como perplexos ficaram igualmente os seus colegas, que não contavam com semelhante desfecho, e como A. Vieira não se afastasse sequer uma polegada, o Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo, de pé, gritando furiosamente pelo continuo e procurando, ao mesmo tempo, qualquer coisa sobre a secretária, arraigou no espirito de Vieira a impressão de que buscava munir-se de instrumento contundente, pelo que, desorientado perante tão desconcertante atitude, que estava longe de esperar por parte dum homem que afirmam ser culto, lhe deu dois murros. Respondeu o Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo com um safanão, que atirou com os óculos de Vieira por terra, fazendo-lhe um leve ferimento no nariz, ao que o operário respondeu com o primeiro objecto que se lhe deparou sobre a secretária: um tinteiro de bronze.

Agarrado por alguns dos colegas que estavam presentes, que nesse momento já não eram todos, pois parte deles tinham-se retirado e outros haviam feito menção de afastar-se igualmente logo aos primeiros sintomas de borrasca, e seguro igualmente o Dr. Fidelino de Figueiredo, poucos instantes volvidos sobre este inesperado incidente, que foi duma rapidez fulminante, era o gabinete da direcção abandonado pelos restantes operários, sendo então invadido por muitos funcionários, que acorreram aos gritos soltados por aquele senhor.

Podiam os operários — que tiveram tempo de sobejo para isso — ter-se ausentado da Biblioteca antes que a policia chegasse, visto que esta só foi chamada depois de os mesmos operários haverem abandonado o gabinete da direcção. Não o fizeram, porém. Nenhum deles tentou fugir, porque também nenhum deles supunha que por delicto de agressão, cometido por um operário que desde o primeiro instante assumiu a responsabilidade inteira do seu acto, pudessem vir a ser encerrados treze homens nos porquíssimos calabouços do Governo Civil, onde estiveram seis dias e sete noites, após o que os fizeram seguir, em pleno dia e à hora em que suas familias os estavam visitando, para o forte de Monsanto.

Consola-os a certeza de que, se contam com o ódio de individuos que acham legitimo que operários que sabem cumprir os seus deveres sejam defraudados nos seus interesses materiais e espezinhados na sua dignidade, há, ao lado desses individuos, muitíssimos outros, formando não apenas na corporação operária, mas em todas as classes sociais, até as mais elevadas, que não hesitam em assegurar-lhes a sua solidariedade material e moral.

Sector B, no Forte de Monsanto, 15 de Março de 1927.

Alexandre Vieira — Álvaro Lourenço — Anibal Pinheiro — Aquilino Rodrigues Mendes — Artur César Pedroso — Cândido Sancho — Carlos Dias — Delfim Távora — Joaquim Castelo — Luis Filipe — Manuel Duarte — Manuel Joaquim Galrito — Marx Batalha.

Do calabouço n.º 5 do Governo Civil enviou o primeiro dos signatários a alguns jornais a seguinte carta que, por intromissão estranha, não foi publicada:

«Sr. Director:

Em volta do incidente há pouco ocorrido na Biblioteca Nacional têm-se feito afirmações que não correspondem inteiramente à verdade, e não só por isso, mas também por que aos doze colegas meus, operários como eu e homens dignos, são atribuídas responsabilidades que lhes não cabem, rogo-lhe a publicação dos seguintes esclarecimentos:

1.º — Quando os treze operários gráficos se dirigiram ao gabinete do Sr. director da Biblioteca, com permissão de S. Ex.ª, fizeram-no, não com o deliberado propósito de estabelecer um conflito, como poderá concluir-se de algumas informações dadas a público, mas com o intuito de demonstrar ao Dr. Fidelino de Figueiredo que as condições de trabalho que vinha de fixar aos operários eram incomportáveis, visto que, além de lhes ter retirado, sem uma forte razão de justiça, regalias que correspondiam, para cada um deles, ao cerceamento de três meses de vencimento no ano, lhes reduzia ainda os salários em 222\$81 mensais, a despeito da promessa que S. Ex.ª lhes fizera de que nenhuma redução sofreriam nos seus vencimentos;

2.º — Não se registou um ataque colectivo, visto que quem agrediu o Sr. director da Biblioteca foi apenas o signatário, que, não sendo um brigão profissional, mas, ao contrário, um individuo mais calmo do que exaltado, tem todavia em grande apreço a sua dignidade pessoal e a da corporação operária a que se honra de pertencer. E exactamente porque só o signatário deve, em boa justiça, ser chamado à responsabilidade do seu acto, não compreende a razão por que os seus colegas foram com ele conduzidos e são mantidos nos calabouços do Governo Civil.

Espera, Sr. director, dever-lhe a fineza da publicação da presente carta o que é

De V. Ex.ª

Muito At.º e Obg.

(a) *Alexandre Vieira*

(Operário tipógrafo)

putados, ministros e até com quatro Presidentes da República — um deles o Sr. Marechal Carmona — e, apesar de invariavelmente não me ter avistado com essas personalidades para lhes dirigir palavras lisonjeiras e muito menos para lhes render salamaleques, mas sempre para reclamar, jamais fui enxovalhado por qualquer delas.

E, não obstante, sustentei, por vezes, com algumas das aludidas entidades discussões muito vivas, especialmente com Tamagnini Barbosa, quando Mi-

nistro do Interior, e Afonso Costa, numa das ocasiões em que foi presidente do Conselho, mas sempre sem sair fora das normas da mais elementar correcção.

Deu-se o conflito e, em consequência do meu acto de desafronta, fui parar a um imundo calabouço do Governo Civil ⁽¹⁾, donde segui, dias depois, para o forte de Monsanto, na companhia de doze colegas, cuja permanência na prisão só teria sido explicável se eu não houvesse assumido a responsabilidade do violento desagravo.

Ao cabo de três meses de prisão arbitrária, eram os meus colegas restituidos, finalmente, à liberdade, enquanto eu seguia do forte de Monsanto para a cadeia do Limoeiro ⁽²⁾. Afiançado dois dias depois, era solto, por minha vez, para responder, mais tarde, no tribunal da Boa Hora.

⁽¹⁾ Seriam umas 17 horas quando fui arremessado, com o colega Anibal Pinheiro, para esse calabouço, por expressa ordem do capitão Neto, então oficial da policia, que propositadamente nos mandara encerrar no mais sujo de todos, segundo declaração que, na manhã seguinte, fizera ao nosso falecido amigo Dr. Almeida Dias, quando este, argumentando que se tratava de pessoas limpas, lhe pedira nos mandasse para lugar mais asseado.

Eu e o meu mencionado colega mantivemo-nos o resto da tarde e toda a noite a pé firme, junto da grade, decididos a não nos sentarmos na nojenta tarimba, para não ficarmos cobertos de piolhos, daquela aluvião de piolhos que, do lugar onde estávamos, víamos os mendigos arrancar desesperadamente das partes cabeludas de seus corpos sujos. Porém, pela madrugada, exausto de forças e com os nervos arrasados, dei parte de fraco: dispunha-me a sentar-me no extremo da nauseante tarimba, só o não tendo feito mercê duma amiga exortação do companheiro de clausura, que me recordou que seria atormentado pelos bichos.

⁽²⁾ Quem alguma vez esteve preso sabe, por experiência própria, com que alvoroço é recebida a ordem de saída, e muito mais quando, como no caso dos meus colegas, se aguardava a todo o momento tal notificação, que nos havia sido preanunciada por dois delegados da direcção do Sindicato dos Compositores Tipográficos, os confrades António da Fonseca Pereira e Alfredo Freitas, este falecido há pouco, os quais se mostraram incansáveis de dedicação para connosco durante todo o tempo em que estivemos enclausurados, especialmente o primeiro.

Sabido que quando se transpõem os portões do cárcere não há desejo mais veemente que o de seguir imediatamente para o seio da familia, mais digna de apreço é a tocante prova de estima de que fui objecto, e que passo a expor.

Chegada, enfim, no dia 14 de Maio, já iam volvidas as 23 horas, a ansiada ordem — a qual encontrou todos os meus colegas, e a mim também, de trouxa aviada, apesar de eu saber que não iria em liberdade —, e aguardados, no extremo da ponte que conduz ao forte, por numerosos colegas e amigos, que para ali se haviam dirigido, uns a pé e outros de automóvel (lá estando também o carro-celular, onde, como e do regulamento, eu deveria seguir para o Limoeiro), todos os colegas que haviam sido meus excelentes companheiros de prisão quizeram ter a gentileza de acompanhar-me ao antigo palácio do Conde de Andeiro, onde a longa caravana arribou depois das 2 horas da madrugada, após duas demoradas paragens no percurso, a primeira no Restaurante Ferro-de-Engomar, a segunda numa pastelaria da Rua de Santa Marta, local em que tive de dar entrada no supramencionado carro-celular. Só depois de me terem deixado à porta do Limoeiro é que os meus camaradas partiram, enfim,

Disse então um jornal de Lisboa — e pareceu ser efectivamente assim — que se ficara com a impressão de que não fora julgada a minha pessoa, mas

Em certo dia do ano de 1923 — trabalhava eu então na extinta tipografia da Biblioteca Nacional — mandou-me chamar o chefe da oficina para me apresentar um novo cliente, que desejava incumbir-me dum trabalho. Era o Doutor Afonso Lopes Vieira, o qual declarou conhecer-me muito bem, apesar de nunca me haver falado. Disse-me ter travado conhecimento com a minha pessoa através de *A Batalha*, de que se confessou leitor assíduo, acrescentando que, por saber quanto nos esforçávamos por seguir, no diário operário, a ortografia que fora objecto da reforma de 1911, desejava encarregar-me de rever a edição da sua *Diana* e bem assim dar-me a revisão da revista *Lusitânia*, que em breve appareceria.

Essa revista — uma das melhores que se têm publicado em Portugal — teria como directora a excelsa D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos e como animador o Doutor Afonso Lopes Vieira.

Passsei a ser desde então o revisor do consagrado Poeta, que todas as tardes era certo na tipografia da Biblioteca Nacional, onde, além da *Lusitânia*, se imprimiram as obras que publicou até 1927, e seu revisor continuei sendo até à data em que lançou o último volume.

Afonso Lopes Vieira, além de Escritor de prosa vernácula, maciça, possuía qualidades de esteta requintado, como terá verificado quem haja passado pela sua casa de S. Pedro de Muel — que deixou para servir de sanatório aos filhos dos vidreiros da Marinha Grande — e compulsado os livros que escreveu. Cumulativamente, era um distinto Revisor, predicado raro em autores, que, de ordinário, são péssimos correctores tipográficos.

Em ideias estávamos em polos opostos. Ele era integralista, eu o que sou hoje e que sempre fui. Nunca tivemos, porém, o mais leve atrito, antes existiu invariavelmente entre o avançado e o nacionalista a melhor camaradagem.

Não só eu como todos os gráficos da extinta tipografia da Biblioteca Nacional — a mais bem montada officina em que tenho trabalhado — possuíamos em Afonso Lopes Vieira um amigo de verdade.

Deu provas disso, não apenas com palavras, mas com actos duma eloquência incontrovertida.

Para o atestar basta recordar a sua attitude nobre, desassombrada, rectilínea, quando do conflito que tive com o Dr. Fidelino de Figueiredo, no tempo em que este foi director da Biblioteca Nacional.

para suas casas, onde Mulheres e filhos os esperavam com a impaciência que se adivinha. Foi essa uma nota de alta amizade, que jamais esquecerei, tão fundo me tocou.

Na tarde do incidente, quando se dirigia para o edifício da Biblioteca, alguém o informou do que ocorrera. Retrocedeu imediatamente, encaminhando-se para o Governo Civil, em cujos calabouços estavam, não só a minha pessoa, mas também doze colegas, cujo papel havia sido o de terem presenciado a movimentada cena, de que o Poeta conhecia os antecedentes. Queria falar-me, mas como tivesse passado já a hora da visita e, além disso, por que me houvessem posto incomunicável, e bem assim ao meu camarada Aníbal Pinheiro, por sinal no mais repugnante dos calabouços — o dos mendigos, onde os nauseabundos percevejos e outros daninhos parasitas eram em profusão —, teve maneira de mandar-me dizer, por um cabo da polícia, que, se me levassem ao tribunal para responder, desejava ser minha testemunha de defesa.

No dia seguinte os rotativos, dando largo relato do caso, com o «espírito de isenção» que lhes é peculiar, fizeram nutrido tiroteio contra a minha pessoa, colocando-se ostensivamente, é claro, a favor do director da Biblioteca, que, além do mais, era bacharel em letras, ao passo que eu e os meus colegas não passávamos de subgente: simples manejadores de letras, embora, pelo que me concerne, tenha uma incomensurável honra nisso.

No dia do meu julgamento, Afonso Lopes Vieira, que, quer pela sua condição de Escritor, quer pela sua categoria social, quer ainda pelas suas ideias políticas, estava muito mais próximo do director da Biblioteca do que de mim, fez, em pleno tribunal, uma altissonante defesa do operário tipógrafo, de quem disse ter muita honra em considerar-se camarada, no que foi secundado pelo falecido Dr. José de Figueiredo, director do Museu das Janelas Verdes, igualmente cliente da tipografia da Biblioteca; pelo meu antigo camarada e velho amigo Doutor Aurélio Quintanilha, ao tempo professor da Universidade de Coimbra, e ainda pelo Professor Doutor Ferreira de Macedo, que, muito doente nessa ocasião, se levantou da sua cama, com evidente sacrifício, para, apoiado a duas bengalas, subir ao tribunal da Boa-Hora, num gesto de rara elegância, que ainda hoje não posso recordar sem funda emoção. Não devo esquecer também a alta isenção de Ramada Curto, o meu distinto patrono, que, espontaneamente, quis tomar a defesa do excomungado.

Medularmente artista, Lopes Vieira tinha-me dito, uns dias antes da audiência: «Vieira — temos de fazer do seu julgamento uma tarde de Arte». Foi efectivamente uma tarde em que se fez Arte, e não exclusivamente Arte, mas também Justiça.

Nessa ocasião até os aludidos rotativos, talvez porque o vento tinha amainado, me acharam um tipo, não direi simpático, mas menos rebarbativo do que três meses antes...

Tamanhas proporções assumiu a impressão produzida pelo julgamento que o meu opositor não só não teve a coragem de voltar à Biblioteca, mas, furioso com o ruído feito em volta do acontecimento e mercê da incómoda posição em que ficara, lançava-se, pouco tempo depois, numa *bernarda*, tendo sido preso e enclausurado na

Penitenciária por haver pretendido impor ao então director da Imprensa Nacional um decreto em que era nomeado um novo Ministério, no qual, se bem me recordo, se reservava uma pasta para si.

Não obstante, eu é que era o desordeiro...

Foi acaso uma atitude esporádica esta do Doutor Lopes Vieira? De modo algum. A Proença — também um carácter íntegro e grande Escritor, que em Paris tive ensejo de conhecer melhor, mais de perto —, deu ele guardada amiga em sua casa, num momento em que o fogoso panfletário republicano estava sendo tenazmente procurado pela polícia. E, todavia, tratava-se dum seu activo adversário político, precisamente do Escritor que até hoje mais duramente atacou entre nós o Integralismo — o ideal político de Afonso Lopes Vieira.

Este, que exteriormente parecia uma criatura menineira, pueril, era, ao contrário, dotado de qualidades másculas, possuindo forte coragem moral, como o demonstrou em várias circunstâncias da sua vida.

Recentemente, quando tive a desgraça de perder minha Mulher, Afonso Lopes Vieira, que, sempre que qualquer tormenta me agitava a vida, dava sinal de presença, mandara-me algumas palavras amigas, dizendo-me não me poder abraçar pessoalmente por se encontrar doente. Não corri logo a sua casa, como era aliás meu dever, não só porque me retirara por alguns dias de Lisboa, mas também porque supus tratar-se dum caso ligeiro, de gripe. Fiquei roído de remorsos quando um camarada me deu, pelo telefone, a brutal notícia do seu falecimento.

Penso que de algum modo atenuo a falta cometida rendendo, numa hora em que por aí campeia uma podridão moral infrene, a homenagem do meu respeito e da minha gratidão à memória do Escritor, do Artista e do Amigo, e muito honrado me sinto em o fazer no jornal da Sociedade A Voz do Operário, em cujas salas, ainda não há muito, tive o gosto de cumprimentá-lo. Estava então longe de supor que seria essa a última vez que falaria a Afonso Lopes Vieira, que sempre mostrou ser — um Homem.

(D'A Voz do Operário).

W

o director da Biblioteca, porquanto o próprio juiz, ao pronunciar a sentença, isto é, ao condenar-me em cinco dias de prisão, contado o tempo de detenção sofrida, e na multa de cinco escudos, ajuntara que, como juiz, não podia deixar de aplicar-me aquela pena (visto que eu sempre confessara que agredira o

Dr. Fidelino de Figueiredo), mas que, como homem, me absolvía, expressões que produziram a impressão que se calcula ⁽¹⁾.

E os rotativos, que três meses antes me haviam apresentado como um homem terrível, tiveram então para o réprobo palavras de simpatia...

O espírito da facção, o espírito da camada, o espírito de classe, têm sido e são dos maiores males da sociedade portuguesa.

Com eles, não há possibilidade de uma análise serena, imparcial, justa; não há possibilidade de realizar uma obra estruturalmente humana. O partido ou grupo, a camada ou a classe, erguer-se-ão, deturpando a Ideia e alevantando o egoísmo.

Os ódios que dividem a família portuguesa, deve mesmo dizer-se os ódios que dividem os homens que pisam este Planeta, são todos filhos da cegueira que nasce desse mal enorme.

Tem dois aspectos esse flagelo: o que nasce dos que conscientemente cegam o espírito e põem o problema nesta frase: *Primeiro os nossos!*

E o que nasce dos que supõem que o mal está sempre nos outros, não vendo e persistindo nos seus erros ou nos seus crimes.

E a função política, que deve ser nobre, que deve visar o bem comum, dá lugar à mentira e serve o privilégio.

Essa mentira, combatê-mo-la ontem; combatê-mo-la hoje, combatê-la-emos através de tudo!

O grande mal de todas as situações políticas, entre nós, reside no espírito de facciosismo, no espírito de parcialidade, dos que dizem apoiá-las ou servi-las.

Estas considerações foram-nos sugeridas por elementos de prova, que nos habilitam a ver claro sobre o incidente entre o Sr. Director da Biblioteca Nacional e os operários gráficos do mesmo estabelecimento.

Este conflito tomou um carácter profundamente político, e à sua volta as paixões têm-se agitado de tal forma que há quem tenha pretendido, ou pretenda ainda, que os operários gráficos sejam deportados para Timor ou colónia parecida!

⁽¹⁾ Contou-me o meu colega Fonseca Pereira que, ao encontrar-se, no dia seguinte ao do conflito, com o Dr. Afonso Lopes Vieira, o qual lhe fixara entrevista na sucursal de *O Século*, vendo o segundo, nos jornais, a notícia de que o Governo pensara deportar-me para Timor, tomou o telefone e, ligando para casa de seu primo João Belo, então Ministro das Colónias, disse-lhe, indignado, que, se o boato se confirmasse, ele, que o tinha na conta de homem digno, o consideraria emporcalhado se sancionasse semelhante acto.

Temos a segurança de que o Governo não escutará os que pretendem iniquidade tamanha!

Estamos habilitados a informar os nossos leitores de que o conflito não está sob outra alçada que não seja a da acção meramente disciplinar; que o operário Alexandre Vieira é um homem profundamente honesto e que a agressão resultou da discussão e atitudes de momento, sem premeditação de qualquer espécie.

Para a maioria dos conservadores o operariado não passa de um perigoso elemento bolchevista, que não merece mais do que o combate aturado, como inimigo. É necessário acabar com a confusão. É necessário que todos nos encaremos como irmãos, procurando resolver o problema do bem-estar geral, em vez de alimentarmos ódios que apenas servem para nos separar e diminuir.

Que nos importa que aqueles a quem temos obrigação de fazer justiça militem ou não no nosso campo político?

A justiça é uma só!

Pois será justo que tendo-se atacado na imprensa os Gráficos da Biblioteca Nacional, se não permita que nessa mesma imprensa eles apresentem a sua defesa?

Não é! Não pode ser! Como homens justos e exactamente por que colaborámos com sinceridade no 28 de Maio, aqui apresentamos o nosso protesto.

E ele é tão sincero quanto é certo que lendo essa defesa, que temos presente, podemos afirmar que ela é absolutamente correcta. Não tem uma palavra nem para a Situação nem para o Governo! Limita-se a explicar o incidente com o Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo, sem um insulto, sem uma palavra que constitua ofensa. Não é justo. Protestamos. Exactamente por que colaborámos no 28 de Maio é que temos obrigação de protestar e de combater todas as injustiças!

Não publicamos a defesa colectiva, por ser muito extensa; mas vamos publicar a carta de Alexandre Vieira, que os jornais que publicaram o ataque não quiseram ou não puderam inserir.

O leitor verá a correcção e até a nobreza desse documento:

(Seguia-se a carta, inserta na pág. 175 do presente volume).

Alexandre Vieira é um homem honrado, que sendo, muito embora, contra o Dr. Fidelino de Figueiredo, não merece, por isso, um tratamento de excepção.

A provar a honorabilidade de Alexandre Vieira estão os nomes de Manuel Ribeiro, Dr. Ferreira de Macedo, Professores Reinaldo dos Santos, Egas Moniz e outros, que se ofereceram para suas testemunhas de defesa. Está o nome do Dr. Afonso Lopes Vieira, poeta distinto, que em matéria política é integralista e que escreveu uma carta ao Sr. Presidente da República onde, entre outras coisas, dizia que se «honrava de ser amigo pessoal do operário Alexandre Vieira».

Este homem não é nem pode ser um brigão a quem o ódio político pretende

mandar para o degredo com os companheiros, que ele iliba de toda a responsabilidade no conflito com o Dr. Fidelino de Figueiredo.

Os que idealizaram o 28 de Maio não alimentavam ódios. Moveu-os uma enorme sede de justiça e um grande amor aos homens!

Há quem procure alimentar a situação com ódios e violências que não estão no espírito do Governo.

Nós combatemos a maldade e somos pela justiça.

(Da Moca, de Faro).

MANUEL CAETANO DE SOUSA
(Tenente)

DELEGACIA A UM CONGRESSO INTERNACIONAL

No dia seguinte àquele em que fui restituído à liberdade, procurava-me o Sr. Dr. Câmara Reis em minha casa, tendo a gentileza de convidar-me a organizar e a chefiar a tipografia da *Seara Nova*, para a qual já tinha sido adquirida uma parte do tipo, revista cujos primeiros números haviam sido executados nas oficinas da Biblioteca Nacional.

Se bem que não me achasse nem com o feitio nem com os requisitos necessários para chefe de tipografia, não declinei o amável convite, tanto mais que se tratava duma publicação que contava com a minha simpatia; mas desde logo pus a cláusula de serem tornadas extensivas aos colegas que porventura viessem trabalhar comigo as condições em que eu estava, compreendida a que respeitava a salário, para o que me foi dada «carta branca» (1).

Pouco tempo estaria, porém, nessa situação.

Convidada a extinta Associação dos Compositores Tipográficos a enviar um delegado ao IV Congresso da Internacional Sindical Vermelha, como igualmente foram convidados alguns outros sindicatos também não-aderentes,

(1) Convidei, por minha vez, um colega que trabalhara comigo na Biblioteca para ser meu companheiro na *Seara*, e, como as obras de livro afluíssem, veio depois um terceiro. O pior é que o último não soube usar das regalias que lhe tinham sido dadas, pelo que, se nunca me tentara o lugar de encarregado, dali por diante muito menos ainda, assim se explicando que quando, ao cabo de cinco anos de ausência, voltei à tipografia da *Seara*, me tivesse apresentado como simples operário, não obstante a insistência do Dr. Câmara Reis para que eu retomasse o antigo lugar, e também a do colega que estava chefiando, que, por seu turno, o pôs à minha disposição, sem que, sobretudo o primeiro, se conformasse com a minha voluntária descida de categoria, que implicava vencimentos inferiores, pois já então não subsistia a igualdade de salário.

pediu-me a direcção do Sindicato, inopinadamente, que aceitasse a delegacia. Hesitei em aquiescer, por falar apenas o português, mas como me fosse assegurado que no supracitado Congresso os delegados se pronunciariam na própria língua, o que efectivamente tive ensejo de verificar, não pus novos obstáculos, tanto mais que o meu Sindicato me mandava como simples observador, ou melhor: como «delegado fraternal».

Ajuntarei que saí de Portugal legalmente, embora não com passaporte directo para a Rússia, mas para França, por não haver relações diplomáticas normais entre os dois países.



Assisti, pois, à grande assembleia proletária mundial, assim como assisti, também em Moscóvia, ao Congresso Internacional dos Tipógrafos, que reuniu colegas de todo o Mundo, vindo a propósito dizer que dos dois meses que passei na Rússia apenas uns quinze dias os não ocupei em reuniões, nas quais me julgava moralmente obrigado a comparecer, pois que para esse efeito me fora cometida a delegacia.

Impossibilitado de apresentar logo a seguir o meu relatório ao organismo que fora representar — como o teria feito se não houvesse sido forçado a deter-me por terras de França —, só ao cabo de cinco anos, isto é, após o meu regresso a Portugal, inteirei os colegas que então estavam à frente do Sindicato do que de essencial se passara nos dois Congressos ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Era meu propósito publicar uma brochura para expor o que se me oferecia dizer sobre a delegacia em referência, mas não pude dar, até hoje, viabilidade ao intento, por circunstâncias alheias à minha vontade. Espero, contudo, não morrer sem dizer algo, em letra de forma, acerca do que observei, se bem que seja certo que, com o rodar de tantos anos, o interesse se torne assaz limitado, como é compreensível.

III

CINCO ANOS EM FRANÇA

QUANDO, ao regressar da Rússia, pus pé em Paris, esperava-me uma notícia nada agradável: a advertência, de Lisboa feita por camaradas meus, de que não deveria avançar sobre Portugal, por motivos imperiosos, de que posteriormente seria informado.

Fortemente intrigado, comecei a magicar como venceria as dificuldades que se levantavam na minha frente. Felizmente, possuía um ofício, não sendo talvez impossível que, exercendo-o, conseguisse ganhar a vida em terra estranha, sem o que me sucederia coisa idêntica ao que sucedia a alguns bacharéis que fora encontrar em Paris e que apodreciam na «Maison du Café» ⁽¹⁾. Mas, tendo caído inopinadamente na «Ville Lumière», exercer a minha profissão de tipógrafo ali, para mais desprevenido como estava, não se me afigurava nada cómodo, atendendo a que, por um lado, se me tornava muito difícil ocupar meus braços sem ter carta-de-trabalho (que só excepcionalmente se obtinha, tantos e tão complicados eram os embaraços com que topavam os

⁽¹⁾ Se tivesse um filho, ainda que me não escasseassem meios para mandá-lo frequentar um liceu, matriculá-lo-ia de preferência numa Escola Industrial e diligenciaria que, simultaneamente, aprendesse uma profissão manual. É que um ofício (mesmo quando esse ofício é o de compositor-tipográfico, que apresenta como óbice a questão da Língua) é instrumento que se toca em qualquer parte do Mundo, pois a partitura é invariável. Tem sido esse, aliás, o critério que hei seguido em relação a jovens parentes próximos: a um falecido irmão, que se fez homem na minha companhia, dei o ofício de electricista; a um filho deste estou dando a mesma profissão, e a um outro sobrinho dei a de tipógrafo. O que diligencio é que toquem bem o instrumento, que o mesmo é dizer que sejam bons profissionais.

operários estrangeiros, o primeiro dos quais consistia em encontrar um industrial que se compromettesse a garantir ocupação pelo mínimo de seis meses), e, por outro lado, pouco mais sabia dizer, em francês, do que o corriqueiro «merci beaucoup», o que era insufficientíssimo para o efeito, como se compreende.

Por sorte minha havia já contactado, em Paris, com um escritor português que me dispensara atenções em Portugal e que igualmente se encontrava homiziado naquela cidade, o qual se oferecera para falar na minha pessoa ao proprietário duma tipografia que lhe fizera uma brochura. Satisfeito o seu pedido, aceitei alvoroçadamente a colocação, se bem que um colega meu que, havia anos, trabalhava em Paris, me tivesse dito não acreditar que eu vencesse as dificuldades que se me deparariam.

Talvez porque já nessa altura estivesse inteirado dos prodígios de vontade atribuídos ao protagonista da famosa brochura «Uma carta a Garcia», aventurei-me a sujeitar-me à experiência, como aliás não podia deixar de ser, pelo que, depois de ter comprado as peças de ferramenta indispensáveis, me apresentei, no dia fixado, na aludida tipografia.

Apareciam nessa oficina trabalhos em todas as línguas, sem excluir o esperanto, visto que o dono da casa era também professor desse idioma, mas o primeiro original que me distribuiu, depois de me haver dado as indispensáveis explicações, foi em francês.

Volvida aí uma hora, o patrão — que, sôzinho, manufacturava modelos no primeiro piso, enquanto, no rés-do-chão, se acomodavam uns cinco compositores e dois impressores —, veio, à sorrelfa, dar um «coup d'œil» sobre a minha composição, e pareceu-me que não a achou desajeitada, visto que, ao afastar-se, ia monologando um, para mim, tranquilizador: «ça va, ça va».

O pior é que, ao cabo de mês-e-pico, falhava o trabalho para mim e para os restantes compositores, excepto o encarregado, pelo que tratei de inscrever-me na lista dos desempregados, patente no Sindicato ⁽¹⁾. Como,

(1) Entretanto, fora informado dos motivos por que me tinha sido comunicado que não deveria regressar naquele momento a Portugal. Preso, em Lisboa, um camarada meu,

porém, fossem decorrendo os dias, sem trabalhar (o que não impedia que comesse com o habitual apetite) e a situação se me tornasse incomfortável, apesar de não passar privações — graças ao auxílio monetário que recebia de camaradas de Lisboa —, mais uma vez me dirigi ao Sindicato, tendo declarado ao «permanente» que, não podendo viver sem exercer a profissão, estava disposto a seguir para qualquer terra da Província, se não houvesse maneira de colocar-me em Paris. Em face da minha declaração, logo me foi passada uma carta-credencial e dadas instruções para tomar, na manhã seguinte, o comboio para Melun, uma pequena cidade que fica perto de Fontainebleau, a 40 quilómetros de Paris.

Enviado, pois, pelo «Syndicat Unitaire Paris-Typos-Linos-Correcteurs» para dar *un coup de main* (um *reboque*, como se diz em gíria nossa), quando os meus colegas — quase todos muito inteligentes e entre os quais se encontrava um que fora próximo colaborador de Keuffer, o extinto secretário-geral da «Fédération des Travailleurs du Livre de France», e outro que era o chefe local

acusado de fazer parte dum *complot* para atirar o Governo a terra, tão bons tratos recebeu dos seus captos que, às consecutivas injunções para que denunciasse um outro elemento envolvido na cabala (injunções seguidas de agressões corporais assaz contundentes), sabendo-me ausente de Lisboa, e no propósito de que fosse poupado o aludido elemento, teve a peregrina ideia de indicar o meu nome! E, desta forma, eu, que nem de perto nem de longe conhecia o conluio, passei a ser, para a policia, a principal cabeça da hidra. Assim, na mesma noite em que foi arrancada a *espontânea* confissão, tive a residência ruidosamente assaltada, eram 4 horas da madrugada. Intimada minha Mulher (que estava acompanhada por uma pequena sobrinha) a abrir a porta, sem detença, não lhe tendo sido sequer dado tempo para se vestir convenientemente, foi a casa invadida por quatro melcatrefes armados, que, vasculhando todos os recantos e assestando potentes lâmpadas eléctricas para as traseiras do prédio, como não tivessem encontrado o facinora, intimaram a pobre senhora a que revelasse o seu paradeiro, sob a ameaça de a levarem presa. Dotada de ânimo firme e tendo um sagrado ódio à Polícia política, não lhe arrancaram a ansiada declaração, pelo que, depois de rebuscarem tudo, tiraram das estantes todos os livros que lhes cheiraram a literatura avançada, apesar de a sua venda não estar interdita, e bem assim as colecções duns oito jornais operários que eu mandara encadernar com devoção.

Tudo aquilo, e ainda algumas pastas com cartas e outros papéis particulares, foi levado, pelas 8 horas, em automóvel, para uma dependência do Teatro de S. Carlos, que ao tempo funcionava como anexo prisional, seguindo presa, a pé, a dona da casa, acompanhada da aludida sobrinha.

Ao cabo de três dias de clausura num dos gabinetes daquele teatro, era minha Mulher restituída à liberdade. Reclamou a entrega dos livros, adquiridos à custa de grandes sacrifícios, assim como das colecções dos jornais, mas inutilmente. Disseram-lhe que mos dariam quando reaparecesse. Mas continuo desapossado deles. Um roubo legal, ao que parece, praticado por quem tem por função dar caça aos gatumos, no que creio haver uma flagrante contradição.

Quer o acaso que as primeiras linhas que, após a minha saída de Lisboa, escrevo para um jornal sejam destinadas a uma publicação lançada pelo meu Sindicato, com o que me sinto assaz satisfeito, por motivos óbvios. Deveriam as presentes linhas, tanto mais que se trata de um órgão corporativo, abordar assunto concernente a questões gráficas, mas não será assim desta vez. Se, porém, não me ocupo neste instante de coisas limitadas ao domínio da indústria a que estou ligado pela minha condição de profissional da tipografia, nem por isso deixarei de tratar de um assunto que suponho interessará a classe operária, assunto que, quanto a mim, não tem merecido, da parte desta, a atenção que comporta.

Tenho a impressão de que não deve vir longe o dia em que a situação política portuguesa sofrerá, como acaba de suceder em Espanha, uma modificação, a qual será tão intensa e extensa quanto o permitam as circunstâncias, isto é, que terá a latitude correspondente à ordem de factores que a determinou. Que uma tal modificação é inelutável, suponho ser crença geral, sem fazer exclusão dos actuais detentores do Poder, que, como o hão deixado perceber públicamente, contam com o acontecimento, entendendo apenas que ainda não chegou a sua oportunidade.

É natural que, na previsão de um facto com que contam como certo, não só os indivíduos que têm a ambição de predominar na «coisa pública», mas também as organizações políticas e sociais que pretendem, chegada a ocasião azada, representar um papel activo, se preparem para tomar posição. Não há, evidentemente, que estranhar semelhante preocupação da parte de uns e de outras.

Porém — e aqui é que é legítima toda a estranheza — ao lado desses indivíduos e dessas organizações, uma outra força existe, e não das que menos contam, quer pelo seu número, quer pela sua utilidade social — a classe operária —, que não nos consta haja encarado, até agora, tal acontecimento, a despeito de este ser de natureza a merecer-lhe, por mais de um motivo, a máxima capacidade de atenção.

Explica-se semelhante alheamento, se bem que, apesar de tudo, não tenha justificação assaz plausível. É que a classe operária portuguesa, isto é, a parte do proletariado organizado, está hoje tão dividida como o estava à data em que os partidos políticos da República deixaram o Poder.

Assim, dada a situação em que se encontra, sem homogeneidade, sem coesão, sem espírito de combatividade, quando amanhã se registrar a aludida modificação política, os futuros governantes contarão com tudo, menos com um movimento sindicalista em condições de fazer-se notar, o que quer dizer que, não se lhes deparando então um agrupamento firme que, apoiado na massa trabalhadora, agite as reclamações desta, procederão seguramente como se essa massa não existisse. Ignorá-la-ão, na melhor das hipóteses, o que, como é natural, terá tanta utilidade para eles como de desvantagem para o proletariado. E de tal modo perderá este, indubitavelmente, um dos melhores ensejos que poderiam oferecer-se-lhe para fazer adoptar um certo número de medidas que tão cedo não terá probabilidades de ver devidamente consideradas.

A situação em que se acha a organização operária portuguesa deve-se, mais do que aos ataques dos seus adversários de classe, à atitude dos próprios militantes, dos orientadores, dos que ocupam os postos principais. E não só a estes, há que ajuntar, mas também à massa de sindicatos, a qual, pela indiferença que tem mantido ante as lutas de tendência, que hão dividido os referidos militantes e, o que é pior, os organismos sindicais, regista, por sua vez, uma boa parte de responsabilidade.

De facto, que medidas tomou até hoje a massa sindicada no sentido de pôr termo à prossecução das campanhas a que temos assistido, feitas, para mais, em nome dos organismos sindicais, que assim dão a impressão de apoiarem tácitamente tudo quanto se tem passado? De uma maneira geral, nenhuma.

Em consequência de se ter levado ao máximo um estadear de paixões que, em regra, não foram determinadas pelo desejo de bem servir a classe trabalhadora, temos hoje um movimento sindicalista pulverizado, de importância quase nula.

E sucede assim porque as preocupações dos militantes, da maioria dos militantes operários, se dirigem quase exclusivamente para a questão de saber-se, em substância, se o movimento sindicalista português deve marchar de braço dado com Berlim, Moscóvia ou Amsterdão, como se houvesse possibilidade de chegar-se a uma conclusão infosismável, sob esse aspecto, desde que a discussão se continue fazendo nos termos em que até agora tem sido conduzida, que são aliás os menos convincentes, e não só os menos convincentes como os mais prejudiciais para a nossa organização de classe, conforme os factos atestam de uma maneira inconfundível.

Não será tempo, não direi já de fechar definitivamente o ciclo dessas pugnas, mas de fazer-se uma trégua, a fim de prepararmos a classe operária para o momento especial que vai surgir e ante o qual esta tem todo o interesse e toda a oportunidade de fazer ouvir a sua voz, que será tanto mais sonora quanto mais firme se erguer? Tentá-lo seria, quanto a mim, realizar um esforço digno do maior apreço.

Bem sei que uma tal tarefa é assaz delicada, por mais de um motivo. Ajuntarei que compreendo perfeitamente que semelhante tentativa, para reunir probabilidades de êxito, teria que partir, não de quaisquer indivíduos, por melhor boa vontade e simpatias de que dispusessem, mas de um grupo de sindicatos onde o vírus da discórdia não tenha aberto brecha. Esses agrupamentos — entre os quais penso não estaria mal situado o Sindicato dos Compositores Tipográficos — convocariam, por exemplo, uma reunião de representantes de *todos* os organismos sindicais de Lisboa, reunião em que seria apresentado um documento simples, claro, concretizando um certo número de medidas a levar à prática pela organização sindicalista, procurando estabelecer um acordo comum para a sua efectivação no momento próprio. É claro que, aprovadas essas bases, se actuaria desde logo, como é natural, de modo a criar as condições necessárias à sua exequibilidade. Como, porém, Lisboa não é o país, forcejar-se-ia por que o Porto e os outros centros industriais procedessem de maneira análoga.

Feito isto, ou qualquer outra coisa que conduzisse a resultados semelhantes, quem sabe se não se daria assim um passo proficuo para atenuar as desastrosas

consequências das lutas de tendência? É bem possível que tal sucedesse, pois creio que a situação presente do movimento sindicalista não agrada a nenhum militante sincero, só podendo ser olhada com satisfação por indivíduos que, pertencendo embora à classe trabalhadora, não possuem espírito operário.

Se não se fizer qualquer tentativa no sentido indicado, que é que vai suceder? Sucederá que o operariado, pelo menos a sua parte mais combativa, encontrar-se-á mais uma vez — e elas têm sido já tantas! — ao lado dos partidos ou grupos republicanos, confundindo-se com estes em possíveis lutas, quando todo o seu interesse deveria ser o de pelejar, então como sempre, por alguma coisa que directamente lhe dissesse respeito. Isto é, servir-se-á, mais uma vez, a causa de outros, em prejuízo da nossa própria causa.

Paris, 1929.

(De *O Tipógrafo*).

W

do Partido Comunista —, quando os meus colegas, ia, dizendo, souberam que tinham na sua companhia não só um emigrado político, mas também o último secretário-geral da União Operária Nacional e ex-redactor-principal de *A Batalha*, encheram-me de perguntas acerca de Portugal, da nossa organização sindicalista, da Ditadura, etc., etc., tendo-me visto embaraçadíssimo para satisfazer a legítima curiosidade dos confrades — dos melhores que se me depararam em terras francesas ⁽¹⁾.

Na oficina de Melun, cujo gerente era um antigo colega, fazia-se de tudo: impressos comerciais, jornais e cartazes, muitos cartazes, tendo sido a primeira vez que trabalhei nesta última especialidade.

⁽¹⁾ Vi-me embaraçadíssimo em consequência de o meu linguajar ser ainda insuficiente para manter conversação aturada. É que pouco contacto havia tido com Franceses, pois na tipografia onde trabalhara estivera ladeado por dois excelentes colegas Catalães, que, conhecendo aliás muito bem a língua de Zola, conversavam comigo em castelhano, e em cuja pensão, situada no Quartier Latin, me arranjaram quarto. E, quando não andava em sua companhia, tinha como parceiro um antigo empregado de escritório lisboense, que me surgira em Paris e que não estava mais adiantado no falar do que eu. Assim, para me desemburrar e procurar manter conversa com aqueles colegas, agarrava-me freneticamente, nas horas livres, ao *Francês sem Mestre*, de Gonçalves Pereira, o que me foi proveitoso.

Ao cabo duns dois meses de permanência naquela tipografia, perguntou-me o gerente se estava satisfeito, e, como lhe tivesse respondido afirmativamente, convidou-me para passar a fazer parte do quadro efectivo, ao que redargui que teria muito gosto nisso, mas que me parecia que deveria ser dada a preferência a um colega francês que entrara três dias antes de mim, à semelhança do que se usava em Portugal, tendo objectado o gerente que, se esse era o hábito corrente em terras portuguesas, não o era em França, onde não são os operários que primeiro entram os preferidos, mas aqueles cujo trabalho mais agrada.

Era efectivamente assim, como me foi confirmado pelos colegas que me ladeavam, tendo continuado, portanto, em Melun, por mais uns meses.

Porém, como minha Mulher estivesse prestes a chegar a França (para passar a viver na minha companhia) e o salário que eu auferia — menor que o corrente na capital francesa — não permitisse que vivêssemos os dois

Paris, Maio de 1929.

Caros camaradas:

Recebi, como certamente sabeis, a vossa prezada carta de Setembro — já lá vão cerca de oito meses —, estando convencido de que não tereis estranhado a falta de resposta da minha parte, resposta que só poderia ter dado se houvesse encontrado portador, visto que de outro modo não seria talvez prudente fazê-lo, não porque o que tivesse a dizer-vos pudesse envolver qualquer responsabilidade, mas porque, sendo eu considerado um homem terrível, as coisas que escrevo, ainda as mais anódinas, são tomadas, ao que parece, como dardos perigosos, pelo que há, geralmente, o cuidado de as não deixar seguir ao destino sem prévio exame. Ora como estou empenhado em procurar evitar incómodos às pessoas ou corporações com quem teria necessidade de manter uma certa regularidade no que concerne à permuta de correspondência, diligencio que as minhas notícias não sigam pelas vias normais, o que tem o inconveniente de torná-las sobremodo espaçadas, como no caso presente.

É óbvio que, indo volvido tanto tempo sobre a data do recebimento da vossa carta, não irei agora contestar certas passagens daquela, por não haver oportunidade. Mas não está nesse caso a pergunta que me fazeis sobre a razão por que o operariado francês se encontra em melhores condições materiais do que o português.

Efectivamente não é por ser mais aguerrido ou mais avançado batalhador no campo da luta económica e revolucionária. Sob estes dois aspectos, pelo que até

agora tenho observado, não nos são superiores os operários franceses, nem tão-pouco sob um outro, que suponho também digno de atenção: o do espírito de solidariedade, que se me afigura igualmente inferior ao que anima a nossa gente. Já o mesmo não digo quanto ao que respeita à capacidade técnica, que é, geralmente, mais elevada que a nossa, e é natural que assim suceda, visto que, além de quase todas as indústrias terem aqui um desenvolvimento que as nossas estão muitíssimo longe de atingir, existem em França numerosas escolas profissionais, que fornecem aos jovens operários úteis conhecimentos. Mas, independentemente das escolas profissionais, há a preocupação, pelo menos no que respeita à corporação a que pertencemos, de ministrar, nas próprias oficinas, aos respectivos aprendizes, as noções técnicas necessárias, conforme tenho observado.

Aqui, em geral, o aprendiz recebe dos oficiais todas as indicações de que necessita para se fazer um profissional competente. Em Melun, por exemplo, que é uma pequena cidade dos arredores de Paris, na oficina onde trabalhei havia um aprendiz — um para nove oficiais — que tinha sido intencionalmente colocado ao lado do melhor artista da casa. Com que objectivo? Com o objectivo de observar os processos de trabalho do referido oficial e de receber deste todas as explicações e ensinamentos. A esse aprendiz distribuía o encarregado vários trabalhos «de ville» ou de «remendagem», segundo a expressão portuguesa, cuja execução era atentamente vigiada pelo colega supramencionado. Assim, o jovem operário fazia e desmanchava, tantas vezes quantas o seu mestre entendia, o modelo ou parte do modelo que lhe era confiado, até que a execução fosse perfeita. A despeito de a oficina ser uma casa industrial, o rapaz, ao contrário do que sucede em terras portuguesas, estava ali, não para dar qualquer rendimento à casa, mas para se fazer um profissional competente. É verdade que, tendo pouco mais de um ano de oficina, o que ganhava e nada era quase a mesma coisa. Mas, uma vez apto a exercer a profissão, recebia salário proporcional ao exercício da função.

Como vêdes, o critério é inteiramente oposto ao que predomina em Portugal, pelo que não há que estranhar que, em geral, um tipógrafo francês seja mais competente que o seu colega português.

Mais conscientes do que os Portugueses os operários franceses? Deveriam sê-lo, mas, geralmente, não sucede assim, a despeito de se mostrarem muito menos ignorantes, pois raro é o que não frequentou a escola primária. Aqui os operários — e as mulheres não fogem à regra — lêem muito. No *Metro*, no *autobus*, no *tramway* e nos comboios, a caminho da oficina ou do escritório ou de regresso dos lugares de trabalho, quase toda a gente aproveita o tempo de percurso para ler. O pior é que o que lê não é, geralmente, do melhor, do mais útil, do mais substancial, mas, pelo contrário, leitura charra: romances de aventuras, revistas cinematográficas, folhetins, etc.

Por que é então que as condições materiais do operariado francês são superiores às dos seus camaradas portugueses? Porque, por um lado, o industrial deste país está, há muito, capacitado de que não é com salários de miséria que consegue

uma produção intensiva e, por isso, se não remunera o esforço dos seus assalariados numa medida equitativa, a verdade é que a retribuição que lhes dá é incomparavelmente muito mais elevada que a que nós percebemos aí. Por outro lado, o operário francês, sempre que o salário é inferior ao custo da vida, luta pela sua elevação a um nível mais alto. De resto, há indústrias, como a do ramo a que pertencemos, cuja organização operária tem acordos estabelecidos com a organização patronal para o efeito de os salários subirem ou descerem em harmonia com o índice oficial do custo da vida, o que não obsta a que a organização operária, sempre que as condições são propícias, procure, pela sua exclusiva acção, obter melhores condições de vida. Além disso, o operário francês, assíduo ao trabalho, na sua maioria, incomparavelmente mais constante que nós, Portugueses, está habituado a um certo número de comodidades que não podem ser satisfeitas senão com salários razoáveis, pelo que tem como preocupação primária a elevação constante destes.

Para fechar, como certamente desejareis conhecer a minha situação profissional ao presente, sou a dizer-vos — e isto talvez não seja no momento novidade para vós — que me encontro trabalhando, desde Janeiro, como corrector de provas numa casa editora, estando, porém, em estreito contacto com algumas tipografias, onde vos amiúde rever provas. Tenho um salário de 1.500 francos por mês, com 7 horas de trabalho, e 15 dias de licença anuais. Como vêdes, não me posso considerar em condições incomportáveis, se bem que a habitação, que aqui é caríssima, me leve mais de um terço dos vencimentos.

Já depois de estar como corrector, isto é, uns dois dias após a minha entrada para a livraria, recebi convite da parte do proprietário de uma tipografia onde exercera a profissão para volver a trabalhar ali, oferecendo-me, para esse efeito, salário consideravelmente mais elevado do que percebera antes e a garantia — o que achei singular — de me dar trabalho... até que caísse a ditadura em Portugal! Como se desse a circunstância de estar havia apenas alguns dias como corrector e, além disso, como a oficina em referência não prima pelas condições higiénicas, embora o trabalho que lá se faz seja assaz variado (obras em francês, espanhol, esperanto e, por vezes, em português), não aceitei a proposta.

Quanto a saúde, tenho passado muito regularmente.

Aceitai, caros camaradas, as minhas lembranças afectuosas e transmiti à nossa classe comum as melhores saudações do

Velho colega

W

em pensão, atendendo a que não havia casas devolutas na pequena cidade, e como, por outro lado, houvesse recebido convite, de Paris, para me encarregar da revisão duma Enciclopédia que uma grande tipografia dessa última cidade

ia executar para uma casa editora do Brasil, despedi-me, com mágoa, a fim de regressar à *Ville Lumière*.

Falhou, todavia, o esperado trabalho, em consequência duma tipografia de Barcelona ter feito orçamento consideravelmente mais baixo.

Em *chômage* novamente, obtive, pouco depois, por meio do Sindicato ⁽¹⁾, colocação numa importante tipografia das Portas de Versalhes, onde se fazia o *Anuário de Paris*.

Sucedeu-me, todavia, um percalço deveras arreliante: duas horas volvidas sobre a minha entrada nessa oficina, estando satisfeitíssimo com os colegas e com a casa — uma das mais amplas e higiênicas que conheci em França —, abeirava-se de mim o chefe do escritório, que me convidou a mostrar-lhe os papéis.

Estendi-lhe um passaporte que arranjava no consulado de Ruão, e bem assim a carta-de-residência, e como, ao perguntar-me pela carta-de-trabalho, lhe respondesse que ainda não conseguira obtê-la, declarou-me que se via constringido a convidar o *prote* (chefe da oficina, que assistia à cena) a suspender-me até que eu conseguisse aquele documento.

Interveio o *prote* (colega sindicado), que confirmou que, na minha qualidade de emigrado político, não lograra ainda alcançar a almejada carta, pelo que pedia se usasse de tolerância para com um operário estrangeiro, tanto mais que fora enviado pelo Sindicato. Mas o funcionário não aquiesceu, pois declarou que, se eu continuasse na oficina sem estar devidamente documentado,

(1) Há que advertir que não procurei somente o Sindicato para me arranjar trabalho, porquanto, durante o tempo que permaneci em Paris, não faltei a nenhuma das suas assembleias, as quais se realizavam ao domingo de manhã, começando às nove e terminando antes das treze horas. E precisamente de 1928 a 1933 foram assaz animadas todas as assembleias, pois, apesar de o Sindicato ser unitário, isto é, aderente à C. G. T. U. (existia um outro, mais antigo, esse ligado à C. G. T. da Rua La Fayette, com maior população associativa), as lutas ideológicas entre sindicalistas-revolucionários e comunistas, cujas forças se equiparavam, foram renhidas. Tive, assim, ocasião de conhecer e de ouvir os melhores militantes dos dois lados, e tanto num sector como no outro havia-os de grande valia, como os havia, aliás, em todos os agrupamentos sindicais e nos de carácter ideológico.

Tive igualmente ensejo, não só em grandes reuniões políticas e de natureza sindical, mas também em campo neutro, como no famoso *Club du Faubourg*, cujas principais sessões se realizavam na Avenida Wagram, de ouvir as primeiras figuras nas Ciências, nas Letras, na Advocacia, na Política, na Igreja, etc., numa sala cuja entrada era paga a 5 francos (tanto como custava um bilhete de teatro!) e que sempre encontrei repleta, apesar de levar 5.000 pessoas!

Paris, 13 de Setembro de 1930.

Ao camarada Presidente da Assembleia Geral da Associação dos Compositores Tipográficos de Lisboa. — Caro camarada:

Pelo último número do boletim do nosso Sindicato, que li com a maior atenção, como tenho lido os anteriores, tomei conhecimento das decisões adoptadas pela Assembleia Geral da Classe, nas reuniões cujos extractos vêm insertos em *O Tipógrafo*. Havendo sido aprovado, numa dessas reuniões, um documento que reputo da maior importância, e impossibilitado de exprimir de viva voz o que penso sobre o assunto — como não deixaria de o fazer se estivesse presente —, permito-me a liberdade de vir, por este meio, trazer perante a classe a minha opinião, apenas com o intuito de chamar a atenção dos colegas para as consequências que podem advir da execução de tal doutrina.

Refiro-me ao aditamento que à moção do colega Joaquim Gonçalves, apresentada na reunião de 25 de Julho, foi feito pelo camarada Sarmiento Dias, redigido nos seguintes termos:

«Que, da mesma forma, não possam ser considerados ou admitidos sócios os colegas que exerçam outras profissões de que auferam salários e, bem assim, os que, como operários, tenham servido o Estado e percebam reforma.»

Acho legítimo que não sejam admitidos como sócios indivíduos que não exerçam a profissão, nem seria explicável, de resto, que pelo Sindicato fossem aprovadas as propostas de pessoas que ao apresentarem a sua candidatura não exercessem efectivamente a profissão de compositor. Entendo, porém, que desde que um colega associado deixa de praticar a tipografia para passar a ocupar — como assalariado, é claro — qualquer outro *métier* dentro do ramo gráfico, *dado que não exista sindicato especial em que possa ingressar*, não deverá, no próprio interesse da organização operária, ser excluído do nosso agrupamento sindical. É que, pondo à margem um operário nessas circunstâncias, nós, cuja primeira palavra-de-ordem, dentro do movimento sindicalista, deve ser: *Organizar, organizar todos os que trabalham*, contribuímos, ao contrário, para tornar mais débeis os nossos sectores de luta, o que quer dizer que não fazemos sindicalismo.

Mas há mais. Pode dar-se a circunstância de qualquer associado deixar de exercer, transitóriamente, a profissão, para passar a desempenhar uma outra dentro do mesmo ramo industrial, o que sucede aliás com frequência. Deve ser irradiado de sócio por tal motivo? Na hipótese afirmativa, já o Sindicato me teria excluído do seu seio, admitindo que há mais tempo houvesse vingado semelhante critério, visto que, quando em Portugal, em duas ocasiões, pelo menos, deixei, transitória-

mente, de trabalhar como compositor. Foi uma num momento em que estive como corrector de provas, durante mais dum ano, na tipografia do «Anuário Comercial», e outra quando, por virtude do meu cargo de secretário-geral da extinta União Operária Nacional, fui enviado para a redacção de *A Batalha* como seu redactor-principal.

Ora, como de ambas as vezes estive exercendo misteres estranhos ao de compositor tipográfico — e tanto num caso como noutro auferi salário —, evidentemente que, se então estivesse em vigor a matéria do documento em referência, não só me encontraria inibido de continuar como sócio do Sindicato dos Compositores, mas nem sequer seria um operário organizado! É que, quanto ao primeiro caso, não existindo um sindicato de revisores, não teria, por isso, agrupamento corporativo onde pudesse syndicar-me; quanto ao segundo, como não me considerava, nem tenho a pretensão de considerar-me jornalista, antes reivindico, hoje como sempre, a minha qualidade de operário tipógrafo — não estando, por isso, disposto a syndicar-me no Sindicato dos Profissionais de Imprensa —, verificar-se-ia facto idêntico, isto é, encontrar-me-ia igualmente desorganizado, o que não deixaria de ser curioso, atendendo a que o jornal onde trabalhava era da organização operária, lançado precisamente com o intuito bem marcado de atrair aos Sindicatos os trabalhadores, todos os trabalhadores, dando-se para mais a circunstância de eu haver assumido a direcção de *A Batalha* quase à força, pois não só me não sentia com disposições para fazer jornalismo permanente, mas também não estava disposto a abandonar a oficina tipográfica onde ao tempo exercia a minha actividade. (o «Anuário Comercial»).

Acrescentarei que agora mesmo, sócio como me prezo de ser do Sindicato dos Compositores Tipográficos de Lisboa — e filiado também no «Syndicat de Paris Types-Linos-Correcteurs» —, trabalho, não como compositor, mas como corrector, o que significa que, desde que seja posta em prática a doutrina do supramencionado documento, terei, logicamente, de ser irradiado do nosso Sindicato, visto que, além de desempenhar outro mister, aufero salário correspondente.

Se tal facto chegar a registar-se, será um acontecimento que, confesso, estava longe de esperar que algum dia viesse a verificar-se em relação à minha pessoa, não porque seja ou pretenda ser mais do que qualquer outro syndicado, mas porque tenho a consciência de ter procurado cumprir, em todas as circunstâncias, o meu dever de operário organizado.

Como conto algumas simpatias adentro do nosso comum Sindicato, é possível que os colegas que me estimam objectem que não devo ser atingido pela medida em referência, sob o pretexto de que tenho prestado serviços à corporação. A verdade, porém, é que tal argumento, se porventura vier a ser esboçado, não poderá ser tomado em conta, atendendo a que se alguma coisa hei feito pela nossa classe, que o mesmo é dizer por mim próprio — é intuitivo que, sendo eu componente da classe, implicitamente beneficio do melhoramento das condições morais e materiais da mesma —, também a nossa corporação deve grandes serviços a outros camaradas que vão ser certamente irradiados sob o mesmo fundamento, se o não foram já,

entre os quais me ocorrem os nomes de Teixeira Severino e de José Maria Gonçalves, que presentemente não são compositores tipográficos, embora o hajam sido durante longos anos, mas que são todavia assalariados, e assalariados que estão, pela actividade que exercem, bem próximo da Tipografia. Ora, na hipótese de que em relação à minha pessoa viesse acaso a adoptar-se procedimento diverso, verificar-se-ia, evidentemente, uma situação excepcional, contra a qual seria assaz legítimo o protesto veemente de todos os atingidos, além de que o Sindicato, que deve colocar-se, invariavelmente, acima de todas as situações falsas, seria assim posto numa posição indefensável.

Vedes que me tenho ocupado, até agora, apenas da primeira parte do aditamento, e já enchi algumas páginas. Há, porém, que considerar também a parte final, cujo alcance me escapa, e sobre a qual direi apenas que não se me afigura perigoso que no Sindicato permaneçam, como sócios, antigos aderentes que tenham servido o Estado e percebam honorários, como reformados, a não se dar o caso de que prejudiquem a corporação exercendo, por exemplo, o «métier», ocupando, assim, um lugar que lhes proporcione uma segunda remuneração, com prejuízo dos colegas em inactividade forçada. Toda a opposição do Sindicato é legítima em casos dessa natureza. Mas ajuntarei que me não parece razoável que para casos especiais se adopte uma medida de carácter geral, visto que ninguém pode garantir que todos os tipógrafos reformados, ou que o venham a ser, procedam daquela condenável forma.

Eram estas considerações que queria trazer à ponderação da assembleia, no intuito de chamar toda a sua capacidade de atenção para um voto adoptado talvez precipitadamente e que, a ser mantido, abre um precedente que terá, seguramente, consequências desastrosas para a nossa corporação.

Se acho inteiramente legítimo que o Sindicato ponha em prática todas as medidas necessárias a evitar, proficuamente, que as regalias conquistadas à custa de enérgicas lutas sejam prejudicadas por colegas nossos, quaisquer que estes sejam, como é, por exemplo, o caso da jornada normal de 8 horas, pois é esse exactamente o papel do nosso organismo de classe, entendo, por outro lado, que se situa mal o agrupamento sindical que afasta sistematicamente do seu seio operários assalariados pela razão de terem passado a exercer a sua actividade em especialidades que, em consequência do reduzido número de elementos que as constituem, não dispõem de sindicatos correspondentes, com a agravante de esses elementos não terem mudado de indústria. Actuar nesse sentido é, em minha opinião, contrariar os interesses da organização sindicalista, cuja preocupação primária consiste, como o sabeis tão bem como eu, em chamar aos agrupamentos de classe todos os homens que exercem uma função útil, e nunca, porque isso seria absurdo, em os lançar nas fileiras dos inorganizados.

Aceitai, caro camarada, as saudações sindicalistas do colega

W

não só a direcção da casa estava sujeita a pagar pesada multa, mas também eu poderia ser incomodado pela policia.

Assim, forçado fui a embrulhar a ferramenta e a deixar a higiênica officina, em disposições de espirito que é fácil avaliar.

Capacitado de que teria de diligenciar adquirir a carta-de-trabalho, no que, como já disse, havia sérios óbices, e decidido a empregar todos os esforços naquele sentido, comecei por tentar vencer o inicial, dirigindo-me, para o efeito, ao primeiro dos industriais com quem trabalhara (em cuja casa não estava por ter pouco que fazer), o qual me objectou que não me passaria o ansiado certificado, nas condições que eu pedira, por possuir a certeza de que no Ministério do Trabalho não aporiam visto favorável, em virtude de haver tipógrafos fran-

... ..
 Recebi, ontem, com a atenta carta de V. Ex.^a, o exemplar do questionário que teve a amabilidade de submeter à minha apreciação, ao mesmo tempo que me convidava a fazer sobre esse documento as considerações que entendesse.

Tomando no devido apreço a distinta consideração de V. Ex.^a, cumpre-me objectar que, não pertencendo a qualquer dos partidos ou grupos republicanos, antes defendendo ideias que estão em opposição às que agitam esses agrupamentos políticos, me encontro, por essa circunstância, naturalmente inibido de participar, por qualquer modo, na elaboração do documento em referência.

Não quero com isto dizer — há que ajuntar — que os quesitos constantes do mesmo questionário não me mereçam, por mais de um motivo, um real interesse. Simplesmente, porque a minha actividade se tem exercido, e espero continuará a exercer-se, num sector politico-social fundamentalmente oposto àquele em que V. Ex.^a, e as pessoas que o acompanham, militam, é evidente que, se sobre qualquer daquelas questões manifestasse os meus pontos-de-vista, estariam estes, como é natural, em conflito com os que VV. Ex.^{as} sustentam, e não é, seguramente, uma opposição de sistemas que se procura, mas uma estreita colaboração.

Sabe V. Ex.^a que, apesar das distintas posições ideológicas em que nos encontramos colocados, tem havido circunstâncias em que, acidentalmente, nos havemos achado combatendo no mesmo terreno. É possível que, pela força dos acontecimentos, volvamos ainda a encontrar-nos alguma ou algumas vezes reunidos em condições idênticas, sem que por esse facto cada um de nós se contradiga. Outro é, porém, o aspecto do caso presente, pois se trata dum trabalho construtivo, de preparação para o governo de amanhã, e, por muito democráticos que sejam os fundamentos desse trabalho, não o serão certamente tanto que não venham a provocar a crítica da orga-

nização sindicalista, pelo que é possível que esta tenha de dar-lhe combate, e eu com ela, como uma das suas unidades.

Nestas condições, compreende V. Ex.^a que não me é dado corresponder ao amável convite que acaba de ser-me dirigido, sem que por isso deixe de tomar na devida consideração a delicadeza de que fui objecto.

Paris, 17-XII-931.

De V. Ex.^a
 Com a maior consideração
 Amigo M.^o At.^o

W

ceses em *chômage*. Todavia, extremamente amável, prontificou-se a certificar no sentido de que eu estava habilitado a rever provas em francês, português e espanhol, confiado em que, entre os Franceses em forçado lazer, não se encontraria nenhum que reunisse tais condições. Aceitei a sugestão, com reconhecimento, e no dia seguinte ia depor, enfim, no aludido Ministério, o supracitado papel e os outros.

A breve trecho, e previamente sujeito a uma rigorosa inspecção, feita por médico indicado pelo mesmo Ministério (que, felizmente, não me encontrou mazela), obtinha, finalmente, a carta e, com ela, trabalho. Foi um alívio!

Não ganharia, contudo, por muito tempo, a vida como compositor, visto que pouco depois era convidado, por intermédio dum camarada espanhol e bom amigo, a ir trabalhar como revisor-tipográfico (para a lingua castelhana)

Paris, le 1er Février 1929.

Monsieur Vieira

Cher Monsieur,

Si pour une raison quelconque vous n'étiez pas content de rester comme correcteur typographique, je puis maintenant vous assurer du

travail jusqu'à la fin de la dictature portugaise au tarif de 6 fr. 50 l'heure ⁽¹⁾.

J'ai parlé de cela ce matin à M. Sergio et il voudrait bien que vous restiez chez moi.

Enfin, vous ferez pour le mieux.

Dans tous les cas, voilà ce que je vous propose fermement.

Si vous vous décidez, revenez de suite, car le travail presse.

Un petit mot pour me fixer sur votre décision, s. v. p.

Bien sincèrement à vous,

J. SOLSONA

⁽¹⁾ A tarifa estabelecida pelo sindicato era então de 6 francos à hora, salário que o mesmo industrial me pagara até à minha saída da sua oficina.

numa editorial que acabava de ser montada perto da Praça da Bastilha, a qual se propunha fazer edições destinadas às Repúblicas Sul-Americanas ⁽¹⁾, casa onde me conservei por mais de três anos, isto é, até ao seu encerramento, determinado pelas dificuldades que a certa altura surgiram a contrariar a colocação dos livros no estrangeiro.

Em virtude deste novo atrito, que viera para mais num momento em que escasseava o trabalho tipográfico, voltei a empunhar o compoedor.

Não o faria, todavia, por muito tempo. É que, tendo sido licenciado, poucas semanas depois, da oficina onde me acolhera, e havendo verificado, no Sindicato, que eram em número considerável os colegas franceses que esta-

Por efeito da alteração profunda que, depois da guerra, e como consequência desta, sofreram as condições económicas do mundo — para não falar da perturbação que, por sua vez, e por motivo idêntico, sofreram as ideias e os costumes — operou-se,

⁽¹⁾ Deu-se então o curioso caso de, numa altura em que estava empenhado em enfronhar-me no francês, ter que estudar o castelhano, a fim de rever provas nessa língua, o que, aliás, me trouxe muita utilidade. É que a minha aprendizagem não foi inteiramente deficiente atesta-o a circunstância de não me ter limitado a rever provas, pois, no período das férias, isto é, quando os camaradas espanhóis estavam ausentes, tinha que manter a correspondência, na língua de Cervantes, com a central de Barcelona, para o que me tornara numa espécie de dactilógrafo — dactilógrafo que só teclava com um dedo de cada mão.

no que concerne ao modo de encarar a função dos agrupamentos de classe, isto é, os Sindicatos, uma modificação considerável na mentalidade dos trabalhadores, modificação em sentido avançado, é óbvio.

Noutros tempos, os operários, ao entrarem nos Sindicatos, nem sempre eram impulsionados por móveis de luta e muito menos animados por um pensamento de transformação social. Não sofre dúvida que uma parte deles o fazia consciente de que era esse o melhor método de lutar eficazmente contra o patronato, mas é incontestável que outros, pelo contrário, ingressavam no agrupamento profissional por razões semelhantes às que os levavam a entrar nas associações mutualistas ou nas cooperativas, isto é, determinados por móveis de assistência ou de cooperação, quando não sucedia inscreverem-se nos registos sindicais apenas com o intuito de participarem, com a família, das *soirées* que então se realizavam, com certa frequência, nas sedes das Associações de Classe e nas quais o baile era número obrigado. É que, nesses já recuados tempos, dançar a *polca* ou a *quadrilha francesa* era mostrar que um homem não era de pau — um dos motivos por que o filho de meu pai, como muito boa gente, aliás, se não desobrigava, quando calhava, de fazer a piraqueta...

Hoje, que a vida é encarada de modo inteiramente diferente, havendo, como há, diversas maneiras de provar que um homem não é de pau, existe, sobretudo, a preocupação de mostrar que se não é de gesso. E, como é assim, dança-se menos e forceja-se por lutar um pouquinho mais, sabido como é que não será aos pinotes que as coisas entrarão nos eixos.

Nestas condições, o simples facto de o operário entrar, na hora que passa, para o correspondente grémio de classe traduz, só por si, em contraposição ao que geralmente se verificava anteriormente, tendência revolucionária. É que o assalariado, ainda o menos atilado, compreende, hoje, perfeitamente, que, ao dar a sua adesão ao agrupamento corporativo, contrai, realizando um tal passo, o compromisso de solidarizar-se com a acção daquele, que ele não ignora que é, especialmente, a de arrancar ao patronato melhores condições de vida. Ciente, pela pedagogia dos factos — que é a mais eloquente —, de que não há já que contar com concessões espontâneas por parte da classe burguesa, está capacitado, por outro lado, de que só por meio do próprio esforço logrará uma situação económica mais suportável.

Por sua vez, o patronato, ao saber que o seu assalariado está no Sindicato, só por essa circunstância passa a ver nele o adversário, e como tal logicamente o considera.

Isto não era assim há umas duas décadas de anos, mas é-o actualmente, sobretudo nos grandes centros industriais, onde é raríssimo encontrar agora um sindicato operário que se não mantenha em pé de franco antagonismo com o patronato, o qual, para defender uma situação que é insustentável, nem sempre recorre a processos inteligentes, mas, em regra, aos mais brutais.

Sabem no que a burguesia anda com mais inteligência, com muito mais sagacidade do que o proletariado? Em saber efectuar, contra este, a frente única,

a despeito das suas lutas intestinas, lutas que são, aliás, profundas, porque se filiam em questões de lucro, de interesses individuais.

As falanges que estão do lado contrário não se lhes depara semelhante óbice, que seria tremendo. Mas, apesar disso, não têm sabido, até agora, seguir o exemplo mais inteligente que a burguesia lhes tem dado, antes têm prestado uma secundária atenção a este problema, que, todavia, é essencial.

(De *O Tipógrafo*).

XX

vam sem ocupação, compreendi que se tornava assisado regressar a Portugal, tanto mais que, em Paris, as despesas de alojamento e de alimentação eram certas e, por outro lado, me fora comunicado de Lisboa poder fazê-lo sem receio de represálias, visto que o camarada que dera motivo à minha forçada permanência em França não só estava já em liberdade, mas até voltara a ocupar o seu lugar no estabelecimento fabril do Estado em que era contra-mestre, lugar de que estivera suspenso em consequência da sua prisão.

Assim, em meados de 1932, com muito pesar meu e não menor da parte de minha Mulher⁽¹⁾, metemos pés a caminho, ou melhor: tomámos lugar em cómoda carruagem de 3.^a classe, num dos aseados comboios que ao tempo partiam do Quai d'Orsay.

Demo-nos ao luxo de, no regresso a penates, desembarcar em vários sítios aprazíveis que ficavam ao longo do rumo que seguíamos, tendo sido um deles Saint-Jean-de-Luz, com o fim de admirarmos não só essa bela estância (que eu já conhecia), como as que demoram cerca, inclusive Biarritz e a excelente praia espanhola de S. Sebastião, com seu característico Monte Igueldo.

Retomada ali a marcha, sucedeu que, numa das estações imediatas, entrou uma irmã-de-caridade no compartimento em que viajávamos sòzinhos, uma dessas irmãs-de-caridade que usam a tapar-lhes as orelhas umas desairosas *cornettes*, coifas brancas enormes, que poucas vezes havíamos visto.

Percebendo que éramos Portugueses, abeirou-se de nós e meteu fala,

(¹) Esta não se readaptou jamais ao ambiente de Portugal, tão diferente, sob todos os aspectos, a começar no económico. Tomada duma nostalgia incurável, não mais voltou a ser a mulher animosa doutros tempos. E, ao cabo de dois anos de sofrimento, morria a que fora minha devotada companheira.

em francês, com minha Mulher, que, embora nada tivesse de religiosa, não obstava isso a que fosse uma senhora correctíssima.

Manifestou a dama — que tivera muita gente a despedir-se dela na estação — grande contentamento ao saber que estava em face de patricios seus, pois que Portuguesa era também (Açoriana, se bem me recordo) e havia muitos anos que não falava o nosso comum idioma, pelo que pediu consentissemos viajasse junto de nós, ao mesmo tempo que confessou sentir-se tão radiante por ter ensejo de falar connosco quanto era grande a ânsia de voltar a Portugal, donde saíra muito tempo antes.

Decorreu a viagem sem incidente até entrarmos em território espanhol. Todavia, uma vez transposta a fronteira, e tendo o rapazio que estava na gare

Querem os meus camaradas de «O Tipógrafo» que eu escrevinhe qualquer coisa a propósito do aniversário do nosso sindicato profissional, que dobra, neste momento, os seus vinte e nove outonos. Poderia encher uns três ou quatro «linguados» referindo as condições em que se encontrava a nossa corporação profissional à data em que surgiu o sindicato, mostrando que, se bem que este haja envidado, como é, aliás, o seu papel, os melhores esforços no intuito de conquistar, para os tipógrafos, uma situação melhor do que a presente, está longe, todavia, de haver conseguido tudo quanto é mister, o que não quer dizer que todos aqueles esforços se hajam perdido, pois, se mal estamos, muito pior nos encontraríamos, evidentemente, se não dispuséssemos do nosso reduto. E, de corolário em corolário, chegaria à conclusão — como é da lógica, e dos hábitos, sobretudo em ocasiões como esta — de que se mais e melhor se não há feito é que para tanto não tem o sindicato recebido, da parte dos seus componentes, o potencial de influxo indispensável. E não só por isso, mas também porque, por outro lado, tem gasto uma boa parte das suas energias, conforme sucede neste mesmo instante, a cuidar da situação de tipógrafos não-organizados, o que tem assim jeitos de anomalia...

Como, porém, em tais teclas outros baterão, seguramente, quero aproveitar este ensejo para manifestar o meu contentamento por ter vindo encontrar gente nova no nosso reduto, o que é para animar os da velha guarda, sobretudo se a nova geração, ou pelo menos uma parte dela, vier para a liça mentalmente melhor apetrechada do que a anterior. Vir com boa vontade é já digno de apreço, mas, se além da boa vontade, se trouxer um bom naco de cultura geral e uma série de conhecimentos da questão social, e se, juntamente com isto, se traz ainda regularmente afinada a faculdade de raciocínio, de modo que as questões sejam examinadas de espírito claro, muito melhor será, evidentemente, pois nos tempos que decorrem o militante operário, se quiser estar à altura da situação, tem que valorizar-se o

mais possível, visto que se lhe apresentam, por vezes, problemas que demandam grande acuidade, que não podem ser ladeados, mas que forçoso é encarar de frente. E, para tanto, não é suficiente o espirito de abnegação, que não rareia, felizmente, nas nossas fileiras.

Há, por outro lado, a questão da propaganda, que não é das de menor importância. Ora a propaganda que os da minha geração faziam às massas — e eu não me excludo do número desses — era, em regra, uma propaganda essencialmente sentimentalista, que o mesmo é dizer que se dirigia mais ao coração do que à cabeça.

Os oradores e os que escreviam na imprensa operária, salvo raras excepções, preparavam-se pouco e nem mesmo tinham possibilidade de preparar-se, porque a acção era intensiva, não havendo lugar a lazeres. Punha-se um livro qualquer sobre a mesa de cabeceira, e lá estava, cerrado, semanas e meses, pois não havia meio de dormir o suficiente, quanto mais de ler um dúzia de páginas! Assim, tinham os propagandistas que repetir-se, o que dava em resultado caírem amiúde nas mesmas trivialidades, agitando chavões já assaz consumidos.

Semelhante propaganda não é possível hoje, em que as circunstâncias mudaram muito de figura. Agora, ao contrário do que sucedia anteriormente, é especialmente à cabeça que é necessário falar, pelo que os militantes têm que estar intelectualmente muito melhor apetrechados. E não só para serem bons propagandistas, mas também para se encontrarem aptos a entrar, amanhã, no domínio das realizações, sem o que, quando se operar a transformação social que se avizinha, terão que ceder o lugar a outros, e esses outros, por muita dedicação que tenham pela causa proletária, não interpretarão fielmente os problemas que nos concernem, se não pertencerem à nossa grei, isto é, se não tiverem saído das nossas próprias fileiras.

Meditem um pouco nisto os meus jovens confrades e, se acharem que a coisa é de ponderar, dêem um bigode à velhada...

(De *O Tipógrafo*).

W

descoberto a irmã-de-caridade com a sua descomunal coifa, fez-lhe surriada tremenda. Mais do que surriada, porque houve um marmanhão que chegou a penetrar no compartimento e lhe deu um empurrão, tendo eu que intervir, a murro, para que a Mulher não fosse maltratada ⁽¹⁾. E na fronteira portuguesa

⁽¹⁾ Quem diria que eu, pensador livre, havia de ter que bater-me por uma irmã-de-caridade, que para mais não era uma linda mulher! E como ela ficaria surpreendida se soubesse que tinha tomado a sua defesa um antigo orientador de jornais excomungados!

Tendo-se metido, em Vilar Formoso, num comboio directo para Lisboa, enquanto nós

ia-se repetindo a cena, porque a garotada, talvez por não estar acostumada a ver semelhantes coifas, manifestou-se, por sua vez, ruidosa e malcriadamente.

Passei maus bocados por terras de França, como os tem passado muito boa gente, aquela gente que para lá não vai exclusivamente para fazer turismo, é claro.

Para dar apenas nota de alguns dos desagradáveis episódios que me sucederam, além dos que já expus, direi, por exemplo, que numa das *catraias* ⁽¹⁾ onde ganhei a vida como tipógrafo — uma autêntica pocilga, pois estas não existem somente entre nós — havia teias-de-aranha tão descomunais que dois escritores portugueses que tiveram necessidade de falar-me, havendo conseguido certo dia penetrar no barracão onde demorava a tipografia, situada ao fundo dum quintal, ao lobbriarem-me a pôr letras em pé num local tão pouco confortável, não puderam ocultar o sentimento de desolação que experimentaram.

Não me envergonho de dizer que nessa mesma tipografia, tendo faltado, uma manhã, a camioneta que deveria levar uma boa porção de papel impresso à oficina da brochura, o subchefe (um dinâmico impressor dos seus 30 anos de idade, colega francês, que despachava trabalho com uma rapidez e uma perfeição surpreendentes) me pediu que, juntamente com ele e mais dois compositores, fosse levar aquele papel à referida oficina, que não ficava longe. Não me opus, tanto mais que aos restantes colegas não desagradava a ideia de fazerem *une promenade*, embora alombando; mas, como eu tivesse, talvez por falta de treino, regressado com um dos ombros sangrando, declarei ao subchefe que não carregava segunda vez, argumentando que não estava ali para desem-

seguiríamos noutro para o Entroncamento, a fim de passarmos uns dias com meu falecido irmão Manuel, manifestou-se aquela senhora muito grata para connosco e insistiu vivamente com minha Mulher para que a visitasse num edificio da congregação que ficava para os lados de Santa Marta.

⁽¹⁾ Em Lisboa, dão os tipógrafos, depreciativamente, o nome de *catraias* às pequenas oficinas, algumas delas alcandoradas em águas-furtadas, onde as condições de higiene e de luz deixam, geralmente, a desejar.

penhar o lugar de *manceuvre*, mas para compor. E não carreguei mais, assim como não carregaram os restantes colegas.

Também na livraria onde estive empregado não fui apenas revisor-tipo-gráfico, algumas vezes tradutor e, no tempo das férias, uma espécie de dactilógrafo, como já disse; mas igualmente enfardador de livros e condutor destes para a próxima estação dos correios, no que, aliás, era secundado pelo restante pessoal, constituído por camaradas espanhóis dos dois sexos, camaradas de quem guardo as melhores recordações ⁽¹⁾.

Porém, contrastando com as vicissitudes descritas e com outras que calo (pois não quero armar ao dramático), que dias cheios, magníficos, passei enquanto andei por terras da estranha!

VAGAMUNDEANDO ...

Não se pode dizer que seja dos tipógrafos menos viajados (sobretudo dos que a mais longes terras têm ido) quem, como o autor do presente livro, participou, em Moscóvia, dum Congresso Internacional Operário que reuniu muitas centenas de militantes sindicais de todo o Mundo, sem excluir a Ásia e a África, e os ouviu falar nas próprias línguas, algumas aliás arrevesadíssimas aos seus ouvidos de Latino, tendo-lhe valido a circunstância de os discursos serem imediatamente traduzidos para ficar ao facto das suas razões:

— quem pisou a famosa cidadela do Kremlin e, depois de ter admirado, como autêntico basbaque, o «sino do tzar», com seus 18 metros de circunferência e 6 de altura, percorreu, com a curiosidade que se adivinha, as catedrais, palácios e museus dessa tão celebrada fortaleza, tendo visto, entre muitas coisas que se não salientam por excepcionais, outras assaz raras, como os zimbórios doirados de numerosas catedrais e igrejas, alguns deles atingindo elevadíssima altura;

— quem, com muitos outros delegados estrangeiros, assistiu, no dia 1.º de Maio, numa tribuna levantada em plena Praça Vermelha (ladeando outra onde estavam os comissários do povo, com Estaline à frente), a uma singular parada em que desfilaram muitos milhares de operários armados, desportistas dos dois sexos (mulheres e homens com as pernas ao léu), a que se seguiam intermináveis batalhões de soldados e marinheiros, parada que durou nove horas, finda a qual, ao voltar, cheio de apetite, ao hotel, para jantar, forçado foi a fazer uma frugal refeição de pão com manteiga, porque aquele dia era ali tão rigorosamente guardado que se considerava perfeitamente legítimo que

(1) Dois destes, quando da guerra de Espanha, bateram-se bravamente na Catalunha, onde tinham nascido e em cujas organizações sindicais haviam militado. Eram ambos camaradas de muito valor.

os estômagos repousassem também, visto que os camaradas cozinheiros não buliam então em tachos e çarolas ;

— quem, metido em infundável «bicha», na qual predominavam os mujiques, desfilou ante o cadáver de Lenine, que ostentava o seu fato de caqui e se achava encerrado em urna de cristal emergindo duma cripta forrada a panos encarnados e coberta por um curioso túmulo de madeira que se erguia ao centro daquela grande praça, urna guardada por dois espadaúdos soldados do Exército Vermelho, com as armas em posição de sentido, apresentando o rosto do extinto chefe bolchevista uma expressão serena, repousada, diametralmente diferente da que nos é dada nas oleografias ;

— quem, no imponente Teatro da Ópera, de Moscóvia, onde outrora os trabalhadores não adregavam permissão de pôr o pé, teve ocasião de os ver ocupar os melhores lugares e registou o prazer de ouvir alguns dos insignes músicos russos e de admirar também as primeiras bailarinas do Mundo, em danças de elevado recorte artístico ;

— quem, na companhia de muitos outros delegados estrangeiros, tomou lugar num comboio especial em que viajou perto de oito dias, nele comendo e dormindo confortavelmente, comboio que se deteve em Kharkov, a capital da Ucrânia, província a que Lenine chamou o «coração da Rússia», mercê da sua riqueza, tanto no domínio agrícola como no industrial ;

— quem, além de haver visitado, nessa grande metrópole do Trabalho, as formidáveis Policlínicas e os sanatórios para repouso nocturno dos operários (construídos, não o esqueçamos, antes do primeiro plano quinquenal), desceu, com alguns outros delegados, a duas minas, a primeira de sal-gema, com a sua sala de reuniões e uma estátua de Lenine construídas em sal ; a segunda de carvão, para o que envergou o equipamento dos mineiros e se muniu da indispensável lâmpada, e que, numas incomodativas voltas que deu em inclinadas galerias de estreitas paredes, constituídas pelo negro mineral, teve a noção exacta do árduo trabalho realizado pelas toupeiras humanas tão flagrantemente descritas pelo grande Zola, no seu *Germinal* ;

— quem, se não encontrou em terras russas o Paraíso visionado por entusiastas impenitentes, teve ensejo, não obstante, de inteirar-se de que a vida dos trabalhadores era, sob todos os aspectos, na data em que ali estive (e já vão passados vinte e dois anos), muito melhor do que nos lúgubres tempos

dos czares, e uma outra impressão colheu ainda : a da esperança firme, inabalável, que animava os operários das oficinas e fábricas que visitou, de que, graças à sua contribuição efectiva, melhores dias viriam, não só para eles, mas também para os trabalhadores de todo o Mundo ;

— quem, em Varsóvia, capital da Polónia, embora fustigado pela neve, admirou o excelente edifício da Sociedade de Belas Artes e a curiosa igreja da Ordem dos Bernardinos, ao mesmo tempo que notou, com desprazer, a ostentação revelada por muitíssimos oficiais do Exército, que passeavam seus ócios nas gares e nos comboios, arrastando ruidosamente as espadas, que tão frágilmente viriam a erguer quando, mais tarde, encontraram outras a opor-se-lhes ;

— quem, em Berlim, a bela capital da então potente Alemanha, além de haver calcoreado com satisfação a famosa Rua das Tílias, que mede mais dum quilómetro de comprimento, ficou surpreendido com o irrepreensível asseio das artérias dessa cidade e achou curioso que num passeio de três horas que deu através delas, em confortável autocarro ⁽¹⁾, o intérprete (que se exprimia em cinco línguas) não mostrasse aos estrangeiros que enchiam o veículo apenas o que de melhor tinha Berlim, mas igualmente o que possuía de menos chique, de mais arcaico ;

— quem, na Bélgica, sobretudo em Antuérpia e em Liège, teve ocasião de inteirar-se da capacidade industrial desse país, não obstante ser mais pequeno que Portugal, e, em Bruxelas, ficou maravilhado ante a beleza arquitectónica dos edifícios da Grande Praça e o recheio da Casa-Museu do eminente tipógrafo que foi Plantin ;

— quem, em Paris, levantando embora um salário corrente, teve possibilidade (sem apertar o cinto), de aplaudir os maiores artistas franceses na Grande Ópera, na Ópera Cómica, na Comédie Française, no Théâtre An-

⁽¹⁾ Ao descer desse autocarro fiquei intrigadíssimo ao dirigir-se-me um Alemão, que me perguntou, em castelhano, se tinha gostado do passeio, e mais intrigado fiquei quando me convidou a comer uma chispalhada à portuguesa, num restaurante de que era societário. Tratava-se dum intérprete que, tendo passado por Lisboa e havendo gostado do pitéu, o incluiu no menu do seu estabelecimento. Foi um delírio, tanto mais que estava saturado de sopas de maçã, de peixes que me pareciam envernizados e doutros petiscos por igual rebarbativos à minha goela de Lusíada.

toine, etc., e que no antigo Théâtre National Populaire (ao Trocadero) ouviu, a preços autenticamente populares, as melhores orquestras do Mundo e aí assistiu, entre outros, a um belo festival de Wagner, constituído pelos mais selectos trechos do compositor que revolucionou a até então corrente concepção da ópera tradicional;

— quem desfilou, inúmeras vezes, pelos magníficos Museus de Paris, tendo feito ao do Louvre umas trinta visitas; penetrou, como componente da *Société l'Art et la Vie*, nos *ateliers* dos mais reputados pintores e escultores e assistiu ainda a audições particulares em casa de músicos de renome;

— quem, graças à mesma Sociedade, fez, em barco, um curioso passeio através dos canos de esgoto de Paris, descritos em *Os Miseráveis*, de Vitor Hugo; realizou o «baptismo do ar» num dos aviões que largavam do aeroporto de Bourget, e ainda, por iniciativa da supracitada Sociedade, visitou, em Médan, a esplêndida casa onde o inconfundível Zola escreveu algumas das suas famosas obras;

— quem, finalmente, observou muitas das maravilhas que a grande cidade francesa oferece aos visitantes, sem esquecer as feéricas *Fêtes de nuit*, que em Agosto e Setembro se realizavam no soberbo parque de Versalhes, e que não deixou também de passar por alguns dos *soi-disant* lugares paradisíacos, nos quais mulheres escorreitas, esculturais, se apresentam aos homens que não são de pau com a indumentária de Eva (abrenúncio!), oferecendo-lhes, com inimitável graciosidade, sorrisos estonteantes, bebidas voluptuosas e *outras cosas más...*

SOLIDARIEDADE E AUXÍLIO MÚTUO

Não têm os tipógrafos de que envergonhar-se no que respeita à prática da solidariedade moral e material. Colectivamente, jamais a negaram às outras corporações operárias sempre que lha solicitaram, e por vezes foi-lhes dada até espontaneamente. Para com os seus pares, registam também os tipógrafos atitudes de grande elevação moral, de que poderia citar inúmeros casos, a começar pelo meu, quando, de pulmões avariados, fui forçado a permanecer quase dois anos sem trabalhar.

É um dos sectores onde mais se tem afirmado a solidariedade dos tipógrafos é nos quadros dos jornais. No que concerne ao aspecto material, basta recordar que, em 1925, pela maioria desses quadros foi resolvido que, sempre que um dos seus componentes adoecesse, os restantes colegas trabalhariam mais meia hora por dia, em favor do doente, e quando, por escala, o nome deste estivesse indicado para ficar de piquete, um outro colega substituí-lo-ia, em rotação, sendo assim assegurada a fêria ao primeiro. Se se desse o caso de o número de doentes ser superior, e abstraindo o que se fazia em relação àquele, seriam preenchidos por «ajudas», os lugares dos restantes, contribuindo, proporcionalmente, cada colega, com 5\$00 ou 10\$00. Englobado o quantitativo destinado ao primeiro com a quotização semanal, era o total dividido igualmente pelo número de doentes.

Uma outra expressiva manifestação de solidariedade material patenteada pelos tipógrafos, e que perdurou durante muitos anos, foi a prestada ao extinto colega João Silva (o *Silva Unhas*), que, aí por 1906, foi atacado de paralisia parcial.

Não pròpriamente porque tivesse feito sacrifícios pela classe, mas porque era companheiro dotado de espírito alegre — cuja presença se tornava

sempre agradável nas festas dos tipógrafos, onde, com a sua voz de tenor, cantava trechos de ópera e canções —, tomou um bom número de colegas o

Sr. Erico Braga, empresário do Teatro do Ginásio

Permita V..., a quem conheço desde o tempo em que teve o grande Brasão como Mestre, embora só uma vez lhe haja apertado a mão, que ponha ante seus olhos três coisas que de irregular ocorrem no teatro de que é empresário, coisas a que chamo *reparos*.

Pertenço (de algum modo tenho que fazer-lhe a minha apresentação) ao mundo da subgente, isto é, sou operário — no que tenho certa vaidade — e, para mais, animam-me ideias de transformação social, o que não obsta a que aprecie o bom teatro, assim se explicando que haja assistido à representação de *Tovaritch*, o primeiro espectáculo da companhia que ora trabalha no Ginásio.

Como proletário que sou, comprei bilhetes para a «Geral», um para mim e outro para minha Mulher (que também tem direito à vida), e, quando supunha que os iria pagar ao preço habitual — o mesmo que manteve para a companhia de Paulette Pax — tive que esportular o dobro!

A «Geral», naquela noite, estava quase vazia, embora os restantes lugares se encontrassem totalmente tomados, parecendo-me que se ao alto havia poucas pessoas se deve atribuir isso não apenas à circunstância dos *habitués* do «Galinheiro» não conhecerem, em regra, a língua francesa (embora nos lugares caros se sentem muitos *parvenus* que não vão mais longe, pois fingem percebê-la), mas especialmente ao facto de o preço dos lugares se tornar incomportável a proletários, pois se assim não fora é bem possível que não só alguns estudantes, mas também modestos professores e empregados de escritório, que geralmente não têm maiores vencimentos do que o pobre de mim, houvessem assistido ao espectáculo — e que voltassem, como eu faria, se a ida ao teatro, em tais condições, não viesse perturbar sensivelmente a já torta vida.

O Erico objectará, seguramente, que não lhe é possível pôr os lugares mais baratos, porque as despesas com a companhia são elevadíssimas, etc.

Convenho que ficará realmente cara a deslocação da companhia, mas a verdade é que se houvesse aumentado mais o preço dos lugares procurados pela gente *chic* (a tal que vai para fingir que percebe e bem assim para mostrar as *toilettes*) e tivesse mantido, pelo contrário, o da «Geral», a bilheteira apuraria resultado idêntico ao que regista assim, e haveria a vantagem de os artistas verem aquele sector do teatro bem guarnecido, o que não deixaria de lhe ser agradável, sobretudo porque não ignoram que as manifestações que dali partem não só são as mais espontâneas, mas também as mais quentes, exactamente porque são sinceras, visto que raramente os empresários põem *claque* no «Galinheiro».

Medite o Erico na razão destes dizeres dum não-conformista e proceda em consequência.

Segundo reparo: Na noite em que se representou *Tovaritch* cheguei a casa às duas da madrugada, a despeito de morar em Lisboa!

Imita-se muito, entre nós, uma parte das coisas que se fazem em Paris, mas, em geral, o pior. O Erico sabe que na capital francesa os espectáculos, dada a meia-noite, estão terminados, pelo que começam, não às 22 horas, conforme sucede no seu teatro e em quase todos os outros de Lisboa, mas às 20,30, e, na Ópera, por vezes, às 20. É que lá há ainda um bocadinho de respeito pelo público, ao contrário do que sucede por cá — por culpa do público, há que ajuntar.

E, para terminar — o *terceiro reparo*.

Veja V., Erico, se põe termo a uma coisa ignóbil que existe no Teatro do Ginásio. Refiro-me àquelas duas horribes capoeiras gradeadas que ladeiam a «Geral» e a que, por ironia de mau gosto, dão a classificação de «Paraíso»! Aquilo não é próprio para a espécie humana, mas para bestas. Impõe-se a demolição de tais gaiolas.

Se não conseguir isso do proprietário do teatro, veja se promove, pelo menos, que em vez de se dar àquela horrenda coisa a designação de «Paraíso», se lhe dê a de «Inferno».

E não o maço mais.

Lisboa, 5 de Dezembro de 1935.

W

(*Habitué* da «Geral»)

compromisso de contribuir, semanalmente, com um vintém, em seu favor, graças ao que o falecido confrade não só teve assegurada, até ao último dia de vida, alimentação e quarto, mas também se apresentava decentemente, e não raro ia aos teatros, sobretudo à ópera do Coliseu, com bilhetes proporcionados pelos colegas dos quadros dos jornais (1).

Citarei ainda um outro caso, este ocorrido com o extinto colega Carlos dos Reis e Vila, que, por sua vez, contou com a solidariedade material de algumas dezenas de tipógrafos, especialmente duma parte dos quadros do

(1) Vem a propósito dizer que, nos tempos em que o falecido comendador António Santos foi empresário do Coliseu, distribuía ele, diariamente, três bilhetes da Geral a cada um dos quadros dos quotidianos de Lisboa, bilhetes dados directamente aos tipógrafos, isto é, sem a intervenção dos directores dos mesmos jornais.

Diário de Notícias e da Imprensa Nacional, quando, tendo deixado de prestar serviço no Anexo da I. N. da Rua da Rosa, por haver atingido os 70 anos de idade, foi mandado para casa com a *reforma* de 200\$00 mensais, estabelecida pelo Commissariado do Desemprego.

Reis e Vila não fora apenas um *bon vivant* (e era-o, realmente, quando, empunhando a guitarra ou a viola, cantava, com um tique especial, canções

Assistia eu uma vez a um concerto num dos teatros de Lisboa (o S. Luís), quando, prestes a começar a segunda parte, regressavam dos corredores aos seus lugares, entre outros, dois indivíduos de boa posição social, um dos quais, do meu conhecimento, e que não era a primeira vez que ali me encontrava, ao passar junto de mim, estendendo-me a mão, me perguntou: «— Então, senhor Fulano, gostou do último trecho?»

O outro, ao ouvir pronunciar o meu rebarbativo nome, fitou-me com evidente curiosidade, examinando-me demorada, longamente, tendo eu notado que ainda depois de haver ocupado o seu lugar, que ficava ao lado do do companheiro, e longe do meu, me olhava com uma insistência estranha.

Passados dias tive a explicação daqueles olhares misteriosos, que tanto me haviam intrigado, explicação que me foi dada pela pessoa que no teatro me cumprimentara, pessoa que, segundo me disse, teve de responder a uma saraivada de perguntas, todas elas à volta da terrível criatura que está traçando estas linhas.

É que o seu amigo — que é aliás pessoa ilustrada — não queria acreditar que um operário como eu, e para mais sindicalista-revolucionário, «um homem de ideias perigosas», pudesse gostar de música!

E quando o outro, que não ignora certas predilecções do meu espírito, como não ignora as de outros camaradas meus, lhe disse que eu não só gosto de música, mas também de outras manifestações da Arte, pois já me havia visto como que pregado em frente de uma tela, em certa exposição, ficou positivamente banzado.

Pois quê! Era lá possível que os sindicalistas, homens que, segundo ele, noutra coisa não pensam que não seja tratar do estômago, se preocupem com coisas do espírito! Mas era extraordinário o que o seu amigo lhe estava contando em relação «aos homens da acção directa»!...

A noção que o indivíduo em referência tem dos sindicalistas e, dum modo geral, de todas as criaturas de ideias avançadas, têm-na muitas outras pessoas, que supõem que os homens que trabalham nas oficinas e na organização operária só possuem ventre e não cérebro, sentimentos de ódio e não de amor, ideias de destruição e não de perfeição.

Efectivamente, uma das questões que maior atenção merece aos sindicalistas

é a económica, pois do lado de cá sustenta-se que enquanto se não fizer uma profunda transformação social só a *alguns* é dado viver, e nós pretendemos que *todos* possam gozar o que a vida tem de belo — no que há, se não estamos iludidos, uma aspiração assaz elevada. E daí a razão de muitas das nossas rudes batalhas.

Supor, pois, que os sindicalistas pensam sômente em coisas de ordem material, é fazer um juízo errado das suas concepções, é desconhecer que eles não são dos aspiração assaz elevada. E daí a razão de muitas das nossas rudes batalhas.

Por isso, curioso seria que não possuíssem a faculdade de experimentar sensações morais.

(Do Suplemento de «A Batalha»).

W

langorosas), visto que essa sua faceta não anulava uma outra, não menos apreciável: a de jamais haver deixado de dar uma cooperação efectiva aos empreendimentos levados a efeito pela organização sindical gráfica.

Para finalizar este capítulo, transcrevo parte duma carta por mim enviada, há dez anos, a colegas de várias oficinas a propósito dum apelo feito em favor de camaradas de outra indústria, a alguns dos quais, assim como ao respectivo Sindicato, a Associação dos Compositores deveu bons serviços:

Lisboa, Junho de 1940.

Meu caro camarada:

Há muito tempo já que mantemos a quotização mensal em favor duma parte dos camaradas despedidos das fábricas do Arsenal do Exército. Durante este longo período tem sido posto à prova o espírito de sacrificio dum punhado de companheiros de trabalho, pelo que, como um dos promotores desta cruzada de solidariedade (que, mau grado meu, prosseguirá ainda por algum tempo), me sinto obrigado a afirmar-lhes, por teu intermédio, o meu comovido reconhecimento, ao mesmo tempo que os informo de que, até ao mês de Maio, receberam aqueles camaradas a soma de 9.500\$00 — 3.500\$00 da nossa «equipe» e 6.000\$00 da dos confrades da I. N.

Estas linhas são, pois, para ti e para os que te têm secundado. Mas são também para os que deixaram de contribuir, pelo que te peço lhas mostres.

Os que desistiram fizeram-no, quase todos, sob a alegação de que as dificuldades da vida os forçaram a isso, o que está certo em relação a uma parte deles, mas não em relação à maioria, porquanto sei de alguns que se não privam de ir amiúde ao «café», doutros que continuam fumando o mesmo número de onças-de-tabaco durante a semana e ainda doutros que se não desobrigam de pagar, com a habitual frequência, a «rodada» aos

Tendo dirigido, no número anterior de *O Tipógrafo*, algumas palavras de exortação aos meus jovens confrades, que, pela ordem natural das coisas, serão amanhã — e parte deles já o são ao presente — activos militantes da classe, penso que não será despropositado deitar fala, neste momento, aos colegas da velha-guarda, a muitos dos quais não hei tido o gosto de lobrigar nas assembleias corporativas depois que regresssei a Portugal.

Como, acerca de coisas desta natureza, sou assaz curioso, inquiri, naturalmente, das razões que teriam determinado a sua ausência, tendo-me sido respondido que certos dos aludidos camaradas, fatigados por uma vida de trabalho aturado, salpicada, uma vez por outra, de qualquer percalço imprevisto, não tiveram ânimo para perseverar, ao passo que outros, desgostosos com várias resoluções adoptadas em reuniões corporativas, entenderam que a melhor maneira de exteriorizarem a sua discordância consistia em se absterem de participar da actividade sindical, embora a classe possa continuar a contar com eles sempre que o seu concurso seja necessário.

No que concerne aos primeiros, porque discretear acerca do seu caso especial implicaria uma digressão em domínios da fisiologia — e a tanto não me abalanco eu —, nada objectarei. O caso dos segundos, porém, leva-me a fazer umas singelas reflexões, que alguns desses colegas — entre os quais há gente duma só cara — quiçá ponderarão, bem possível sendo que, ao cabo, venham a compenetrar-se de que o caminho por que enveredaram, se bem que seja o mais cómodo, não é, seguramente, o mais eficiente.

Não pretendo sustentar, evidentemente, que tudo quanto tem partido do Sindicato haja primado pelo acerto, facto que sucede hoje, como sucedeu ontem, como sucederá amanhã. A Perfeição (mesmo com *p* de caixa baixa) é uma esquiva dama que olhos humanos, ainda os mais perscrutadores, não enxergam sobre este mundo contingente. Erra-se mais vezes do que seria desejável, mas sirva-nos de consolo a certeza de que não é apenas em arraiais proletários que isso sucede, pois com frequência verificamos que em grémios de cultura mais elevada se erra por igual, com uma vantagem para a subgente que nós somos, e vem a ser a de que, como não temos, nem queremos ter, pergaminhos a resguardar, quando nos capacitamos de que se fez *fiasco*, confessamo-lo sem reboço, não se reincidindo por sistema, o que, só por si, é apreciável.

Ora, admitindo que algumas das deliberações a que o nosso agrupamento de classe tem chegado não hajam primado pela sua justeza — e a circunstância de, em relação a quaisquer delas, ter manifestado a minha discrepância não anula, antes reforça, a hipótese —, a verdade é que o processo mais recomendável para afirmar uma posição de divergência consiste em não desertar. É que, desertando, o resultado que se apura é precisamente contrário à aspiração dos discordantes, visto que os que restam em terreno, não encontrando opposição, achar-se-ão, evidentemente, muito mais à vontade, o que quer dizer que maiores probabilidades há de que persistam os erros.

Se não tivesse a preocupação de condicionar os meus dizeres às diminutas

dimensões de *O Tipógrafo*, poderia mostrar, com exemplos tirados da própria história do nosso organismo de classe, que, se anteriormente se tivesse adoptado como norma um tal sistema, não nos teríamos emancipado de orientações e de táticas que fizeram o seu tempo. Porquê se substituíram semelhantes orientações e processos de luta por outros mais adequados aos tempos que decorrem? Exactamente porque se adoptou caminho inverso: em vez de deserção, acção de presença, esforço pelo triunfo de princípios e de métodos que se supunham de eficácia superior.

Como é assim, qual o caminho que devem seguir os colegas que discordam de uma ou outra resolução perfilhada pelas assembleias? É óbvio que não deve ser o de abandonarem o terreno, mas o de perseverarem, face aos opositores, na defesa do critério que se lhes afigura melhor, dando lealmente o seu apoio às deliberações que reconheçam justas e exequíveis e manifestando-se, por outro lado, em opposição às que se lhes antolhem contrárias aos interesses morais, profissionais e materiais da classe, mas sempre no lugar próprio, isto é, adentro do Sindicato.

A actuação deste, nos múltiplos domínios em que é chamado a intervir, será tão profícua quanto maior for a assistência que todos nós lhe dermos. Ora, renúncia é o contrário disto, é atributo de lutadores... de trazer-por-casa.

Não estou, como é patente, a dizer coisas profundas, mas a pôr apenas ante os olhos duma parte dos colegas da velha-guarda dois raciocínios bem singelos, que só criaturas de vontade completamente embotada se eximirão a considerar.

(De *O Tipógrafo*).

W

parceiros, que o mesmo é dizer que a única supressão que fizeram nos seus gastos foi exactamente a daquela verba, que não era, seguramente, a pior empregada.

Esses são os que entendem que a prática da solidariedade consiste em retirar ruidosamente da algibeira uns escudos somente quando estes não lhes fazem falta e que, afora isso, dizendo-se embora dos «fixes», mas sem alterar nenhum dos seus hábitos, não contribuem, «porque não podem».

Proceder assim é ter, quanto a mim, uma concepção bem estreita do princípio de solidariedade, pois afigura-se-me que o acto só pode traduzir profunda significação se implica sacrifício, esforço, abandono voluntário de quaisquer comodidades, isto é, precisamente quando, por virtude da sua prática, somos forçados a rrear as nossas permanências no café, a fumar menos uma ou duas onças-de-tabaco e a limitar, se não a suprimir, o pagamento das supramencionadas «rodadas».

E se há, entre o operariado, quem mereça um esforço de semelhante natureza, são precisamente os camaradas a quem há perto de dois anos vimos prestando a possível assistência material, limitada, por força das circunstâncias, apenas a meia dúzia daqueles.

Eis porque, forcejando por que da nossa banda retribuamos um pouco do muito

que se lhes deve, eu sinto que não faço mais que cumprir um elementar dever de camaradagem, no que tenho sido dedicadamente secundado por ti e por outros prezados confrades.

As melhores saudações do

Velho camarada e amigo

Alexandre Vieira

Só me resta acrescentar que tantas vezes tenho feito apelo à solidariedade dos camaradas, para irmos em auxílio de outros em difíceis circunstâncias, e tão elevado é o número de circulares para que me hão pedido o nome, com fim idêntico, que estranho que ainda me batam ao ferrolho para esse efeito, pois é caso para estar desacreditadíssimo...

Sempre que posso, vou ao teatro, porque, se há distrações que deleitem o meu espírito, uma delas, e das mais gratas, é o teatro, não o teatro onde se faz revista, género a que o público está, felizmente, voltando as costas, mas o Teatro com T maiúsculo, isto é, aquele Teatro que fala ao raciocínio, que obriga a reflectir sobre as paixões e a vida humana, Teatro que aliás não é entre nós tão copioso como seria para desejar, o que tem a sua explicação no facto de as empresas das casas de espectáculo não revelarem, em geral, como entidades industriais que são, interesse maior que o de tirarem o máximo rendimento da exploração das mesmas casas, e é sabido que onde o espírito de ganhuça prepondera diminui o sentido estético.

Assiste-se, frequentemente, nos teatros, a episódios que revelam não só pouca atenção pelo trabalho dos artistas, mas também, o que é pior, ausência de educação, tendo sido, ainda há pouco, testemunha dum desses episódios no teatro de S. Carlos.

Representava-se a *Salomé*, e numa das cenas de maior intensidade dramática, no 2.º acto, quando a protagonista dá uma bofetada no cínico, soou uma estrepitosa gargalhada. Não foi o «pé-de-café», como desdenhosamente é tratado o público da galeria por certos super-homens, quem se salientou no riso alvar, mas muitos indivíduos que ornavam os lugares caros, a chamada gente de «bom tom», os tais que vão ao teatro, não *para ver*, mas *para serem vistos*.

Não vá, porém, supor-se que eu tenha a pretensão, que seria estulta, de querer convencer que o público da galeria não seja capaz de rir intempestivamente, porque se fizesse semelhante afirmação faltaria à verdade.

E agora recordo que ainda há pouco, numa das récitas que a Escola-Teatro Araújo Pereira realizou na *boîte* da Escola-Oficina n.º 1, presenciei caso idêntico, caso que se repetiu no espectáculo que o mesmo grupo efectuou no salão de festas

da Construção Civil, em que por vezes foram cortadas, com risos e aplausos despropositados, várias cenas, o que não deveria ter impressionado bem aqueles apreciáveis cultores da arte do teatro, facto que, por outro lado, poderia deixar a impressão, em qualquer elemento burguês que porventura estivesse presente, de que os operários são tão desatinados como muitas das criaturas *educadas*, essas criaturas que sistematicamente chegam tarde aos teatros e que na sua ruidosa passagem a todos incomodam.

(Do Suplemento de «A Batalha»).

W

IV

HOMENAGEANDO ANÓNIMOS

CONFRONTADAS as condições em que trabalham os tipógrafos com as que tinham há quarenta anos — sem me ater exclusivamente ao que importa à remuneração do seu esforço, remuneração que não podia ter deixado de acompanhar, ainda que com gritante insuficiência, os formidáveis solavancos que a engrenagem económica tem sofrido de então para cá —, há que reconhecer que se registam apreciáveis melhorias, à cabeça das quais se inscreve (reportando-me aos tempos da empreitada), o estabelecimento do preço da linha por milheiro de letras, e, posteriormente, o pagamento, nos diários, da folga e do tempo de paragem, ao que se seguiu, mais tarde, nos quotidianos e também nas oficinas que manufacturam o livro (sem excluir a Imprensa Nacional de Lisboa), a adopção do regime de trabalho a jornal, hoje generalizado.

Porém, tais melhorias, como já se viu, não lhes foram dadas espontaneamente, sendo antes a resultante de sucessivas lutas empreendidas pela nossa antiga organização sindical livre, que, para realizar aquelas e outras conquistas, usou da acção directa, a qual, assumindo, por vezes, aspectos mais varonis do que a pedinche que degrada, não significa o emprego inevitável de meios violentos, ao invés do que sustentam certos adversários do movimento sindicalista autónomo, porque o que caracteriza a acção directa é a intervenção sistemática, inalienável, dos *próprios interessados* na solução dos assuntos que lhes dizem respeito, dispensando, por nociva, a ingerência de quaisquer intermediários, sobretudo quando eles se dizem animados das mais puras intenções...

Há, todavia, tantas incongruências a anular ainda, dentro da corporação a que pertencço, que mister se torna forcejar pela obtenção de novas regalias, sem o que a nossa situação social se não aproximará (note-se que não digo «equipará») da dos confrades de outros países.

Consistem as mais urgentes em :

1.º Procurar obter, não apenas para alguns, mas para todos os profissionais das Artes Gráficas, salários que lhes possibilitem uma vida digna, pois, embora isto pareça fantástico, o salário-mínimo em vigor, na data em que escrevo estas linhas, é de 33\$50, estabelecido em contrato colectivo firmado há cinco anos, contrato que, segundo uma das suas disposições, deveria ser «necessariamente revisto de dois em dois anos».

2.º Pôr termo à intolerável anomalia representada pelo facto de haver uma parte da nossa gente que recebe férias correspondente a sete dias, enquanto outra parte, aliás a mais numerosa, cobra apenas seis dias, como se para a aquisição do que é necessário à existência houvesse, no mercado, duas tarifas, uma para os que ganham sete dias, outra para os que recebem seis.

3.º Diligenciar que a estrutura das Caixas de Previdência — para as quais os operários e empregados são obrigados a entrar com a pesadíssima contribuição de 5 % e os patrões, por sua vez, com 13 % sobre as férias (sem que aos contribuintes se faculte o direito, como seria legítimo, de verificarem de que modo são administrados os seus dinheiros) — seja remodelada, estabelecendo-se :

- a) o princípio do auxílio mútuo, incomparavelmente mais compatível com a base filantrópica que justifica a razão de existência das Caixas ;
- b) que os inscritos, quando provadamente doentes, passem a ter, desde o primeiro dia, como sucede em quase todas as instituições similares do Mundo, direito ao subsídio e aos restantes serviços da Caixa, ao contrário do que entre nós acontece ao presente, em que se verifica a inacreditável anormalidade de só seis dias depois de caírem enfermos poderem utilizar aqueles serviços, disposição agravada, recentemente, com estoutra : exigir-se dos inscritos o pagamento de 1\$50 pela senha de consulta, o que quer dizer que os doentes que diariamente recebem qualquer tratamento têm que esportular mais 9\$00 semanais ;

- c) que aos profissionais inscritos (a todos e não apenas aos que têm menos de 50 anos), quando chegados à condição de inválidos, seja estabelecido um subsídio que lhes possibilite existência que se não confunda com a de famintos ;
- d) que a administração de tais instituições seja exercida de forma a evitar críticas tão contundentes como as de que têm sido objecto por parte de representantes dos próprios organismos corporativos ⁽¹⁾.

4.º Forcejar por que o elevadíssimo quantitativo do imposto do desemprego (2 % sobre as férias) tenha o destino que serviu a justificar a sua criação, que é o de reverter em favor dos profissionais sem trabalho, e somente para esse efeito, e outrossim que se ponha termo à estranha resolução de só tornar factível qualquer auxílio, proveniente daquele fundo, *seis meses depois* de o operário ou empregado se terem inscrito no Commissariado do Desemprego, o que é de tal modo anómalo que parece invenção de mau gosto.

A BERNARDO SILVA — VIANA DO CASTELO

Lisboa, 16 de Setembro de 1943.

Caro Mestre e Amigo :

O nosso comum amigo e velho camarada Francisco de Sousa mostrou-me o número da velhinha *Aurora do Lima* em que Mestre Bernardo, recordando, com saudade, tempos já longínquos, tem, num artigo cheio de notas enternecedoras, palavras cativantes para os rapazes de há quarenta anos — homens quase decrépitos de hoje — que transitaram pelas oficinas do jornal que dirige e entre os quais cita o nome da minha pessoa, na persuasão de que também fui seu discípulo directo, dando-me, a propósito, o pomposo qualificativo de «jornalista muito distinto», quando, na verdade, mais não sou do que um escrevinhador como há muitos, ou, melhor, um profissional gráfico, que só acidentalmente tem escrito em jornais.

Não passei pela *Aurora*, mas tenho ideia de que, quando eu era aprendiz, trabalhámos os dois, embora o meu amigo por pouco tempo (suponho que a dar um *reboque*), na oficina de Domingos Pereira Gomes Rosa — o «Senhor Domingui-

(1) Uma delas, e bem expressiva, consta da representação enviada ao Sr. Presidente do Conselho de Ministros por uma comissão delegada dos Sindicatos Nacionais, em 10 de Março de 1950. E não falo das que na própria Assembleia Nacional lhe têm sido dirigidas.

nhos» —, tipografia onde meu falecido avô, que, como músico, era dalgum modo seu colega, me metera para aprender «essa coisa de pôr letras em pé».

A propósito direi que Mestre Domingos (que pertencia à estirpe de artistas conhecidos pelo *sobriquet* dos «Samocas», qual deles o mais hábil, e de que existe um descendente em Lisboa, o Ramiro Rosa, o qual, como profissional encadernador, tem sabido honrar a sua genealogia), Mestre Domingos, ia eu dizendo, era não apenas um tipógrafo, na mais lata acepção do vocábulo, mas também excelente pianista, cantor, poeta, conversador *charmant* e... famoso licorista, que, por vezes, apesar de não ter necessidade de fazer-me a boca doce, me dava a provar as suas aromáticas bebidas...

Mas a circunstância de não haver trabalhado na *Aurora* não quer dizer que o decano dos tipógrafos de Viana do Castelo (que é talvez também o mais antigo jornalista da linda cidade que o Lima banha) não tenha sido meu Mestre. Foi-o, e é-o ainda, com sincero aprazimento meu, não apenas como tipógrafo, mas igualmente como modelo duma rectilínea vida de trabalho, pois quem, como Bernardo Silva, tem atravessado uma já longa existência exercendo tão prodigiosa actividade deve ser considerado, necessariamente, como Mestre que sabe educar pela forma mais elevada e convincente: a do exemplo. E é ainda meu Mestre por uma terceira razão: a de não haver renegado a sua origem plebeia, proletária, que antes reivindica com orgulho, do mesmo modo que invariavelmente o tem feito, através duma acidentada mas digna existência, o que, com muito prazer, se subscreve

Seu discípulo muito amigo e grato,

Alexandre Vieira

5.º Pôr ponto final nessoutra iníqua decisão de suspender o pagamento do abono de família aos inscritos, sempre que se encontrem desempregados, o que convence que só por escárnio é que se dá o qualificativo de instituição de auxílio a uma Caixa que precisamente no momento em que as necessidades são mais prementes retira o subsídio aos beneficiários, como se estes fossem os culpados de não levantarem salário, situação que aliás é da responsabilidade da engrenagem social em que são forçados a girar.

Reportando-me, porém, ao que foi conseguido pela organização sindical livre para os operários gráficos, não vá supor-se que as melhorias conquistadas

se devem exclusivamente ao esforço dum César dos Santos, dum Teixeira Severino, dum Fernandes Alves, dum Teodoro Ribeiro, dum António Pereira, dum José Maria Gonçalves, dum Francisco Cristo, dum Raul Neves Dias, dum António Monteiro e dum Alexandre Vieira.

Não se poupavam esses homens a canseiras, os cinco primeiros actuando por processos suaves, diplomáticamente, os restantes usando de menor urbanidade, isto é, adoptando meios mais enérgicos, mas todos por igual animados do pensamento de procurarem melhorar a situação em que trabalhavam os componentes das respectivas corporações profissionais.

A acção desses militantes haveria, porém, resultado estéril se a seu lado não se erguesse uma plêiade de camaradas decididos, mas de existência apagada, na sua maioria conhecidos apenas daqueles militantes e dos seus

... ..

Já que aludo aos últimos — uma categoria de lutadores que existe também na minha corporação profissional, como aliás existe em muitas outras —, não ocultarei que me merecem o maior respeito, pela actividade aturada, mas silenciosa, que desenvolvem quotidianamente. São os Anónimos, homens que actuam nas fábricas, nas oficinas, em todos os lugares de trabalho, com uma admirável persistência, mas sem fazerem ruído, e que, apesar de falarem pouco, são assaz eloquentes — pelo exemplo.

Não faltam às grandes como às pequenas reuniões do agrupamento de classe, mas, em regra, não usam da palavra, e nos prélios que por vezes se desencadeiam extra-oficina são dos primeiros a tomar lugar, ocupando as posições mais difíceis.

Quem são? Sabe-se lá! Apenas os militantes das corporações a que pertencem os conhecem, e, em geral, muito mal. Morrem ignorados do grande público e, não raro, da maior parte dos próprios companheiros de profissão, pelo que o seu retrato não figura nas salas dos Sindicatos.

Tenho-me encontrado, em mais duma conjuntura, confundido com alguns desses esforçados combatentes, que partem nas mesmas condições em que chegam: discretamente, sem que se lhes fique conhecendo o nome e muito menos a moradia.

Um episódio:

Numa das ocasiões em que passei, com muitos outros camaradas, pelo palácio do Conde de Andeiro, entre as numerosas pessoas que ao domingo nos rendiam visita, figurava um trabalhador ai dos seus 40 anos, tipo de homem-do-fogo, talvez chegador.

Sempre só, desconhecido de todos, postava-se a um canto da sala, fumando a sua cachimbada, não dizendo palavra, limitando-se, por vezes, a sorrir. Por fim, quando a maior parte dos amigos já se havia despedido e a família se preparava para partir, aproximava-se, como que envergonhado, e, dando-me um forte aperto-de-mão, tinha, invariavelmente, esta expressão: «Coragem, camarada!» E, enquanto dizia isto, metia-me no bolso uma porção de tabaco. Outro aperto-de-mão e lá seguia, ignorado de todos.

Sai da cadeia, e muito tempo foi decorrido sem que voltasse a ver aquele rosto bronzeado. Sômente alguns anos mais tarde me cruzei com ele quando, uma noite, saía do edificio onde, ao tempo, tinha a sua sede a extinta U. O. N., sem que, porém, me houvesse notado.

Alguns anos foram ainda volvidos até que, num dos mais importantes movimentos grevistas levados a efeito pela central de sindicatos, nos reencontrámos: ele isolado, como sempre, mas dando mostras duma energia de ferro.

Jamais voltei a vê-lo.

Quem era? Sabe-se lá!

Era um desses Anónimos que impressionam pelo espírito de abnegação de que são dotados.

(De *O Arsenalista*).

W

colegas das oficinas onde trabalhavam, nanja da massa, plêiade que durante longo tempo deu o seu esforço persistente, dedicado, heróico, às lides corporativas.

Esses homens ignorados — que não pregavam às massas nem escreviam nos jornais, e a quem ninguém homenageava em vida nem fazia discursos quando algum deles era sepultado — não só serviam devotadamente nos cargos menos vistosos dos Sindicatos (e por isso se lhes chamava *carniças*), mas eram também os firmes arautos que levavam a palavra-de-ordem do agrupamento sindical através das tipografias de Lisboa e que, por persuasão ou a murro, se isso se tornava indispensável, se esforçavam por que as deliberações tomadas na Associação fossem respeitadas.

Eram ainda esses bravos lutadores que, por ocasião das greves que a nossa organização sindical livre tinha que levar a efeito para tentar arrancar ao patronato ou aos Governos quaisquer regalias, se encontravam nas primeiras linhas, batendo-se denodadamente, sem bravatas, cheios de abnegação, enérgicos, tenazes, estóicos.

Ao findar o presente volume quero render a homenagem do meu grande, do meu imarcescível respeito a esses valentes.

Alguns deles, tão idosos como eu, são, felizmente, ainda vivos, e, se bem que não tenham já, como é natural, o dinamismo de outros tempos, encontram-se escorreitos do espírito e mantêm-se fiéis, probos, verticais.

Dos que já não existem — por igual admiráveis obreiros duma causa comum e tão dignos de serem conhecidos como os militantes que mais se evidenciaram —, tiro da penumbra meia dúzia de nomes, para os estampar, com elevado respeito e a maior saudade, neste fecho de livro ⁽¹⁾, a fim de que os tipógrafos de hoje, todos os tipógrafos, os fixem atentamente :

ANTÓNIO SANTOS
FRANCISCO DE PAULA RAMOS
ÁLVARO DA CONCEIÇÃO AVELINO
CARLOS DOS REIS E VILA
FREDERICO PIRES
ANTÓNIO REIS

⁽¹⁾ Durante uns dois anos alimentei a esperança de compor eu próprio o presente volume. Mas como seria tarefa de que não me desenredaria senão ao cabo de mais de dois meses — e durante eles não poderia deixar de *manger* —, acabei por anuir, deveras penhorado, ao segundo dos gentis oferecimentos que me fizeram confrades de ontem, industriais de hoje.

ÍNDICE

	Pág.
PROÉMIO	7
I — RESULTADOS DA ACÇÃO LEGAL :	
Tentativa de implantação duma «Organização de Trabalho»	17
O «lock-out» das Empresas Jornalísticas	22
O I Congresso Nacional Gráfico	27
A greve no «Anuário Comercial»	29
Catorze horas diárias de trabalho!	30
A questão dos «ajudas»	33
O diário operário «A Greve»	37
Organização Federal	45
Trabalho em comandita	47
Inquérito à indústria nacional	50
Dois Congressos : o «Nacional Operário» e o «Sindical e Cooperativista»	53
A implantação da República	55
II — RESULTADOS DA ACÇÃO DIRECTA :	
A greve tipográfica nas «casas-de-obras»	57
Intensificação da organização sindical	60
A «Casa Sindical»	61
Greve geral de solidariedade no Sul do país	63
A bomba sobre o cortejo camoniano	65
Uma tentativa que falha	69
O Congresso Operário de Tomar	72
Pelo levantamento das Artes Gráficas	75
A Conferência Tipográfica de 1915	77
A luta pelas 8 horas — O Porto à frente	79

	PÁG.
Consolidando a organização sindical dos Gráficos—O III Congresso, em Coimbra	85
O IV Congresso em Évora	86
Conferências da U. O. N. no Sul e no Norte do País	88
Lutas determinadas pela carestia da vida	90
Greves de solidariedade operária	98
A revolução de Sidónio Pais	102
Novas reclamações de aumento de salário	105
Ante a carestia da vida — Mudança de tática	108
O aparecimento do diário «A Batalha»	113
Recomeço das lutas corporativas	121
«Lock-out» das Empresas Jornalísticas	123
Novo «lock-out» das Empresas Jornalísticas	127
A «Organização de Trabalho» para os Gráficos dos diários de Lisboa	129
Obtenção do salário mínimo	134
A greve dos trabalhadores da Imprensa	137
Ausência forçada	152
Prossecução das reivindicações operárias	156
«Conferência Intersindical Gráfica»	162
Um conflito na Biblioteca Nacional	167
Delegacia a um Congresso Internacional	183
III — CINCO ANOS EM FRANÇA	185
VAGAMUNDEANDO	207
SOLIDARIEDADE E AUXÍLIO MÚTUO	211
IV — HOMENAGEANDO ANÓNIMOS	220



ESTE LIVRO «EM VOLTA DA MINHA PROFISSÃO» ACABOU DE SE IMPRIMIR NO DIA 2 DE NOVEMBRO DO ANO DE MIL NOVECENTOS E CINQUENTA, NA TIPOGRAFIA «GRAFICA BOA NOVA, LIMITADA», RUA MORAIS SOARES, NÚMEROS CINCO-A E CINCO-D, DA CIDADE DE LISBOA. * A REVISÃO É DE JOAQUIM GONÇALVES PIÇARRA E DO AUTOR. * A DIRECÇÃO TIPOGRAFICA DE LUIS CUNHA E VALERIANO JOSÉ CAVACO. * A PAGINAÇÃO DE GERMINAL DE SOUSA. * A COMPOSIÇÃO DOS LINOTIPISTAS MANUEL LUIS DE SA E JOSÉ PAIVA GUERREIRO. * A IMPRESSÃO DE FRANCISCO MARTINS PALMA. * AS GRAVURAS DE BELFRANCO, LIMITADA. * A DIRECÇÃO DO TRABALHO DE BROCHURA DE ARNALDO DA SILVA CRUZ. * O PAPEL, FABRICO ESPECIAL, DA COMPANHIA PORTUGUESA DE PAPEL DO PRADO. * A TIRAGEM DE MIL EXEMPLARES. * O PREÇO DE CADA EXEMPLAR VINTE E CINCO ESCUDOS.